

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
83ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 14 de Maio de 2024

(Terça-Feira)

Às 13 horas e 55 minutos

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 64 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Passa-se às Breves Comunicações.

Vou me permitir, colegas Parlamentares, fazer apenas um breve registro. Acho que é meu dever falar sobre o que estamos vivenciando no Rio Grande do Sul.

As enchentes começaram no dia 29 de abril, ou no dia 30 de abril, e nós estamos vivenciando uma segunda etapa das enchentes. Encheu e extravasou toda a Serra Gaúcha. O Rio Gravataí, o Rio dos Sinos, o Rio Paranhana, o Rio Taquari, o Rio Caí, o Rio Pardo, o Rio Jacuí, todos estes rios, bem como todos os vales, encheram-se de água e de tragédias. Tudo isso foi para o Guaíba, fazendo com que ele extravasasse. A cota máxima imaginável, que seria de 6 metros, chegou a 5 metros e 30 centímetros. Porto Alegre foi invadida. Enfim, as cidades de Guaíba e Eldorado estão arrasadas.

Em Guaíba, temos o Prefeito Marcelo Maranata; em Eldorado do Sul, o Prefeito Ernani Gonçalves; em Canoas, o Prefeito Jairo Jorge; em São Leopoldo, o Prefeito Ary Vanazzi. Cachoeirinha não está em situação diferente de Gravataí. Alvorada foi muito atingida.

O fato é que todo mundo agiu, reagiu, e nós queremos agradecer a solidariedade do povo gaúcho que não foi atingido e está socorrendo as vítimas. Agradecemos, igualmente, a solidariedade do povo brasileiro e das autoridades brasileiras. O Presidente Lula esteve lá duas vezes, assim como 14 Ministros, o Presidente desta Casa, Arthur Lira, e o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, além do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Os olhos estão voltados para o Rio Grande.

No fim de semana, as águas estavam baixando, mas veio uma nova cheia. O Rio Guaíba, pelo qual se mede o tamanho das cheias, está chegando à sua cota de 5,30 metros, ou 5,40 metros de altura. Trata-se, portanto, de uma grande tragédia. Mas nós queremos agradecer ao Brasil toda a solidariedade que está emprestando ao Rio Grande, solidariedade que não tem como ser medida.

Eu visitei no Centro Vida, em Cachoeirinha, pessoas desabrigadas que estão sendo acolhidas. A situação é de chorar, de lamentar, mas nós vamos resistir e vamos vencer.

O Rio Grande agradece toda a solidariedade que está recebendo, mas também está tomando as atitudes possíveis. O Governo do Estado está fazendo sua parte, os Prefeitos estão fazendo sua parte, assim como o Governo Federal, os voluntários e, muito especialmente, os bombeiros e o Exército. Todos estão fazendo sua parte, é preciso reconhecer isso

nesta hora. Alguns dizem: "*Ah, mas falta alguma coisa*". Sempre falta, mas nós temos que reconhecer o que é feito e temos que pedir mais.

As medidas que o Governo está tomando, eu diria, ainda são poucas. Nós precisamos tratar mais a questão da dívida, principalmente a dívida do Estado. Nós precisamos do auxílio emergencial e da suspensão de consignados. Nós precisamos do aluguel social. Nós precisamos de dinheiro para os Prefeitos socorrerem os que precisam. Nós precisamos mais do Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

O Rio Grande precisa de muita coisa nesta hora, mas nós não podemos deixar de reconhecer o que está sendo feito e estamos trabalhando para minimizar os efeitos desta tragédia. Mais de 80 Municípios estão em estado de calamidade e outros 300 ou quase 400 Municípios estão em situação de emergência. Esta é a realidade.

Eu queria fazer este registro e dizer, também, que nós estamos na luta e não vamos esmorecer. O gaúcho é resiliente, é valente, tem o amparo e a proteção, o carinho e o apoio do Brasil inteiro. Nós reconhecemos isso.

Dito isso, quero dar início às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Charles Fernandes, do PSD da Bahia.

Nosso honrado Deputado Charles Fernandes, que seguidamente tem nos substituído na Presidência das sessões, tem *expertise*, experiência e capacidade únicas.

Tem a palavra o Deputado Charles Fernandes.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente Pompeo de Mattos, nós já fizemos nosso ato de solidariedade a todo o povo do Rio Grande do Sul.

Vossa Excelência, que é daquele Estado, bem mais do que qualquer um de nós, viu de perto os acontecimentos e a situação que estão vivendo ou por que estão passando as pessoas ali. Nós estamos acompanhando a situação a distância, e eu confesso a V.Exa. que, em alguns momentos, nos emocionamos com cada caso que vem acontecendo, com o socorro prestado pelas equipes de busca e de salvamento e pelos voluntários que lá estão.

Como V.Exa. falou, e muito bem, o Brasil todo abraçou o Estado do Rio Grande do Sul. O País todo está sendo generoso em ajudar e participar, mas nós sabemos que vai levar tempo e serão necessários muitos recursos para recuperar o Estado. Nós não imaginamos o tamanho, a dimensão dos estragos no Estado do Rio Grande do Sul!

Fica, mais uma vez, nossa solidariedade, por meio de V.Exa., que preside esta sessão na tarde de hoje. V.Exa. defende e representa muito bem o seu Estado, que, sem dúvida nenhuma, é um importante Estado da Nação e contribui muito para o desenvolvimento do nosso País. Eu tenho certeza de que não só V.Exa., mas todos os Deputados do Rio Grande do Sul e todo o povo gaúcho vão dar a volta por cima e superar este momento difícil.

Certamente não faltarão recursos nem apoio por parte do Governo Federal. Como V.Exa. falou, o Presidente Lula já esteve lá duas vezes. Ainda nesta semana — se não me falha a memória, no dia de amanhã —, ele visitará o Estado mais uma vez.

A prioridade no momento é salvar vidas naquele Estado.

Fica registrada aqui, mais uma vez, a nossa manifestação de solidariedade, na pessoa do Deputado Pompeo de Mattos, a todo o povo do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje eu quero parabenizar dois Municípios importantes da nossa região sudoeste da Bahia, com os quais temos parceria.

O primeiro Município é Condeúba, que celebra 163 anos de emancipação política.

Nós temos buscado fortalecer a nossa parceria com o Prefeito Silvan Baleeiro e com a Vice-Prefeita Mara Rúbia. Para isso, nós já levamos recursos para o Município e vamos continuar com essa parceria, a fim de promover o desenvolvimento de Condeúba, através do nosso Prefeito Silvan Baleeiro.

Na pessoa do Vereador Maurilo, parabenizo a Câmara Municipal e saúdo todo o povo daquela cidade, que visitaremos nos próximos dias.

O segundo Município, Sr. Presidente, é São Félix do Coribe, que celebra 35 anos de emancipação política.

Eu tive a honra de receber o Título de Cidadão daquela cidade, na qual nós estaremos no próximo sábado para a inauguração de uma praça, a pedido do Vereador Valdir.

Eu quero parabenizar o Prefeito Chepa Ribeiro; o nosso pré-candidato Toni de Dalmir; o Vereador Emerson, Presidente da Câmara Municipal; o Vereador Valdir; e o nosso Secretário Dioguinho.

Parabenizo essas duas cidades pela celebração da sua emancipação política.

Um abraço a todo o povo de São Félix do Coribe! Recebam a minha gratidão pelo Título de Cidadão dessa cidade! Nós estaremos aí no próximo sábado.

Quero agradecer a V.Exa., nobre Presidente Pompeo de Mattos, e pedir a divulgação da nossa fala no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Charles Fernandes, pelas manifestações em favor do nosso Rio Grande.

Eu quero fazer uma referência aos nossos voluntários, especificamente ao médico Leandro Medice, de 41 anos, do Espírito Santo, voluntário — aliás, dedicado voluntário —, que estava trabalhando em São Leopoldo.

No domingo, dia 12 de maio, ele chegou a São Leopoldo e começou a trabalhar com intensidade, salvando vidas, mas, infelizmente, no dia seguinte, foi encontrado sem vida, devido a um mal súbito. Esse foi o triste desfecho de um médico que, em um ato de pura generosidade, saiu do Espírito Santo para ajudar a salvar os gaúchos e acabou falecendo no Rio Grande do Sul.

Registro a nossa manifestação de solidariedade a toda a família, aos voluntários. Trata-se de um fato relevante, que precisamos registrar e que nos deixa ainda mais impactados nessa tragédia que está ocorrendo no Rio Grande do Sul.

Deputado Luiz Couto, tem a palavra V.Exa.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar sobre a gestão do Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, que, além de ser investigado pela Polícia Federal por ligações com grupos criminosos, realiza uma péssima gestão, que não acrescenta nada ao povo pessoense. Sua administração é voltada exclusivamente para os interesses da construção civil e da classe empresarial, em detrimento do bem-estar da população e do desenvolvimento da cidade.

É inadmissível que, após 4 anos de administração, não tenhamos uma obra importante na cidade nem projetos que beneficiem os cidadãos e as cidadãs, o que demonstra total descaso e incompetência na execução das políticas públicas.

Agora, com esses escândalos, presenciamos uma gestão baseada no assistencialismo, com influência nefasta na classe menos favorecida, até mesmo no tráfico de drogas, na falta de valorização do funcionalismo público, com condições precárias de trabalho e salários defasados, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O abandono do Centro Histórico de João Pessoa é um insulto à nossa cultura e à nossa história. A poluição de quase todas as praias e dos rios da cidade demonstra o descuido com a qualidade ambiental e a saúde das pessoas. A situação na área da educação e da saúde é alarmante. Falta de medicação nos postos de saúde, demora nas consultas e um sistema de regulação ineficiente são problemas enfrentados diariamente pela população. A superlotação nas escolas, a falta de profissionais nos Centros de Atenção Psicossocial, a divisão da política de assistência em duas Secretarias, para satisfazer interesses políticos, e a destruição do legado das gestões anteriores são inaceitáveis.

Não queremos medidas que perpetuem o sofrimento da nossa população. Precisamos de efetivas políticas públicas de inclusão social e combate à criminalidade, como ocorreu nas gestões de Ricardo Coutinho e de Luciano Cartaxo, quando estiveram à frente da Prefeitura. Amanhã farei uma manifestação sobre as políticas que foram realizadas durante os Governos de Ricardo Coutinho e de Luciano Cartaxo.

Peço, Sr. Presidente, que seja dada a este pronunciamento a devida publicidade nos meios de comunicação da Casa. Parabenizo V.Exa. pela luta em defesa do seu Estado. Anseio que isso que está acontecendo no Rio Grande do Sul seja um elemento importante para fortalecer, cada vez mais, os cuidados com o meio ambiente, para que as nossas florestas não sejam destruídas.

Um abraço a V.Exa.!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Eu estou seguindo aqui a ordem. A inscrição nº 3 é do Deputado Luiz Lima. O Deputado Charles Fernandes já falou. Em seguida, serão os Deputados Geraldo Resende, Chico Alencar e Daniel Trzeciak.

Tem a palavra o nosso honrado colega carioca Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo.

Presidente Pompeo, hoje é a primeira sessão após a despedida da Deputada Amália Barros. Então, eu gostaria de prestar uma homenagem à minha amiga Amália, companheira aqui de plenário.

A Amália Barros foi um cometa. Antes de ser eleita Deputada Federal pelo Mato Grosso, trabalhou como jornalista e locutora de rodeios, sua paixão particular. Nascida e criada em Mogi Mirim e formada em jornalismo, Amália teve uma trajetória no mundo da música antes de entrar no ramo da política. Sobrinha de Milionário, da dupla Milionário e José Rico, foi assessora dos cantores e narradora dos *shows* de rodeio de Jaguariúna.

A Amália era uma mulher muito determinada. Aos 20 anos, perdeu a visão do olho esquerdo e passou por 15 cirurgias, para tentar solucionar o problema, sem sucesso. Em 2016, teve de remover o olho afetado e optou pelo uso de uma prótese ocular. Essa condição acabou levando sua vida para a política, a melhor política.

Vendo a sua atual situação de monocular, encarou a nova realidade com bom humor e amor no coração. Dessa forma, começou a querer mudar a realidade dos monoculares que não conseguiam ter suas próteses. Fazia vaquinhas no seu Instagram, doava seu próprio dinheiro, para trazer o mínimo de dignidade aos monoculares.

Vendo que o alcance não poderia ser limitado, veio até Brasília e, de porta em porta, apresentou a vida e os desafios dos monoculares. Vinha semanalmente tentar articular e garantir esse direito para quem sofria com a ausência da prótese ocular.

Durante o Governo Bolsonaro, a Amália conseguiu a aprovação da Lei nº 14.126, de 2021, que classificou a visão monocular como deficiência sensorial. Em 2021, ela também fundou o Instituto Amália Barros, renomeado mais tarde como Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular, que fornece próteses oculares e assistência social aos monoculares.

A Amália era uma menina simples, aguerrida, que não colocava limites nos seus sonhos.

Presidente Pompeo, muitas pessoas partem sem querer partir. Amália tinha 39 anos de idade.

Eu gostava muito de novela, assistia à muita novela. Eu parei de assistir um pouquinho. Mas, Deputado Chico, aos 16 anos, eu assisti a uma novela chamada *A viagem*, que tem 30 anos. *A viagem* é uma novela de 1994, com direção do Wolf Maya, que passava a mensagem de que, para nós deixarmos feliz a pessoa que partiu, temos que estar em paz. E temos que transmitir para a Amália o quanto ela foi importante aqui no Plenário. Ela sempre foi muito educada comigo, Deputado Chico, muito, muito atenciosa, muito carinhosa. E este Plenário precisa muito disso. Nós temos dificuldade de enxergar as coisas boas nas pessoas.

Eu estou olhando para o Deputado Chico agora, que é de um lado oposto na política, mas eu enxergo qualidades imensas no Deputado Chico, e eu acredito que o Deputado Chico enxerga alguma coisa boa em mim também. A Deputada Amália era muito boa, Deputado Chico.

Então, eu gostaria que este Plenário, esta Casa prestasse homenagem a uma moça que queria muito ser mãe. Ela não foi mãe, mas foi mãe de muita gente, porque ajudou muita gente. E eu gostaria que a Amália, onde estiver, sinta-se valorizada, sinta-se em paz consigo e encontre no sorriso de cada pessoa um motivo para buscar a luz e buscar rapidamente um momento de paz.

Um beijo em toda a sua família. Um beijo no seu marido, Thiago.

Há 2 semanas ela estava aqui. Na ânsia de fazermos política aqui, de disputarmos, deixamos de enxergar o mais especial, que é a presença das pessoas aqui. Parece que nós estamos normalmente aqui. A Amália nos deixou no sábado, à meia-noite e meia.

Então, fica aqui a minha homenagem, Deputado Pompeo, à Deputada Amália, muito carinhosa, uma pessoa muito carinhosa.

Que a Amália fique em paz!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Nós poderíamos fazer 1 minuto de silêncio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Vamos fazer 1 minuto de silêncio, Sr. Presidente, em homenagem póstuma à nossa querida e saudosa Amália, pessoa extremamente humana, maravilhosa, que nos deixou tão cedo.

Eu, com o consentimento do Deputado Chico Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Façamos 1 minuto de silêncio, então, em respeito ao passamento da nossa honrada, querida e amada Deputada Amália Barros.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Vá com Deus, querida Amália! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Em nome da Mesa, presto nossa solidariedade à família da Deputada Amália Barros, que muitas vezes esteve conosco aqui nas sessões, partilhando deste plenário, deste espaço, desta tribuna. Ela apresentou projetos de lei e implementou uma lei. Fica aqui o reconhecimento desta Casa, o reconhecimento do Parlamento federal a toda sua trajetória. Fica aqui a nossa homenagem à sua memória, à sua história, a seu passado de glória, embora jovem, não tinha 40 anos de idade. Fica aqui o nosso reconhecimento e a nossa solidariedade a toda sua família, que pode ter orgulho da irmã, da filha, do ente querido que foi e deixou um grande legado.

Portanto, o Parlamento federal, a Câmara, faz esse reconhecimento e essa homenagem à nossa querida e sempre Deputada Amália Barros.

A próxima inscrição é a do Deputado Chico Alencar. Em seguida, falará o Deputado Daniel Trzeciak.

Eminente líder do PSOL do Rio de Janeiro, professor e Deputado Chico Alencar, tem V.Exa. a palavra.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Caros colegas, Presidente Pompeo, Deputado Luiz Lima e Deputado Domingos, em especial, porque fizeram memória da nossa colega de representação Amália Barros, quero dizer que eu e a Deputada Amália Barros tínhamos posições muito diferentes, mas isso não impediu o bom convívio. Inclusive, numa votação de uma proposição dela, a que eu encaminhei favoravelmente, ela veio me agradecer, sempre gentil, sempre cordata. Essa situação que vivemos agora me fez lembrar John Donne, que, no século XVI, dizia: *"A morte de cada ser humano me diminui, porque faço parte da humanidade. Portanto, não perguntai por quem os sinos doam. Eles doam por nós"*.

Uma morte precoce como a de Amália é muito chocante. Eu quero — e já fiz isso, inclusive, nas redes, às vezes, nada virtuosas — expressar minhas condolências e pedir o consolo de Deus para a família enlutada neste momento.

Estendo esse sentimento também ao povo rio-grandense, que permanece na sua dor e no seu sofrimento. Não podemos, de modo algum, diante daquela tragédia, fazer qualquer disputa política menor.

Quero reconhecer aqui a atitude grandiosa e dedicada do Governo da União, do Governo Federal, Presidente Pompeo, e também o diálogo com o Governo do Rio Grande do Sul. Veja, o Ministro Haddad é bem ortodoxo. Ele, é claro, diante dessa situação, tratou de aprovar a suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande e zerar, inclusive, os juros sobre essa dívida, e esse é um pequeno passo.

O Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, queria mais. Ele queria a anistia total da dívida. Mas o possível foi a suspensão da dívida por 3 anos, zerando-se, isto sim, os juros da dívida, até porque o Governo da União não é especulador e não deve se portar como se porta o mercado financeiro.

Então, o que nós desejamos é que essa união de esforços aconteça de forma muito efetiva para salvar o povo enlutado do Rio Grande do Sul.

Também queremos efetividade no diálogo do Governo com os servidores técnico-administrativos das universidades e com os docentes que estão em greve. Nós sabemos que há uma mesa de negociação marcada para amanhã com os docentes das universidades federais — eu sou um deles —, e, na semana que vem, com os servidores técnico-administrativos. A luta é por equipamentos para a educação, por amparo, por mais recursos e contra, inclusive, a contenção remuneratória que vem desde 2017. Então, que essa agenda de negociações de amanhã e da próxima terça tenha resultados efetivos para as instituições federais de ensino, tanto em relação aos servidores técnico-administrativos, que são indispensáveis, quanto em relação os docentes, igualmente importantes.

É dever do Governo Lula negociar à exaustão, melhorar as propostas, assim como é dever dos movimentos, em luta justa, ouvir, ponderar, dialogar para o bem da educação brasileira. É nesse sentido que nós estamos aqui repercutindo uma carta que recebemos tanto da FASUBRA quanto do ANDES, pedindo a mediação dos Parlamentares para a negociação acontecer.

Eu faço este pedido aqui ao Ministro da Educação, Camilo Santana, e à Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para que essa negociação avance efetivamente, porque ninguém quer ficar em greve, as pessoas querem educar.

Obrigado, Presidente, pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Permita-me, Deputado Chico Alencar, diante da assertiva de V.Exa. sobre a dívida do Rio Grande, dizer que o Rio Grande sempre contesta essa dívida, que era de 8 bilhões de reais, 9 bilhões de reais, em 1998, e agora é de 95 bilhões de reais. A dívida sempre foi paga, mas parece que nunca se vai conseguir efetivamente quitá-la.

Essa decisão do Governo Federal é importante — nós reconhecemos que é uma decisão importante —, mas achamos que ela ainda está aquém daquilo que nós, mais do que merecemos, precisamos.

Veja bem. O Governo vai suspender os juros por 36 meses. A suspensão desses juros sabe quanto dá? Dá 12 bilhões de reais em 36 meses. Nesses 36 meses, o Estado deixará de pagar as parcelas da dívida, mas as prestações vão para o final da conta. Ou seja, daqui a 36 meses, nós estaremos devendo os mesmos 95 bilhões de reais. Isso quer dizer que, se nós continuarmos pagando o valor que pagamos hoje, nós nunca vamos pagar essa conta. Não existe como pagar essa conta. Todo ano paga-se a dívida, e ela aumenta. Se nesses 36 meses a dívida fosse paga regamente, mês a mês, ano a ano, nós pagaríamos 11 bilhões de reais. E nesses 36 meses os juros dessa conta dá 12 bilhões de reais. Ou seja, a dívida aumenta em 1 bilhão de reais.

O que nós estamos pedindo ao Governo Federal é que haja a suspensão dos juros por esses 36 meses e que as prestações desses 36 meses não sejam prorrogadas para o final da conta e que esse recurso seja colocado numa conta a fundo perdido. Ou seja, pedimos anistia por 36 meses e a destinação desse dinheiro não pago da dívida obrigatoriamente para a recuperação do Rio Grande. Esse seria um ato concreto.

Isso é o que eu defendo e o que a bancada hoje vai ter que defender. Espero que o Parlamento Nacional nos compreenda. Esse é um fato único no País, e nós temos que examiná-lo juntos.

Deputado Chico Alencar, gostei da intervenção de V.Exa., aliás, sempre muito inteligente. Por isso V.Exa. é professor. Tem a palavra o Deputado Daniel Trzeciak, eminente líder de Pelotas, no Rio Grande.

O SR. DANIEL TRZECIAK (Bloco/PSDB - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos.

Diante de toda essa tragédia que vive o Estado do Rio Grande do Sul, como muito bem colocado agora, quero começar este meu relato, Presidente Pompeo de Mattos, falando justamente dessa dívida impagável que o Rio Grande do Sul tem com a União. São 95 bilhões de reais de uma dívida que o Estado paga todos os meses e sempre fica devendo. Isso foi muito bem relatado aqui.

Este é o momento de todos nós revermos essa situação. O Estado do Rio Grande do Sul não deve um centavo sequer à União. E, com todo o recurso que vem para Brasília e que retorna em migalhas aos Estados federados, está mais do que na hora de se perdoar essa dívida de 95 bilhões de reais do Rio Grande do Sul com a União.

Nós temos no Estado do Rio Grande do Sul, meu caro Deputado Luiz Lima, neste exato momento, mais de 600 mil pessoas fora de casa, mais de 600 mil pessoas morando em abrigos, morando em igrejas, vivendo sem a menor perspectiva de voltar para casa. Esta é a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul. Já morreram 148 pessoas. Dos 497 Municípios do Estado, 446 foram atingidos diretamente. A economia do Rio Grande do Sul morreu! Nós precisamos de todo apoio. Não é momento para vídeo de lacração, para busca de *likes* nas redes sociais. É hora de darmos as mãos. O Rio Grande do Sul clama! Quem tem a chave do cofre é o Governo Federal, que vem tomando medidas importantes, mas elas precisam de mais agilidade. Não é hora de burocracia, é hora de deixar a caneta e o papel de lado e de liberar recurso para o CPF, para a D. Maria, que perdeu a casa, que perdeu a sua história, que perdeu o seu emprego porque trabalhava numa farmácia que não existe mais; para o Seu João, que perdeu a casa, o seu lar, e que trabalhava numa padaria que já não existe mais, porque a água levou. A água levou tudo!

Este é um momento de união. Se não fossem os voluntários do Rio Grande do Sul, se não fossem os voluntários do Brasil todo e até de fora do Brasil, hoje o Rio Grande do Sul estaria numa situação ainda pior. Os voluntários estão fazendo marmita. Os voluntários estão abrigando pessoas em suas casas. O que nós precisamos fazer neste momento é dar as mãos e liberar recursos de forma emergencial, para que a população possa colocar dinheiro no bolso e ter a perspectiva de voltar à sua casa. Nós precisamos cuidar dos pequenos, dos médios e dos grandes empreendedores que perderam o seu comércio, que perderam a sua indústria. É preciso liberar recurso facilitado e sem juros em todos os bancos para a agricultura do Rio Grande do Sul, para quem produz arroz, para quem produz soja! É hora de olhar para o Estado do Rio Grande do Sul e dar a nossa contribuição, meus caros colegas Deputados Federais, todos nós, para quem tanto contribui para o Brasil.

Nós temos muitas notícias. Nós temos muitos discursos. Precisamos agora dar agilidade, na prática, às medidas, porque 615 mil pessoas estão em abrigos sem perspectiva alguma de voltar para suas casas. Elas precisam de respostas rápidas, urgentes. Perdoar a dívida do Rio Grande do Sul com a União é papel do Governo Federal neste momento de dor e deve ter o apoio de todos os brasileiros. É o mínimo que nós esperamos do Governo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Daniel Trzeciak. Parabéns a V.Exa. pelas afirmações importantes em defesa do nosso Rio Grande amado.

Agora falará o nosso querido e honrado Deputado Flávio Nogueira, líder do PT.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Flávio Nogueira, pelo tempo regimental, na tribuna do Parlamento Federal.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o povo brasileiro assiste, com muita tranquilidade e, de certa forma, com orgulho a um cenário de civilidade neste País. Os Poderes da República estão em harmonia, aí sim, em harmonia, o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário.

Ontem vimos pela televisão a cena de uma *live* em que os Três Poderes, ali representados pelo Presidente da República, pelo Ministro Edson Fachin e pelos Presidentes do Senado e da Câmara, além do Governador do Rio Grande do Sul, trabalhavam, reivindicavam, liberavam recursos, num exemplo de civilidade que todos queremos, como políticos, nesta hora tão difícil por que passa o Rio Grande do Sul. Cerca de 1,7 milhão de pessoas foram afetadas pelos temporais. São 500 mil gaúchos desabrigados. Já morreram 147 pessoas, e outras 127 estão desaparecidas.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que o Governo já editou, semana passada, uma medida provisória que libera 12 bilhões de reais para o Estado do Rio Grande do Sul, além de suspender o pagamento da dívida de 11 bilhões. E, ao final de 36 meses — isto é importante —, o juro sobre o estoque, o juro sobre todo esse empréstimo estará suspenso, será, portanto, perdoado, podemos assim dizer. Somado tudo isso, teremos um perdão do juro superior às 36 parcelas mensais da dívida do Estado com a União.

Sr. Presidente, a Federação está irmanada. Irmanados estamos todos nós brasileiros, por um ente do Sul, um Estado rico, por sinal, mas que neste instante sofre muito. A União chega, aplaudida pelo povo brasileiro, e socorre os irmãos do Sul que estão desabrigados pela enchente e sofrem muito.

O Brasil é único, é um só, e por ele todos devemos nos empenhar. Pode haver divergências, e é bom que elas existam, mas, na hora em que sofre um Estado, um ente da Federação, todos o socorremos. Isso faz parte do verdadeiro patriotismo, que nós desejamos.

Queremos parabenizar toda a classe política e os Três Poderes da República.

Sr. Presidente, obrigado. Por favor, peça que este meu discurso seja noticiado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Flávio Nogueira. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata, para divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

A próxima inscrição é do Deputado Coronel Telhada. (*Pausa.*)

Deputado Coronel Telhada, permita-me conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, agradeço-lhe a liberação para que eu possa aqui me congratular com vários Municípios do meu Estado que comemoraram aniversário de emancipação política este mês, como Buritirama, Município importante lá do oeste da Bahia; Maetinga e Condeúba, no sudoeste; e Jaborandi, Município do oeste que eu tive a honra de criar quando fui Deputado Estadual.

Parabéns a todos os residentes, moradores destes Municípios que estão progredindo muito, desenvolvendo-se muito. Isso é importante para toda a comunidade desses Municípios, como para o nosso Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Rocha.

Já está na tribuna nosso eminente Deputado Coronel Telhada.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. CORONEL TELHADA (Bloco/PP - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo. Agradeço-lhe a gentileza.

Sras. e Srs. Deputados, esta é a primeira sessão após o falecimento da prezada Deputada Amália Barros. Eu já me manifestei na rede social, mas aqui publicamente também quero deixar os meus sentimentos não só a toda a família, a todos os amigos da querida Deputada, uma jovem de 39 anos, que infelizmente partiu. Serve de alerta para todos nós saber que nós somos finitos, que a nossa vida está nas mãos de Deus e, portanto, devemos fazer o melhor possível dela para ajudar as pessoas. Meus sentimentos a todos os familiares da Deputada Amália Barros.

Srs. Deputados, todos nós aqui estamos atentos à grande catástrofe que está acontecendo no Sul. São Paulo tem contribuído de maneira muito forte. Aliás, na sexta-feira passada, eu e meu filho, o Deputado Estadual Capitão Telhada, estivemos no fundo de solidariedade do Governo de São Paulo, próximo à Marginal Tietê, ali nos Remédios, onde nós vimos uma excepcional quantidade de material que está chegando, principalmente água, produtos sanitários, produtos de higiene, comida não perecível. Nós estamos felizes de saber que o povo está unido e ajudando nossos irmãos e nossas irmãs do Rio Grande do Sul, a quem quero mandar um grande abraço e dizer que estamos orando para que essa situação cesse logo e passe a haver novamente tranquilidade e segurança naquele Estado.

Queria aproveitar, Srs. Deputados, para dizer que nós, como Deputados Federais, temos a obrigação aqui de legislar. Tenho um projeto nesta Casa, o Projeto de Lei nº 651, de 2023, que eu fiz no ano passado, quando aconteceram as catástrofes no litoral de São Paulo, em São Sebastião. Na ocasião, também houve a mesma prática de criminosos que aproveitam esses momentos para furtar, roubar, estuprar, enfim, fazer uma série de crimes. E esse projeto que nós fizemos aqui justamente prevê o endurecimento das penas para os crimes que ocorram em locais de calamidade. Aqueles criminosos, aqueles vagabundos que praticarem crimes em locais de calamidade pública deverão ser apenados em dobro, porque é inadmissível que a população, que as pessoas estejam sofrendo, e os criminosos levando o que sobrou, atacando o comércio, atacando a casa dessas pessoas.

Inclusive, no Rio Grande do Sul, a população está se armando, graças a Deus — faz muito bem —, para enfrentar esses criminosos, porque só a polícia não dá conta de enfrentá-los. Então, esse é o nosso projeto.

Eu já pedi ao Líder do Progressistas, o Deputado Luizinho, para que faça um trabalho junto à Mesa no sentido de trazer esse projeto, que está pronto, ao Plenário para ser votado. Esse projeto, com certeza, ajudará muito nos locais de calamidade pública, ao prever que haja uma ação mais enérgica contra aqueles criminosos que agirem em locais de calamidade.

Peço o apoio de todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas para que esse projeto venha a Plenário e seja votado.

Solicito, Sr. Presidente, que minha fala seja encaminhada aos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Coronel Telhada.

Primeiramente, agradeço a V.Exa. e a todo o seu povo, que tem ajudado, auxiliado o Rio Grande do Sul. V.Exa. tem se manifestado em defesa daqueles que estão lá flagelados. Nós precisamos de amparo, de acolhimento e de proteção.

Que a manifestação de V.Exa. conste no programa *A Voz do Brasil*. Essa é a determinação da Presidência da sessão.

A próxima inscrição é do Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero hoje tratar de dois temas aqui na tribuna. Primeiro quero lembrar que, desde ontem, está em vigor o Programa Desenrola para pequenos negócios, para microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais. Há mais de 6 milhões de empreendedores endividados, muitos em função da pandemia, outros em função dos altos juros.

Imaginemos aqueles empreendedores que obtiveram crédito com juros de 3% ou 4% e depois tiveram que pagar a taxa SELIC de 13,75%. Com muito esforço, essa taxa vem caindo, mas ainda está muito alta. O objetivo do Governo Lula, com o Programa Acredita e o Programa Desenrola da micro e pequena empresa, é limpar o nome das pequenas empresas, das microempresas e dos empreendedores individuais que estão endividados, que precisam restabelecer a sua empresa para voltar a gerar emprego.

Essa medida é necessária, importante e, tenho certeza, vai contribuir para a geração de empregos no nosso País, para a geração de renda, para que esses empreendedores voltem a investir no nosso País, gerando mais riqueza e, ao mesmo tempo, gerando cidadania e emprego para a nossa população.

Você que é pequeno empreendedor brasileiro agora pode renegociar as suas dívidas bancárias, porque o Programa Desenrola da micro e pequena empresa já está rodando desde ontem, graças a essa grande iniciativa do Presidente Lula.

O segundo tema é sobre as *fake news* que ainda, infelizmente, acontecem, em plena situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul. Já manifestei aqui minha solidariedade ao povo gaúcho, como fiz em março, quando o povo do Espírito Santo viveu também um drama grande, com 20 mortes no sul do Estado.

É inadmissível que, em plena calamidade pública, haja pessoas explorando política e eleitoralmente essa tragédia. Essas pessoas merecem ser punidas, sejam elas agentes públicos ou não.

Enquanto o Governo Federal está trabalhando, já disponibilizou mais de 70 bilhões de reais, viabilizou toda a estrutura das Forças Armadas, do Governo, e está presente junto com as Prefeituras, com o Governo do Estado, com a sociedade para socorrer os gaúchos, alguns insistem em espalhar mentiras de forma criminoso. Espalhar mentiras é crime, especialmente num momento de calamidade pública!

Ontem eu protocolei um projeto, Deputado Aírton Faleiro, Deputado Tadeu Veneri, que estão aqui presentes em plenário, para punir quem divulgar *fake news* durante as calamidades públicas. Tem que punir essa gente!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Helder Salomão.

Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra o próximo orador, o Deputado Coronel Assis.

Tem a palavra a V.Exa.; em seguida, o Deputado Aírton Faleiro.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos aqui para tratar também de vários assuntos relativos à nossa atividade Parlamentar. Como Parlamentar, aqui nesta tribuna, uma das nossas prerrogativas, um dos nossos objetivos é justamente promover cobranças ao Governo Federal, aos outros Poderes; que possamos, sim, falar ao nosso povo as coisas que acontecem na política brasileira e que nós temos que cobrar.

Só para lembrar, Sr. Presidente, a PETROBRAS tem o pior trimestre desde 2021. A estatal registra uma queda no seu lucro líquido no primeiro trimestre. Comparado ao primeiro trimestre de 2021, a empresa lucrou cerca de 1,2 bilhão de reais. Tivemos uma queda na produção diária da PETROBRAS que chegou a cerca de 5,4%. A receita líquida caiu 15,4%, contra o período anterior, cujo recuo ficou somente em 12,3%. O lucro bruto ficou em 60,7 bilhões de reais de janeiro a março de 2024, representando uma queda de 17,2% comparado ao mesmo período de 2023. As despesas operacionais cresceram, Sr. Presidente, 16,2 bilhões de reais, no primeiro trimestre, representando um crescimento de 22% comparado a 2023.

O Governo Lula realmente nos surpreende a cada dia. Destruir a PETROBRAS faz parte, parece, da agenda maldosa da atual gestão do Governo Federal. E é um Governo muito mal avaliado. Aqui chamo a atenção novamente para a pesquisa realizada pelo Instituto Genial/Quaest e divulgada no dia 8 de maio de 2024, que aponta que 49% dos brasileiros afirmam que o Governo Lula está indo na direção errada. Até mesmo entre os próprios correligionários da atual gestão do Governo Federal, de acordo com essa pesquisa, os petistas, houve uma queda na aprovação de 6%. Em fevereiro, 77% achavam que o Brasil estava melhor; em maio, 71% somente acham que o Brasil caminha no rumo certo; e 41% dos entrevistados não ouviram nenhuma boa notícia.

A única boa notícia de que se lembram, Sr. Presidente, é justamente a dos 600 reais de aumento do Bolsa Família, que é do Governo anterior, o Governo do Presidente Bolsonaro.

E as notícias ruins de que têm notícia os entrevistados dizem respeito à fama de corrupção do atual gestor, que, com certeza, reflete-se em toda a sua gestão.

Nós precisamos de um rumo para o Brasil. Ninguém torce para que o Brasil dê errado, Sr. Presidente. Na verdade, a atual gestão do Governo Federal, o Governo Lula, precisa, sim, de um milagre para se sobressair. Viver olhando no retrovisor, no passado de ideias retrógradadas, realmente não vai levar o Brasil à frente.

Então, nós estaremos aqui, sim, nesta tribuna, onde nós temos o dever constitucional de promover essas cobranças à atual gestão do Governo Federal e de externar tudo o que acontece na política brasileira, para que o cidadão possa saber o que está acontecendo.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que seja divulgada nossa fala também pelos meios oficiais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Coronel Assis. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Nós queremos aqui sugerir aos nossos colegas da *TV Câmara* que possam incluir na aba da *TV Câmara* o Pix do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e também o Pix da Comissão de Cidadania da Câmara dos Deputados — aliás, uma solicitação que nós encaminhamos e que foi aceita.

Assim, o cidadão que está assistindo à *TV Câmara* terá ali esses números de Pix para poder fazer a sua contribuição e auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul nessa tragédia. O Pix da Câmara é 03.141.616/0001-70, e o do Governo do Estado, 92.958.800/0001-38.

O Rio Grande do Sul, que sofre essa calamidade, tem mais de 2 milhões de habitantes, de cidadãos, de pessoas atingidas; 600 mil estão fora Casa, sendo que, desses, 100 mil estão em abrigos, e os outros 500 mil estão desabrigados. Faça esse registro para que a *TV Câmara* possa dar essa contribuição importante.

O próximo inscrito é o Deputado Airton Faleiro, mas eu queria, primeiro, conceder 1 minuto ao Deputado José Medeiros, de Mato Grosso.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ando muito preocupado, porque, no momento em que estamos numa crise muito grande, eu vejo que o Governo já está propondo aqui o segundo aumento de imposto.

Tivemos o DPVAT e recebemos agora, neste momento, a notícia de que o Colégio de Líderes decidiu que vai pautar um projeto que é um arremedo do projeto das *fake news*.

Essa sanha não tem nada a ver com mentira, não tem nada a ver com a crise do Rio Grande do Sul. O que estamos vendo aqui é a sanha da Rede Globo por dinheiro. A Rede Globo por muito tempo pautou o debate neste País, tinha conceito; hoje, ela vive igual a político desgastado, só se elege no dinheiro. Ela está doida para pôr a mão em dinheiro e quer nos fazer de fantoches para aprovar um PL que vem cercear conteúdo, vem cercear liberdade e fazer com que ela encha os bolsos de dinheiro.

Peço ajuda a todos os que estiverem nos assistindo, que sejam contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Medeiros.

Está na tribuna o Deputado Airton Faleiro. Depois, em seguida, eu quero emprestar o microfone de aparte ao Deputado José Nelto.

Deputado Airton Faleiro, tem a palavra V.Exa.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero comemorar aqui, com meus pares, a aprovação, na semana passada, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, do relatório de nossa autoria de um projeto de lei proposto pelo meu colega, na época, Deputado Camilo Capiberibe. Esse nosso relatório foi aprovado e trata nada mais, nada menos do que da criação de uma política nacional para as populações originárias e populações tradicionais na Amazônia, da criação de um fundo para apoio a essas populações. Esse fundo será gerido, segundo a proposição, pela SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com recursos do Orçamento da União, mas também de doações.

É importante dizer que o projeto que aprovamos, ou seja, o nosso relatório, que acompanha a deliberação da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, trabalha não só com a criação do fundo, mas também com a isenção de impostos de produtos da sociobiodiversidade industrializados na Amazônia. Nós não podemos só falar de preservar a Amazônia, sem dar incentivo a quem quer fazer a coisa certa. Neste sentido, termos um fundo para apoio das iniciativas da sociobioeconomia, termos um recurso para apoio de projetos de agroindustrialização ou de industrialização dos produtos amazônicos, faz parte do incentivo de quem não quer desmatar a Amazônia, de quem quer preservar a Amazônia, mas quer melhorar a vida das pessoas. Esse projeto agora vai para a Comissão de Finanças e a Comissão de Justiça, onde tem decisão terminativa.

Mas, Sr. Presidente, permita-me, nesses 30 segundos que me restam, fazer uma pergunta aqui nesta Casa. Parlamentar pode mentir? Não é falta de decoro? O que temos observado é uma falta de ética de alguns Parlamentares desta Casa, espalhando *fake news* diante da dor do povo gaúcho. E fica aqui a nossa condenação a Parlamentares que estão prestando esse desserviço ao nosso País. Fica aqui o nosso protesto.

Volto à pergunta: Parlamentar pode mentir, espalhar *fake news* mentirosas, quando há uma união de forças dos Governos para ajudar a salvar o povo do Rio Grande do Sul?

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Airton Faleiro. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Seu discurso será divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Tem a palavra o Deputado José Nelto.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, é com grande alegria que quero, nesta tarde, registrar a presença da Vereadora Michelle, do Município de Davinópolis. Ela é uma mulher guerreira, lutadora. Davinópolis fica na divisa com o Município de Catalão. Lá existe uma ponte com apenas

uma passagem. Essa ponte já trouxe dezenas de desastres e mortes. Falo da ponte sobre o Rio São Marcos. Ela tem apenas uma pista, Sr. Presidente.

Hoje, a Vereadora está visitando o Congresso Nacional brasileiro. Agora, está na Câmara dos Deputados. Logo em seguida, vai ao Senado da República. Estamos apresentando aqui um requerimento e um ofício ao DNIT e ao Ministério dos Transportes. Vamos colocar uma verba no Orçamento da União para fazer a segunda pista. Toda semana há um desastre, e eles são fatais. Ela é a nossa pré-candidata a Prefeita de Davinópolis. É a primeira mulher candidata, uma mulher corajosa, honesta, religiosa. É uma grande mulher, que tem trabalhado muito na política para levar benefícios para o Município de Davinópolis.

Sr. Presidente, solicito que conste no programa *A Voz do Brasil* que essa mulher saiu de Davinópolis e agora vai aos Ministérios cobrar a segunda faixa da ponte sobre o Rio São Marcos.

Para concluir, Sr. Presidente, deixo registrada para todo o Brasil, através da *TV Câmara*, a persistência da Vereadora Michelle em cobrar a segunda pista da ponte sobre o Rio São Marcos. É realmente uma excrescência fazer uma ponte com uma pista só. O povo está sofrendo e morrendo.

Parabéns, Vereadora Michelle! Conte com o apoio da Câmara.

Vamos fazer agora uma visita ao Senado da República, ao Ministro dos Transportes, ao DNIT, para mostrar a realidade. Através do Orçamento da União, iremos colocar verbas, porque esta Vereadora está determinada. Ela é a nossa pré-candidata a Prefeita pelo PSD.

Muito obrigado.

Solicito que minha fala conste do programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Nelto.

Seja bem-vinda, Vereadora Michelle, ao Parlamento Federal. O Deputado José Nelto bem a representa aqui nesta Casa.

Determino que seja feita a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Já está na tribuna o eminente Deputado Saullo Vianna, do UNIÃO do Amazonas.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. SAULLO VIANNA (Bloco/UNIÃO - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Nesta tarde, eu trago aqui a informação de que, no último fim de semana, tivemos lá no Município de Parintins, no meu Amazonas, uma inauguração importante, a inauguração da Arena Olímpica Rubem dos Santos. Trata-se de um ginásio poliesportivo, o maior do interior do Estado do Amazonas. O ginásio tem capacidade para 4 mil espectadores e conta com infraestrutura de lanchonetes, vestiários e rede de Internet *wi-fi* grátis para os espectadores.

O ginásio fica na área de uma vila olímpica que está sendo construída no Município de Parintins, o que, com toda certeza, ajuda muito na questão social, na questão do esporte, na questão da inclusão. Essa é uma grande conquista para o povo da cidade de Parintins.

Essa é a arena mais completa do interior do Estado e conta com um piso de competição internacional. Trata-se de uma arena olímpica multiuso que vai, com toda certeza, beneficiar muito a população da cidade de Parintins.

O nome dado à arena, Rubem dos Santos, é uma homenagem a um ex-jogador de futebol, narrador, comentarista esportivo e repórter de rádio de campo, o saudoso parintinense Rubem dos Santos.

Essa arena recebeu investimentos da ordem de 7 milhões de reais e contou, para uma parte desses investimentos, com uma emenda do Senador Eduardo Braga.

A inauguração contou com a participação do ex-jogador de futsal Falcão e também do ex-BBB Mateus Alegrete.

Nessa inauguração, fizemos também uma arrecadação de alimentos não perecíveis, que foram encaminhados para o Estado do Rio Grande do Sul, para ajudar as pessoas que hoje estão passando por extrema necessidade naquele Estado.

A Prefeitura de Parintins, por meio do Prefeito Bi Garcia, vem fazendo uma grande transformação social, porque investimento em esporte e investimento em educação trazem essa transformação social.

Ao longo desse quarto mandato do Prefeito Bi Garcia, o segundo em sequência na atual gestão, já foram inauguradas 145 escolas, tanto na cidade como na zona rural, e 16 ginásios. Esse foi o 16º ginásio inaugurado pelo Prefeito Bi Garcia. E temos a nossa parcela de contribuição. Eu, como Deputado Estadual, destinei emendas para a educação no Município. E agora, no mandato de Deputado Federal, também estou destinando emendas para as áreas de educação, saúde, esporte e social do Município, para ajudar, com esses investimentos, nessa transformação muito importante por que o Município de Parintins está passando.

Assim como eu, outros Deputados Federais e Senadores da República estão ajudando muito o Município de Parintins, administrado pelo Prefeito Bi Garcia.

Presidente, solicito que este discurso seja divulgado nos canais de comunicação da Câmara e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Saullo Vianna. A solicitação de V.Exa. está acatada pela Mesa, para a divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

A próxima inscrição, a rigor, seria a do Deputado Delegado Marcelo Freitas, do União de Minas Gerais, mas temos um pedido de palavra do Deputado Pastor Henrique Vieira, do Rio de Janeiro, pela Liderança do PSOL. Como a Comunicação de Liderança precede as demais falas, concedo a palavra ao Deputado Pastor Henrique Vieira, por 3 minutos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

V.Exa. pode acumular o tempo da Liderança com o tempo regimental das Breves Comunicações, Deputado Pastor Henrique Vieira.

Depois eu passarei a palavra a V.Exa., Deputado Delegado Marcelo Freitas.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, eu queria manifestar minha sincera solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, na pessoa do Presidente da sessão neste momento, o Deputado Pompeo de Mattos. Estamos aqui no esforço sincero, cidadão, de prestar toda forma de socorro e solidariedade ao povo gaúcho e às suas famílias.

Há alguns projetos que apresentamos, no sentido de criar mecanismos de ajuda e de socorro para o povo gaúcho diante dessa situação de calamidade, fruto da emergência climática.

O Projeto de Lei nº 1.691, de 2024, que estamos propondo, altera a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, para dispor sobre o direito de falta ao trabalho, sem prejuízo de salário, nos casos de enchentes e suas consequências.

Por razões muito óbvias, as pessoas não estão podendo ir trabalhar. Então, diante de uma emergência climática, de uma situação de calamidade, de uma enchente, que essas faltas ao trabalho, obviamente, sejam justamente abonadas e que o trabalhador impedido de chegar ao seu emprego, dessa forma, não tenha desconto salarial.

Outra proposta é o Projeto de Lei nº 1.646, de 2024, que cria a categoria do deslocado interno por questões climáticas. Quem é o deslocado interno por questões climáticas? É a pessoa que, de maneira forçada — ou seja, não era vontade dele, não foi decisão dela —, teve que sair da sua moradia, do seu *habitat* tradicional, por conta de uma perturbação ambiental. O projeto trata de situações de calamidade, fruto de desastre ambiental, em razão da qual a pessoa tenha que sair da sua moradia para proteger a sua própria vida e a sua qualidade de vida.

Diante de uma situação assim, infelizmente, cada vez mais comum no mundo e no Brasil, fruto da emergência climática, proponho a criação dessa categoria de pessoa deslocada de maneira forçada, internamente, ou seja, dentro do Brasil — o projeto trata de residente no Brasil que se desloque dentro do Brasil.

Essa medida está diretamente associada à lei do Minha Casa, Minha Vida, para que essas pessoas tenham privilégio, tenham preferência, tenham prioridade nesse programa, porque uma demanda imediata é o acesso à moradia. É preciso reconhecer essa condição para facilitar o acesso dessas pessoas à moradia.

Além disso, fizemos uma representação no Ministério Público Federal, junto com a Deputada Fernanda Melchionna, que é gaúcha — e toda a solidariedade à Deputada Fernanda também, a seus familiares, amigos e amigas —, e a Deputada Erika Hilton. Nós fizemos uma denúncia porque, infelizmente, há disseminação de *fake news*, há desinformação em relação à tragédia, o que dificulta, inclusive, o próprio socorro às pessoas.

É triste reconhecer e constatar que existem pessoas deliberada e intencionalmente produzindo mentira em cima do caos e da tragédia, pensando em capitalização política para si e seu grupo, em vez de socorrer as pessoas, independentemente do espectro político-partidário.

Por fim, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento de informação ao Ministério da Justiça, porque, sim, estamos preocupados também com as pessoas presas no sistema carcerário do Rio Grande do Sul. Queremos entender qual tem sido a política do Governo, porque são pessoas dotadas de dignidade também e não podem ser esquecidas, não podem ser desprezadas, não podem ser culpabilizadas, não podem ser deixadas ali para morrer. Até pela minha formação de vida, eu me importo verdadeiramente com todas as pessoas, sem distinção. Por isso, fizemos esse requerimento ao Ministério da Justiça.

Estamos vendo um esforço sincero, integrado, do Governo Federal, para garantir apoio, socorro e abrigo ao povo do Rio Grande do Sul, ao congelar uma dívida daquele Estado, afim de que o Estado tenha mais capacidade para socorrer o seu povo.

Neste minuto final, deixo um alerta. Se observarmos a história da humanidade, nós estamos há milhares de anos por aqui. E tudo indica que, nos últimos 150 anos, a ação humana está desorganizando a relação entre o ser humano e o restante da natureza. Obviamente, isso não é fruto de uma ação humana isolada ou individual, é fruto desse modelo econômico que coloca o lucro de poucos acima da dignidade humana, e fruto do tempo do mercado acima do tempo e dos ciclos da natureza. Essa voracidade, às vezes, conta inclusive com cumplicidade legislativa, na flexibilização de leis ambientais, desprotegendo povos tradicionais e, assim, desregulando todas as variáveis que permitem a sobrevivência humana no planeta Terra. Precisamos debater sobre isso, para cuidar da vida e da dignidade humana.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Pastor Henrique Vieira. V.Exa. fez uma comunicação como Líder, então, teve preferência no uso da palavra.

Enquanto a Deputada Benedita da Silva vai à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Roberto Monteiro Pai, do microfone de apartes.

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, amados Parlamentares, neste momento eu quero aqui apresentar a Presidente do PL Mulher do Município de São João da Barra. Registro também aquilo que é de conhecimento nacional, lamentavelmente, a passagem, a partida da nossa colega Amália Barros, que domingo veio a óbito.

Que Deus a recolha e conforte, console e ajude a sua amada família! O nosso partido, o PL, está muito triste, porque realmente é uma perda irreparável. O legado dela estará sempre conosco.

Agradeço aqui a nossa querida Presidente do PL Mulher bem como àquele povo querido e maravilhoso de São João da Barra.

Obrigado, amado...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Roberto Monteiro Pai.

Já está na tribuna a Deputada Benedita da Silva, que já foi Senadora, Governadora de Estado e, com essa negritude inteligente, representa o povo do Rio de Janeiro aqui.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada Benedita da Silva, pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, passo a ler uma nota de pesar.

É com profundo pesar que a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e das Deputadas lamenta o falecimento precoce da Deputada Federal Amália Barros, do PL de Mato Grosso, aos 39 anos, ocorrido no último domingo, dia 12 de maio.

A Deputada integrou a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão de Educação.

Formada em jornalismo, Amália lançou, em 2021, o livro *Se enxerga!: Transforme desafios em grandes oportunidades para você e outras pessoas*, no qual compartilhou sua trajetória de vida, marcada aos 20 anos por uma infecção por toxoplasmose que acabou provocando a perda da visão do olho esquerdo.

Amália também ajudou a impulsionar a aprovação da Lei nº 14.126, de 2021, conhecida como Lei Amália Barros, baseada na proposta do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe, que teve parecer favorável, na Câmara dos Deputados, da Relatora Deputada Luisa Canziani, do PSD do Paraná, reconhecendo a visão monocular como uma deficiência sensorial do tipo visual.

A Deputada Amália Barros será lembrada não apenas por sua dedicação às causas das mulheres e das pessoas com deficiência, mas também por sua contribuição valiosa ao transformar os obstáculos pessoais em inspiração.

Quando perdemos uma Parlamentar, independentemente de qualquer diferença, perdemos todas nós como bancada feminina, que luta diariamente pelos direitos de todas as meninas e mulheres. Por isso, eu quero expressar, em nome de todas as Deputadas desta Casa, condolências à família, aos amigos e à equipe da Deputada neste momento de tristeza.

Que seu legado perdure e inspire futuras gerações!

Essa é a nota e mais uma manifestação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e das Deputadas.

Eu peço a inscrição desta nota nos Anais da Câmara dos Deputados e sua divulgação nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que a nota de pesar seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Reitero as condolências da Mesa da Câmara dos Deputados a toda a família enlutada da honrada Deputada Amália Barros, nossa colega. Que Deus a acolha, em sua bondade, nos campos grandes do céu.

A próxima inscrição é a do Deputado Delegado Marcelo Freitas, do UNIÃO de Minas Gerais. Antes, concedo 1 minuto ao Deputado Otoni de Paula, do microfone de apartes.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Após o *show* da Madonna no Rio de Janeiro, parece que o Prefeito Eduardo Paes se empolgou e disse que todo ano agora vão acontecer grandes *shows*. Eu não sou contra esses entretenimentos na cidade do Rio de Janeiro. Eu sou contra o patrocínio disso com dinheiro público. Sabemos que isso funciona como uma grande lavanderia de dinheiro público.

Deixem-me também lhes dizer outra coisa. Nós estamos agora em ano de Marcha para Jesus. Da mesma forma que eu me posicionei contra o uso de dinheiro público em *show* da Madonna ou em qualquer *show*, eu sou contra o uso de dinheiro público em Marcha para Jesus.

Por isso, pastorada do Rio de Janeiro, se pegar dinheiro de Eduardo Paes este ano para marchar para Jesus, o pau vai comer desta tribuna. Sabem por quê? Quem quiser ter orgulho de ser *gay* que tenha, mas tenha com o seu dinheiro. Quem quiser marchar para Jesus que marche, mas marche com o seu dinheiro.

Dinheiro público existe para promover segurança, educação e atendimento à saúde com qualidade para a nossa população. O resto é politicagem que nós não podemos aceitar. Se eu sou contra usar dinheiro público de um lado, eu não serei incoerente ao permitir que o dinheiro público seja usado para nós evangélicos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Já está na tribuna o eminente líder Deputado Delegado Marcelo Freitas, do UNIÃO de Minas Gerais.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu inicio a minha fala com o mais absoluto sentimento de pesar em razão da tragédia que, de fato, acomete a vida da população do Estado do Rio Grande do Sul, mas é preciso deixar claro a esta Casa do Povo que o poder público pode muito, mas não pode tudo, especialmente em tragédias como essa ocorrida naquele Estado.

Eu digo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para fazer um paralelo entre a atuação da mídia tradicional e aquilo que vem acontecendo nas redes sociais. Cito concretamente, como exemplo, uma entrevista concedida pelo Governador gaúcho à *Globo News*, em que um repórter chamado André Trigueiro se achou no direito de se assenhorar da verdade e dizer ao Governador que aquela tragédia gaúcha poderia ter sido evitada, quando evidentemente, diante daquele fenômeno, o que podemos fazer, no máximo, é minimizar ou diminuir as terríveis consequências daquela forte chuva. Disse o jornalista que tinha 30 anos de experiência em tragédias e que aquilo poderia ter sido evitado.

A grande verdade é que não sabem nada e, em contrapartida, vivem a tentar criminalizar a conduta daqueles que, em redes sociais, procuram levar à população fatos relevantes. Cito concretamente o que tem acontecido especificamente com alguns influenciadores e políticos que buscaram, além de ajudar, estabelecer uma visão que, em momentos de crise, de fato, gera uma divergência de comunicação.

É preciso que nós deixemos claro que essa divergência de comunicação não pode, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ensinar, salvo dolo, salvo evidente má-fé, a responsabilização criminal de quem quer que seja. A imprensa é livre. E as redes sociais garantem a liberdade de expressão às pessoas, para que possam levar sua voz aonde quer que, de fato, queiram que ela chegue.

Cito outro exemplo concreto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de um repórter da *Globo* que falava claramente a respeito dos contratos nessa situação terrível da enchente do Rio Grande do Sul. Mal sabe ele que, em situações como essa, existe uma cláusula no direito que exclui a responsabilidade dos contratantes em virtude de ser uma tragédia que a todos nós, de surpresa, de fato, pegou.

Preciso concluir, Sr. Presidente, deixando claro que o poder público pode muito, mas não pode tudo. O que todos devemos fazer é trabalhar para que possamos impedir desastres ambientais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, eminente Deputado.

A próxima inscrição é a do eminente Deputado João Daniel, do PT de Sergipe. S.Exa. já está na tribuna.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Na pessoa de V.Exa., Presidente, e do coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, o nosso querido Deputado Marcon, eu quero saudar todos os Parlamentares do Rio Grande do Sul, no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Estado, nas Câmaras de Vereadores, e, em especial, toda a população gaúcha, que enfrenta um grande e grave desastre que ainda ocorre lá. Nós temos plena compreensão das consequências de tudo isso para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, em especial para a população.

Eu queria também, Sr. Presidente, solidarizar-me com toda a família da Deputada Amália Barros e com toda a bancada da Deputada pela lamentável perda. Os nossos pêsames e a nossa solidariedade a todos os familiares e amigos da Deputada, a nossa colega Amália Barros, que nos deixou.

Presidente, acompanhando o que acontece no Rio Grande do Sul, entendo que esta Casa pode ajudar em duas coisas importantes. A primeira é que tramita aqui há muito tempo o projeto sobre *fake news*, cujo Relator é o grande Deputado Orlando Silva. Esse projeto não é aprovado, não anda, porque não há interesse nisso por parte desta Casa, daqueles que mentem e acham que os meios de comunicação e as redes sociais servem para fazer lavagem cerebral, com o fim de atingirem os objetivos dos seus projetos, independentemente do que vai ocorrer com a sociedade.

É preciso, sim, que haja uma regulamentação séria, comprometida, sobre o papel dos meios de comunicação e das redes sociais. Só tem medo disso quem divulga mentira e comete crime. Portanto, é preciso que o Congresso Nacional discuta e aprove esse projeto, para que as redes sociais e os meios de comunicação tenham verdadeiramente um papel de divulgação da verdade na democracia.

A segunda coisa, Sr. Presidente, é que é fundamental discutir, nessa questão das enchentes, o papel do Estado. O Governador e todos vão pedir socorro à União e ao Estado. E eu estava lendo agora, Deputado Tadeu Veneri, uma matéria em que eu via a Presidenta Dilma falar, em nome do BRICS, sobre a possibilidade de um aporte grande de recursos para o Rio Grande do Sul. Que bom! E que seriedade tem essa mulher!

Por que a Presidenta Dilma propõe isso? Porque há um banco dirigido pelo BRICS que pensa no valor de um Estado forte, um Estado indutor da economia, do desenvolvimento, das políticas públicas.

Por isso, o tema do papel do Estado e o tema da questão ambiental é fundamental esta Casa discutir. Nesta Casa, não com o apoio da Esquerda e da nossa bancada, muitas vezes foram aprovados projetos para flexibilizar a legislação, fazendo com que essas catástrofes, cada vez mais, cheguem ao nosso País, a essas regiões, por conta da questão ambiental.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado João Daniel. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata. O seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação do Parlamento Nacional.

A próxima inscrição é do Deputado Hildo Rocha, do Maranhão. Em seguida, vamos ouvir o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Hildo Rocha, tem a palavra V.Exa.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, que preside a sessão no presente momento.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estou utilizando a tribuna da Câmara para falar sobre a BR-226, uma rodovia de grande importância, de integração nacional. Ela liga o Nordeste ao Norte e Centro-Oeste do nosso País. Começa lá no Rio Grande do Norte e termina no Estado do Tocantins. No Maranhão, atravessa boa parte do nosso Estado. É importantíssima a rodovia, e faltava ainda que 63 quilômetros fossem pavimentados. Foi concluída a sua pavimentação

neste ano, recentemente, no fim do mês passado. Inclusive, a obra foi inaugurada pelo Ministro Renan Filho. Foi concluída agora no Governo do Presidente Lula, graças ao Orçamento de 2023.

O Orçamento de 2023 foi relatado pelo Senador Marcelo Castro. Nós conseguimos incluir recursos. Ele se esforçou bastante para isso. Nós nos esforçamos também. Eu era Presidente, na época, da Comissão de Viação e Transportes e sabia da importância daquela rodovia para o Estado do Maranhão. Também exerceu uma influência muito grande na conclusão dessa estrada o Governador Carlos Brandão, que ficou insistentemente vindo a Brasília procurar o Ministro Renan Filho. E a bancada federal, momentos atrás, destinou recursos para esta importante rodovia maranhense.

Dizem, Deputado Pompeo, que o passado não volta, mas é importante conhecer o passado, conhecer a nossa história, para que possamos homenagear os feitos de homens e mulheres. A BR-226 passa por mais de 400 quilômetros dentro do Estado do Maranhão, e metade dela — o trecho que beneficia Barra do Corda, Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Porto Franco, entre outras cidades — foi pavimentada na época do segundo Governo da Governadora Roseana Sarney, com dinheiro do Estado. Foi o Governo do Estado, com os próprios recursos, que fez essa construção. Outro dia, conversando com uma pessoa lá em Grajaú, perguntei se ela sabia quem havia pavimentado aquela rodovia, permitindo a passagem de carros e caminhões de transporte de lá até São Luís e até a Capital do nosso País, Brasília. A pessoa não sabia, e eu disse que havia sido a Roseana Sarney.

Portanto, eu quero deixar registrado aqui que hoje 100% da BR-226 encontra-se pavimentada.

Peço que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha, do Maranhão.

Os próximos inscritos são o Deputado Tadeu Veneri, do PT do Paraná, e o Deputado Dionilso Marcon.

Deputado Tadeu Veneri, tem a palavra V.Exa.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputados, não é de hoje que nós convivemos com mentiras propaladas com o intuito muito claro de desinformar, criar confusão, gerar pânico e, principalmente, possibilitar que se ganhe dinheiro em cima daqueles que, às vezes, incautos, de forma não voluntária, acabam acreditando nelas.

Mas o mais trágico é explorar uma tragédia como essa do Rio Grande do Sul — e V.Exa. é de lá, Sr. Presidente — mentindo diariamente. E eu vi aqui, Sr. Presidente, que, desde o início das enchentes trágicas no Rio Grande do Sul, alguns perfis da extrema direita, de forma coordenada, têm divulgado *fake news* com fundamento em três eixos, basicamente.

O primeiro é dizer que o Estado não faz nada, quem faz são os civis. Usando vídeos descontextualizados, dizem que não há nenhum tipo de ajuda, que o Exército não está lá, que é preciso levar 200 helicópteros, 100 mil policiais e soldados, como se fosse possível. Sr. Presidente, ao dizerem que quem salva o civil é o civil sem que isso seja verdadeiro, não levam em conta que o Governo já havia enviado para lá mais de 42 aeronaves, 50 viaturas e barcos, o Corpo de Bombeiros do Brasil inteiro.

O segundo eixo é dizer que o Estado é responsável pelas mortes, também fora de contexto, e que ele impedia que chegasse socorro até as pessoas que estavam lá.

O terceiro eixo é o da desinformação. Dizem que o Estado atrapalha e que o Brasil vai muito pior do que estava antes.

Sr. Presidente, eu lamento que Deputados, Deputadas, Senadores se prestem a esse trabalho. Tudo bem, cada um defende aquilo em que acredita, mas mentir, como foi feito por um Deputado anteriormente aqui, Sr. Presidente, deveria ser, neste momento, mais do que em qualquer outro, quebra de decoro parlamentar. Não é possível que utilizem um vídeo mostrando caixões sendo colocados dentro de um caminhão para alegar que esses caixões seriam para as vítimas do Rio Grande do Sul apesar de eles terem sido comprados durante o terremoto do ano passado. Utilizaram também um vídeo mostrando uma quantidade enorme de gado sendo conduzida pela enchente. O Deputado Marcon sabe que nós perdemos muitos animais — perdemos porcos, perdemos galinhas, perdemos cachorros, perdemos cavalos —, mas aquele vídeo é de uma enchente acontecida lá no México.

É muita cara de pau, Deputado, é muita falta de amor para com o Estado do Rio Grande do Sul usar a tragédia para afirmar que as pessoas estão sendo violentadas nos abrigos. Há, sim, casos desses — é por isso que a polícia está lá —, mas não se trata de algo generalizado. Isso impede que as pessoas procurem socorro, isso impede que as pessoas vão atrás daquilo que é direito seu.

Disseram que ia acabar o arroz no Brasil. Se o Presidente Lula não tivesse dito que nós íamos comprar 1 milhão de toneladas de arroz, hoje este estaria custando 40 reais, 50 reais, no Brasil inteiro.

É criminoso o que se faz, inclusive com o apoio deliberado de algumas pessoas. É uma tragédia, Sr. Presidente. E é uma tragédia maior quando a mentira é contada por Parlamentares; é uma tragédia maior quando Parlamentares mentem

deliberadamente para ganhar sei lá o quê, para fazer sei lá o quê. A verdade vai aparecer, e o seu Estado, Presidente, que é também o de tantos outros Deputados aqui, ainda vai reconhecer quem de fato mentiu e quem de fato ajudou. Nós ainda saberemos. O Rio Grande do Sul se reconstruirá, mas não será através de mentiras.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado em todos os órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

A Mesa acata a solicitação de V.Exa., e seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

A próxima inscrição é do Deputado Dionilso Marcon, do PT do Rio Grande do Sul. Em seguida, falarão o Deputado Marcel van Hattem, do NOVO do Rio Grande do Sul, a Deputada Rosangela Moro e o Deputado Roberto Monteiro Pai.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer um agradecimento.

Nós temos no Rio Grande do Sul a maior enchente dos últimos 80 anos. Fala-se da enchente de 1941, mas esse é um jogo ninguém quer ganhar. Em 1941, o nível do Rio Guaíba chegou a 5,27 metros. Seu nível, na última semana, passou dos 5,37 metros e, hoje, aumentou de novo.

Mais de 1,5 milhão de gaúchos estão desabrigados, 148 pessoas perderam suas vidas, mais de 100 pessoas estão desaparecidas, mais de 446 Municípios decretaram estado de emergência, e 46 Municípios decretaram estado de calamidade pública.

O Rio Grande do Sul está um caos. De sexta-feira para sábado, no Município de Eldorado do Sul, que fica ao lado de Porto Alegre, em torno de 2 mil pessoas passaram a noite na BR, porque não tinham onde se acolher. Em muitos lugares, os viadutos serviram de pista para que as pessoas pudessem ficar fora das águas.

Quero agradecer aos gestores públicos, independentemente de sigla partidária; aos voluntários, que não são poucos, tanto do Rio Grande do Sul como de todo o País e, inclusive, de outros países; ao Governo do Estado; e ao Governo do Presidente Lula. Mais de 20 mil militares das Forças Armadas estão no Rio Grande do Sul. O Presidente Lula já esteve no Rio Grande do Sul pela segunda vez e estará lá amanhã novamente, com a preocupação de salvar vidas e reconstruir o Estado.

Nós queremos dizer que, se alguém quiser fazer política, por favor, faça política quando o nosso povo gaúcho conseguir erguer a cabeça. Ao se sair às ruas, veem-se pessoas de cabeça baixa, pessoas chorando, casas cobertas de água — 50 mil casas em um Município, 30 mil casas em outro Município. Há Municípios totalmente cobertos pela água. Estão embaixo de água 40% do meu Município de Nova Santa Rita, que fica na Região Metropolitana de Porto Alegre. Há perda de produção agrícola, perda de emprego, perda de vidas. Os hospitais estão alagados.

Então, eu peço aos políticos maldosos que façam política quando o povo gaúcho estiver sorridente, quando o povo puder erguer a cabeça, porque hoje os gaúchos não conseguem fazê-lo, pela tristeza que carregam por terem perdido tudo. Divulgadores de *fake news*, fascistas, por favor, façam política outra hora. Eu sou oposição ao Governo do Estado, mas não tenho coragem de fazer oposição para tirar vantagem do sofrimento das pessoas. Eu entrei na água para salvar vidas, estive lá ajudando as pessoas e não tirei nenhuma foto.

Quero aqui agradecer. Nessa tragédia, ainda bem que o povo do Rio Grande do Sul tem o Presidente Lula, um Presidente humano, um Presidente que disse: *"Nós vamos dar as mãos e ajudar a reconstruir o Rio Grande, que hoje está destruído. As águas estão aumentando, e não há previsão de quando irão baixar"*.

Quero, mais uma vez, antes de encerrar, agradecer o apoio do povo gaúcho, do povo brasileiro, do povo latino-americano, do nosso Governo e também dos esportistas e artistas. E eu quero aqui, sem ofender ninguém, dizer que nos emocionou muito o ato do Atlético Mineiro. Aquele treinamento que o Galo fez, abrindo os portões para que 43 mil pessoas fossem lá apoiar os gaúchos, nos deixou emocionados. Quero agradecer ao Atlético Mineiro, ao Palmeiras, aos nossos atletas do Rio Grande do Sul e de outros Estados, aos artistas, aos anônimos — seis ônibus foram de São Paulo para o Rio Grande do Sul — e a tantos outros cujos nomes não citaremos para não esquecer ninguém.

Então, muito obrigado. Estamos juntos.

Agradeço ao Presidente Lula, ao Governador do Estado, às gestões municipais.

Agradeço também à gestão do Prefeito — não sei de que partido é — do Município de Bombinhas, em Santa Catarina, que estava hospedado lá no seu companheiro partidário. O Prefeito, abaixado dentro do...

(Desligamento do microfone.)

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS) - ... a Prefeitura de Bombinhas, em Santa Catarina, como tantos outros que estão lá para ajudar o nosso povo.

Quem quiser fazer política o faça quando o povo gaúcho puder sorrir e erguer a cabeça. Agora é momento de reconstrução. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto para fazer uma pequena comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Marcon.

Deputado José Nelto, só quero aproveitar a fala do Deputado Marcon para dizer que esses atos de solidariedade ao Rio Grande que estão acontecendo, como a manifestação daquelas crianças na África, no Uruguai e na Argentina, confesso, me tocaram de maneira muito, muito forte.

Quanto à questão do futebol, o Inter e o Grêmio estão com os estádios ocupados pela água, mas vários clubes de futebol vêm se manifestando, se movimentando, ajudando, socorrendo o Rio Grande. E eu quero deixar registrado que aquela manifestação do Atlético Mineiro, o Galo, que, na sua arena, juntou trinta ou quarenta e tantas mil pessoas para assistir a um treino e colocou lá na torcida a bandeira do Rio Grande, num simbolismo, num mosaico, num jogral, foi de cortar o coração, de arrepiar o pelo, de encher os olhos d'água. Queremos agradecer, no simbolismo do mundo do futebol, ao Atlético Mineiro, porque ele foi campeão no que diz respeito a representar a solidariedade ao povo gaúcho. Parabéns ao Atlético Mineiro!

O próximo orador inscrito é o Deputado Roberto Monteiro Pai.

Enquanto o Deputado Roberto Monteiro Pai vai à tribuna, concedo a palavra ao Deputado José Nelto, que falará ao microfone de apartes.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, eu quero aproveitar este momento para fazer um apelo referente a algo que estou vendo pela Internet. Quero, na Câmara dos Deputados, pedir a todos os comerciantes e empresários que coloquem nas gôndolas dos supermercados e comércios os produtos do Rio Grande do Sul para que o povo brasileiro possa comprá-los. Só assim nós estaremos ajudando o povo gaúcho: comprando alimentos, arroz, feijão, todo tipo de produto que for do Rio Grande do Sul. Essa procedência deve ser especificada em supermercados, lojas, farmácias, para que possamos mandar dinheiro indiretamente, além de diretamente, ao povo gaúcho.

Sr. Presidente, eu quero dizer a esta Casa que o empresário de comunicação do Município de Senador Canedo, que faz parte da Grande Goiânia, Alexandre Braga, que é nosso pré-candidato a Prefeito, traz aqui um projeto da construção de um hospital que é modelo lá no Rio de Janeiro. Eu estarei com ele, dentro de poucos minutos, no Ministério da Saúde, para mostrar à Ministra Nísia e aos técnicos que, quando alguém quer fazer um hospital, pode ir ao Rio de Janeiro e copiar, porque, em Senador Canedo, a saúde está na UTI.

Alexandre Braga, parabéns pelo seu projeto!

Peço a divulgação, no programa *A Voz do Brasil*, desse projeto, que irá salvar vidas em Senador Canedo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Nelto. Seja bem-vindo o convidado de V. Exa.

Os próximos inscritos são o Deputado Roberto Monteiro Pai e o Deputado Marcel van Hattem, mas eu quero conceder ainda 1 minuto à Deputada Rosângela Reis, que falará ao microfone de apartes.

A SRA. ROSÂNGELA REIS (PL - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero, aqui, nesta tarde, manifestar as minhas condolências aos amigos e aos familiares da nossa colega Deputada Amália Barros, que faleceu. Nós todos estamos muito consternados com a situação da perda dessa Deputada muito aguerrida, combativa, uma Deputada que trouxe causas importantes à discussão aqui, como a causa da mulher e a causa da pessoa com deficiência.

Eu quero aqui me solidarizar com todos do Partido Liberal. Nós sentimos muito. A Deputada foi Vice-Presidente Nacional do partido, representando as mulheres da Direita. Nós tivemos uma perda enorme. Então, eu quero aqui me solidarizar imensamente e dizer a todos o que disse o apóstolo Paulo: "*Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé*".

Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputada Rosângela.

Já está na tribuna o Deputado Roberto Monteiro Pai.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente Pompeo de Mattos, peço que a minha fala seja registrada nos Anais desta Casa e em todos os meios de comunicação.

Quero aqui abordar com rapidez dois assuntos.

Primeiro, quero parabenizar a Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro pelos 40 anos de luta aqui no Congresso Nacional pela autonomia da advocacia pública, objeto da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2024. Não se pode pensar em Estado Democrático de Direito sem a presença da advocacia pública. É a advocacia pública que, ao fim e ao cabo, defende e constrói caminhos para viabilizar as políticas públicas desenhadas pelo Legislativo e pelo Executivo. Em suma, resalto a importância, o valor e a responsabilidade do papel que a Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro vem desempenhando nesses 40 anos, desenvolvendo um trabalho sem igual.

Eu tenho a honra de, aqui no plenário desta Casa, reconhecer que vocês são extremamente importantes para esta Nação. Vocês têm que ser reconhecidos, e essa PEC tem que ser aprovada, porque vocês trabalham com o coração em favor do povo e em favor do Brasil.

Quero aqui também parabenizar pelos seus 215 anos a briosa e bicentenária Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que hoje tem à sua frente o nobre Secretário da Polícia Militar Coronel Menezes. E aqui eu quero dizer que foi de extrema felicidade a iniciativa do Governador Cláudio Castro de colocar o Coronel Menezes à frente dessa briosa corporação militar, que doa a vida.

Eu quero fechar dizendo que os procuradores merecem o respeito do Parlamento Federal e que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro merece o carinho e o apreço da população e investimento na área de segurança pública.

Nobre Deputado, aguardo V.Exa. no fim do mês, lá no PARLASUL, para o nosso importante trabalho em defesa da Nação. Deus o abençoe!

Nosso coração é solidário com o povo do Rio Grande do Sul, que passa por um momento muito difícil. O Brasil está voltado para, de alguma forma, ajudar esse povo maravilhoso.

Deus seja louvado!

Deputado Federal Roberto Monteiro, pai de Gabriel Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Roberto Monteiro Pai. O Rio Grande do Sul agradece a manifestação de V.Exa. Gratidão, gratidão, gratidão.

A próxima inscrição é do Deputado Marcel van Hattem.

Enquanto o Deputado Marcel van Hattem vai à tribuna, concederei 1 minuto ao Deputado Jorge Solla e depois 1 minuto à Deputada Geovania de Sá.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós queremos registrar os 10 anos do Campus dos Malês, da nossa UNILAB, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, universidade que tem sua sede no Ceará, no Município de Redenção, e um *campus* em São Francisco do Conde, na Bahia, universidade que recebe estudantes de países africanos de língua portuguesa e que talvez tenha sido a mais perseguida no Governo passado, com obras paradas desde 2018. Imaginem, se o Governo passado queria destruir a cultura e a universidade pública, o que não passou o *campus* de uma universidade que tem metade dos estudantes oriundos dos países africanos de língua portuguesa.

Essa universidade nos orgulha, Presidente, e, graças à volta do Presidente Lula, que, aliás, foi paraninfo da primeira turma formada no Campus dos Malês, tem seus investimentos retomados e já reiniciou suas obras. No próximo ano, com certeza, a universidade irá oferecer mais cursos, essa universidade que viabiliza a integração e faz uma reparação fundamental.

As obras foram interrompidas em 2018, com 70% de execução, e assim ficaram durante todo o período do Governo passado. Fizeram questão. Não interessava à elite brasileira e ao Governo, que felizmente passou, ver jovens negros do Brasil e da África, filhos e filhas da classe trabalhadora, cursar uma universidade pública da qualidade da UNILAB.

Felizmente o Presidente Lula voltou, e com ele voltaram os investimentos em educação pública, então voltaram os investimentos na UNILAB. Hoje, 1.200 estudantes frequentam o Campus dos Malês, em São Francisco do Conde.

Parabenizo todos os professores, estudantes e funcionários da UNILAB na pessoa da Diretora Mírian Reis. Parabenizo o Ministro Camilo e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Jorge Solla.

Deputada Geovania de Sá, V.Exa. tem 1 minuto, no microfone de apartes.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (Bloco/PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Deputado Pompeo de Mattos, que preside esta sessão, eu gostaria de registrar a presença, aqui no plenário, do nosso querido Padre Antonio Vander da Silva, lá da Região Sul, um dos responsáveis por construir um dos maiores santuários do Brasil, o Santuário Diocesano do Sagrado Coração Misericordioso de Jesus, na cidade de Içara.

O Padre Antonio Vander tem uma excelente carreira. Ele fez vestibular para a faculdade de medicina, que não cursou porque já tinha um chamado para ser padre. É um grande líder religioso. Passou pela cidade de Lauro Müller, onde foi ordenado, e hoje desempenha um papel muito importante em todo o sul de Santa Catarina, onde realiza as missas mais numerosas. É um conselheiro, é um amigo, participa da vida pública, aconselha principalmente de acordo os nossos princípios e os valores que nós defendemos aqui no Congresso Nacional.

É uma honra ter aqui a presença deste grande líder religioso do Brasil, o Padre Antonio Vander da Silva.

Muito obrigada, Presidente Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Deputado Marcel van Hattem, posso chamar a Deputada Rosangela Moro? *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Rosangela Moro, pelo tempo regimental. Em seguida falará o Deputado Bruno Farias. O Deputado Marcel van Hattem será chamado posteriormente.

A SRA. ROSANGELA MORO (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Pompeo e demais colegas.

Presidente, primeiro quero manifestar, mais uma vez, minha solidariedade ao Estado do Rio Grande do Sul, atingido por esta tragédia, e valorizar o povo brasileiro, que tem sido solidário, e pedir que todos continuem ajudando. Todas as pessoas, famílias, associações são dignas dessa ajuda. E quero destacar que não podemos nos esquecer das APAEs, das pessoas com deficiência atendidas pelas APAEs, das APAEs que também foram desalojadas e que precisam de doações, o que pode ser feito através do Pix da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul.

Dito isso, Presidente, não posso voltar à Câmara dos Deputados esta semana sem mencionar uma grande perda que tivemos, a da nossa colega Deputada Amália Barros, que eu tive a honra de conhecer e que foi uma das primeiras amigas que fiz nesta Casa. Ganhei dela um livro de sua autoria com uma dedicatória muito especial. Peço licença para fazer a leitura de um trecho do livro: *"Imagine se fosse possível, ao final da sua vida, assistir a tudo o que viveu como uma novela. Quais sentimentos você escolhe ter, sendo o protagonista da sua própria vida? Não há uma pessoa que não gostaria de olhar para trás e se orgulhar do seu legado e da sua história"*. Ela continua: *"Essa frase é bem batida, mas eu gosto dela. Nós temos a vida que merecemos. Não aceite de você mesmo menos do que você merece. Creia em você, na sua capacidade e no seu merecimento de conquistar o que deseja"*.

Tenho certeza de que, se ela aqui estivesse, entre nós, olharia para trás e reconheceria, ela mesma, todo o legado que deixou. Antes mesmo de ser Parlamentar, a Deputada Amália Barros conseguiu a aprovação de uma lei que beneficiou as pessoas com visão monocular e a inserção desse segmento de pessoas num sistema de proteção de pessoas com deficiência. Esse é um grande legado que ela deixa.

Finalmente, Presidente, parece que nesta Câmara nós vamos votar o "Projeto Netflix", o projeto das plataformas de *streaming*, ao qual nós precisamos manifestar nossa indignação, primeiro por causa do transcurso muito célere da sua tramitação nesta Casa, segundo porque ele vai aumentar a taxa para o consumo de filmes nessas plataformas. A ANCINE vem com uma nova cobrança de 6% sobre todos os produtores de conteúdo digital, e esse conceito do que é conteúdo digital não está muito claro no relatório que foi apresentado aqui no plenário. Pelo que nós vemos no projeto apresentado, conteúdo audiovisual é tudo, é também aquele conteúdo que colocamos nas redes sociais, como consumidores finais, como Parlamentares, como cozinheiros, qualquer conteúdo que queiramos divulgar da atividade que nós estamos fazendo. E esse percentual, principalmente para questões de impulsionamento, virá, sim, cobrado nas faturas.

Não menos importante, Sr. Presidente, é a obrigatoriedade de produção de conteúdo nacional. Sabemos que vem muita carga ideológica por aí. Não podemos concordar que um órgão, a ANCINE, determine o que vai e o que não vai ser colocado nas plataformas para a população assistir, para as famílias assistirem.

Então, temos que ver com muito cuidado esse projeto. Seria melhor que tivéssemos mais tempo para a discussão da matéria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Rosangela Moro.

A próxima inscrição é do Deputado Bruno Farias, de Minas Gerais. Em seguida nós teremos o Deputado Marcel van Hattem.

O Deputado Bruno Farias tem a palavra.

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nos dias de hoje estamos vendo os colegas profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares ajudarem a salvar vidas no Estado do Rio Grande do Sul, que está sofrendo muito com as chuvas. Mas, Sr. Presidente, a enfermagem, que está ajudando as pessoas, também precisa ser ajudada. Estou passando aqui para pedir aos nobres Senadores que tenham sensibilidade e assinem a PEC da Senadora Eliziane Gama, que vai regularizar a carga horária de 30 horas para o piso nacional da enfermagem. Estamos pedindo até pelo amor de Deus aos nobres Srs. Senadores. Faltam poucas assinaturas para que essa PEC comece a rodar no Senado. Temos o compromisso do Presidente Rodrigo Pacheco de que, assim que houver número suficiente de assinaturas, a PEC das 30 horas vai rodar. E ela vai se resolver de uma vez por todas a injustiça que o Supremo cometeu com os nossos colegas enfermeiros, técnicos e auxiliares.

Sr. Presidente, também estou aqui para pedir, para implorar ao Presidente desta Casa e aos nobres colegas Líderes partidários que tenham um pouco de sensibilidade a projeto de minha autoria sobre o reajuste anual do piso da enfermagem. Precisamos ter consciência de que daqui a uns dias o piso vai virar o salário mínimo. Está hoje em Minas Gerais a Caravana do Piso. Espero que essa caravana do Ministério da Saúde deixe resolvidas as questões do piso. Não queremos mais blá-blá-blá, queremos que se resolva essa questão de uma vez por todas. A enfermagem não tem culpa da inoperância dessa caravana, não tem culpa da inoperância das instituições, que não colocam o piso no contracheque dos nossos colegas enfermeiros, técnicos e auxiliares.

Não vou dar sossego enquanto meus colegas enfermeiros, técnicos e auxiliares não tiverem o piso regularizado no contracheque e não tiverem as 30 horas e o reajuste anual assegurado. Isso é direito. Esta Casa votou, e ninguém vai tirar os direitos dos enfermeiros, técnicos e auxiliares do nosso Brasil.

Sr. Presidente, peço-lhe que registre a minha fala no programa *A Voz do Brasil*. O Brasil precisa conhecer o que a enfermagem está passando neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Bruno Farias. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata, para divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

Eu tenho algumas solicitações para uso da palavra no microfone de apartes.

Concedo a palavra ao Deputado Darci de Matos, de Santa Catarina, meu xará.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado.

Eu quero enaltecer a todos que têm ajudado os irmãos gaúchos nesta catástrofe, mas destaco a ajuda dos jipeiros do Rio Grande e do Brasil. Fui Relator do projeto de lei que regulariza os jipes dos clubes de jipeiros no meu Estado e no Brasil. O projeto passou nesta Casa e agora está no Senado. O Relator é o Senador Jorge Seif.

Os jipeiros praticam a solidariedade. Nesses momentos de enchentes, Sr. Presidente Pompeo, nós percebemos a força que eles têm e a importância do que eles fazem. Estão salvando vidas. Os jipes desses clubes de jipeiros chegam, Sr. Presidente, a lugares a que os carros da Defesa Civil não chegam, mas, quando eles pegam a BR, são muitas vezes presos pela Polícia Rodoviária Estadual ou Federal.

O projeto de lei que está no Senado vai regularizar a situação dos jipeiros. Os jipeiros mexem nos jipes, nos carros com tração 4x4. Colocam guincho no pneu, no para-choque, nas rodas... Eles têm importância fundamental para o Brasil. Acabamos de perceber isso agora, nas ações no Rio Grande do Sul.

Com certeza esse projeto passará no Senado e se tornará lei. Vamos valorizar essa categoria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Darci de Matos.

Concedo a palavra agora ao Deputado Marcel van Hattem. Em seguida eu passo a palavra ao Deputado Otoni de Paula e ao Deputado Merlong Solano.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o que está acontecendo no Rio Grande do Sul é uma tragédia sem precedentes. Agradeço a solidariedade de todos, absolutamente de todos, de todos os partidos políticos que têm nos abraçado, de todas as vertentes.

O que nós estamos vendo no Rio Grande do Sul, porém, Sr. Presidente, é um povo lutando por si. Eu fico indignado quando tentam diminuir a força do nosso povo. Não que não haja gente boa no poder público; pelo contrário, muitos estão fazendo salvamentos, os militares e os bombeiros, e as autoridades que estão ajudando têm, sim, o seu valor.

Agora, Sr. Presidente, quando nós vemos que o Prefeito de Porto Alegre precisa ir às redes sociais pedir ao Judiciário e à Defensoria Pública que revejam o posicionamento de permitir que "tornozelados" do sistema prisional fiquem em abrigos junto com pessoas que não devem nada à justiça, nessa hora nós nos perguntamos se não tem razão o povo de ficar revoltado com as autoridades.

Não é possível que, até agora, Deputados, ninguém do Judiciário ou da Defensoria Pública tenha vindo a público dizer o que aconteceu na reunião de sexta-feira, que me foi relatada, mais uma vez, pelo Secretário Cezar Schirmer, de Assuntos Estratégicos. O que foi dito não confere com a opinião do Judiciário e da Defensoria Pública do Estado. Mas até agora o Prefeito está falando sozinho, implorando. Pior, o Secretário que lá estava teve de ouvir da representante do Judiciário que era preconceito contra os "tornozelados" dizer que eles não poderiam estar junto com os outros. Chegaram a dizer que, porque 40 com tornoeleiras são de cinco facções diferentes, deveriam ser colocados em abrigos diferentes. Isso é um deslante, é um desaforo que se comete contra cidadãos de todo o Brasil que têm ido ajudar nos abrigos, os médicos, os cozinheiros, os jipeiros. É um absurdo que o Poder Judiciário e a Defensoria Pública gaúcha, duas instituições importantíssimas, não venham a público desdizer o que seus representantes disseram semana passada.

Precisamos de segurança nos abrigos, Sr. Presidente!

Parabéns ao Prefeito Sebastião Melo, que disse que vai tomar as atitudes que forem necessárias para impedir isso. E que vergonha essas instituições se manifestarem desse jeito numa reunião que envolveu autoridades inclusive do Governo do Estado e do Governo Federal.

Sr. Presidente, se eu puder contar com 1 minuto da sua tolerância, vou concluir dizendo que está prevista para hoje, segundo rumores — estive na reunião de Líderes —, a votação do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que nada mais é do que um PL da *TV Globo* para taxar o povo pelo uso das redes sociais. Não basta o povo ser perseguido pelas suas opiniões, todos, independentemente se estarem dizendo verdade ou mentira, e serem tachados de disseminadores de *fake news*. Agora querem taxar no bolso o cidadão e acabar com as redes sociais e com o *streaming* no Brasil.

Peço a todos que estão assistindo a este discurso que se mobilizem e peçam aos seus Deputados que votem contra o PL 8.889/17. De preferência, nem venha à pauta um PL de vingança da *TV Globo* inclusive contra aqueles que estão salvando vidas no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

A próxima inscrição é do Deputado Leonardo Monteiro, mas antes quero conceder 1 minuto ao Deputado Bruno Farias e depois ao Deputado Merlong Solano.

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou passando aqui neste momento para fazer um agradecimento aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Acabei de chegar da região de Machacalis, Águas Formosas, Santa Helena de Minas. Ali eu vi a dificuldade da região quando se trata de estradas.

Conversei com o Governador Romeu Zema e com o Diretor do DER de Minas Gerais, o Rodrigo Tavares, que fez o compromisso de começar na próxima semana uma operação tapa-buracos e de lançar a licitação para o recapeamento, para um novo asfalto de Águas Formosas a Machacalis.

Sr. Presidente, quero agradecer àquela região e dizer a eles do meu compromisso de trabalhar incansavelmente nesta Casa, com a responsabilidade de ser o único Deputado Federal eleito do Mucuri e do Jequitinhonha nascido ali.

Estão chegando, ainda este mês, vários investimentos do nosso mandato, das nossas emendas para a região. Podem ter a certeza de que, nos próximos 4 anos, vai chegar muito mais, porque eu tenho muito carinho e responsabilidade por Machacalis, Águas Formosas, Santa Helena de Minas, Bertópolis, Umburatiba, por toda a região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Tenha certeza, região, de que vocês contam comigo no Parlamento Brasileiro. Aonde eu for, vou sempre mencionar o nome de Machacalis e região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Bruno Farias.

Deputado Merlong Solano, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, no microfone de aparte.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Pompeo, quero aqui registrar o anúncio importante que a ex-Presidente Dilma fez hoje. O Banco do BRICS vai liberar 5 bilhões e 750 milhões de reais para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Esses recursos serão investidos na recuperação da infraestrutura do Estado, em obras de saneamento, em ações de defesa do meio ambiente, assim como também em ações de prevenção a crises climáticas extremas, como a que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Isso mostra a importância de o Brasil ocupar espaços internacionais, como é o caso do Banco do BRICS, do qual a nossa ex-Presidente da República é a atual Presidente, e mostra também o grande valor e o enorme compromisso que a nossa ex-Presidente tem com o Rio Grande do Sul e com o Brasil.

Parabéns, Presidente Dilma!

Vamos juntos enfrentar esta crise do Rio Grande do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Merlong Solano, pela solidariedade. É muito importante que medidas sejam tomadas em favor do povo gaúcho.

Já está na tribuna o Deputado Leonardo Monteiro.

Tem a palavra V.Exa., Deputado, pelo tempo regimental.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estou aqui para fazer um convite a todos os meus colegas no Congresso Nacional, Deputados e Deputadas, para participarem conosco, neste próximo sábado, dia 18, às 9 horas da manhã, em Governador Valadares, na Rua Sete de Setembro nº 2.022, próximo ao estádio do Democrata, de uma grande reunião, que convocamos a pedido da população de Valadares, para discutirmos questões da nossa cidade.

Há um clamor geral por mudanças na cidade de Governador Valadares, Sr. Presidente. A cidade está toda esburacada. Há esgoto estourado em vários bairros. Os distritos estão totalmente abandonados. A saúde pública foi completamente desestruturada. Nós temos um grande hospital público municipal, com característica para prestar atendimento regional, porque nossa cidade é a capital do Vale do Rio Doce, mas esse hospital continua sem condição nenhuma de atender a população de Valadares. Na mesma situação estão as unidades básicas de saúde. Não se encontra um comprimido para combater febre numa unidade básica de saúde na nossa cidade de Governador Valadares.

Depois de ouvir a comunidade, depois de ouvir várias lideranças da nossa cidade, convidamos a todos para essa reunião no próximo sábado, quando receberemos os partidos componentes da nossa frente, como o PT, o PV e o PCdoB, com a presença da Presidente Gleisi Hoffmann, também o PDT, com a presença do nosso Deputado Mário Heringer, nosso colega aqui em Brasília, e outros partidos, como a REDE.

Enfim, nós vamos estar reunidos para ouvirmos a população de Governador Valadares, começarmos a discutir e construir um projeto de mudanças para nossa cidade, para que possamos torná-la mais humana, mais justa e, sobretudo, uma cidade que possa atender às expectativas da nossa população.

Portanto, eu quero agradecer esta oportunidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Leonardo Monteiro. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que seu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação social da Casa.

Nós temos agora uma Comunicação de Liderança, a qual precede as outras inscrições, solicitada pela Deputada Professora Goreth, do PDT do Amazonas, que tem preferência.

Enquanto nossa eminente líder se dirige à tribuna, concedo, com muita honra, 1 minuto ao Deputado Otoni de Paula.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A diplomacia brasileira é covarde e ultrajante. Ela não representa a Nação brasileira.

Deputado Eduardo Bolsonaro, que saudade da diplomacia do tempo do Governo de seu pai, nosso eterno Presidente Jair Messias Bolsonaro!

Nossa diplomacia reconhece as violações praticadas contra mulheres, crianças e minorias pelo Irã, mas prefere se abster covardemente da votação que aprovaria esta resolução contra o Irã. É o mesmo que condenar a pedofilia, mas não condenar o pedófilo! É como ser contra o estupro, mas não condenar o estuprador! Já não basta dizer que o Irã viola: é preciso mostrar isso dentro de uma resolução.

Portanto, fica nosso protesto neste momento. A diplomacia brasileira é ideológica, não está a favor das minorias. Este é o discurso do PT, o discurso do Governo Federal, mas, na hora da prática, eles criam alianças com quem combate e condena as minorias, as mulheres e as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Já está na tribuna nossa eminente líder, a honrada Deputada Professora Goreth, que tem a palavra para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

A SRA. PROFESSORA GORETH (Bloco/PDT - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, excelentíssimo Presidente.

Nobres colegas Parlamentares, subo hoje a esta tribuna com um propósito firme e um compromisso inabalável: defender aqueles que são a espinha dorsal do nosso sistema educacional, os servidores técnico-administrativos em educação, os TAEs.

Nas últimas semanas, temos testemunhado um movimento nacional destes servidores, especialmente no meu Estado do Amapá, cuja grande maioria compõe as engrenagens que mantêm toda a rede federal de ensino, tanto nas nossas universidades públicas, como nos colégios e nos institutos federais em funcionamento. São mais de 224 mil servidores que atendem a 2 milhões de estudantes. Esses profissionais atuam diretamente no tripé ensino, pesquisa e extensão da educação federal brasileira, junto com a comunidade docente.

Em mais de 30 universidades, os TAEs optaram pela greve, um ato que ecoa não apenas pelos seus direitos, mas também pela qualidade da nossa educação como um todo. É essencial que reconheçamos o papel vital destes profissionais. Eles são a base operacional das nossas instituições públicas de ensino superior. São os responsáveis por garantir o funcionamento administrativo, a manutenção dos espaços físicos, o suporte técnico, a segurança e tantas outras áreas essenciais para o pleno desenvolvimento acadêmico e científico das nossas universidades e institutos federais.

No entanto, o que temos visto é a crescente desvalorização destes profissionais. Salários congelados por mais de 7 anos, ausência de uma política de carreira que contemple toda a categoria e o aumento alarmante do número de desligamentos são apenas alguns dos sintomas de um problema maior.

Os TAEs não estão lutando apenas por recomposição salarial, Presidente. Estão clamando por dignidade e por reconhecimento. Estão pedindo um plano de carreira que respeite seu empenho, sua *expertise* e seu papel fundamental na construção do futuro do nosso País. Ao reivindicarem uma recomposição salarial de 10,34% ao longo de 3 anos, os TAEs não estão fazendo um pedido extravagante: estão simplesmente buscando uma remuneração justa e condizente com a importância do seu trabalho.

Nós, os representantes do povo, temos o dever moral e ético de apoiar esta causa e acionar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Governo Federal.

Portanto, conclamo todos os colegas Parlamentares a se unirem a mim nesta luta em defesa dos técnico-administrativos em educação. Vamos trabalhar juntos para garantir que estes profissionais sejam valorizados, respeitados e recompensados pelo seu incansável trabalho em prol da educação pública brasileira.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que esta fala seja reproduzida pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais canais de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, nossa querida Deputada Professora Goreth. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que seu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação social da Casa.

A próxima inscrita é nossa honrada Deputada Silvia Waiãpi, do Amapá, que dispõe da palavra pelo tempo regimental.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Polícia Legislativa Federal desta Câmara dos Deputados e a brigada de incêndio profissional, também desta Casa, estão realizando um curso de brigadista voluntário na nossa Casa. Esperamos que sejam formados até 300 alunos.

Por que eu estou trazendo esta informação ao Plenário? Com o advento de algumas catástrofes, incidentes e até incêndios, nós temos visto que há a necessidade de formação específica para a atuação nestes casos. Portanto, é necessário que não só os Deputados Federais, como também todo o corpo técnico possam fazer esta formação.

Eu tenho orgulho de ter sido a primeira Deputada Federal, nos últimos 10 anos, a se formar no curso de brigadista voluntário da Câmara Federal, justamente por reconhecer a importância da atuação, dentro desta Casa, tanto da brigada de incêndio profissional, como da Polícia Legislativa.

Nós precisamos cuidar da segurança dos nossos membros, das pessoas que frequentam esta Câmara e, principalmente, dos nossos Parlamentares. Para isso, é preciso treinamento específico, inclusive para o controle emocional e a atuação diante de algum sinistro, um incêndio. A formação técnica é importante e salva vidas.

Eu posso garantir que não apenas meu gabinete, como também outros poderemos auxiliar a Polícia Legislativa Federal e a brigada de incêndio profissional da Câmara a atuarem em qualquer tipo de sinistro. É importante que cada um de nós faça este curso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputada Silvia Waiãpi.

A próxima inscrição é o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

A próxima inscrição é o Deputado Eduardo Bolsonaro. *(Pausa.)*

O SR. BIBO NUNES (PL - RS) - Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Desculpe-me, Deputado Bibó Nunes.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Pompeo de Mattos.

Nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde luto pelo Brasil e agora, mais do que nunca, pelo meu Rio Grande do Sul.

O momento por que os gaúchos estamos passando é dos mais difíceis. Só quem está lá pode saber o que nós estamos passando. É uma enchente como nunca vimos! Pessoas mortas, crianças com fome, pessoas sem casa, cidades totalmente cobertas pelas águas. Nós estamos lutando contra um inimigo invisível, algo que nos ataca constantemente, e nós só temos o direito de nos defender. O ataque é constante. O pior é que agora vem com mais força.

O apoio que nós gaúchos estamos recebendo do povo brasileiro é emocionante. As ruas estão alagadas, as pessoas estão tristes, estão chorando, estão morrendo, mas a solidariedade das pessoas de todo o Brasil que estão nos apoiando nos empolga e nos incentiva, como o caso do cavalo Caramelo, que passou mais de uma noite de pé num telhado. Isso revela por que o cavalo é o animal de estimação do gaúcho.

Nós estaremos com nosso espírito muito mais forte, triplicado, quintuplicado, já que agora a enchente promete ser maior, com frio e vendaval. Porém, nós estamos preparados, porque nossa luta é pela vitória, mas não uma simples vitória: será uma vitória com glória, uma luta contra tudo o que estamos passando. Só quem está lá sabe. A situação é muito triste!

Hoje eu falarei desta tribuna, no tempo da Liderança, para explicar as medidas que estamos tomando.

Nós agradecemos a todo o Brasil o carinho e a sensibilidade. Em todos os lugares a que se vá se vê uma solidariedade constante. As pessoas sabem, e eu me questiono: por que tudo isso?

E vem mais, muito mais! O que estamos passando é uma provação. Quanto mais sofremos, com mais força iremos emergir desta triste e difícil situação.

Povo gaúcho, vamos vencer!

Muito obrigado, de coração, a todo o povo brasileiro pela solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Bibó Nunes.

Vou conceder a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Em seguida, vamos ouvir os Deputados Merlong Solano e Alencar Santana.

Deputado Eduardo Bolsonaro, V.Exa. tem a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria, por 8 minutos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Presidente! Este tempo é mais que suficiente.

Eu lembro aqui, colegas Deputados Zé Trovão, Junio Amaral, Sargento Fahur e Delegado Paulo Bilynskyj, que culpavam Bolsonaro por tudo, até por coisas que não eram problema dele, como o caso dos respiradores em Manaus. Este era um problema do Governo do Estado, mas culpavam Bolsonaro. De qualquer maneira, Bolsonaro sempre se propunha a ir lá ajudar.

Esses canalhas aqui da Esquerda ficavam, Deputado Junio Amaral, entrando no STF, e o superativo STF, em nome da democracia e do bem-estar das pessoas, dizia: "*Bolsonaro tem 48 horas para fazer plano para mandar oxigênio a Manaus*". STF dá 5 dias para Bolsonaro fazer não sei o quê, para apresentar não sei o que lá!

O que está acontecendo no Rio Grande do Sul já passa de duas semanas, aliás, mais de duas semanas, uma tragédia maior que o furacão Katrina, que aconteceu nos Estados Unidos, mas o STF não fala nada! Cadê os senhores iluminados para ajudar a população? Deem 48 horas para o Governo Lula mandar uma medida com crédito extraordinário para esta Casa aprovar!

No tempo de Bolsonaro, independentemente de cor partidária, o dinheiro chegava. Todas as Prefeituras fecharam no azul, e ainda sobrou dinheiro em caixa porque, quando ele saiu do Governo, sobraram 50 bilhões, que agora, depois do rombo do Governo Lula, no ano passado, rombo de cerca de 200 bilhões de reais, toda a economia já foi para o ralo. O Governo do PT é pior que uma pandemia!

Não bastasse não estarmos aqui agora, Deputado Junio Amaral, votando uma medida provisória para prever créditos extraordinários para ajudar os gaúchos, o Governo mente dizendo que está fazendo alguma coisa: "*Nós liberamos 50 bilhões*". Isso é apenas a antecipação do que já era devido ao povo, a antecipação do Bolsa Família, diferimento do pagamento de tributação para o Estado do Rio Grande do Sul.

Não tem dinheiro para nada! Sabem por quê? Porque os ratos estão em cima da carniça. Além de tudo, nós poderíamos estar discutindo aqui medidas provisórias para aprovar créditos extraordinários. Não! O que eles estão fazendo agora, nesta semana? Estão criando impostos! Fizeram o PL 2.630/20, o PL da Censura, turbinado, 2.0. Além de meterem doutrinação ideológica nas casas das pessoas, através das plataformas de *streaming*, porque é isso que vai acontecer, vão taxar empresas para esse dinheiro ser enfiado sabe-se lá onde. Mas não vai para a população do Rio Grande do Sul!

Esse Governo está mais preocupado em investigar Parlamentares como eu, por eu ter exposto a verdade. Eu estou sendo investigado, Deputado Zé Trovão, porque eu compartilhei uma notícia da *Folha de S.Paulo* que afirmava que o Governo Lula demorou 4 dias para mandar a Força Nacional para o Rio Grande do Sul.

Em vez de eles entenderem uma crítica construtiva e, talvez, agirem, como fez o Presidente da ANTT, que realmente assumiu que caminhoneiros foram multados, mas que as multas seriam anistiadas, para, a partir de agora, facilitar a chegada de donativos ao Rio Grande do Sul — parabéns ao Presidente da ANTT! —, não, Paulo Pimenta, na sua sanha ditatorial, processa Deputados, processa *youtubers*!

É proibido criticar o Governo! E esses caras ainda enchem a boca para falar de democracia! Hipócritas, hipócritas!

Eu estou convocando o Ministro Paulo Pimenta, da SECOM, para vir a esta Casa. Já que ele acha que a prioridade número 1 é falar de *fake news*, e não ajudar os gaúchos, que ele venha aqui prestar esclarecimentos sobre isso.

Talvez nós votemos hoje nesta Casa o PL 8.889, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, e de relatoria do Deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará. Meu pai bem me dizia: "*Meu filho, antes de votar um projeto, veja de quem é a autoria, veja de quem é a relatoria; dependendo do que seja, você nem precisa ler o relatório*". No entanto, eu li o relatório, para ter certeza do que estou falando aqui.

O impulsionamento vai ficar mais caro, se este projeto for aprovado. A monetização que o Youtube e outras plataformas pagam aos *youtubers* e a criadores de conteúdo será reduzida, porque dinheiro não nasce em árvore: dinheiro vem de algum lugar.

Há, ainda, a chamada proeminência. Atenção, padres, pastores, pais, filhos que assistem a plataformas como Netflix, Amazon! Proeminência é o seguinte: vai haver um incentivo às minorias. Toda aquela balela, toda aquela história que a Esquerda adora, os movimentos que ela sequestrou, o movimento feminista, o movimento negro, a pauta LGBT, tudo isso terá destaque nas plataformas de *streaming*. Quando você ligar a Netflix, não vão aparecer no começo os filmes ou os documentários de acordo com sua preferência, mas, sim, estes aqui, que serão incentivados através deste novo imposto, criado para deixar sua plataforma de *streaming* mais cara! Você vai pagar mais caro para ter um serviço pior!

Isso é o PT! É nisso que eles estão pensando durante as tragédias que estão acontecendo no Rio Grande do Sul. Eles estão se lixando para a vida das pessoas, estão se lixando para as pessoas que estão morrendo lá. Algumas pessoas dizem: "*Eduardo, mas você está politizando*". Eu não estou politizando, não! Se eu estivesse politizando, eu estaria chamando Lula de genocida, como eles faziam com Bolsonaro.

Nós deixamos de comprar vacina aqui porque eles conseguiram criar uma celeuma tão grande com o negócio da Covaxin, um escândalo de corrupção, mas não foi pago nenhum dólar do Governo Bolsonaro para a aquisição dessas vacinas. Essa celeuma toda acabou inviabilizando a compra das vacinas! Eles não estão nem aí para a população.

Finalizo, Presidente. Sabem quem é que vai fiscalizar tudo isso? A ANCINE! Que maravilha! Você vai pagar mais caro para ter sua Netflix, se você gera conteúdo para o Facebook, para o Instagram, seja lá para quem for, e você provavelmente vai receber menos dinheiro pelo conteúdo gerado. Quando você ligar sua plataforma na sua casa, você vai ter disponível, na sua cara, um conteúdo que não é do seu agrado, e a ANCINE vai fiscalizar tudo isso.

Que maravilha! Isso é um tapa na cara das pessoas que trabalham neste País.

Além da Lei Rouanet, será despejado um rio de dinheiro em cima desse pessoal. Somente um ente não pagará imposto. Quem adivinha? Quem aqui sabe qual canal de televisão não vai pagar imposto, se for aprovado o PL 8.889? A "Globolixo"! Acertou, Deputado Delegado Paulo Bilynskyj. Quando vai ao Rio Grande do Sul, depois de festejar o *show* da Madonna e de curtir um pouquinho, vai lá fazer cara de paisagem, aí se encontra com a realidade e quase não consegue fazer cobertura, porque o povo não aguenta mais. O povo vai pagar mais imposto para privilegiar a *Globo*. Pelo amor de Deus! Pressione seu Deputado, seu padre, seu pastor, o pessoal do agro, que certamente não vai ter o conteúdo do agro privilegiado aqui. Vai ter coisa é de MST, podem anotar, porque nós já temos experiência para saber como a banda toca.

É um escárnio o Governo Lula querer, neste momento, pautar esse tipo de PL!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Presidente, eu gostaria de dar um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu disse neste plenário: "*Nós devolvemos a emenda de 1 milhão de reais da Comissão de Segurança Pública*". Hoje eu fiz um pedido aos colegas desta mesma Comissão, pedido que foi aprovado, e nós vamos mandar a emenda de 1 milhão de reais para a população do Rio Grande do Sul. Eu acho que, com ela, nós poderemos comprar quatro caminhonetes e um caminhão.

Eu vou conversar com o Deputado Zucco ou com o Deputado Sanderson, que são do Rio Grande do Sul, para viabilizarmos este recurso da Comissão de Segurança Pública, que, no passado, eu disse que era uma esmola, como continua sendo, mas que hoje vai ajudar o povo sofrido do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Naturalmente, em se consumando esta decisão, o Rio Grande do Sul agradece. Nós estamos precisando muito, nesta hora, da segurança pública. Nos momentos de desastres e de tragédias, como os que estão acontecendo no Rio Grande do Sul, generosamente aparece o melhor do ser humano, mas, infelizmente, também aparece o pior que existe no ser humano: assaltos, arrombamentos, furtos na calada da noite às residências e aos condomínios, embora estejam cheios de água.

É importante que recurso desta natureza chegue ao Rio Grande do Sul, para melhorar nossas forças públicas e criar mais condições, especialmente diante do que vem pela frente. Digo isso porque a tragédia não termina em breve. Nós vamos ter muitas consequências pela frente.

Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

O próximo inscrito é o Deputado Merlong Solano. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de cumprimentar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que nos acompanham e aqueles que assistem à *TV Câmara*.

Quero responder ao penúltimo Deputado, que falou pela Minoria. Vejam como são bons em falar mentira! Quero dizer a ele e aos seus seguidores que não dá para comparar a atitude do Presidente Lula com a atitude daquele Presidente omissor e genocida durante a pandemia da COVID-19.

Quando o sul da Bahia estava alagado, o ex-Presidente estava andando de *jet ski* em Santa Catarina. O Presidente Lula, desde o primeiro momento, não só prestou solidariedade à população do Rio Grande do Sul, como também foi ao Estado e volta lá amanhã, pela terceira vez. O Presidente Lula colocou seu Governo à disposição, deu apoio para que se resgatem pessoas, como já afirmou que apoiará a reconstrução do Rio Grande do Sul. O Presidente novamente mandou para esta Casa não apenas a medida que declara estado de calamidade pública, que foi bem aprovada por este Parlamento, mas também outra medida, para que as famílias que perderam bens recebam apoio financeiro. E, mais uma vez, afirmou que não faltará dinheiro para reconstruir o Estado do Rio Grande do Sul, que tanto já fez por este País. São palavras do Presidente Lula.

Diante desse evento tão triste e trágico que assolou aquele Estado, que vitimou pessoas e deixou outras desaparecidas, com familiares sofrendo, não podemos aceitar que propaguem mentiras, gerando caos, desorientando, gerando confusão, comprometendo o apoio das forças de segurança, das forças de resgate, da Defesa Civil, da assistência social e até

de voluntários. Não dá para concordarmos com esse tipo de atitude, que é criminosa. É uma atitude que merece ser investigada, e essas pessoas devem ser punidas. Não se trata de opinião ou de liberdade de expressão, mas de crime. Não podemos compactuar com isso, não podemos permitir que isso seja feito.

Portanto, não venham comparar ações incomparáveis. O Governo do Presidente Lula demonstra aqui a sua humanidade. Presidente, mudo de assunto para falar sobre o objeto inicial da minha inscrição. Quero falar sobre a omissão do Prefeito de Guarulhos, que concorda com o Governador Tarcísio de Freitas e não tem coragem de enfrentá-lo. Esse Prefeito já fechou uma empresa pública de 42 anos, a Proguaru, colocando na rua 5 mil trabalhadores, mandando-os embora. Agora, mandou para a Câmara pedido para privatizar a SABESP Guarulhos, que gera por ano 150 milhões de lucro, uma empresa rentável. O Governador, que até agora não fez nada de positivo para o Estado de São Paulo, só acha que tem que matar o povo pobre e negro da periferia e bater martelo fazendo leilão, quer vender a SABESP, que gera por ano 3 bilhões de lucro. É muito dinheiro. Aprovou na SABESP, mas precisa agora aprovar na Câmara Municipal. O Prefeito, seu vassalo, que o segue, enviou um projeto para a Câmara querendo aprovar isso. Água não é mercadoria. Como o próprio Governador disse e assumiu, se a SABESP for privatizada, a água vai aumentar. Quem disse isso foi o Governador do Estado.

Esperamos que a Câmara de Guarulhos não seja omissa e não aprove esse projeto, esse descabimento que o Prefeito Guti mandou para a Câmara Municipal. O povo já deu a resposta ontem e vai dar amanhã também, na quarta-feira, durante a sessão da Câmara.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Peço a palavra por 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alencar Santana.

O próximo inscrito é o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Enquanto S.Exa. vai à tribuna, tem a palavra o nosso honrado Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Hoje é um dia muito triste para o Plenário da Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional. Ontem tivemos o desprazer de enterrar a nossa amiga Deputada Amália Barros, no Estado de São Paulo, na cidade de Mogi Mirim. É um dia muito triste para todos nós, um dia muito triste para as mulheres, que perderam uma Deputada querida, um dia muito triste para a nossa bancada do PL.

Perdemos uma grande Deputada, exemplo de pessoa batalhadora, guerreira, em especial nas causas de pessoas com deficiência, Sr. Presidente, já que ela só tinha um rim e só tinha um olho. Mesmo assim, era alegre, brincava com todo mundo, mas levava o Parlamento a sério.

Estamos de luto na nossa bancada, no nosso Parlamento, pela perda irreparável da nossa querida Deputada Amália Barros, que está com o Nosso Senhor Jesus Cristo.

Deixo meu sentimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, tem a palavra V.Exa.

Em seguida, concederei a palavra por 1 minuto ao Deputado Bibó Nunes, no microfone de apartes.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para nós cristãos ser perseguido pelo inimigo é uma honra. É assim que sabemos que estamos do lado certo.

Quando o PSOL encaminha à PGR uma denúncia dizendo que eu pratiquei *fake news*, com todo o respeito, Presidente, eu me sinto orgulhoso. Eu vou dizer para vocês o que é *fake news*, eu vou definir *fake news* para vocês. Sabem o que é *fake news*? É tudo aquilo que o Governo não quer que você saiba. É basicamente isto: tudo aquilo que a *Globo* não está colocando na televisão, que é a versão oficial do Governo, é a definição de *fake news*. As verdades que foram documentadas pelo povo do Rio Grande do Sul, as verdades sobre omissão do Governo, as verdades sobre omissão criminosa do Governo, isso é *fake news*.

Aqui, eles colocam dois fatos: o primeiro é que espalhei a notícia de que a ANVISA tinha impedido uma clínica particular de funcionar de forma voluntária. Bom, está aqui o documento da ANVISA proibindo a clínica de funcionar. Cadê a falsidade, cadê a mentira?

Porém, o Governo não quer que você saiba disso. O Governo não quer que você saiba que eles trabalham ativamente para que o Rio Grande do Sul não consiga se recuperar.

A segunda *fake news* que eu teria praticado seria uma fala contrária à Ministra Simone Tebet. Bom, eu não vou nem me manifestar, porque isso daí está gravado, está na televisão exatamente as palavras que ela usou. Eu não as tirei de contexto; eu as coloquei exatamente no contexto que era.

O que o Governo não suporta é ouvir a crítica. E não gostar de ouvir crítica eu até entendo, só que querer prender quem te critica é uma atitude bandida, criminosa, é uma atitude ditatorial.

Meu bisavô Jerônimo Bilynskyj foi mandado para o Gulag por pessoas como vocês, que querem prender aqueles que pensam de forma diversa! Só que aqui eu não sou uma pessoa que pensa de forma diversa; aqui, eu sou uma pessoa que apresenta a verdade que o seu Governo lixo quer esconder do povo brasileiro.

Eu não vou permitir, Sr. Presidente, que essa narrativa do PSOL prevaleça. Vamos trazer a verdade, e todos que assinaram essa denúncia vão receber a sua intimação por abuso de autoridade e por denúncia caluniosa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Ana Paula Lima, do PT de Santa Catarina.

Enquanto S.Exa. vai à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Bibó Nunes, por 1 minuto.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, digníssimo Deputado Pompeo de Mattos.

Estamos vivendo no Rio Grande do Sul a maior tragédia climática da história do Brasil, e está piorando. Então, não podemos enganar.

Lula disse que está enviando para o Rio Grande do Sul 50 bilhões de reais. Isso dá aquela impressão de que está doando para o Rio Grande do Sul. Não há doação alguma. Desses 51 bilhões de reais, 30 bilhões de reais são para financiamento. Financia e paga depois. Outra parte é adiantamento do Bolsa Família e adiantamento de salários.

Sem enganação! Não aguentamos mais enganação.

Para concluir, digníssimo Presidente Pompeo, lembro que, em setembro, o Governo disse que destinaria 1 bilhão de reais na enchente. Desse 1 bilhão de reais chegaram apenas 970 mil reais, menos de 0,1% — menos de 0,1%! Mandaram mais dinheiro? Mandaram. Mas daquele bilhão, apenas 970 mil reais chegaram.

Vamos respeitar as mortes, a condolência. E não tentem tirar proveito político da desgraça do povo gaúcho!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Deputada Ana Paula Lima, tem a palavra V.Exa.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A tragédia que tem acontecido no Estado do Rio Grande do Sul realmente abalou todos nós brasileiros e brasileiras e também o mundo. Diante de uma calamidade sem precedentes, vai levar muito tempo para aquele Estado tão importante para o nosso País se recompor.

Neste momento, a ação do Governo Federal, do Presidente Lula — que várias vezes já esteve no Rio Grande do Sul e vai de novo agora na próxima quarta-feira —, vai ser para atender o nosso povo, primeiramente com alimentação e água, e para salvar vidas. Esse primeiro momento é para salvar vidas.

Há três etapas na Defesa Civil: primeiro, atendimento humanitário; segundo, reabilitação dos Municípios; terceiro, reconstrução. Não faltou em nenhum momento uma ação enérgica do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula. Lá está a Força Nacional do SUS. Lá estão o nosso Exército, a Aeronáutica e a Marinha salvando vidas. Lá está uma equipe que está coordenando os abrigos e, neste momento, dando alimentação e água para o nosso povo que está sofrendo. É uma ação que precisa de muito tempo. Eu sou de uma região que já pegou muitas enchentes, e nós sabemos que esse é um trabalho demorado. Num primeiro momento, é preciso salvar vidas e garantir a segurança de homens, mulheres e crianças.

Mas o que não podemos, Sras. e Srs. Deputados, é fazer disso aqui um palco de mentiras, de *fake news*, de coisas que não estão acontecendo. O antigo Presidente, além de não socorrer os Estados que estavam em enchente, ainda ia para o meu Estado, para a cidade de São Francisco do Sul, andar de *jet ski*. E ele dizia que isso não era problema dele. Na pandemia, em que morreram mais de 700 mil brasileiros, ele dizia: "*É uma gripezinha*", "*Eu não sou coveiro*". Era isso que dizia o antigo Presidente. O nosso Presidente atual, o Presidente Lula, tem um cuidado com as pessoas e está a todo momento atendendo ao povo do Rio Grande do Sul.

Sras. e Srs. Deputados e quem está nos acompanhando pelos meios de comunicação, é alarmante que, numa crise humanitária, haja a disseminação de mentiras, nem vou falar mais *fake news* para o povo entender. Há muito Deputado falando mentiras sobre o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, mentiras num momento tão difícil, num momento em que as pessoas estão sofrendo e perdendo vidas. Deveriam se juntar a todos nós numa ação coletiva para ajudar o povo do Rio Grande do Sul.

É claro que o povo brasileiro está ajudando com muitas doações, com muitos donativos. Santa Catarina, o nosso Estado, vai receber muitos gaúchos. Nós precisamos atender a essa população, até porque, nesta terra, nós estamos de passagem. Nós somos hóspedes nesta terra. Não temos o direito de não tratar bem os nossos irmãos, seres humanos, num momento de tanta tristeza.

Então, o que eu peço é para acabar com as mentiras que estão acontecendo. Vamos apaziguar, vamos atender às pessoas que estão sofrendo, porque as nossas ações têm que ser ações coletivas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Ana Paula Lima.

A próxima inscrição é a do Deputado Mauricio do Vôlei. (*Pausa.*)

A próxima inscrição é a do Deputado Zé Trovão. Tem a palavra V.Exa.

Em seguida, falarão o Deputado Welter e o Deputado Geraldo Resende, o nosso querido Dr. Geraldo, médico do Mato Grosso do Sul, que, aliás, está aqui com a sua filha, a Bárbara. Queremos registrar a presença de sua filha Bárbara, da família Resende. O pai aprimorou a espécie. Quando o aluno sai melhor que o professor, é porque teve bom mestre. Quando o filho ou a filha sai melhor que o pai, é porque tem *pedigree*. Então, tem *pedigree*.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, veja que interessante o que disse a Deputada que me antecedeu. Ela disse que o Bolsonaro estava andando de *jet ski*. A primeira coisa que o Presidente Bolsonaro fez quando aconteceu a tragédia na Bahia foi se deslocar até lá e colocar a sua equipe para trabalhar, porque, como bem disse, ele não trabalha com a mão na massa, ele trabalha com ações.

Ela disse para nós que o Governo Lula está cuidando do povo brasileiro. De que maneira? Endividando o Brasil em mais de 5 bilhões de reais junto ao Banco dos BRICS. Isso é endividamento, empréstimo para o Rio Grande do Sul é endividamento. Quando dá dinheiro com mentiras para o Rio Grande do Sul, está endividando um Estado que não tem hoje sequer condições de sair desse momento.

Vamos lembrar que o Rio Grande do Sul, quando passar essa tragédia, quando as águas baixarem, terá 91% das indústrias quebradas, sem condições de se reestruturar. Alguém falou sobre reestruturação das indústrias no Rio Grande do Sul? Alguém já criou um plano para isso? Não!

Agora, eles vêm aqui primeiro usar a palavra Bolsonaro e depois pedir paz. Eles não dormem se não falarem do Bolsonaro. Agora, as mentiras do Lula estão para todos. A hora que quiser ver, é só olhar a falta de vergonha na cara. Dizem que o Governo ajudou o povo. Mentira! Quem está ajudando o povo gaúcho é o próprio povo. Lula mandou quem? A Força Nacional, 4 dias depois do desastre? Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! A Aeronáutica e o Exército estão trabalhando? Trabalhando onde? Aqueles borra-botas nem dentro da água entravam!

Acorda gente! Quem está lá são brasileiros, são pessoas que subiram em telhado, que fizeram de um tudo, que entraram em água suja e que agora correm risco de saúde, é óbvio, por terem entrado numa água daquelas. É o povo que está salvando o povo, Deputada!

Então, não adianta o povo da Esquerda vir aqui dizer o que o Lula faz pelo Brasil, que ele ama o povo. Ama? Temos as falas dele para apresentar o quanto ele ama o Brasil, o quanto ele ama o povo brasileiro. Para comprar móveis para a Janja, não precisou nem de licitação. Para mandar dinheiro para o Rio Grande do Sul, é um inferno! Inventam uma "burrocracia" todos os dias.

É difícil, mas defender o povo gaúcho através de falácias não vão, não! Para a minha cidade de Joinville, nós mandamos mais de 30 carretas. O nosso povo joinvilense está lá. O povo de Santa Catarina está lá, assim como de todo o Brasil, não é o Governo Federal. Isso é balela e mentira para quem quer contar historinha.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Zé Trovão.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Welter, do PT do Paraná. (*Pausa.*)

Antes, porém, concedo a palavra, por 1 minuto, à Deputada Ana Paula Lima no microfone de apartes.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que, do dia 12 ao dia 20 de maio, nós comemoramos a Semana da Enfermagem.

Sou enfermeira de profissão, e nós vamos ter uma sessão solene no próximo dia 21. Quero dar parabéns a todos os profissionais de enfermagem, enfermeiros, técnicos e auxiliares, que, durante a pandemia de COVID, sob um desgoverno federal que matou mais de 700 mil pessoas, estavam ali na linha de frente. Então, deixo a minha homenagem a todos os profissionais de enfermagem.

A segunda parte, Sr. Presidente, é que as mentiras estão sendo contadas a todo momento. Nós temos os números que estão sendo destacados pelo Governo do Presidente Lula para o Estado do Rio Grande do Sul. O momento agora é de salvar vidas — salvar vidas! O povo brasileiro tem colaborado muito com isso, mas o Governo do Presidente Lula está presente em todas as suas ações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Ana Paula Lima.

Já está na tribuna o Deputado Welter, do PT do Paraná. Tem a palavra V.Exa.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as medidas que o Governo Federal está fazendo para o Rio Grande do Sul são grandiosas. O Presidente Lula dialoga continuamente com o Governador e com os gestores daquele Estado, com os Prefeitos.

A calamidade é muito grande. O Governo do Presidente Lula, sua equipe, as Forças Armadas, com Exército, Marinha e Aeronáutica, estão todos mobilizados. São mais de 20 mil pessoas atuando diretamente para salvar vidas, salvar animais, retomar a energia elétrica onde dá e também a Internet. Medidas estão sendo anunciadas a cada dia. Só não vê quem não quer!

Então, há uma estruturação. Uma tragédia como essa era algo praticamente imprevisível, subiram muitos milímetros de água em tão poucas horas. Lá temos, por exemplo, mais de 5 mil equipamentos como viaturas, embarcações, aeronaves, helicópteros, geradores e navios. O maior navio da América Latina que trata água, 20 mil litros d'água por hora, está lá para dar suporte aos gaúchos. Está havendo também um cofinanciamento para desabrigados: em torno de 20 mil reais para cada grupo de 50, para aqueles que estão lá, para comprar colchão, para comprar comida, para comprar aquilo que é necessário. O Estado não está deixando em descoberto os desabrigados. Há todo um esforço grandioso para recuperar o Rio Grande do Sul. Existe uma solidariedade nacional. Isso é muito bonito. Voluntários estão se expondo. Eu tenho primos que estão cozinhando de forma voluntária o tempo todo. A CONAB está ajudando, fornecendo arroz e feijão para se fazer comida, servida em marmitas para os desabrigados. Então, isso é muito importante.

Aliás, o Governo editou várias medidas provisórias. Uma delas é a MP 1.216/24, que prevê 12 iniciativas. Cinco são voltadas para as empresas; entre elas a prorrogação do vencimento de tributos e a ampliação de crédito para a agropecuária, o comércio e a indústria.

O Deputado que me antecedeu falou que não há nada para as empresas. Há iniciativas para todo mundo que está dialogando. Um Governo sério e comprometido com a sociedade realmente produz e faz o melhor para o seu povo, inclusive em tempo de desgraça, como este das enchentes.

Então, externamos toda a solidariedade ao povo gaúcho. Nós vamos cuidar do Rio Grande como uma mãe cuida do seu filho. E o Presidente Lula faz isso. Ele fez de tudo para recuperar a credibilidade deste País, que está tendo reconhecimento internacional. Este Governo já abriu este País para mais de 100 novos mercados só ligados ao agronegócio. O Brasil já retomou o Mais Médicos, a correção do salário mínimo. Não é uma dificuldade dessa que o Brasil não vai superar, ajudando o povo gaúcho, o povo do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Welter. O Rio Grande agradece a manifestação de V.Exa. e a solidariedade do povo paranaense, os nossos irmãos gaúchos e paranaenses, paranaenses e gaúchos. Estamos juntos. V.Exa. também tem origem no Rio Grande.

A próxima inscrição é a do eminente Deputado e médico Geraldo Resende, do Mato Grosso do Sul.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PSDB - MS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. e aos Deputados que participam desta Casa da minha felicidade em vir a esta tribuna para prestar contas ao meu Mato Grosso do Sul e honrar o compromisso que fiz com a população quando disputei as eleições para a conquista deste sexto mandato.

Eu dizia, naquela época das campanhas eleitorais, que devotaria meu sexto mandato, se fosse eleito, para ajudar o terceiro setor. E posso garantir, Sr. Presidente, que tenho cumprido fielmente esse compromisso. Há pouco eu enderecei ao Governo do Estado e a várias instituições do Mato Grosso do Sul ofícios rememorando os compromissos que fizemos com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs, com as associações de autismo, com as associações de pessoas com deficiência, com as associações de crianças com fissuras labiopalatinas, com as associações de crianças com paralisia cerebral. São mais de 30 milhões em recursos que estamos encaminhando em parceria com o Governo do Estado. Há alguns dias, inaugurei junto com várias autoridades, o Vice-Governador do Estado, o José Carlos Barbosa, a Primeira-Dama do Estado, a Ministra das Mulheres, a melhor estrutura para atender os autistas, instalada no Bairro Terra Roxa, em Dourados, a sede da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas.

Também estou endereçando agora recursos para construir uma estrutura similar na Capital, onde vamos construir a sede própria da Associação de Amigos do Autista — AMA. São mais de 3 milhões de reais de emendas parlamentares e 3 milhões de contrapartida do Estado.

E vamos construir o primeiro hospital para crianças e adolescentes com deficiência em Mato Grosso do Sul, em parceria com a APAE de Campo Grande, com 7 milhões de recursos de emenda parlamentar deste Deputado e 7 milhões de contrapartida do Governo do Estado.

Além disso, enumero aqui várias outras iniciativas com o objetivo de ajudar essas entidades, que muitas vezes ficam com o pires na mão, implorando ao poder público, quer seja o Município, quer seja o Estado, quer seja o Governo Federal, condições mínimas para sobreviver e para prestar esse belíssimo trabalho. Elas atendem crianças com deficiência, crianças com paralisia, idosos, várias outras situações que o Estado é que precisava suportar, mas infelizmente não tem condições.

Sr. Presidente, eu gostaria que este apanhado aqui fosse reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

Eu fico muito triste, Sr. Presidente. Tanto V.Exa. como eu já somos Deputados longevos nesta Casa. E acredito fielmente no ex-Presidente que muitas vezes conduziu esta Casa e que fez um vaticínio que está sendo hoje muito patente. Ele disse: *"Se você acha que está pobre esta legislatura, imagine as legislaturas vindouras"*, ou seja, as legislaturas que estavam por vir.

Sr. Presidente, o debate que muitas vezes se faz nesta Casa é pobre, é um debate raso e, acima de tudo, como se diz muito lá no Mato Grosso do Sul, parece briga de bugios — macacos jogando "aquilo" um no outro. Infelizmente, nós precisamos olhar para frente, deixar esse debate rasteiro, miúdo, que acontece nesta Casa, para verdadeiramente defender o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Geraldo Resende.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo. Tem a palavra S.Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje nós devemos votar aqui o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, um projeto do Governo Federal, do Presidente Lula, que suspende o pagamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.

Suspender um pagamento que soma 12 bilhões de reais, somados aos 11 bilhões de reais de juros dessa dívida, que também deveriam ser pagos, alivia as finanças do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a que ele possa alocar recursos para atender a população atingida por esse desastre natural de grande envergadura, que arrasou um dos mais importantes Estados brasileiros. Nós queremos aqui nos solidarizar com essa população.

Temos visto o quanto o Presidente Lula tem trabalhado e colocado todos os esforços possíveis para atender a população, para minorar a situação grave pela qual está passando o povo do Rio Grande do Sul. São recursos físicos como a presença das Forças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, das Forças da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Guarda Nacional, da Força Nacional, de forma a garantir mais segurança ao povo, garantir mais atendimento.

Também há recursos que estão sendo colocados para a recuperação das estradas, da infraestrutura, da circulação. E não poderíamos deixar de colocar recursos para atender a população mais pobre do Rio Grande do Sul, que precisa antecipar o Bolsa Família, antecipar outros benefícios sociais, de forma a ter condições de sobrevivência.

Isso é muito importante, mas também não vamos deixar faltar dinheiro para que as empresas gaúchas voltem a funcionar o mais rapidamente possível. É necessário colocar em ordem o Estado do Rio Grande do Sul, para que possamos reconstruí-

lo. A tarefa que o Governo Federal assumiu, junto com as Prefeituras atingidas, junto com o Governo do Estado, foi fazer a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

Muita gente fica irritada com isso. Muita gente fica irritada pelo fato de que o Governo Federal vem atuando de forma forte, de forma decidida. O Governo não vacilou um único momento em atuar, em trabalhar. Isso deixa os adversários, os oponentes nervosos. Nós aqui não vamos nos abalar com isso, Sr. Presidente. Nós vamos continuar fazendo o trabalho que for necessário.

Sr. Presidente, V.Exa., que é do Rio Grande do Sul, que é uma pessoa que defende tanto o seu Estado, e eu sou testemunha, ao longo de todos esses anos, sabe muito bem que o Governo Federal vem fazendo tudo o que é possível para atender o Rio Grande do Sul, para atender o povo do Rio Grande do Sul. Não adianta provocação. Nós vamos chegar e vamos trabalhar para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

A próxima inscrição é do Deputado Gustavo Gayer.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Gustavo Gayer, pelo tempo regimental.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Esta semana, após duas semanas trágicas para o nosso País, com o desastre no Rio Grande do Sul, uma catástrofe que partiu o coração de toda a população brasileira, e com o escandaloso descaso deste Governo, que abandonou o Rio Grande do Sul e agora está perseguindo as pessoas que estão denunciando esse descaso, voltamos para mais uma semana legislativa com uma notícia terrível, uma bomba que querem colocar na surdina.

O PL das Fake News, que foi rejeitado pela população no ano passado, está voltando agora de uma forma fatiada e piorada. Além de colocar superpoderes para a ANCINE para determinar o conteúdo que poderá ser divulgado nas redes sociais, agora existe um PL para financiar a Rede Globo.

A Rede Globo, essa mesmo que está sendo rejeitada no Rio Grande do Sul pelas mentiras que vem contando, que está sendo rejeitada pelo Brasil inteiro pelo verdadeiro discurso de ódio institucional, agora será financiada com o seu dinheiro, pagador de impostos!

Vão taxar todas as plataformas de *streaming*, com uma exceção. Adivinhem qual? A Rede Globo! A Globoplay não vai pagar nada! E, pior do que isso, além de não pagar, além de não ser taxada, boa parte do dinheiro que nós pagarmos retornará para os cofres dessa instituição que tanto prejudica o nosso País.

Eu fico perguntando, numa semana em que o Brasil está passando por um desastre, quando perdemos a nossa querida e amada amiga Amália Barros, de repente, tentam colocar na surdina ou enfiar goela abaixo uma abominação como essa? Pois, neste momento, enquanto ainda temos as redes sociais, está havendo uma mobilização nacional para divulgar esse absurdo.

Com certeza, assim como foi no PL das Fake News, no PL da censura, aqueles que se posicionarem a favor dessa aberração não serão esquecidos. E é esse o verdadeiro temor desse sistema que não aceita a Internet, que não aceita que as pessoas tenham voz, porque agora a memória dura! Os atos e os votos que foram proferidos aqui durarão na eternidade, enquanto nós tivermos acesso à Internet.

Então, meus amigos, que fique um recado muito claro. Prestem atenção na orientação dos seus Líderes partidários, mas também prestem atenção na sua base. Prestem atenção naquelas pessoas que realmente os colocaram aqui, porque o voto de hoje não será esquecido.

É inaceitável, no momento por que este País está passando, essa tragédia, essa tristeza, aprovarmos um PL que vai financiar a empresa que mais causa discórdia e que é a maior propagadora de *fake news*, e ainda tentam colocar superpoderes numa estatal para determinar o que pode e o que não pode ser dito no nosso País! E é para isso que eles estão se aproveitando da tragédia.

A melhor coisa que aconteceu para a Esquerda foi essa tragédia, porque eles estão aproveitando a tristeza, o sofrimento, para implementar a ditadura, Presidente.

Para concluir, esse momento é decisivo. Em três ou quatro votações nesta legislatura a população parou para prestar atenção em como o seu Parlamentar votou, e, neste momento, eu lhes garanto, todos estarão olhando, e o seu voto ficará histórico aqui dentro.

Vote com cuidado!

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Gayer.

Eu só quero esclarecer aos colegas Parlamentares que a Mesa vive um drama aqui, porque, se formos só chamar o Deputado que está na lista e que não está no plenário, vamos chamá-lo e vamos queimar a vez, e a Mesa procura valorizar os Parlamentares que estão em plenário para que possam ocupar o seu espaço.

Então, na medida em que aqueles Deputados que estão em plenário têm um número de inscrição que antecede o dos demais que estão em plenário, procuramos contemplar aqueles Deputados que se inscreveram antes e que estão em plenário. Se não estiverem em plenário, ainda que tenham se inscrito antes, vamos valorizar a vez dos que estão em plenário. É a maneira de podermos tocar a sessão e fazer com que tenhamos aqui o espaço garantido de cada Parlamentar.

Eu quero, por conta disso, chamar — e porque está no plenário — o Deputado Ivan Valente, cuja inscrição é a de número 31, que é um dos que antecede a lista, para que faça a sua manifestação.

Depois, eu quero chamar o Deputado Pedro Aihara e o Deputado Junio Amaral.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. está com a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada eu falei sobre a tragédia no Rio Grande do Sul e falei da nossa solidariedade, da solidariedade de todo o povo brasileiro e do Estado brasileiro.

Tem gente que acredita que não precisa de Estado nessa hora. Mas agora é hora de falar em bilhões e centenas de bilhões. E eu queria dizer que, mesmo debaixo da tragédia, do sofrimento e do luto do povo gaúcho a que nós estamos assistindo, é algo estarrecedor, é um festival, é uma enxurrada agora, fazendo trocadilho, de *fake news*, de desinformação, de mentiras, que precisam ser criminalizadas, porque não é possível que as pessoas possam mentir tanto.

O que se quer com isso? Promover o caos, alarmar a população, impedir o socorro de quem está lá no salvamento real, atrapalhar as ações de resgate, causar pânico, desacreditar a solidariedade humana, desacreditar a ajuda estatal e o próprio papel do Estado. Mas, pior ainda, e mais nocivo, querem ganhar *likes* e monetizar o luto do povo gaúcho. É disso que estamos falando.

Estão aqui as agências de checagem que estão sendo bombardeadas também por *fake news* e ameaças, e sabemos de onde vem isso. É mentira! Isso é tudo mentira, porque o Governo Federal está patrocinando, sim, uma grande ajuda ao Rio Grande do Sul, em combinação com o Governo do Estado, mesmo com todo o zelo do Governo do Estado. A hora é de solidariedade humana, é de entrar na água, é de mandar mantimentos, que estão vindo do Brasil inteiro. Mas não há jeito de se darem as mãos aqui.

Por exemplo, um sujeito chamado de *coach* colocou na rede o seguinte. Ele mentiu, dizendo que o Governo gaúcho — não estou falando nem do Lula — estaria barrando caminhões com doações. E sabe o que ele argumentou? Ele argumentou que, em um ano político, a mídia não vai mostrar direito o que está acontecendo por causa dos políticos. Políticos somos todos nós! Viralizou na rede. Candidato na cidade de São Paulo, picareta, bolsonarista, claro. Alguém duvida? É lógico! Na verdade, teve um que falou que a calamidade foi planejada, que é um evento climático artificial, e promove agendas ocultas para controlar as massas. É uma vergonha! Isso não pode acontecer.

Que anônimos façam isso, tudo bem, mas Parlamentares, comandantes de *fake news*, para terem *likes*? Isso precisa ter uma resposta!

Nós, como em qualquer país do mundo, como em toda a Europa, nos Estados Unidos, precisamos regulamentar as redes sociais, o poder das *big techs* e do seu algoritmo, que viralizam a estupidez humana.

Não podemos aceitar isso!

Por que vocês estão com medo de votar o PL das Fake News aqui? Por quê? Porque precisam da mentira. Foi como o Trump se elegeu, com o Steve Bannon, e foi como o Bolsonaro se elegeu, em 2018, mas foi barrado em 2022.

Não! A hora é de conversar com o povo brasileiro. O povo gaúcho sabe quem está sendo solidário e quem será retribuído, porque as imagens falam por si, e as ações também, Presidente.

Fora, *fake news*!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Já está na tribuna o Deputado Pedro Aihara.

Tem a palavra, pelo tempo regimental, o nosso honrado Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O SR. PEDRO AIHARA (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabo de chegar do Rio Grande do Sul. Lá estive enquanto bombeiro militar, enquanto especialista em gestão de riscos de desastre. A situação que verificamos lá é muito mais calamitosa do que a situação que vemos pelos portais de notícias, pela TV. Quando falamos dessa situação, os números muitas vezes não conseguem traduzir a dor que aquelas pessoas estão sentindo.

Eu trouxe para os senhores esta foto, da bebê Agnes, de apenas 7 meses, que acabou morrendo ao cair de um barco durante o resgate. Essa bebê tinha uma irmã gêmea, a Ágata, que infelizmente não vai poder contar com a companhia da irmã, devido a essa perda trágica.

Quando falamos de tudo isso, é fundamental também que consigamos, além de demonstrar toda a nossa solidariedade por aquelas famílias que estão enlutadas pelas perdas humanas, pelos danos materiais, reconhecer o trabalho de muitas instituições que têm feito toda a diferença para o povo do Rio Grande do Sul.

As Forças Armadas, em especial a Força Aérea Brasileira, têm garantido que doações de todos os rincões do País cheguem às cidades afetadas no Rio Grande do Sul e tragam a dignidade necessária para que essas pessoas possam recomeçar e passar por esse período tão difícil.

Os corpos de bombeiros, em especial o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, têm feito um trabalho hercúleo. Enquanto estive lá, tive contato com mais de 60 bombeiros e bombeiras que perderam, eles mesmos, tudo o que tinham devido às enchentes, perderam suas casas, e as suas famílias também foram afetadas. Mas nem isso foi suficiente para que eles deixassem de estar nos quartéis, rodando com as guarnições, realizando salvamentos e resgates, colocando os interesses da sociedade e o bem comum acima dos próprios interesses e das questões pessoais. A eles, minha continência e meus cumprimentos.

Além disso, todas as instituições, voluntários, grupos de defesa dos animais têm garantido que aquela população não fique desabastecida e desassistida.

É importante lembrarmos que, desde o primeiro dia de mandato, eu venho batendo nessa tecla da prevenção dos desastres, e os argumentos são sempre os mesmos: *"Não existe orçamento suficiente para que façamos as aplicações"*; *"Não existe verba para investirmos em prevenção"*. Mas, quando acontece um desastre como esse, começam a surgir, diante de toda essa comoção, recursos, estruturas, soluções.

Ocorre que essas soluções estão sendo apresentadas desde o início do mandato. Eu posso citar aqui pelo menos dez projetos de minha autoria e também de autoria de colegas que são decisivos para que consigamos minimizar esse problema, mas que, infelizmente, não são considerados. No entanto, quando chega esse momento de comoção, aí sim abrimos os olhos para esse tipo de proposta, para esse tipo de solução.

Precisamos, enquanto Casa Congressual, voltar todos os nossos esforços para auxiliar o Rio Grande do Sul nesse momento. Mas, muito além disso, nós também precisamos pensar em quais projetos de lei, verdadeiramente, têm o condão não só de resolver essa situação agora, mas de permitir que o nosso Brasil tenha um sistema efetivo de alerta, de monitoramento e prevenção de desastres.

Um dos meus projetos diz respeito à questão da possibilidade de aplicação do fundo eleitoral, do fundo de campanha, para atender esse tipo de calamidade. Isso é uma responsabilidade institucional que esta Casa precisa ter, para nós entendermos o que é prioridade para o povo brasileiro.

Este é o momento de nós fazermos uma reflexão sobre quais são os valores que, efetivamente, unem este Congresso, este Poder Legislativo, para nós podermos ter a chance de dar uma contribuição efetiva, para que esses desastres não se repitam, para que aquilo que nós já vimos em Brumadinho, no Litoral Norte de São Paulo, em Petrópolis, em Teresópolis, em Maceió e que estamos vendo no Rio Grande do Sul não se repita.

A todas essas vítimas o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Pedro Aihara. O Rio Grande do Sul agradece a V.Exa., que esteve lá dando uma força. Sou testemunha. Eu pude ver a sua ação, sua atitude, sua disposição, sua gana, sua garra em defesa daqueles que estão flagelados.

Nós estivemos juntos nesse embate e precisamos de gente que tenha essa sensibilidade, essa compreensão da importância de, nessa hora, estender a mão e ajudar. Então, gratidão. O Rio Grande agradece e está à disposição. A sua presença lá é muito importante. Seja sempre muito bem-vindo!

Eu quero chamar a Deputada Fernanda Melchionna, do PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, V.Exa. poderia deixar como lido o meu discurso em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Sim, Deputado.

Dou como lida a manifestação do Deputado Ivan Valente na tribuna no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

Eu estou tomando uma liberdade. A Deputada Fernanda Melchionna, que chegou ao plenário, está inscrita. Além de ser mulher, ela está grávida. Então, eu acho que nós temos que valorizar, acolher e oportunizar.

V.Exa. é uma Deputada assídua na Casa. Merece a oportunidade e a compreensão de todos os colegas Parlamentares, os cavalheiros que abrem o espaço para V.Exa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado Pompeo e Deputados que me permitiram fazer a intervenção agora.

De fato, além disso, o tema que me traz à tribuna é urgente, que é o Rio Grande do Sul.

Todos sabem a luta hercúlea que nós estamos fazendo para salvar a vida do povo diante de uma emergência climática como a que nós estamos vivendo no Rio Grande do Sul, em que 450 dos 497 Municípios foram atingidos, cidades inteiras estão submersas, 600 mil pessoas saíram de casa e estão em casa de amigos, parentes, familiares, e 70 mil pessoas estão em abrigos, onde há toda a dificuldade de falta de água, de energia e de escoamento da água.

Embora hoje tenha aberto o sol, o que é muito importante, domingo choveu muito e a previsão é de que haja mais chuvas a partir de quinta-feira. Então, é evidente que essa situação é urgente.

Nós precisamos, sim, batalhar por um protocolo da Defesa Civil e lutar para revogar as medidas antiambientais que têm sido aprovadas a toque de caixa, inclusive, pela Câmara dos Deputados.

Eu venho aqui hoje falar sobre a necessidade de um auxílio emergencial para o povo. O Governo anunciou duas medidas muito importantes. Uma delas é a suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul por 3 anos, com o congelamento dos juros. Essa medida muito importante diz respeito a uma dívida que já foi paga e nunca foi auditada. Nós queremos não só isso, mas também o perdão da dívida, porque ela já foi paga, mas é claro que foi um passo muito importante anunciado pelo Governo Lula.

Além disso, há a questão do *voucher* de 5 mil reais, que ainda não se materializou — o projeto será enviado —, mas será anunciado em breve. Eu acho muito importante o pagamento de um *voucher*, porque a liberação do FGTS e a antecipação do Bolsa Família dizem respeito a recursos do próprio trabalhador e da própria trabalhadora, assim como a antecipação da restituição do Imposto de Renda, que nós havíamos pedido e o Governo atendeu, inclusive fazendo essa antecipação para todas as famílias gaúchas, não só para as atingidas pela catástrofe, porque, direta ou indiretamente, todo o povo gaúcho está enfrentando essa catástrofe, essa tragédia.

Além disso, o auxílio-calamidade — foi lançada por 50 organizações sociais uma campanha a favor de um auxílio no valor de um salário mínimo pelo período de, no mínimo, 1 ano para as famílias que perderam tudo — é urgente.

Há pessoas que perderam tudo: perderam sofá, perderam televisão, perderam cama, perderam casa. A água levou casas! Digo isso sem contar as 147 vidas perdidas — já deixo registrada aqui, de novo, a minha manifestação de solidariedade a todos os familiares e amigos das pessoas que infelizmente perderam a vida e das que estão desaparecidas e ainda estão sendo buscadas.

Deputado Pompeo de Mattos, eu peço mais 30 segundos para concluir, pois quero falar da importância do auxílio-calamidade para o povo gaúcho.

Há pessoas que perderam tudo pela segunda vez. Refiro-me não só aos inscritos no Cadastro Único, aos vulneráveis, às famílias de baixa renda, mas aos trabalhadores em geral, aos donos de pequenos armazéns, de pequenos comércios, aos trabalhadores cujo local de trabalho está fechado. Essas pessoas não só estão fora de casa — a água da chuva não desceu —, como também estão preocupadas com o que vão fazer no dia seguinte para retornarem às suas casas. O auxílio-calamidade é uma urgência. Nós estamos na luta para criar esse auxílio emergencial pelo período de, no mínimo, 1 ano para as famílias atingidas.

Movimentos sociais lançaram hoje uma plataforma a favor de um auxílio no valor de um salário mínimo, por 2 anos, para garantir a reconstrução da vida. Nós apoiamos essa iniciativa, pois sabemos que é uma luta que precisa ser feita para garantir que as famílias não sejam dupla ou triplamente vitimizadas e não paguem a conta dessa crise.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Fernanda Melchionna.

Concedo a palavra ao Deputado Messias Donato, por 1 minuto, ao microfone de apartes.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Eu quero fazer um registro importante nesta data. Estamos recebendo no Congresso Nacional, em especial aqui no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara Federal, o meu amigo e irmão Deputado Estadual Alcântara Filho, do Estado do Espírito Santo.

Lá o Deputado Alcântara defende as pautas que nós defendemos aqui no Congresso Nacional: defesa da vida, da família, dos valores cristãos, da nossa liberdade econômica, da liberdade religiosa, com destaque, Sr. Presidente, para a proteção da primeira infância, pauta pela qual o Deputado Alcântara dá a vida dele. Além disso, o Deputado tem sido uma voz em defesa da propriedade privada no Estado do Espírito Santo, combatendo o MST, esse movimento criminoso que não respeita a propriedade privada.

Seja bem-vindo, meu amigo. Conte sempre com a nossa voz aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Já está na tribuna o nosso honrado Deputado Junio Amaral.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. JUNIO AMARAL (PL - MG) - Quer falar por 1 minuto, Deputado Cabo Gilberto Silva? Se o Presidente permitir, V.Exa. pode falar.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e agradeço ao Deputado Junio Amaral.

Peço a atenção do povo brasileiro! Neste momento difícil que o Rio Grande do Sul está passando, o descondenado Lula movimenta toda a sua base no Congresso Nacional para taxar as redes sociais, taxar os serviços de *streaming* e beneficiar a senhora Rede Globo. Vejam só que Governo cruel!

Neste momento difícil para a população gaúcha, era para o Parlamento estar recebendo projetos para beneficiar o Rio Grande do Sul, para onde ele só mandou 16 milhões de reais para socorrer 69 cidades. Além disso, fica mentindo descaradamente, acusando os Parlamentares de propagarem *fake news*.

Fake news é o senhor, descondenado Lula!

Peço ao povo brasileiro que se movimente, como fez no PL da censura — esse é o 2.0. Querem beneficiar o descondenado Lula através da senhora Rede Globo. Querem prejudicar o povo brasileiro taxando as redes sociais.

É importante demais que todos cobrem dos seus Parlamentares, de forma educada, civilizada, que digam "não" ao PL da censura 2.0, o PL da Globo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Está na tribuna o Deputado Junio Amaral.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. JUNIO AMARAL (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

O Brasil precisa estar atento neste momento, um dos mais importantes do Parlamento nesta legislatura, porque um projeto escandaloso pode ser votado ainda nesta noite.

Independentemente da orientação de partidos e de Líderes, deve prevalecer a orientação do povo. É com esse povo que eu me comunico agora. É a esse povo que eu me dirijo agora. Eu quero alertá-lo sobre o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017.

Já dizia o meu orientador na política que, a depender do Autor e do Relator, não é preciso nem gastar tempo estudando o projeto — mesmo assim, eu o fiz.

É um escândalo o que estão tentando fazer agora para taxar as redes sociais e as plataformas de *streaming*. Como pode um Deputado colocar sua digital para aprovar um escândalo como esse? E o pior: estão isentando, deixando de fora dessa regulamentação, dessa taxa, a Globo. Só faltou colocar o termo "Globo" no texto, já que, pelos requisitos apresentados, é evidente que se excetua as plataformas da Globo.

Em um momento de calamidade, em um momento trágico para a população, o Governo Federal deveria estar preocupado em enviar projetos e promover iniciativas para socorrer o Estado do Rio Grande do Sul. Em vez disso, quer dar mais uma facada no povo brasileiro. É inadmissível a insensibilidade deste Governo!

Eu quero me dirigir a vocês que estão assistindo à sessão: dependem de vocês a tramitação e a aprovação desse projeto aqui. Como eu disse no início, a orientação de vocês sobrepõe-se à dos Líderes partidários, que, neste momento, recebem, sim, pressão do Governo para aprovar projetos maléficos como esse.

A situação é ainda pior: as taxações apresentadas no texto serão direcionadas, em grande parte, para projetos e iniciativas da própria Esquerda. E digo mais: ainda colocam uma imposição sobre o que as plataformas, como o Youtube e a Netflix, apresentarão na tela de início, que aparece quando você liga o seu aparelho. As opções que aparecerão nessa tela não mais se basearão no seu gosto, no seu perfil; mas, sim, no que o Governo quer, nas pautas que o Governo entende ser necessário o povo brasileiro assistir.

Portanto, isso é uma invasão à nossa liberdade, é uma taxa abusiva, é mais um processo arrecadatário de um Governo que só pensa em gastar com inutilidades e, mais uma vez, quer agigantar o Estado naquilo que não tem necessidade.

Na hora em que o Estado precisa agir para socorrer as vítimas do Rio Grande do Sul, age com amadorismo e gasta o seu tempo identificando possíveis *fake news*, que são sinônimo de informações constrangedoras para o Governo Federal.

Peço a V.Exa. que este nosso pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Junio Amaral.

Nós teríamos agora uma Comunicação de Liderança, mas o Deputado Heitor Schuch abre mão da palavra neste momento. Então, eu vou chamar o Deputado Gilson Daniel e, em seguida, a Deputada Carol Dartora.

Enquanto o Deputado Gilson Daniel vai à tribuna, tem a palavra a Deputada Geovania de Sá, por 1 minuto, ao microfone de apertes.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (Bloco/PSDB - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Deputado Pompeo de Mattos, do nosso Rio Grande do Sul, assim como o Deputado Heitor Schuch, por me conceder a palavra por 1 minuto.

Eu quero registrar que está presente aqui o nosso amigo e grande líder do Estado de Santa Catarina, o Deputado Estadual Vicente Caropreso, que inclusive foi Deputado Federal junto com o Deputado Heitor em outras legislaturas. Agora como Deputado Estadual de Santa Catarina há muitos mandatos, ele representa o cidadão catarinense com muita excelência.

Deputado Pompeo de Mattos, eu também quero registrar que está presente o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, o nosso querido Dr. Marcelo Reis, que veio aqui em busca de melhorias para a saúde dos catarinenses e dos brasileiros em geral, através da atuação tanto do Conselho Regional quanto do Conselho Federal de Medicina.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Sejam bem-vindos.

Cumprimento o colega Parlamentar Estadual, que foi Deputado Federal conosco em outros momentos, em outros tempos. Cumprimento também o pessoal que representa a medicina.

V.Exas. estão muito bem representados pela Deputada Geovania de Sá aqui no Parlamento Federal.

Já está na tribuna o eminente Deputado Gilson Daniel, nosso honrado líder, que atua na luta contra as catástrofes, na prevenção de emergências e na proteção do meio ambiente.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, mais uma vez, eu quero lhe agradecer pelas palavras.

Nós estávamos debatendo agora sobre esse tema muito relevante da prevenção de desastres no Brasil. Estávamos na Comissão que discute esse tema, da qual eu sou o Relator.

Quero enaltecer imensamente a luta do povo do Rio Grande do Sul, dos gaúchos, nesse cenário que realmente sensibiliza todos nós Parlamentares.

Na minha fala hoje, eu quero me referir a dois Municípios do Espírito Santo: o Município de Viana, do qual eu fui Prefeito por 8 anos — está aqui comigo hoje o Procurador Gabriel —, e o Município de Muniz Freire.

Nós estamos trabalhando para que haja a ampliação do número de professores do IFES de Viana e para que o Estado faça a doação de um terreno de 100 mil metros quadrados — isso já está em tramitação — para a construção de um novo IFES. Nós já estamos dialogando com a Procuradoria do Estado e com a SEGER para que haja a liberação desse terreno. Isso já está alinhado com o Governador Renato Casagrande. Já foi autorizado que a cidade de Viana tenha nesse terreno um novo IFES.

Na cidade de Muniz Freire, eu também quero destacar uma conquista do nosso mandato: o Governo Federal vai levar o IFES para Muniz Freire. O único IFES que o Espírito Santo receberá neste ano será construído na região do Caparaó, na cidade de Muniz Freire.

Nós estamos trabalhando para levar o Ministro da Educação, Camilo Santana, ao Município de Muniz Freire para lançar a pedra fundamental da construção do novo IFES da região do Caparaó, o IFES de Muniz Freire, que vai fortalecer o turismo nessa região, uma das mais bonitas do Brasil. Quem ainda não conhece a região do Caparaó e tem essa oportunidade deve conhecer essa região lindíssima, onde está o Pico da Bandeira. O IFES de Muniz Freire vai contribuir para a evolução do turismo nessa região.

Essas duas cidades recebem, frequentemente, o auxílio do nosso mandato. A cidade de Viana é a minha cidade, é a cidade do meu coração, é a cidade que me projetou e fez com que hoje eu pudesse estar aqui trabalhando pela construção desse novo IFES. Esperamos receber o Ministro Camilo no Município de Muniz Freire para o lançamento dessa pedra fundamental.

Sr. Presidente, ao falar do nosso trabalho nesta Casa, eu quero destacar essas duas conquistas, que afetam diretamente essas duas importantes cidades do Espírito Santo.

Solicito que a nossa fala vá para os meios de comunicação desta Casa e para o programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, eminente Deputado Gilson Daniel.

Vou conceder a palavra à Deputada Carol Dartora. Antes, porém, darei 1 minuto ao nosso honrado Deputado Otoni de Paula, do Rio de Janeiro.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como se não bastasse a tentativa de nos calar nas redes sociais, agora o Governo tenta calar as plataformas de *streaming*. É uma forma de controlar os vídeos que podem e não podem ser publicados.

Além disso, querem taxar — sim, taxar! —, porque este Governo entende muito de gastar, mas de economizar, nunca. Agora querem taxar o seu bolso, sim, taxando as plataformas de *streaming*.

O interessante é que vão taxar, por exemplo, a Netflix, vão taxar o Youtube, porém não vão taxar a Globoplay, que é do grupo Globo. Por que não vão taxar a Globo? Porque não podem! Afinal, a Globo patrocina tudo isso que nós estamos vendo, essa grande lavagem cerebral do povo brasileiro para dizer que está tudo bem neste País, que está tudo beleza nesta Nação. Afinal de contas, o Youtube não faz isso; a Netflix não faz isso; mas a Globo faz isso. Então, não podemos taxar os nossos amigos.

Está na hora de esta Casa mostrar de que lado está: do lado do povo ou do lado da Globo?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Está na tribuna a Deputada Carol Dartora, nossa eminente líder, do Paraná.

Tem a palavra V.Exa.

Depois eu concederei a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Ivan Valente. Vamos prestigiar uma mulher que está na tribuna.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Boa tarde, colegas.

Hoje eu quero falar sobre a urgência de projetos que tratam de ações contundentes para a redução e a mitigação das emergências climáticas e que contribuem para a recuperação dos nossos biomas, das nossas floras, das nossas faunas, do nosso meio ambiente.

Os últimos desastres ambientais e climáticos têm demonstrado a urgência de projetos que tratem de medidas emergenciais relacionadas às perdas e aos danos causados pela destruição ambiental que vivemos nos últimos anos, como também de prevenção e adaptação climática, que é urgente.

Não podemos aceitar que a bancada antiadaptação climática, ou bancada do agronegócio, continue apresentando projetos de destruição, como os que têm sido pautados desde o início do ano aqui no Congresso.

O Congresso precisa agir com responsabilidade e rejeitar projetos negacionistas das mudanças climáticas.

Por isso, apoiamos projetos que dispõem sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança climática, como a PEC do Clima e o projeto que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro.

Também precisamos, urgentemente, prestar muita atenção em quem defende efetivamente o meio ambiente. O Governo Federal já destinou mais de 60 bilhões de reais para dar uma resposta à catástrofe no Rio Grande do Sul. Não vamos parar até que o Estado se reerga e que todas as pessoas sejam atendidas.

Quero manifestar a minha solidariedade a todo o povo do Rio Grande do Sul e agradecer a todas as pessoas do meu Estado do Paraná, que está dando exemplo de solidariedade ao Estado vizinho, o Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Carol Dartora.

Tem a palavra o Deputado Heitor Schuch, pela Liderança do PSB.

Enquanto o Deputado vai à tribuna, tem a palavra o Deputado Ivan Valente, ao microfone de apartes.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero denunciar que a Amil e a Unimed cancelaram contratos coletivos de crianças autistas e com doenças raras.

É um absurdo essas empresas lucrativas da área da saúde alegarem desequilíbrio externo. Tanto as mães de autistas quanto as mães de crianças com doenças raras estão entrando na Justiça individualmente e estão ganhando as ações — porém, ganham individualmente. Enquanto isso, a ANS não faz nada.

Nós sabemos que essas grandes empresas têm isenção de impostos, Deputado Pompeo de Mattos. Os planos são caríssimos. A atividade é lucrativa. Há 50 milhões de pessoas com plano de saúde em nosso País.

Nós vamos entrar com uma ação judicial coletiva para impedir essa perversidade dos planos de saúde, inclusive contra a Qualicorp, que administra todos esses planos. Nós temos aqui depoimentos de pais e mães de pessoas com doenças raras e de autistas.

É muito grave o que está sendo feito em nome da mercadoria da saúde e da mercadoria da medicina. Isso é intolerável!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Já está na tribuna, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB, o eminente Deputado Heitor Schuch, do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, quero dizer, antes de mais nada, que esta é a minha manifestação mais triste nesta Casa durante todo o mandato.

Além de ficar triste, Sras. e Srs. Deputados, eu me sinto, de certa maneira, envergonhado ao ouvir neste plenário as manifestações de alguns colegas que, antes de falarem, deveriam ir ao Rio Grande do Sul puxar enxada, empurrar carrinho de mão, ajudar a limpar casas, ver a situação de famílias que estão há 12 dias sem luz, sem água, sem Internet, sem telefone, sem comida. Pessoas perderam familiares. E aqui se faz discurso como se o problema fosse o Governo.

Meus amigos, vamos botar o pé no barro, vamos ajustar as coisas e vamos falar, primeiro, em solidariedade às pessoas que perderam familiares que até hoje não foram achados.

Hoje eu não quero falar sobre a reconstrução do Estado. Vou deixar isso para outro dia. Também não quero falar do apoio ao setor agropecuário, da infraestrutura da Defesa Civil, da realocação de famílias que perderam tudo, do câmbio climático, das políticas públicas. Hoje eu quero dizer muito obrigado ao Brasil! Obrigado pela solidariedade, pelas doações, pelo envio de profissionais para salvar o Rio Grande. Se não fosse isso, em vez de estarmos falando hoje da perda de pouco mais de cem vidas, o que já é muito, certamente estaríamos falando da perda de milhares de pessoas. Muito obrigado, Brasil, por esse apoio, por essa solidariedade.

Quero registrar o meu agradecimento, de forma muito especial, ao Exército Brasileiro, à Marinha, à Aeronáutica, às Forças Armadas, que chegaram lá de pronto; ao Governo do Estado, com a Brigada Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, entre tantos outros; aos Municípios, às Prefeituras que trabalharam dia e noite, noite e dia, o tempo inteiro na chuva, salvando pessoas, abrindo caminhos para que o remédio pudesse chegar, para que as pessoas pudessem levar um doente.

Parabenizo as Igrejas, as escolas, as comunidades, os clubes de serviço, os empresários que doaram equipamentos, maquinários, que ofereceram veículos, caminhões e até aeronaves.

Esses 3 minutos são pouco tempo para agradecer a tanta gente que ajudou levando medicamento, alimento, colchão, roupa, água, enfim, tudo que se precisa em uma hora dessas.

Para concluir, Presidente, eu queria dizer que o Rio Grande do Sul está arrasado, o Rio Grande do Sul está de joelhos, mas nós vamos nos reerguer. Nós vamos fazer isso com base no trabalho.

Antes de mais nada, nós queremos dizer um fraterno muito obrigado aos voluntários e às voluntárias do Rio Grande do Sul e do Brasil que ajudaram neste primeiro momento. Vamos precisar de muita ajuda, mas nós queremos começar a reconstrução dizendo muito, muito, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Heitor Schuch. Todos nós temos essa mesma compreensão de V.Exa. de solidariedade ao nosso povo gaúcho, que sofre, mas que resiste, persiste e não vai se entregar de jeito algum.

Deputado Bohn Gass, tem a palavra V.Exa., eminente líder do PT do Rio Grande do Sul. Em seguida, nós vamos ouvir a palavra da Deputada Dandara.

Há um pedido para Comunicação de Liderança, e o Líder se manifesta quando quiser. Então, depois do Deputado Bohn Gass, o Deputado Alceu Moreira vai fazer uma Comunicação de Liderança.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Saúdo os colegas Deputados e Deputadas.

A maior crise climática que atinge o nosso Estado continua com seus desdobramentos — são mais mortes, pessoas em abrigos, perdas econômicas ainda incontáveis nesse momento —, mas o Rio Grande do Sul conta de fato com a solidariedade humana, a solidariedade de pessoas de outros Estados e de outros países.

Precisamos registrar aqui o acontecimento desta semana, algo sobre o qual nós estávamos todos debatendo, que é a renegociação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que é enorme, passa de 90 bilhões de reais. Neste final de semana foi construído um acordo entre o Ministro da Fazenda Haddad e o Governador do Estado, anunciado pelo Presidente Lula e por outras lideranças, inclusive com a presença do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. O Rio Grande do Sul não vai repassar um centavo da dívida nos próximos 3 anos, o que significa algo em torno de 11 bilhões de reais que não serão repassados ao Governo Federal. Além disso, será retirado do montante da dívida o juro, o que significa outros 12 bilhões de reais. Esse processo de renegociação é muito importante porque permite que esse recurso se reverta na reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

Nós estamos, Deputado Pompeo de Mattos, colegas Deputados, na fase dos três temas, que é salvar vidas, fazer o restabelecimento e realizar a reconstrução. Essas três situações já estão em andamento no Rio Grande do Sul. Em alguns lugares a água já baixou, em outros lugares ainda continua chovendo, e, em outros, as pessoas estão começando a retornar para os seus lares. Então, as três fases estão concomitantemente sendo trabalhadas. Para isso, nós precisamos alocar mais recursos, numa atenção muito especial.

Já estamos com mais de 70 bilhões de reais disponibilizados, inclusive para o setor empresarial, com o Fundo Garantidor de Créditos, por meio de recursos e da diminuição de juros. E, neste momento, o Presidente Lula está organizando, para amanhã, sua terceira ida ao Rio Grande do Sul. Nós precisamos exatamente do comando, e fazem parte da visita ao Estado novos anúncios de ajuda a pessoas que tanto precisam, mas também o anúncio do posto de autoridade federal, um mecanismo formal de auxílio ao Estado para a coordenação dos trabalhos, pela gravidade do que está acontecendo. Então, eu acho que esse anúncio do posto de autoridade federal no Rio Grande do Sul, para ajudar a coordenar as atividades, é muito importante.

Peço mais 30 segundos, se V.Exa. me permitir, Presidente Pompeo de Mattos.

Eu quero dizer ainda que, além da presença do Governo Federal, com toda a sua estrutura, coordenada por Rui Costa, em âmbito nacional, junto com os demais Ministérios, contando com um escritório em Porto Alegre, a autoridade federal, nós também tivemos um anúncio do BRICS. A ex-Presidenta Dilma é a Presidente do BRICS e colocou à disposição o crédito de 5,7 bilhões de reais para o nosso Estado neste momento.

Então, esse é o registro que eu gostaria que fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, eminente líder Deputado Bohn Gass. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata para divulgação de seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Eu quero fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Eu já lhe concedo a palavra.

Antes, tem a palavra a Deputada Laura Carneiro, decana da Casa, para manifestação de 1 minuto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria saudar uma iniciativa especialíssima do Sindicato das Indústrias do Vestuário, de confecções de moda íntima e *fitness*, de Nova Friburgo, na pessoa do Dr. Gustavo Moraes.

V.Exa. sabe, tanto quanto eu, que um terço de toda a moda íntima do Brasil é feita na cidade. A matéria-prima vem da cidade de Nova Friburgo. E já foram doadas para o Rio Grande do Sul três carretas. Amanhã sai a quarta carreta, não só com insumos, mas também com moda íntima especialmente, ou seja, calcinha, sutiã e cuecas, para que aquelas pessoas tenham a possibilidade também de ter esses vestuários.

Sr. Presidente, isso significa 270 mil reais em doações pelo sindicato.

Há ainda um trabalho excepcional que está sendo feito pela Associação Comercial de Nova Friburgo, coordenada pelo Dr. Júlio Cordeiro, com as gôndolas dos mercados. Agora há gôndolas específicas com produtos do Rio Grande do Sul, para que, de alguma maneira, salvemos a economia daquele Estado.

Eu fiquei muito emocionada e não poderia deixar de citar a importância de Nova Friburgo nesse momento, seja na moda íntima, seja através da associação comercial.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro, que tem a memória e a história desta Casa. Seu pai foi decano aqui nesta Casa também, construiu uma vida no Parlamento, foi o homem que fez a Lei do Divórcio no Brasil. O Brasil não esquece, o mundo não esquece, e esta Casa jamais esquecerá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de dizer que a Deputada Maria do Rosário, já há uma semana, me cobrou, na condição de Deputada do Rio de Janeiro, que tentasse ajudar, por meio de Nova Friburgo. Realmente, para as mulheres, é muito difícil imaginar não ter um sutiã, não ter uma calcinha. Mesmo para os homens é difícil, mas, para as mulheres, é ainda pior não ter a possibilidade de utilizar peças íntimas novas e limpas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado pela solidariedade.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly e, depois, ao Deputado Alceu Moreira, eminente Líder do MDB, do Rio Grande do Sul.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu já fiz esse questionamento várias vezes. Trata-se das inscrições dos Deputados e das Deputadas. Não é justo, não é correto e está trazendo prejuízo ao exercício do mandato de muita gente o método de se inscrever para falar aqui.

É mais fácil você falar numa sessão ao ser chamado pela ordem. É mais fácil o Sargento Garcia pegar o Zorro do que você falar se estiver inscrito. Eu me inscrevo sempre no mesmo horário, tentando ficar na posição 89, mas nunca falei. Sabe aquele sonho em que você acha que vai sair do labirinto, e nunca sai?

A Mesa tem que tomar providências! Quem falou na sessão anterior não deveria falar primeiro, falaria depois daqueles que não falaram. Essa é uma questão básica da democracia; é um princípio básico.

Minha reclamação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. é decano na Casa, e eu recebo sua reclamação, que, em parte, é procedente. Nós somos vários substitutos do Presidente na sessão — eu sou um deles. A verdade é que nós que estamos presidindo — e só nós — sabemos como é o início da sessão. Ficamos apelando aos Parlamentares que se façam presentes. Nós podemos chamar um a um aqui, e a lista passa bem ligeirinho, só que, depois, o Deputado chega e quer recuperar sua vez.

A Mesa faz o máximo que pode para manter a sessão ativa, participativa, envolvente, interessante, com a participação dos Parlamentares. E, sempre que recebemos uma reclamação, procuramos aperfeiçoar as nossas ações aqui. Nesse sentido, recolhemos a comunicação de V.Exa. e vamos procurar sempre melhorar para bem atender o Parlamentar, porque a razão de ser da Presidência é atender os Parlamentares. Essa é a nossa satisfação.

Já está na tribuna o eminente Líder do MDB, o Deputado Alceu Moreira, que vai falar pela Liderança do bloco.

Portanto, V.Exa. dispõe de 9 minutos.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, minhas primeiras palavras, doídas, sofridas, são da mais profunda gratidão. Os gestos que temos visto de todos os lugares do Brasil merecem nosso agradecimento.

No jogo do Atlético, as cores do Rio Grande estavam na arquibancada, e o pessoal cantava o hino do meu Estado. Um cidadão dono de um comércio pequeno na beira de uma praia de Maceió me liga — não sei como conseguiu meu telefone — e diz: *"Eu não sei como ajudar. Eu tenho muito pouco. Mas queria depositar pelo menos 100 reais para ajudar o povo do Rio Grande do Sul"*.

Minha mais profunda gratidão ao povo brasileiro por esse abraço apertado que está dando no povo gaúcho neste momento de mais profundo sofrimento.

Mas eu também quero dizer, meu querido Presidente, que nós não somos acostumados a catástrofes, nem podemos tratar catástrofe como se fosse algo comum. Nós precisamos, urgentemente, de uma regulação para que o recurso chegue o mais rápido possível aonde o povo precisa. Tem que ser de imediato! A minha Porto Alegre, por exemplo, até hoje não recebeu um centavo sequer, mas faz mais de uma semana que está embaixo d'água. Movem-se caminhões, há problemas para tudo quanto é lado, em hospitais, problemas de toda sorte em todos os lugares, e tem que haver recurso para responder a tudo isso, mas o recurso não chegou. Por quê? Porque a legislação não permite. Pois bem, faça-se, então, uma regulação específica para catástrofe. Criem autoridades ou comitês integrados para permitir, com alçada, que aquela despesa imediata aconteça.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em uma cidade só um hospital não foi alagado, e um bairro inteiro não existe mais. Pense em conversar com uma mãe, e ela dizer: *"Ali bem pertinho do rio, eu tinha um terreno. Levei anos para pagar. Hoje tem um monte de tijolo, e eu não sei onde é que é meu terreno"*. E não há como saber, porque um bairro inteiro virou uma montanha de tijolos amontoados.

Pessoal, não há narrativa que se faça neste microfone para dar a profundidade do sentimento e do sofrimento do povo gaúcho. Foi perda total, de tudo! Pense comigo: eu tenho minha casa; oferecemos uma alimentação numa quarentinha, e uma senhora, com a mão trêmula, pegou um garfo de plástico, sentou num banco e me disse: *"Moço, 5 dias atrás eu tinha uma casa, eu tinha geladeira, tinha fogão, tinha mesa, estava com meus filhos. Eu tinha tudo. Hoje eu estou sentada num banco que não sei de quem é, comendo com um garfo de plástico, porque nem garfo eu tenho"*.

Ela não tem absolutamente nada. A enchente vai baixar — com certeza vai. Temos mais de 100 mil pessoas morando em casa de parentes ou em abrigos. Como ficarão? Eles vão ficar morando ali por 2 meses, por 3 meses? Quando vamos conseguir restabelecer a unidade familiar, para que possa estar junta em algum lugar?

Nós estamos tratando de uma catástrofe, e a catástrofe precisa de regulação específica. O dinheiro tem que chegar aonde o povo precisa, na hora em que ele precisa.

Quando eu visitei o Município de Imigrante, meu querido Deputado Pedro Westphalen, ele tinha 26 pontes. Hoje não tem nenhuma; todas elas foram embora. Como é que se resolve o problema de uma cidade cujo hospital ficou com 2 metros de água, onde a creche não existe mais, a escola não existe mais, a casa em que a pessoa trabalhava não existe mais?

Mas vamos lá, vamos pegar o caso das empresas. Visitamos uma empresa de calçados com 3 mil, 2 mil empregos, mil empregos, que encheu d'água. Uma empresa que visitei tinha 60 mil calçados, com notas tiradas na expedição, às 7 horas da noite. O caminhão ia chegar de manhã para carregar e levar a mercadoria para os pontos comerciais.

Aliás, obrigado aos pontos comerciais por botarem placas de produtos gaúchos, porque, se o Brasil consumir o produto gaúcho, estará ajudando as nossas indústrias a gerar emprego nesta crise.

Às 2 horas da madrugada — 2 da madrugada —, a enchente chegou. O dono da empresa chegou à empresa, a porta de metal estufou a cortina, e lá se foram 60 mil metros de calçado rolando rio abaixo. Essa empresa tem máquinas com *chips*, máquinas automáticas, de precisão, todas elas embaixo d'água.

Se nós não tivermos um financiamento sem juros, com 2 anos de carência, 10 anos para pagar, esta roda engrenada não segue. Não é para ajudar o empresário; é para ajudar mil, 2 mil funcionários, porque, se ele não tiver emprego, ele vai para a rua. E, se ele não tiver trabalho, ele não consegue construir sua casa, comprar suas coisas; a cidade não anda, o Estado não arrecada, ele vai virar um cliente do Bolsa Família.

No agro, nós estamos na segunda seca consecutiva e, agora, na terceira enchente. Se não lhe dermos 15 anos para pagar e 3 anos de carência, não há como pagar essa dívida, porque o valor do endividamento não caberá na receita, mesmo que ele compre safra, que ele produza safra cheia nos próximos períodos. O Rio Grande está sofrendo, e está sofrendo muito.

Aqui em Brasília, nós da bancada nos reunimos hoje duas vezes e fomos trabalhar com a seguinte questão: não podemos andar de Ministério em Ministério, cada Deputado fazendo fotografia, dizendo que está buscando solução. É preciso uma autoridade do Palácio do Planalto que represente o Governo e que seja capaz de reunir a bancada com a educação, a bancada com a saúde, a bancada com as cidades, a bancada com as políticas sociais, a bancada com o transporte. É preciso alguém que controle essa agenda. Tem que haver governança. Ninguém tem condição de tratar um problema como este da catástrofe por retalhos. Tem que haver alguém dentro do Palácio que seja capaz de conversar com os Ministros e a bancada, desenhando as soluções possíveis e colocando-as à disposição do povo, como ferramenta de solução.

Lá no Estado, pelo que sei, vão colocar uma autoridade federal, para representar todos os interesses do Estado integrado.

Mas, como disse, também foi negociado um prazo de 3 anos para pagamento da dívida, com perdão do juro. Não me peçam para vir a esta tribuna fazer críticas fáceis. Eu não estou disposto a fazer isso. Mas o meu Rio Grande, de cada 100 reais que arrecada de tributo para a União, recebe apenas 23 reais de volta. Por anos e anos e anos e anos a fio não reclamamos. Mas, agora, o meu Rio Grande não tem o que dar ao País. Agora precisamos de vocês. Precisamos de ti que está no oeste plantando, porque o teu vô, o teu tio, o teu pai era de lá. Nós estamos precisando de ti.

Nós não temos condição, meu querido Presidente, de dar nada a ninguém. Devolvam ao Rio Grande agora. Nos dê um fundo necessário para poder custear o nosso financiamento. Nós precisamos de 100 bilhões de reais para a reconstrução do Estado. Nós não temos condição de dar nada a ninguém. Não dá para deixar o Rio Grande do Sul pagando, quando, a cada 100 reais arrecadados em impostos, ele só recebe 23 reais de volta. Nós temos que ter direito a esse recurso para refinarçar a reconstrução do Estado.

Meu querido Presidente, conceda-me mais 30 segundos só para concluir.

Ao passo que agradeço a todos, eu queria me colocar à disposição, mas, antes, quero fazer uma denúncia. Um grupo de canalhas, ali no corredor do Congresso, foi me fazer críticas como se eu fosse responsável pela catástrofe. Em 1941, houve uma enchente nos mesmos moldes. Será que foi o efeito estufa? Eu tenho certeza de que o efeito estufa é complicado — não sou negacionista —, mas ele não é o único responsável por isso. Trazer à tona os projetos ambientais agora e atribuir-me a culpa da tragédia, como se eu fosse algoz do que está acontecendo, é uma covardia, uma canalhice, feita por Parlamentares desta Casa. Covardes! Mal-intencionados! Deviam ter vergonha do próprio passado, quando, financiados por ONGs internacionais, encheram os bolsos derrubando a Amazônia e protegendo grileiros e traficantes.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Durante o discurso do Sr. Alceu Moreira, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nelto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - A próxima inscrita é a Deputada Dandara.

Enquanto a Deputada Dandara se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Atair Assunção...

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Valmir Assunção.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje temos na pauta o Projeto de Lei nº 709, de 2023, que trata da criminalização dos movimentos que lutam por reforma agrária. Ora, o que querem fazer com os movimentos sociais no Brasil é justamente tirar a cidadania das pessoas. Se esse projeto for aprovado, vai ser como se as pessoas não existissem mais!

Quem luta pela reforma agrária, Sr. Presidente, luta pelo cumprimento da Constituição Federal. Agora, há muitos Deputados do agronegócio que gostam de proteger grileiros, aqueles que invadiram terra pública. Esses eles protegem, mas o povo trabalhador eles querem condenar, criminalizar, perseguir. É isso que querem fazer aqui!

Eu acredito que esta Casa não vai aprovar o PL 709/23, Sr. Presidente.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Eu pedi à Deputada Dandara só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Deputado Valmir Assunção, eu peço desculpas a V.Exa., porque houve um erro quando eu mencionei o seu nome. Solicito que fique registrada nos Anais da Casa e também no programa *A Voz do Brasil* a fala do eminente Deputado Valmir Assunção.

Antes de falar a Deputada Dandara, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, por 1 minuto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Dandara e Presidente.

Presidente, eu quero deixar claro que 7 Parlamentares federais que falaram naquela tribuna estão sendo acionados pela Procuradoria-Geral da República — PGR. Vejam só! O Brasil está-se acabando com as enchentes do Rio Grande do Sul, e acionaram Parlamentares porque falaram na tribuna da Câmara dos Deputados!

Trata-se de uma ação de total má-fé, porque o art. 53 da Constituição é muito claro. Os senhores precisam ler a Constituição!

Os Parlamentares não disseram mentira nenhuma! É verdade ou não que multaram caminhões que iam para o Rio Grande do Sul? É verdade ou não que os civis estão ajudando a população mais do que o braço do Estado? Nada do que eles disseram é *fake news*. É verdade!

O Ministro do Sr. Lula, o descondenado, responsável pela comunicação vem dizer que os Deputados cometeram *fake news*. *Fake news* é esse desgoverno, que está apagado, preguiçoso e omissos com relação às enchentes do Rio Grande do Sul, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - A palavra está assegurada à Deputada Dandara.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente, tem nos preocupado muito a quantidade de mentiras que estão sendo disseminadas neste momento para tentar desvirtuar o foco daquilo que é realmente o mais importante. Agora o mais importante é salvar vidas.

Eu quero chamar a atenção da população que está nos acompanhando neste momento, porque eu percebi que há três grandes mentiras circulando para cima e para baixo no WhatsApp.

A primeira grande mentira é dizer que há civil salvando civil simplesmente e que não há ações do Governo e que o Governo Lula não estaria ajudando. É claro que o povo brasileiro é um povo muito solidário e está se organizando de norte a sul do País para agir mais rápido e ajudar a resolver problemas muito sérios, mas o Presidente Lula já liberou mais de 50 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul. A Presidenta Dilma Rousseff também conseguiu com um banco internacional de investimento quase 6 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul. Eu não sei se vocês viram, mas o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul foi suspenso por 3 anos para que o Estado se recupere também do ponto de vista fiscal.

A segunda grande mentira é dizer que vão faltar alimentos. Vejam, primeiro eles disseram que não faltariam grãos. Quando eles cogitaram que faltaria arroz, isso nos gerou muita estranheza, já que nós temos um mercado interno aquecido e uma capacidade de produção muito grande. Mesmo assim, o Presidente Lula comprou 1 bilhão de toneladas de arroz da Bolívia, da Argentina, da Colômbia — 1 bilhão de toneladas! Eu inclusive estive nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB para ajudar a garantir espaços para a estocagem desses grãos de arroz.

Mas, infelizmente, alguns donos de supermercados já estão elevando o preço de algo que é básico, essencial na alimentação do brasileiro, pensando apenas no lucro. Tem gente que inclusive limitou a quantidade de pacotes de arroz que podem ser comprados, gerando um verdadeiro desespero nas pessoas que estão acompanhando o preço dos alimentos e preocupadas com a falta do produto. É mentira. Não vai faltar arroz no nosso País.

E a terceira grande mentira é dizer que o Estado brasileiro não está lá agindo e contribuindo. Até navio de guerra o Presidente Lula colocou lá.

Nós precisamos tratar a causa, e não só a ponta do *iceberg*. Para nós, tratar a causa é tratar das mudanças climáticas; é ter legislação que dê conta do que nós estamos vivendo hoje globalmente, mas, em especial, aqui no Brasil. Não dá para ser negacionista e negar a ciência.

Nós vamos, sim, ajudar o povo do Sul, como já estamos fazendo, mas também queremos um pacote de leis que avancem na proteção da nossa sociobiodiversidade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Convido o Deputado Pompeo de Mattos para fazer uso da tribuna. Antes, concedo 1 minuto ao Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente José Nelto.

Eu concordo com a Deputada Dandara, que subiu à tribuna agora. O Governo deveria ter prioridades, sim. A tragédia que acontece no Rio Grande do Sul é maior do que a tragédia que aconteceu em Nova Orleans, causada pelo furacão Katrina, em área, em extensão, em número de desabrigados, e os Estados Unidos desembolsaram 125 bilhões de dólares para recuperar uma área menor do que a atingida no Rio Grande do Sul.

E, para a surpresa da Oposição, o Governo, com a sua força, hoje, aqui na Câmara, infelizmente, pauta o "PL do Absurdo", o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, para taxar *streaming*, Youtube, monopolizando praticamente um canal de televisão, financiando as emissoras chapas-brancas, do próprio Governo.

Nós estamos testemunhando um Governo que é controlador e não podemos admitir isso, Presidente José Nelto. Nós nos encontramos num momento em tivemos uma perda que jamais vivenciamos no nosso País, e, em vez de focarmos em como criar um fundo especial para grandes desastres, servimos a um canal de televisão que faz *lobby* neste Congresso para aumentar o seu poder de influência na população, facilitando as políticas do Governo. Isso é muito sério.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - A palavra está assegurada ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado José Nelto, essa tragédia que está ocorrendo no Rio Grande do Sul, essa enchente bíblica, apocalíptica, atingiu mais de 2 milhões de habitantes. Há 550 mil pessoas desabrigadas, 100 mil em abrigos públicos, 148 mortas e 124 desaparecidas.

Os Governos municipais têm trabalhado; o estadual, do Governador Eduardo Leite, também; o Governo Federal tem feito a sua parte; e especialmente os voluntários têm trabalhado, e muito — nós precisamos esclarecer isso.

Quero dizer que o Governo Federal tem estado presente, mas há questões que precisam ser esclarecidas. Primeiro, há os recebíveis: antecipação do abono salarial, presença das Forças Armadas, liberação de parcela do seguro-desemprego, liberação do FGTS, restituição do Imposto de Renda, antecipação do Bolsa Família e do Vale Gás. Esses são os recebíveis. E há alguns pagáveis que foram prorrogados: pagamento de tributos do SIMPLES e do PRONAF; pagamento de água e luz; pagamento da prestação do Minha Casa, Minha Vida. Portanto, não se trata de dinheiro novo.

Do que nós precisamos? Nós precisamos de um abono emergencial para o nosso povo; nós precisamos do aluguel social; nós precisamos do abono de 1 salário para os aposentados; nós precisamos da suspensão da cobrança do consignado por 1 ano; nós precisamos da suspensão do pagamento do FIES por 1 ano; nós precisamos da suspensão do pagamento dos pedágios; nós precisamos de uma cota a mais do Fundo de Participação dos Municípios; nós precisamos de uma cota a mais para os hospitais, além da que eles têm recebido, para que possam socorrer o nosso povo; nós precisamos da anistia de dívida para os agricultores; nós precisamos de auxílio emergencial para os pequenos agricultores, com crédito e juro zero. E fundamentalmente, Presidente, nós precisamos tratar da dívida do Rio Grande.

Nós precisamos dizer que o Presidente tem se esforçado — nós reconhecemos — e o Ministro Paulo Pimenta também. Há uma luta, sim; não há como negar. Mas nós precisamos de coisas mais objetivas. Por exemplo, essa medida do Governo de suspender o pagamento da dívida por 3 anos é positiva. Congelar o juro é melhor ainda, porque significa economia de 12 bilhões de reais o congelamento do juro. Só que o problema da suspensão da dívida por 36 meses é que pegar o valor da dívida e mandar esses 36 meses para o final da dívida é fazer buraco na água. O Rio Grande do Sul deve 95 bilhões de reais e vai continuar, ao final dos 3 anos, devendo 95 bilhões de reais. Não temos como concordar com isso em sã consciência.

O que é preciso? É preciso suspender o juro nesses 3 anos e, com o valor das 36 prestações, formar um fundo que possa aportar dinheiro para recuperar o Estado. E esses 36 meses ficam no Estado a fundo perdido, ou seja, o valor é anistiado, não pode ir para o fim da conta. É preciso zerar os 36 meses.

Isso é o mínimo do mínimo do que o Rio Grande precisa, até porque essa dívida do Rio Grande com a União já está paga. Em 1998, eram 8 bilhões de reais; agora, passados esses anos, são 95 bilhões de reais, 96 bilhões de reais.

Aliás, está provado que, se o Estado pagar 36 meses da dívida, regamente, mês a mês, ano a ano, quando chegar ao final dos 36 meses, estará devendo 1 bilhão a mais. Ou seja, nós não estamos pagando nem o juro da dívida. É uma dívida impagável, interminável. Portanto, esses 36 meses têm que ser zerados, têm que ser anistiados, têm que ser considerados fundo perdido.

É isso que nós queremos. É disso que nós precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Eu convido o Deputado Eli Borges para fazer uso da tribuna. (*Pausa.*)

Antes, concedo a palavra ao Deputado Pedro Westphalen.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Como gaúcho e como todos os gaúchos que se manifestaram aqui e já dimensionaram o tamanho do drama que estamos vivendo, eu não consigo — e nenhum de nós consegue — falar sem me emocionar.

Estamos vivenciando lá uma tragédia sem precedentes em que falta tudo. As cidades estão destruídas. Parece que foram bombardeadas. O sistema de saúde está colapsando.

Eu quero agradecer a este Parlamento e a todas as bancadas a ajuda material que estão dando ao Estado do Rio Grande do Sul, além da solidariedade, o que nos dá um sentimento, como gaúcho, de que não estamos sós. As mãos estão estendidas para o Estado, e isso nos dá força para superarmos mais essa grande adversidade.

Mas, em relação ao sistema de saúde, Presidente, eu tenho dois projetos, que protocolei aqui. Um deles visa a rever o projeto das metas, que, na pandemia, salvou o sistema de saúde brasileiro, e outro é para que, durante 36 meses, esse período de anistia da dívida, sejam pagas duas tabelas ao SUS, porque os Municípios estão totalmente incapacitados de enviar dinheiro para os hospitais, clínicas, laboratórios, uma vez que mais de 300 UPAs foram destruídas. Neste momento, eu tenho a convicção de que esses projetos terão prioridade neste Parlamento.

Muito obrigado Sr. Presidente, pela oportunidade de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Muito obrigado, Deputado.

Eu convido para subir à tribuna o nobre Deputado Sargento Gonçalves. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Sargento Gonçalves vai à tribuna, eu concedo a palavra ao Deputado Padovani, por 1 minuto.

O SR. PADOVANI (Bloco/UNIÃO - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Eu quero dizer que o Estado do Rio Grande do Sul está recebendo toneladas de solidariedade. O Brasil está de bombachas. O Brasil deu uma aula de civismo. O Brasil deu uma aula de que não precisa de Governo para ser um povo solidário. Os agricultores, os anônimos, que são os verdadeiros heróis, se mobilizaram e salvaram os seus irmãos.

Eu quero fazer uma referência às cooperativas do meu Estado do Paraná. A Coopavel, a Copacol, a C. Vale, a Lar, a Frimesa, a Coamo e tantas outras empresas se uniram e mandaram proteína animal para o Estado do Rio Grande do Sul.

Eu peço também, Sr. Presidente, atenção para o nosso Projeto de Lei nº 6.173, de 2023, que inclui automaticamente os Municípios em situação de emergência ou calamidade pública entre os beneficiários da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Isso ajudará muito a Defesa Civil e as Secretarias de Assistência Social, para que, nesses eventos de calamidade, possam ajudar a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Deputado Padovani, nós faremos constar no programa *A Voz do Brasil* e em todos os órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados a sua fala.

A palavra está assegurada ao Deputado Sargento Gonçalves.

Logo em seguida, vamos ouvir o Deputado Lindbergh Farias.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Chamo a atenção do povo brasileiro para que esteja com os olhos voltados a esta Casa Legislativa, pois no dia de hoje, mesmo diante de toda a tragédia que temos enfrentado com os nossos irmãos no Rio Grande do Sul, a preocupação e a prioridade desse Governo do PT, do desgoverno do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, continua sendo a censura.

Não passou o Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. Pois bem, agora eles destrincham esse projeto de lei, Cabo Gilberto Silva, e buscam, a todo custo, censurar o povo brasileiro. Agora querem taxar as redes sociais, os *streamings*, querendo privilegiar e favorecer apenas quem? Apenas a *Rede Globo*. Por isso, o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, já no nascedouro, está taxado como o "PL da Globo", já que só terá um beneficiado: a *Rede Globo*, o Grupo Globo de comunicação. O povo brasileiro censurado. Transformam a ANCINE no verdadeiro Ministério da Verdade, que irá censurar o povo brasileiro, os influenciadores.

Não sei qual é a preocupação do Governo do PT ao censurar as redes sociais. Na verdade, sabemos: porque é por lá que o povo brasileiro consegue saber a verdade. Querem o monopólio, a todo custo, do Grupo Globo. Favorecem o Grupo Globo. Esse PL 8.889/17 não podemos aceitar.

Em defesa da liberdade de expressão, em defesa da liberdade de opinião, precisamos, todos os Parlamentares, dizer "não" ao PL 8.889/17.

E agora eu falo como cristão.

É incrível o que está acontecendo, e eu vou observar e convoco o povo cristão brasileiro para que fique atento, porque há partido aqui que se diz conservador, que está ligado a uma querida Igreja, colega Caveira, e eu quero ver se esse partido conservador, se Parlamentares cristãos votarão a favor desse projeto de lei. Sabem por quê? Porque há algo mais grave.

Esse projeto de lei, além de aumentar impostos e taxar as redes sociais, ainda diz que 50% desses impostos, povo brasileiro, será voltado para fomentar, para financiar projetos que têm ligação com ideologia de gênero.

É um projeto do inferno, que quer prejudicar as nossas crianças, o povo brasileiro que se autodeclara cristão! E aí eu quero ver se partidos que se dizem conservadores, que se autointitulam conservadores, em especial um partido ligado à Igreja, a uma Igreja querida no nosso País, dará voto favorável a esse projeto de lei.

Eu espero que não, porque ainda tem mais. Estamos atentos, e não tenham dúvida de que aquele partido ou aquele Parlamentar que tem a intenção de ocupar a cadeira de Presidente desta Casa não terá o nosso voto, se for favorável a esse PL 8.889/17 ou a qualquer outro projeto que queira censurar as nossas redes sociais, atacar a nossa valiosa liberdade de expressão.

Deus salve o povo brasileiro!

Estamos atentos. A pauta pode até sair só depois do almoço, mas aqui há soldados que estão atentos em defesa do povo brasileiro, em defesa da nossa valiosa liberdade.

Não ao PL 8.889/17! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Eu convido para a tribuna a Deputada Delegada Ione, por 3 minutos. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Lindbergh Farias, que eu havia chamado anteriormente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu começo o meu discurso solidarizando-me com o povo do Rio Grande do Sul, mas quero elogiar a resposta do Estado, das instituições: deste Poder Legislativo; do Presidente Lira; do Presidente do Senado, Pacheco; do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque, desde o primeiro momento, a decisão do Governo, apoiada pelo Congresso, foi dizer o seguinte: *"Não vão faltar recursos. Vamos disponibilizar o que for necessário para salvar vidas e para reconstruir o Rio Grande do Sul"*.

Hoje está na pauta um projeto de lei complementar sobre a dívida do Rio Grande do Sul. Já ouvi alguns Parlamentares falando aqui antes. O fato é que o Estado ficará 36 meses sem pagar a dívida. Isso significa 11 bilhões a mais para o Governador do Estado, Eduardo Leite. E tem mais. Não vão ser cobrados juros sobre o estoque da dívida. Só aí serão mais 12 bilhões. Houve uma primeira medida provisória, depois que nós aprovamos o decreto de calamidade, dizendo que esses gastos estão fora das regras fiscais e fala, na verdade, de 51 bilhões.

Vários pontos são tocados: antecipação do pagamento do abono salarial, beneficiando 705 mil trabalhadores; duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para 140 mil trabalhadores; Imposto de Renda, etc.

Sr. Presidente, saiu outro crédito de mais 12 bilhões para o Estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, são 74 bilhões.

Hoje, o Presidente Lula vai anunciar ajuda às pessoas. Esse é um ponto muito importante. As pessoas têm que reconstruir sua vida, comprar eletrodomésticos. Talvez seja o anúncio mais importante a ser feito pelo Governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, eu tenho visto aqui muitas *fake news*. Essas *fake news*, em geral, são contra a atuação do Estado. Dizem que os Governos atrapalham; é todo tipo de coisa. Sr. Presidente, eu quero aplaudir os voluntários, a sociedade do Rio Grande do Sul, pelo seu envolvimento, mas a verdade é que, sem Estado, sem os servidores estaduais e municipais, sem as Forças Armadas, sem o Governo Federal, não há como salvar o Rio Grande do Sul. Eu pergunto, Sr. Presidente: quem vai reconstruir as estradas? É o Estado brasileiro. Quem vai construir moradias? É o Estado brasileiro. Quem vai salvar os pequenos, médios e grandes produtores rurais do Rio Grande do Sul? É o Estado, com linhas de crédito, com o PRONAF.

Então, Sr. Presidente, encerrando minha fala, quero dizer que estou apresentando um projeto de lei complementar, porque é fundamental salvar o Rio Grande do Sul, mas nós também vamos ter, Deputado Luiz Carlos Hauly, que pensar em um plano de prevenção, retomar projetos que tratam disso. E, para retomar um plano mínimo de prevenção no País, nós temos que tirar esses investimentos das regras fiscais.

Amanhã, vou ler aqui o meu projeto, mas adianto que eu quero um programa de prevenção, fora das regras fiscais, porque nós precisamos ter dinheiro para tratar de um tema tão importante como esse das mudanças climáticas.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Depois da fala do Deputado Lindbergh Farias, passo a palavra à Deputada Delegada Ione, por 3 minutos.

A SRA. DELEGADA IONE (Bloco/AVANTE - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente José Nelto, meu conterrâneo de Minas Gerais, que por pouco não é de Juiz de Fora e que está emprestado para Goiás, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, eu gostaria de registrar a passagem da data de 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em 18 de maio de 1973, uma menina de apenas 8 anos de idade chamada Araceli foi sequestrada, drogada, violentada sexualmente e assassinada, em Vitória, no Espírito Santo. No ano de 1991, os três réus acusados de matá-la foram absolvidos, e o crime permanece impune até hoje.

A partir da mobilização de entidades, surgiu a ideia de criar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data sugerida foi 18 de maio, dia do assassinato de Araceli. Com a aprovação da Lei nº 9.970, de 2000, a data tornou-se oficial em todo o território brasileiro.

Vinte e quatro anos depois da promulgação da referida lei, os dados de exploração sexual e abuso dessa população são alarmantes e demonstram o necessário debate público da temática, sobretudo na Câmara dos Deputados, notória por pautar discussões acerca da proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, referentes a 2023, explicitam a emergência no debate. Houve um grave aumento de 24%, nas denúncias, e 53%, no número de violações, se comparados os primeiros semestres de 2022 e de 2023. E esses são apenas os casos notificados. Com as subnotificações, esse número é muito maior.

Se comparados os anos de 2021 e 2022, houve um aumento de 54% no número de denúncias feitas, o que indica tendência de aumento da violência contra crianças e adolescentes, ou um aumento na notificação dos casos.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é a manifestação mais bárbara e atroz da violência, seja pela natural vulnerabilidade física e psicológica das vítimas, seja pelos traumas devastadores sofridos, independente da forma como essa violação se manifesta na vida das crianças e dos adolescentes, que, a cada momento, nos mais variados lugares do Brasil, sucumbem diante do abuso e da exploração de seus corpos e da sua sexualidade.

Há uma estimativa de que, a cada 24 horas, 320 crianças sejam vítimas de exploração sexual no Brasil. Esse dado teratológico já constitui razão bastante e suficiente para nos indignarmos e assim nos mobilizarmos, para dizer ao Brasil que a Câmara dos Deputados não é indiferente ou alheia a esse grave problema social e de saúde pública que atinge diretamente as vítimas e impacta a sociedade como um todo.

Não posso deixar de mencionar, na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento da Pedofilia, em razão da minha trajetória profissional como delegada de polícia em Juiz de Fora, Minas Gerais, e, em especial, como delegada de mulheres da minha querida cidade de Juiz de Fora, que vivenciei um trabalho que impactou a realidade do enfrentamento da violência não só contra a mulher, mas também contra toda a sociedade. É preciso dar efetividade ao combate, investigando, processando e impondo aos criminosos as penas previstas na lei.

É preciso também enfatizar o papel decisivo da prevenção e, portanto, fomentar políticas públicas nesse sentido. Seja como for, Presidente, acredito que o nosso desafio vai muito além disso. É preciso o nosso empenho, é necessária a determinação de todas e todos nós naquilo que me parece o mais decisivo nesse esforço generoso: acreditar que é possível gerar uma nova mentalidade societária, de modo que a agressão a uma criança ou a um adolescente, onde quer que ocorra, seja considerada uma agressão a nossos filhos e filhas, às nossas famílias, enfim, uma agressão à nossa própria humanidade, à nossa própria dignidade.

Que Deus nos anime e fortaleça!

Sr. Presidente, solicito o registro deste pronunciamento nos Anais desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Nós determinamos que a fala da Deputada Federal Delegada Ione seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Convido, para usar a tribuna, o Deputado Messias Donato. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Dr Flávio. *(Pausa.)*

Antes, porém, concedo a palavra, por 1 minuto, ao meu amigo, companheiro e colega Deputado José Medeiros, o nosso eterno Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. ficou muito bem aí nesta cadeira.

Sr. Presidente, eu vi uma indignação muito forte do Ministro da propaganda do Lula e que também está responsável pela missão, na tragédia no Rio Grande do Sul, e o que me preocupa é que eu vejo que essa indignação não se refere a mentiras que eventualmente possam surgir na Internet. O que eu vejo é uma preocupação com a disseminação democrática da verdade. Aliás, uma das supostas *fake news* que ele mencionou, a qual eu vi em um vídeo, tratava de uma fala do Prefeito de Canoas, que não é de direita.

Então, Sr. Presidente, eu vejo que a preocupação ali é simplesmente para tampar o sol com a peneira. O Governo agora passou a agir. Agora passou a agir, mas poderia ter agido desde o primeiro momento. Em Santa Catarina, não agiu e criou *fake news* de que Bolsonaro não teria agido na Bahia. E a *Globo* sustentou isso. Por quê? A indignação com as redes sociais é porque elas desmentem as *fake news* em tempo real, e a *Globo* se incomoda com isso. Há vídeos de Bolsonaro chegando à Bahia antes do Governador da Bahia.

Encerro, Presidente, agradecendo o tempo, a paciência e dizendo o seguinte: nós não podemos permitir que cerceiem o direito das redes, porque elas são a voz do povo. E a indignação eventual, no início das ações do Governo, é porque o Governo foi lento, sim. Foi lento e pouco eficaz.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Está assegurada a palavra da tribuna ao Deputado Federal Dr Flávio. Logo em seguida, vamos chamar o Deputado Cabo Gilberto Silva.

Tem V.Exa. a palavra, Dr Flávio.

O SR. DR FLÁVIO (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado José Nelto, colegas Deputadas e Deputados Federais, na realidade, quero fazer aqui uma nota de repúdio ao desrespeito às mulheres.

No dia 12 de maio, Dia das Mães, tivemos um evento da feira cultural, na cidade de Paracambi, no Rio de Janeiro, que contou com uma apresentação do grupo Roupas Nova. E a Prefeita da cidade, uma mulher, uma mãe, fez uma homenagem ao Dia das Mães, para dizer belas palavras às mães. Como já começaram os rumores sobre as eleições, o pessoal do PT mobilizou todos os seus pré-candidatos para não deixarem a Prefeita expor suas ideias, falar a respeito do Dia das Mães. E essas pessoas ficaram tentando incitar o ódio na frente do palanque.

Todas as vezes que as mulheres querem falar de política em Paracambi, elas são reprimidas por esse grupo, um grupo que governou a cidade por 16 anos e não fez 10% do que a atual Prefeita realizou em 7 anos e 6 meses.

A Prefeita Lucimar — e tenho muito orgulho de tê-la como esposa — governa a cidade de Paracambi em seu segundo mandato, reeleita que foi com 52% dos votos. Todas as vezes que ela vai fazer um pronunciamento, esse grupo do PT se mobiliza para vaiá-la ou para desarticular a ação e fica incitando o ódio dos eleitores e dos militantes.

Quero chamar a atenção dos órgãos competentes, do Ministério Público, da Delegacia da Polícia Civil de Paracambi, para que repudiem essas ações, porque se não as militâncias do PL e do PT vão se exaltar cada vez mais. Esse grupo é liderado por um jovem inconsequente, assim como são irresponsáveis e inconsequentes seus pares pré-candidatos, ao atacarem mulheres que são pré-candidatas à Prefeitura do Município e a atual Prefeita Lucimar.

Queremos que as autoridades competentes tomem providências contra os crimes de Internet, pois acusações pessoais já estão sendo feitas. É importante que os órgãos competentes travem esse pessoal, com punições, a fim de que haja respeito à democracia.

Essa é minha nota de repúdio.

Lembro aos irmãos do Rio Grande do Sul que Paracambi também passou por um momento de tragédia. Houve o deslizamento da serra que liga Paracambi a Engenheiro Paulo de Frontin, o que causou uma grande tragédia na região. Graças a Deus, não tivemos vítimas fatais, mas precisamos receber doações para que as pessoas de lá se reerguessem.

Deixo um recado para o nosso Presidente da República: quando mandar recursos para Estados afetados por grandes tragédias, não engesse as verbas, porque quem está lá na ponta é quem sabe das necessidades e em quem deve aplicar esses recursos. Às vezes, os recursos vão para a aquisição de cestas básicas e colchões, mas as pessoas já receberam isso na forma de doação. Elas precisam também comprar os seus eletrodomésticos, como geladeira e fogão. Então, deixem os gestores dos Municípios destinarem essas verbas, sendo fiscalizados pelos órgãos competentes. Temos o Tribunal de Contas, o Ministério Público, todo um corpo técnico para acompanhar o investimento desses recursos.

Deixo aqui este pedido para que as verbas destinadas a Estados e Municípios atingidos sejam realmente administradas pelos gestores municipais.

Muito obrigado pelo apoio. Um forte abraço a todos os moradores de Paracambi, aquela grande família do bem.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Eu convido para usar a tribuna o Deputado Cabo Gilberto Silva. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Bibó Nunes, por 1 minuto. E, depois, vamos ouvir o Deputado Zé Neto.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente José Nelto, todo idoso já foi jovem, mas nem todo jovem terá a felicidade de um dia ser idoso.

Respeitem o seu futuro!

Eu quero apresentar aqui uma proposta, com o Projeto de Lei nº 1.741, de 2024, já protocolado. O idoso tem que ter nosso respeito. O Rio Grande do Sul está arrasado, e 91% das indústrias estão embaixo d'água. Então, o PL de minha autoria é para que os aposentados gaúchos recebam o 14º salário neste ano, apenas neste ano, um ano de desgraça, um ano de tragédia.

Peço o apoio dos colegas para esse PL, pois os aposentados e pensionistas merecem o seu 14º salário.

Grato, digníssimo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nelto. Bloco/PP - GO) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento muito crítico da história da nossa República. Dirijo-me, em especial, aos Parlamentares do Estado do Rio Grande do Sul, essa bancada para a qual eu presto todos os meus sentimentos pelas inúmeras vítimas fatais, pelas pessoas sem casa, sem teto, sem alimentação, sem auxílio. Precisamos falar o que está acontecendo, doa a quem doer. Temos essa responsabilidade.

Jamais, Sr. Presidente, iríamos usar uma tragédia dessa magnitude, a maior tragédia, como reporte anteriormente, para fazer politicagem barata, como o Ministro Pimenta Goebbels, o Ministro da propaganda do desgoverno Lula, está fazendo. Ele está ameaçando Parlamentares, como se tivessem praticado um crime de guerra. Vejam só que democracia relativa é essa, como falou o senhor descondenado Lula, ou a democracia pujante, como falou o General Mourão. Vejam só em que situação está o nosso País.

O descondenado Lula não está fazendo nada pelo Estado do Rio Grande do Sul, a não ser propagar *fake news* com sua propaganda oficial na Sra. Rede Globo, que está mentindo para o povo. E por isso, aonde chega na sociedade gaúcha, ela é expulsa. Ninguém quer ouvir a Rede Globo, ninguém quer deixar a Rede Globo falar suas mentiras.

Srs. Parlamentares, a revolta é generalizada. Nada o Governo está fazendo para ajudar as vítimas. É só mentira. E o pior: eles dizem que a mentira quem está falando somos nós, são as pessoas que têm coragem. Quando as outras emissoras chegam lá, a população respeita e fala o que está acontecendo.

Sr. Presidente, temos dois projetos na pauta hoje, que são dois jabutis. Com o primeiro, querem taxar as compras internacionais.

Nós defendemos, Deputado Marcel van Hattem, o livre mercado. Não podemos permitir essa taxação. Isso vai prejudicar o povo brasileiro, vai aumentar o preço dos bens de consumo.

E com o segundo, que é mais grave ainda, o desgoverno Lula, junto com a sua bancada, quer aprovar o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017. Do que trata esse PL? Ele foi carimbado como o PL da Globo, porque vai beneficiar a Globo diretamente na radiodifusão. Eu afirmo isso e provo.

Deputado José Medeiros, Deputado Bibó Nunes, Deputado Abílio Brunini, Deputado Delegado Caveira, eu pergunto a V.Exas: quem está sendo mais beneficiado com os inúmeros recursos do Governo Federal para propaganda? Quem é? É a Rede Globo, com 62%. Então, está aí a prova. Eles querem favorecer a plim-plim no nosso País, uma emissora demoníaca, que só faz prejudicar o povo, a família e a sociedade brasileira.

Por isso, estaremos aqui lutando bravamente contra esse PL da Globo. PL da Globo, não!

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Cabo Gilberto Silva, o Sr. José Nelto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva.

Quero agradecer ao Deputado José Nelto, que nos substituiu aqui com maestria e sabedoria.

Não por acaso, a próxima inscrição é exatamente do Deputado José Nelto.

Se me permite, Deputado José Nelto, eu vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Zé Neto, no microfone de apartes.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso que alguns que se utilizaram da tribuna do plenário para falar *fake news* e mentiras sobre Rio Grande do Sul entendam que, na hora da tragédia, só tem

uma coisa que pode ser feita para resolver, em parte, porque não vai resolver como se quer, a dificuldade vivida pelo Rio Grande do Sul: o Estado brasileiro, a União deve comandar as ações. Todos nós aqui, Parlamento, junto com o Executivo, temos que nos unir em torno de situações objetivas.

O Governo já mandou 50,2 bilhões de reais para lá, ou pelo menos preparou o caminho. Já anunciou o auxílio de 5 mil reais por família. E há muitas outras ações, mas elas só vão funcionar se houver uma coisa chamada bom senso e respeito ao povo do Rio Grande do Sul.

É disso que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Zé Neto.

Já está na tribuna o eminente Líder, o Deputado José Nelto.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa brasileira, essa tragédia climática no Rio Grande do Sul já era uma tragédia anunciada. Outras tragédias estão acontecendo no Brasil, mas o Governo brasileiro e os Governos estaduais não estavam preparados para tomar ações concretas e antecipar ações preventivas.

Tivemos o aquecimento global. Nós pensávamos que ele não chegaria ao Brasil, mas chegou. No ano passado, ondas de calor atingiram todo o nosso país, e nós achávamos que isso não aconteceria no Brasil. Houve também a seca no Amazonas. O Rio Amazonas ficou seco. Nós tivemos calamidade no Espírito Santo, em São Paulo, em São Sebastião e também na Bahia. E, mesmo assim, o Governo não prepara uma ação preventiva para que seja duradoura no futuro.

Nós temos que pegar como exemplo o Chile, que é frequentemente atingido por incêndios e por terremotos, o que nós não costumamos ter no Brasil. De vez em quando, ocorre um tremor de terra na Paraíba, no Rio Grande do Norte, e agora ocorreu no Rio Grande do Sul. E, no Chile, também pode ocorrer uma catástrofe chamada *tsunami*. Isso é muito grave. Porém, o governo chileno está preparado porque ele tem um fundo soberano, um fundo constitucional para atender às pessoas, um fundo emergencial para atendê-las em definitivo, para recuperar aquilo que foi demolido pelos desastres ecológicos, climáticos e naturais naquele país.

Eu quero fazer um apelo aos Líderes de partido e ao Governo do Presidente Lula para que possamos discutir, neste Parlamento, uma PEC de um fundo soberano constitucional, para ser usado em momentos de dificuldade, de catástrofe, como está acontecendo agora no Brasil.

Chegou o momento! Não podemos mais aguardar ou esperar outras enchentes, como a que está acontecendo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mas também pode acontecer no Maranhão ou em outros Estados da Federação.

Ficou bem clara para todo o povo gaúcho a solidariedade do povo brasileiro. Hoje todos nós somos gaúchos, diante do sofrimento que tem um pai de família, uma mãe, uma criança, uma família que perdeu a sua casa, perdeu a sua cidadania, perdeu o seu emprego, não tem para onde ir! É preciso uma ação forte do Governo Federal, da iniciativa privada e também de toda a sociedade.

É momento de deixar *fake news* de lado, de não politizar um assunto tão sério como é este que está acontecendo no Rio Grande do Sul! Quem realmente postar *fake news* é porque está contra o Rio Grande do Sul, está contra o povo gaúcho e não quer solução, não quer ajudar, só quer atrapalhar!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Nelto.

Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra o Deputado Eduardo Velloso. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra ao Deputado Capitão Alden. Em seguida, vamos ouvir o Deputado Dr. Jaziel; depois, o Deputado Vicentinho, de São Paulo, eminente líder do povo trabalhador paulista e brasileiro; e, depois, a Deputada Erika Kokay.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Capitão Alden.

O SR. CAPITÃO ALDEN (PL - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de chamar a atenção para uma tentativa sórdida que esse desgoverno vem tentando implementar aqui na Câmara dos Deputados.

Como o Deputado Arthur Lira já definiu que não irá pautar o Projeto de Lei nº 2.630, de 2020, que é o famoso PL de combate a *fake news*, eles resolveram, de forma sórdida, sorrateira, tentar outro mecanismo para implantar a censura aqui no Brasil.

E que método, que estratégia foi essa, Sr. Presidente? Muito simples: resgataram a Lei de Segurança Nacional, que é uma lei de 1940, que foi alterada em 2021, quando o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro ainda estava presidindo o Brasil.

Em função das novas regras que tentaram estabelecer, mudando a Lei de Segurança Nacional, tentaram impor um artigo que foi vetado pelo Presidente Bolsonaro.

E que artigo é esse, Sr. Presidente? O art. 359-O, que diz que todo aquele que se utilizar de aplicativos de troca de mensagem — Telegram, WhatsApp ou qualquer outro aplicativo de troca de mensagens — e nesses aplicativos transmitir ou fizer campanhas disseminando fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral, será preso pelo período de 1 ano até 5 anos. E, pasmem, não basta apenas a prisão de 1 ano a 5 anos; eles querem aplicar a multa e ainda estabelecer o bloqueio das contas bancárias.

Essa é a tentativa nefasta daquele Governo e daqueles Parlamentares do PSOL, do Partido dos Trabalhadores, o partido das trevas, dos partidos comunistas, que querem falar em democracia, em liberdade, mas a todo momento tentam empurrar aqui nesta Casa projetos que travam a liberdade de expressão, que impedem o direito e a garantia fundamental prevista na Constituição Federal, que é a nossa liberdade de expressão.

Então, querem a todo momento calar a voz do brasileiro. Eles não estão preocupados com as mentiras, não. Estão preocupados com as verdades, essas verdades que estão expondo e colocando cada vez mais esse desgoverno no ralo. Não é à toa que mais de 55% da população brasileira, reconhecendo a falência desse Governo, não deseja a sua continuidade. Se hoje fosse a eleição, certamente o descondenado perderia.

Fica aqui o alerta para a população brasileira. Dia 28 de maio será a votação dos vetos presidenciais. Temos que garantir que cada Deputado que defende realmente a liberdade de expressão vote pela manutenção do veto de Jair Messias Bolsonaro, que vetou o art. 359-O, garantindo a nossa liberdade de expressão.

Quem votar pela derrubada desse veto estará ferindo de morte a nossa liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Capitão Alden.

A próxima inscrição é a do eminente líder Dr. Jaziel.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo, eu vou falar aqui de um PL de que já foi falado, mas que deve ser repetido muitas vezes. Falo do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que prevê que 4% do faturamento bruto de plataformas, como, por exemplo, a Netflix, que essa dinheirama todinha caia no saco, na sacola do Governo, cuja principal propositura é gastar e arrecadar.

Veja bem: esse projeto não deve ser aprovado. Daqui a pouco ele vai chegar aqui, e nós vamos lutar para que ele não seja aprovado. Essa é a verdade.

Esse projeto tem endereço certo. Ele protege, ele atende aos interesses da principal rede de televisão do Brasil, que é a Rede Globo. Vão ser taxadas essas plataformas de entretenimento. Quem for assistir a um filme em casa com sua família vai pagar. Outra coisa: ele também tem como objetivo dizer o tipo de filme que você tem que assistir, porque é uma forma também de controlar as redes sociais, a mídia. Há um percentual de filmes brasileiros que deve ser atendido. Então, é uma forma de controlar sim.

Nós estamos nesse nível de controle e taxaço, e o Brasil não concorda com isso, o Brasil não quer isso. Nós não podemos tolerar isso. Nós estamos aqui para reagir e vamos reagir, porque não vamos deixar esse projeto ser aprovado hoje aqui nesta Casa.

Fale com o seu Deputado, ligue para ele, para que ele não vote a favor da aprovação desse projeto danoso.

Outra coisa, o mais engraçado: vão taxar as concorrentes, porque a Globoplay não vai ser taxada, quem vai ser taxada é a concorrente. Então, é um projeto para atender a Globo, e nós não estamos aqui para atender a Globo, nós estamos aqui para atender o Brasil.

Meu Presidente, peço a V.Exa. que minha fala seja divulgada pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Agradeço ao Deputado Dr. Jaziel.

Nossa próxima inscrição é a do Deputado Vicentinho, eminente líder do PT de São Paulo.

Deputado Vicentinho, tem a palavra V.Exa. Em seguida, será a vez da Deputada Erika Kokay.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de novo, mais uma manifestação em solidariedade ao povo irmão do seu Estado, caro Presidente, o povo gaúcho.

Esse povo enfrenta um sofrimento imenso: famílias tiveram perdas, empresas quebraram. As consequências não sabemos medir ainda. Felizmente, o Presidente Lula está tomando atitudes das mais importantes para cuidar dessa gente, nossa gente irmã.

E eu quero aqui, neste momento, dizer da expectativa de ver políticas para garantir emprego dos trabalhadores, como houve na época da pandemia, da expectativa de apoio às empresas para que voltem a produzir no campo e na cidade.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, ressaltar a emoção especial que eu senti quando vi vídeos que mostravam uma fila de veículos, de carros, de caminhões dos Correios. Que coisa bonita! Os trabalhadores dos Correios merecem a nossa homenagem. Em cada caminhão que levou para o Rio Grande do Sul comidas, mantimentos, havia um ser humano no volante. Em cada moto havia um ser humano no volante. Ao lado daqueles carteiros, muitos dos que ajudaram perderam também suas casas, perderam seu patrimônio e ainda assim saíram para salvar vidas. Há imagem de carteiros que deixaram de entregar cartas momentaneamente, até porque não tinham a quem entregá-las, e mergulharam, entraram na água para salvar seres humanos e animais. Por que eu estou dizendo isso? Porque os Correios têm cumprido um papel cidadão que merece o nosso mais profundo respeito.

Tivemos um evento importante no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC esta semana. E, nesse evento, no subsolo, caminhões dos Correios pegavam os alimentos recolhidos pelos operários nas fábricas, uma atividade belíssima do nosso Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Então, eu quero dizer que os Correios são isto: cidadania. Já pensaram se os Correios tivessem sido privatizados? Que papel eles teriam exercido?

Por isso, nós queremos reafirmar a importância de Correios públicos, Correios com qualidade e, sobretudo, Correios humanizados.

Presidente, eu peço um pouquinho mais de paciência, só para ressaltar um evento ocorrido lá em Ribeirão Preto no último dia 27, o dia do ecetista. Fiquei tão feliz! Mais de 1.200 trabalhadores dos Correios estavam no evento organizado pelo Sindicato dos Correios e liderado pelo grande companheiro Oséias, meu irmão Oséias, que em hebraico significa salvador, significa salvação.

Oséias, parabéns pelo que você fez! Enalteceu os associados, os trabalhadores dos Correios naquele belo evento. Eu me senti altamente homenageado.

Os Correios e todos nós estamos juntos. Continuem assim, cuidando da nossa gente e cumprindo o seu papel social.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, eminente líder, Deputado Vicentinho.

A próxima inscrição é a da Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

Deputado Bibó Nunes, V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto, no microfone de aparte.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Pompeo de Mattos.

Eu quero aqui dizer ao Brasil que nós estamos vivendo uma tragédia como nunca vivemos no Brasil. Hoje deve ser o pior momento: as águas vão superar os 5,35 metros — vão superar.

E um dado estarrecedor é que a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — FIERGS fez um comunicado hoje: 91% das indústrias do Rio Grande do Sul estão embaixo d'água. Quanto ao aeroporto do Rio Grande do Sul, serão no mínimo 6 meses para podermos voar por ele.

Quero dizer ao Brasil que, com o apoio que estamos recebendo de todos os irmãos brasileiros e a garra dos gaúchos, nós vamos vencer. Está difícil, mas nós vamos vencer.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Deputada Erika Kokay, tem a palavra V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu começo expressando a minha mais profunda solidariedade aos amigos e aos familiares da Deputada Amália. Eu acho que fazemos uma boa justiça hoje se colocarmos na pauta a urgência — e gostaria que também votássemos o mérito — de dois projetos de autoria dela.

E expresso também a minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. E, nessa tragédia que o Rio Grande do Sul está vivenciando, nós escutamos alguns Parlamentares apenas preocupados consigo mesmos, preocupados em manter a essência dos seus mandatos que são pautados em grande medida pela própria mentira. Aqui, lutam pelo direito de mentir,

e mentir em cima de uma tragédia, porque são mentiras em cima de mentiras para tentar quebrar a confiança do próprio povo no Estado.

Nós temos o Exército, que já resgatou 68 mil pessoas. Nós temos sete hospitais de campanha. Nós temos a isenção do pagamento, por 3 anos, da dívida do Rio Grande do Sul para com a União de 23 bilhões de reais — 23 bilhões de reais! E, hoje, o Presidente da República anunciou um auxílio para 100 mil pessoas no valor de 5 mil reais. E eles vêm aqui pautados em si mesmos, tentando manter o rol de mentiras e o destilar de ódio, porque são mandatos que tentam capturar a política, para que a política não discuta as ideias e não se confrontem os projetos no processo democrático. E querem capturar a política pela mentira e pelo próprio ódio.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que o Estado tem dado respostas, que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva está respondendo e já disse várias vezes que não faltarão recursos para o Rio Grande do Sul, porque há empatia de sentir a dor do outro, de sentir o que representam as pessoas que se transformaram em refugiadas climáticas, em refugiadas ambientais.

E aqui se trata também de dizer que não podemos permitir mais que, enquanto nós estamos vendo a tragédia no Rio Grande do Sul, em grande medida construída pelo negacionismo climático, exista um projeto na CCJ para autorizar a retirada de matas ciliares. Não é mais permitido que nós pisoteemos o meio ambiente e a realidade, porque, quando se nega a realidade nesse negacionismo estrutural, ela dá as suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

A próxima inscrição é a do Deputado Duarte Gonçalves Jr. (*Pausa.*)

Três Deputados estão pedindo 1 minuto. Quem pediu primeiro? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo respeito à colega que me antecedeu, o que não podemos, como gaúchos, é mentir para o povo gaúcho, dizendo que são 23 bilhões de reais. Ou não sabem fazer conta ou pegaram uma narrativa pela metade. Nós vamos sair de uma dívida, cara colega Deputada Kokay, de 93 bilhões de reais e vamos terminar, com a correção monetária, no mínimo, em 104 bilhões de reais. Que conta é essa? Meu Deus! "*Ah, mas só vai ter correção monetária.*" Sim, mas nós vamos sair de 93 bilhões de reais para receber, em 36 meses, uma dívida maior de 12 bilhões de reais.

Cara colega Deputada Kokay — eu vou citá-la pelo respeito que tenho por V.Exa. —, se não entrar dinheiro no caixa do Estado, nós continuaremos vivendo uma situação de guerra. A situação é desesperadora. Não é uma brincadeira. Não podemos subir à tribuna e mentir para as pessoas. Não são 23 bilhões de reais. Isso é mentira.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, temos uma questão de matemática simples. Você tem a retirada de 11 bilhões de reais, que seria em 3 anos o pagamento do que o Rio Grande do Sul deve para a União. Não se pagarão os 11 bilhões de reais mais 12 bilhões de reais de juros — 11 bilhões mais 12 bilhões são 23 bilhões de reais, em 3 anos. Esse valor é o que o Governo do Rio Grande do Sul não terá que pagar para a União.

Não dá para tentarmos acoitar a realidade dessa forma. Basta de mentira! Nós temos um Governo que esteve lá com todo o seu Ministério. Nós temos um trabalho belíssimo que está sendo feito pelo Ministério das Mulheres para poder acolher as mulheres que estão sendo vítimas de violência, de toda sorte de violência.

Portanto, nós temos Governo Federal atuando.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Presidente, a Deputada nem pediu a palavra e falou?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Já temos um Deputado na tribuna. Depois eu lhe concedo a palavra. Dois colegas falaram por 1 minuto, e está na tribuna o eminente Deputado Duarte Gonçalves Jr. Vamos privilegiar, respeitar e acolher a manifestação dele.

Tem a palavra o Deputado Duarte Gonçalves Jr.

O SR. DUARTE GONÇALVES JR (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela palavra e pela intervenção.

Quando aqui cheguei, eu fiz um compromisso com a minha região: se houvesse pontos polêmicos, se eu precisasse falar, eu os traria a este plenário e defenderia a região. Digo isso pela preocupação que tenho em relação às empresas prestadoras de serviços, principalmente das cidades de Mariana e Ouro Preto.

Tenho percebido, Sr. Presidente, um grande número de empresas de outras cidades sendo contratadas para prestar serviços em nossa região, sem reconhecer a importância de se valorizarem as empresas que aqui temos. Digo isso, Sr. Presidente,

porque, principalmente, a Fundação Renova e outras empresas que ali temos, como Samarco e Vale, precisam, sim, de uma prestação de serviços, mas temos que entender que primeiro precisamos valorizar os prestadores de serviços locais.

Sr. Presidente, há poucos dias, recebi um pedido do meu amigo Roberto Cota, da empresa RML. Foi solicitado a ele que ajustasse os preços dos seus equipamentos para prestar serviços à empresa Andrade Gutierrez, que já deveria ter aprendido com tudo que aconteceu. Essa empresa presta serviços à Fundação Renova. Mesmo tendo a possibilidade de contratar uma empresa local, a Andrade Gutierrez preferiu buscar uma empresa de outra região, não valorizando as empresas locais.

Eu quero dizer que eu sei o que está acontecendo e quero deixar claro que não concordo com o que está acontecendo. O gestor de contrato, muitas vezes, tem um amigo de outra cidade e prefere trazer os equipamentos de outras cidades porque aí ele consegue, sim, aumentar o seu salário e não valoriza as empresas locais, principalmente de Mariana e Ouro Preto.

Queria fazer um pedido especial ao Prefeito Celso Cota, de Mariana, e ao Prefeito Angelo Oswaldo, de Ouro Preto: se essas empresas vêm para a nossa região, se aqueles funcionários que lá estão precisam se utilizar da saúde, da educação, se há inflação dos aluguéis, que se baixe um decreto municipal para que essas empresas esclareçam qual serviço será prestado e o que elas precisam para prestar esse serviço e que a todo esse serviço seja dada prioridade para as empresas de Mariana e Ouro Preto.

Chega de ver a nossa população ser penalizada e os nossos empresários não terem a oportunidade devida. Está na hora de valorizar o empresário da nossa região. Irei continuar cobrando, sim.

E aqui fica a minha moção de repúdio à empresa Andrade Gutierrez, que teve a coragem de contratar de fora, quando se deveria dar oportunidade ao empresariado local, da nossa região.

Sr. Presidente, se possível, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Duarte Gonçalves Jr. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

A próxima inscrição é a do Deputado Alfredinho.

Deputado Alfredinho, enquanto V.Exa. vai à tribuna, ouviremos o Deputado Gilson Daniel e depois o Deputado Capitão Alden.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Farei apenas um registro, Sr. Presidente. Mais uma vez, muito obrigado.

Na semana passada, eu estive no norte do Espírito Santo visitando diversas cidades. Quero fazer um relato sobre o Município de Mucurici. O grande Prefeito Atanael, meu amigo, faz a diferença na vida das pessoas que moram em Mucurici. Estive visitando o centro da cidade. Estive também em Itabaiana, junto com os Vereadores Ricardo, Romário e Otávio. Constatamos o desenvolvimento daquele Município importante do norte, que tem um balneário lindíssimo. Eu pude observar o trabalho do Prefeito Atanael e muitos equipamentos públicos que atendem a população daquela cidade — equipamentos, hoje, todos, novos ou reformados. Vi a atuação de um Prefeito que realmente trabalha para mudar a vida das pessoas. Lá em Mucurici vemos isso com muita clareza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Capitão Alden.

O SR. CAPITÃO ALDEN (PL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

Eu acho interessante a Esquerda defender a todo custo a eficiência do Estado. Deus tenha misericórdia do Estado do Rio Grande do Sul, porque, se depender do Estado, inclusive deste desgoverno que está aí...

Cito o exemplo do outro Rio Grande, o Rio Grande do Norte, minha terra. Caiu apenas uma ponte numa das principais BRs do Estado do Rio Grande do Norte, a 304. Faz mais de 30 dias, 50 dias que estamos aguardando apenas o desvio. O DNIT já prometeu quatro datas para entregar um desvio que já está custando mais de 6 milhões de reais ao povo do Rio Grande do Norte. E o desvio não é entregue. É apenas um desvio, Sr. Presidente. E ainda querem defender o Estado e este Governo que está aí.

Outra situação, Sr. Presidente, diz respeito às diárias da operação de recaptura daqueles criminosos que fugiram do presídio federal em Mossoró. Ainda não foram pagas pelo Ministério da Justiça. Vou concluir, Sr. Presidente. Apenas as diárias operacionais de policiais militares e policiais civis no Estado do Rio Grande do Norte, da operação de recaptura, ainda não foram pagas. Como defender a eficiência do Estado?

O povo brasileiro não é burro. O povo brasileiro sabe que o Estado só quer arrecadar, sobretudo este Governo, este desgoverno do PT. É imposto e mais imposto, e se devolve quase nada para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Capitão Alden.

Já está na tribuna o eminente líder, nosso Deputado Alfredinho.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. ALFREDINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu estive, nesse último fim de semana, percorrendo alguns bairros da Capital de São Paulo e vi muita ação de solidariedade ao Rio Grande do Sul. A primeira foi a do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Lá estavam quatro caminhões dos Correios retirando mantimentos, água, roupas. Quer dizer, uma categoria que sempre participou de todos os momentos difíceis deste País estava arrecadando mantimentos. Saíram de lá quatro caminhões e ainda ficaram mais quatro, para sair depois.

Depois eu fui visitar as rodas de samba das comunidades. Juntaram-se quatro rodas de samba, e saíram de lá mais três caminhões de mantimentos, com mais ajuda para o Rio Grande do Sul.

Isso é solidariedade, isso é um gesto bonito do povo brasileiro. O que é feio? Feio é alguns Deputados virem à tribuna falar uma série de mentiras e nada fazerem para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul. Nada fazem e ficam reclamando que querem censurar, por conta de projetos que tentam regularizar as redes sociais. Mas é claro que têm que ser regularizadas, porque não é possível aceitar tanta mentira. O mentiroso não pega pena nenhuma pela mentira que diz.

Dizer que o Governo Federal não está ajudando é outra mentira. Por mais solidariedade que haja por parte da população — e ela é bonita —, se não houvesse a participação do Governo Federal, a situação estaria muito pior.

Eu não sei o que querem. Querem que ressuscitem as pessoas que morreram? Infelizmente, não é possível. O que é possível é salvar, é tentar salvar as pessoas que estão vivas e dar condições ao Estado de se recuperar. Infelizmente, morreram pessoas, e a esta altura do campeonato não temos mais o poder de salvá-las.

Amanhã o Lula vai pela terceira vez ao Rio Grande do Sul. Pela terceira vez está indo lá o Lula. Hoje ele fez uma reunião com todos os Ministros para discutir sobre o Rio Grande do Sul. O Governo Federal está mandando dinheiro, o Governo Federal está mandando estrutura, está tomando todas as providências possíveis para atender com o mínimo, com o possível. Do jeito que está, na situação em que está o Estado, por mais que se faça, ainda é pouco. Sabemos disso, que ainda é pouco. O que é preciso ser feito depois? Aí, sim, é a recuperação do Estado, é a recuperação da indústria, como foi falado aqui por alguns — a maior parte ou quase toda a indústria do Estado está destruída —, é a recuperação das moradias que as pessoas perderam, das fazendas que foram destruídas. Esse é outro momento, é outro passo que tem que ser dado.

Mas dizer que o Governo Federal não está ajudando é mentira deslavada. Eu não sei como alguns aqui têm a coragem de toda hora publicar mentiras.

Tem que ser punido o mentiroso que fica mentindo de forma descarada nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alfredinho.

A próxima inscrição é do Deputado Reimont.

Em seguida falarão os Deputados Tarcísio Motta, Hildo Rocha, Joseildo Ramos, Merlong Solano e Alencar Santana.

Deputado Coronel Chrisóstomo, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, do microfone de apartes.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, gaúcho ferrenho. Vou falar sobre o seu Estado.

Deputado Bibó Nunes, vou parafrasear o que disse o grande Alexandre Garcia. Alexandre Garcia disse: *"No Brasil é mais fácil um condenado em três instâncias chegar à Presidência do que um cavalo subir no telhado"*. Eu diria o seguinte: *"É mais fácil outro cavalo subir no telhado do que o Lula resolver o problema do Rio Grande do Sul"*.

Infelizmente, é isso o que nós estamos notando, é isso o que nós estamos vendo, Deputado Bibó Nunes. Nós brasileiros estamos vendo os gaúchos sofrerem, e o Governo, como se estivesse assistindo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Está na tribuna o eminente Vice-Líder do PT, o Deputado Reimont.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, Deputadas e Deputados presentes aqui no plenário ou nos acompanhando de seus gabinetes, trabalhadores da Câmara dos Deputados e todos os que nos acompanham em algum momento aqui da Câmara Federal.

Eu quero, Sr. Presidente, na sua pessoa, V.Exa. que é um gaúcho das tradições gaúchas, um homem comprometido com o seu povo, abraçar os Deputados e as Deputadas do Rio Grande do Sul e todo o povo gaúcho que sofre neste momento.

Compreendo que, neste momento, todos nós brasileiros deveríamos estar com os nossos pés fincados no Rio Grande do Sul, nas lutas do povo do Rio Grande do Sul. Nós somos um país, nós somos um povo, nós somos uma nação. Não é correto, não é justo que alguém que esteja sofrendo não cause em cada um de nós sofrimento também. Nós costumamos dizer que, se o dedinho do nosso pé está machucado, o nosso corpo todo sente. Portanto, se um só brasileiro sofre como sofre neste momento o povo do Rio Grande do Sul, nós todos sofremos com ele.

Mas eu quero, Sr. Presidente, chamar a atenção para um aspecto quase que de hipocrisia por parte de algumas pessoas que não conseguem ver as ações do Governo Federal no Rio Grande do Sul. Na verdade, não é porque não veem, é porque colocam vendas nos próprios olhos, porque isso é confortável. A venda nos próprios olhos rende a alguns Parlamentares, a algumas Parlamentares, alguns videozinhos na Internet.

O Presidente Lula esteve no Rio Grande do Sul com o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, com o Presidente do Senado, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Eles estiveram lá. Os Ministros do Governo do Presidente Lula estão no Rio Grande do Sul de maneira permanente, tentando cuidar das políticas públicas necessárias para que a vida do povo do Rio Grande do Sul seja mais digna, menos sofrida, para que os sofrimentos sejam mitigados. Mas para um grupo de pessoas de nada adianta isso. Conforme dizemos lá no interior de Minas Gerais, você pode derramar ouro em pó na mão delas, que elas quererão raspar a pele da mão, porque não se satisfarão com o ouro em pó derramado. Então, não adianta, para alguns Deputados ou Deputadas não adianta. Eles conseguem e conseguem mesmo falar mentiras e acham que convencem o povo brasileiro.

O Governo do Presidente Lula está fazendo, sim, e muito pelo Rio Grande do Sul, mas o Lula não está dizendo que vai resolver os problemas...

(Desligamento do microfone.)

(Durante o discurso do Sr. Reimont, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Sr. Presidente, peço que me conceda a palavra para falar por 1 minuto.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes que V.Exa. de início à Ordem do Dia, eu queria pedir que fizéssemos 1 minuto de silêncio. Nós perdemos a nossa Deputada Amália Barros. Foi uma morte súbita. A Deputada chegou a esta Casa para lutar pela inclusão das pessoas. Foi uma perda muito grande. *(Pausa.)*

Já foi feito 1 minuto de silêncio? *(Pausa.)*

Eu não estava aqui, Sr. Presidente. Então, agradeço a V.Exa., que inclusive esteve lá, e a bancada feminina também fez um ato.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu falo que houve, Deputada, porque às 2 horas da tarde a sessão foi aberta, e alguém fez esse pedido, que foi concedido, o que nos representa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Sr. Presidente, peço que me conceda a palavra para falar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de hipotecar a V.Exa. a nossa solidariedade. V.Exa., que muito bem representa esta Casa, no seu Estado, depois de toda a imprensa saber da dificuldade e da luta por que passava com o seu filho, em um ato público não foi bem recebido por aqueles que deveriam receber a figura máxima desta Casa com todo o respeito. Queremos hipotecar total respeito a V.Exa. e a nossa solidariedade. Que isso não se repita mais.

Sr. Presidente, nesta Casa V.Exa. se comporta com todo o respeito com o Governo, com a Oposição, e com o mesmo respeito deve ser recebido em qualquer ambiente, seja da Oposição, seja do Governo, e não da forma como receberam V.Exa. naquele evento no seu Estado.

Que fique registrada a nossa solidariedade a V.Exa. *(Manifestação no plenário: Muito bem!)* *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Foi um ato pequeno e localizado.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 420 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 6.235, de 2023.

PROJETO DE LEI Nº 6.235, DE 2023

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Pendente de parecer das Comissões de: Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Há requerimento sobre a mesa.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia do(a) PL 6235/2023.

Sala das Sessões

Deputado Marcel van Hattem

Informo ao autor do requerimento que este projeto tranca a pauta. Se ele não for votado, não teremos como votar, principalmente, o projeto de lei complementar que trata do Rio Grande do Sul e que virá na sequência.

Para encaminhar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem.

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - Sr. Presidente, há um assunto delicado com o qual queremos ver se o Relator concorda...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado, nós o faremos na hora da discussão. Por enquanto, temos que vencer o requerimento. Se nós vencermos o requerimento, abriremos a discussão com o Relator. V.Exa. já pode ir tratando com ele agora. O Deputado Sidney Leite já está no plenário.

Deputado Marcel van Hattem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar justamente a manifestação de V.Exa., que muito pertinentemente lembra ao Plenário e a mim também, obviamente, que a retirada deste projeto da pauta prejudica a apreciação do projeto para o Rio Grande do Sul, para dizer duas coisas. A primeira é sobre a urgência do tema do projeto para o Rio Grande do Sul e a segunda é sobre o mérito dele.

Sobre este pedido de retirada de pauta, este tempo que agora tenho para defendê-lo dá ao Governo, por intermédio do seu Líder, que está aqui no plenário, o Deputado José Guimarães, a oportunidade de retirar a urgência constitucional de um projeto que é muito menos urgente do que a ajuda ao Rio Grande do Sul. Não há nada mais urgente, não há nada mais necessário agora do que tratarmos de todos os projetos que possam ser pautados para pelo menos diminuirmos um pouco o tamanho do trauma pelo qual nós hoje estamos passando. Por isso, faço um apelo ao Governo: que retire a urgência constitucional deste Projeto de Lei nº 6.235, para que possamos já entrar na apreciação do projeto de lei complementar que vai significar um pequeno alento neste momento para as contas do Estado.

Entrando já também no mérito do tema da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu esperava muito mais. Não falo isso demagogicamente, porque, afinal de contas, como oposição, eu talvez pudesse dizer que não esperava nada deste Governo. Não. Eu esperava, como gaúcho e como brasileiro, muito mais, de verdade. Agora, suspender o pagamento da dívida, mesmo sem juros, mas com correção monetária, para que ele volte a pagar depois, com prazo determinado para terminar o pagamento, ou seja, com uma parcela mais alta, Deputado Bibó Nunes, depois de passada a calamidade, no início do próximo Governo, em 2027, não é ajudar de fato o Rio Grande do Sul.

Na minha opinião, Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Externa que trata dos danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, senti que, se não unânime, é absolutamente majoritária na bancada esta opinião. Na minha opinião, a dívida que passa de 100 bilhões de reais, do Estado com a União, já deveria ser cancelada, anistiada.

É isso o que, neste momento, pedimos ao Governo Federal que faça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o requerimento de retirada de pauta, tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho apenas duas questões a apresentar. Esta é a primeira: é bom o Rio Grande do Sul acompanhar, porque, se nós não votarmos esta urgência, não poderemos votar hoje o projeto de lei complementar que foi editado pelo Governo e já tem relatório pronto, não poderemos votar o projeto que suspende o pagamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. É simples assim, é simples assim: se não votarmos, não tem votação do PLP para atender às emergências do Rio Grande do Sul. Como alguém sobe à tribuna para falar contra a urgência para a aprovação desse projeto?

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que o BNDES, assim como o BNB e outros bancos de desenvolvimento precisam atuar para fomentar o crescimento da economia brasileira, a geração de emprego, a distribuição de renda. O que este projeto permite, que é conhecido como LCD? Permite que o BNDES, assim como os demais bancos de desenvolvimento, emitam títulos para aquelas pessoas físicas que queiram fazer investimento no País até o limite de 10 bilhões de reais. Portanto, é uma medida importante para a retomada do crescimento da economia brasileira.

Todo mundo fica falando que é emprego que tem que ser gerado. Mas como gerar emprego, como fazer a retomada da economia brasileira e dar sustentabilidade ao seu crescimento, se não tomarmos essas medidas, que, ao mesmo tempo em que são saneadoras, fomentam o desenvolvimento das regiões e o desenvolvimento do País? O BNB, por exemplo, pode também emitir títulos, assim como o Banco da Amazônia, que são bancos de desenvolvimento.

Portanto, com esta medida, o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula está atuando exatamente para conter qualquer perspectiva que não dê sustentabilidade ao crescimento da economia brasileira. É assim que se reconstrói o Brasil, é assim que se reconstrói a possibilidade do emprego, é assim que se gera previsibilidade para aqueles agentes econômicos que querem fazer investimento nos seus negócios, nas suas empresas. Por isso é que a urgência para a votação deste projeto é fundamental para o País.

Evidentemente, apelo a todos para que votemos pela urgência, para que votemos o mérito e depois votemos o Projeto de Lei Complementar nº 85, que trata da suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul.

Era só isso o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse feito 1 minuto de silêncio, em memória... *(Pausa.)*

Já foi pedido e já foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sim.

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco UNIÃO/PP/PDT/Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "não" à retirada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, o PL orienta contra a retirada de pauta, mas depois vai entrar em obstrução, porque queremos a retirada do projeto sobre o *streaming* — não podemos prejudicar o Rio Grande do Sul neste difícil momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, do PCdoB e do PV?

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Sr. Presidente.

O Brasil precisa de investimento do BNDES, e 10 bilhões por ano são muito importantes para o desenvolvimento sustentável do País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PSOL REDE orienta "não" à retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO reforça a orientação favorável, Sr. Presidente — o requerimento é nosso —, esperando ainda que o Governo retire a urgência constitucional, para que possamos começar a votação pelo projeto de auxílio ao Estado do Rio Grande do Sul, que é muito mais importante e urgente que qualquer outro projeto apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta "não", Sr. Presidente, pedindo, assim que possível, tempo para esclarecer o projeto sobre o *streaming*.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado André, eu darei tempo após a votação da LCD. *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

A Oposição como orienta?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, eu gostaria muito que o Governo retirasse a urgência constitucional deste projeto, mas, obviamente, como somos da Oposição e temos responsabilidade com o Parlamento, com o povo brasileiro, sobretudo com os gaúchos, que estão passando por uma dificuldade enorme — e eu não concordo com o Líder do Governo quando diz que a Oposição não está pensando no Rio Grande do Sul, porque estamos pensando, sim —, eu vou votar "não", mas, em respeito ao NOVO, partido aliado nosso, iremos liberar a bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do PSB é "não" à retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Duarte Jr.

Como vota o Governo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "não".

Eu já tive oportunidade de parabenizar V.Exa. pela atuação conjunta do Estado brasileiro, das instituições. No primeiro momento, no primeiro dia, numa segunda-feira, semana passada, V.Exa. colocou em pauta o decreto de calamidade.

Hoje temos que votar este projeto. Por isso o voto é "não". Temos que aprovar este projeto das dívidas, que vai trazer um alívio de 23 bilhões de reais ao Estado do Rio Grande do Sul.

O Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos no plenário já votaram?

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer a orientação da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota a Minoria, Deputado Eli Borges?

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria libera o voto, mas entende que o voto é "não", por causa deste momento que o Brasil está vivendo.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para dizer que já há *fake news* por aí. Dizem que eu, Eli Borges, sou a favor do Projeto de Lei nº 8.889. Não é verdade. Nós não podemos votar esse projeto hoje porque ele não está maduro ainda. A Frente Evangélica avançou. Todavia, nós não queremos avançar ainda mais em relação ao PL 8.889/17.

Eu voto "não", mas a Minoria está liberada, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos já votaram? Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 44;

NÃO: 364.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

Para oferecer parecer ao projeto, pelas Comissões de Indústria, Comércio e Serviços, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Sidney Leite.

Peço-lhe a gentileza, Deputado, de ir direto ao voto.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, passo à leitura do voto:

"II - Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (arts. 32, X, 'h', e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. Entre tais normas, citam-se, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, § 1º, da NI/CFT, define como compatível *'a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e demais disposições legais em vigor'* e como adequada *'a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual'*.

No que importa relatar, o projeto prevê a redução de alíquotas do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos produzidos pelas LCDs e auferidos por pessoas físicas ou jurídicas. A proposição, portanto, institui benefício de natureza tributária do qual decorre renúncia de receita, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF).

Nesse diapasão, à luz da LRF, é necessário que a legislação a ser editada cumpra uma série de requisitos, em especial:

- apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- demonstração, pelo proponente, de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que a medida não afetará as metas de resultados fiscais;
- indicação de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

Ademais, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (Lei nº 14.791, de 2023), as proposições legislativas e as suas emendas que importem renúncia de receita ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado deverão ser instruídas com demonstrativos do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes (art. 132) e demonstrar ausência de prejuízos ao alcance das metas fiscais. Para tanto, as medidas para compensar a renúncia de receita ou o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado devem integrar a proposição legislativa, com indicação expressa no texto, na exposição de motivos ou no documento que os fundamentarem, vedada a referência a outras proposições legislativas em tramitação.

Cumpre destacar ainda que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, foi conferido *status* constitucional às disposições previstas na LRF: o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário ao estabelecer que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro.

No que diz respeito à estimativa do impacto orçamentário-financeiro, o Poder Executivo, em exposição de motivos, informou que, dada a expectativa de emissões de LCD nos anos iniciais de vigência da medida, estima-se *'um valor de renúncia da ordem de R\$ 312,5 milhões para 2024, R\$ 937,4 milhões para 2025 e R\$ 1.249,8 milhões para 2026'*. Resta satisfeita, assim, a exigência pertinente à quantificação da renúncia tributária em comento.

Quanto às medidas compensatórias requeridas, consoante reclamam os normativos acima indicados, a já mencionada EMI nº 00062/2023 MDIC MF aduz que *'a renúncia estimada será compensada, no que toca ao ano de 2024, pelo*

impacto orçamentário-financeiro positivo decorrente da edição do Decreto nº 11.764, de 31 de outubro de 2023, que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI sobre armas de fogo, munições e aparelhos semelhantes. Para os anos de 2025 e seguintes, o impacto será considerado nas estimativas de receita das respectivas leis orçamentárias'.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 142 da LDO 2024, as proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

I - conter cláusula de vigência de, no máximo, 5 anos;

II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos; e

III - designar órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

A esse respeito, o § 5º do art. 6º do projeto estabelece que os benefícios tributários terão o prazo de 5 anos, após o qual será avaliada a efetividade do instrumento no alcance de seus objetivos, designando, ainda, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação da medida.

Pelo exposto, considerando o texto do projeto em análise, verifica-se que a proposição contempla o conjunto de requisitos impostos pela legislação vigente para a concessão de benefícios tributários. Nesse diapasão, o PL 6.235/23 deve ser considerado adequado e compatível do ponto de vista orçamentário e financeiro.

Quanto ao mérito, o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, trata da ampliação dos mecanismos utilizados pelo BNDES e pelos bancos estaduais de desenvolvimento para suas operações de financiamento, com a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento — LCD. Além disso, a proposição altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, autorizando o emprego de três outras taxas de juros, além da TLP, para remunerar os recursos do FAT e do FMM, quando aplicados pelas instituições financeiras oficiais federais em operações de financiamento.

Os arts. 1º a 7º do projeto em tela instituem a Letra de Crédito do Desenvolvimento — LCD, título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, a ser emitida exclusivamente pelo BNDES ou pelos bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central, a partir do exercício de 2024, limitado a 10 bilhões de reais por ano por instituição emissora.

Trata-se de instrumento de crédito com incentivo tributário, na medida em que os rendimentos produzidos pelas LCDs, inclusive ganho de capital auferido na alienação, não são tributados pelo Imposto de Renda, quando auferidos por pessoa física residente ou domiciliada no País, ou pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e as condições estabelecidas pelo CMN.

Nesse sentido, os incentivos da LCD assemelham-se aos de instrumentos de renda fixa emitidos por bancos, como as Letras de Crédito do Agronegócio — LCA e as Letras de Crédito Imobiliários — LCI; de instrumentos de cessão de crédito emitidos por empresas securitizadoras, como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio — CRA e os Certificados de Recebíveis Imobiliários — CRI; e das debêntures incentivadas de infraestrutura.

Em nossa opinião, a instituição das LCDs na forma estipulada pela proposição afigura-se positiva por três motivos. Em primeiro lugar, a isenção fiscal pode ser repassada integralmente aos tomadores de recursos, possibilitando redução das taxas de juros para as empresas. Em segundo lugar, as LCDs permitirão maior diversificação das fontes de financiamento de longo prazo do BNDES e dos bancos estaduais de desenvolvimento, desonerando o orçamento público de eventuais capitalizações desses bancos. Basta observar, aliás, que, no caso específico do BNDES, nada menos de dois terços de suas obrigações advêm dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. Em terceiro lugar, pretende-se que os recursos captados via LCD destinem-se a inversões em sustentabilidade, infraestrutura, descarbonização, micro e pequenas empresas e inclusão produtiva, inovação e digitalização, dentre outras. São atividades cujos efeitos positivos extrapolam o campo de ação imediata, estendendo-se a outros setores, no que se convencionou chamar de externalidades positivas.

Em geral, ocorre insuficiente investimento privado nessas atividades intensivas em externalidades positivas, dado que o retorno privado é inferior ao retorno social. Os bancos de desenvolvimento buscam, justamente, mitigar essa miopia do mercado, fornecendo capital em condições favorecidas para tais investimentos. As LCDs trarão, portanto, instrumentos de captação menos onerosos para os bancos de desenvolvimento, permitindo a concessão de financiamentos a taxas mais atrativas para os setores contemplados.

Por seu turno, o art. 8º do projeto sob exame altera a Lei nº 13.483, de 2017, de modo a ampliar as alternativas de taxas de remuneração dos recursos do FAT e do FMM utilizados pelo BNDES, estendendo tais alternativas, portanto, aos clientes do banco. Especificamente, propõe-se que, além da Taxa de Longo Prazo — TLP, possam ser também empregadas: a Taxa Prefixada, composta pela taxa de juros prefixada baseada na estrutura a termo da taxa de juros das Letras do Tesouro

Nacional — LTN e das Notas do Tesouro Nacional Série F — NTN-F para o prazo de 5 anos; a taxa prefixada MPME, composta pela taxa de juros prefixada baseada na estrutura a termo da taxa de juros das LTN e das NTN-F para o prazo de 3 anos, aplicável exclusivamente para micro, pequenas e médias empresas; e, no caso específico de operações de financiamento com recursos do FAT, a taxa SELIC, sob determinadas condições.

Não vemos óbices à ampliação proposta do rol de taxas de juros a serem utilizadas na remuneração dos recursos do FAT e do FMM pelo BNDES. Trata-se de remunerações vinculadas ao custo de captação do Tesouro Nacional, não impondo, portanto, perdas àqueles fundos. Quanto à TLP, considera-se que ela é volátil e inadequada para micro, pequenas e médias empresas. De todo modo, a TLP permanece como uma das opções disponíveis para os clientes.

Além do mais, a proposta em tela se amolda à realidade dos bancos de desenvolvimento no cenário internacional. Isso porque, a exemplo da Alemanha, com sua respectiva instituição financeira de desenvolvimento, constata-se que 17% de toda a dívida bruta do país destina-se a financiar a emissão de títulos por seu banco de desenvolvimento.

Ainda, a LCD aqui criada desonera o orçamento público nas capitalizações dos bancos de desenvolvimento, diversifica as fontes de financiamento de longo prazo e torna o mecanismo atrativo por meio da isenção fiscal. Espera-se que o BNDES agregue na economia, no longo prazo, 100 bilhões de reais anuais em empréstimos. O projeto em tela contribui para tal cenário", melhorando o ambiente de crédito e disponibilizando crédito mais barato.

"A construção que se carrega na proposta também reduz o custo de captação do banco, o que ocasiona, diretamente, a redução das taxas de juros, viabilizando a ampliação de investimentos e a retomada do crescimento. Quanto ao incentivo fiscal, como bem anotado, está perfeitamente contemplado nas leis vigentes, de forma que outros títulos incentivados percebem cerca de 14 bilhões de reais por ano de isenção fiscal.

Adicionalmente aos imensos méritos da proposta em epígrafe, vislumbra-se que um ajuste às regras de emissão da LCA pode ser favorável para, em complementação ao que se está a desenvolver para a LCD, impulsionar o lastro, a fim de incentivar novas emissões de LCA. Explica-se.

O financiamento à atividade agropecuária é medida fulcral para a segurança alimentar e o abastecimento de alimentos, e para a cadeia econômica do agronegócio. Contudo, frequentemente, os recursos disponibilizados por programas governamentais são insuficientes para a demanda de crédito do segmento. Some-se a isso o fato de que o BNDES percebe sua capacidade de *funding* reduzida com as devoluções de empréstimos do Tesouro Nacional, o que denota a demanda de se ampliarem os mecanismos de crédito através de instrumentos de mercado.

Por essas razões, aprimoramentos à mecânica consubstanciada na Letra de Crédito do Agronegócio — LCA são relevantes para se expandir o crédito ao segmento agropecuário. Sobre isso, incontestemente é que o BNDES é ator relevante no financiamento do setor, principalmente quanto ao repasse interfinanceiro, que é realizado com o apoio de rede de agentes, contribuindo para distribuição adequada e menor concentração bancária.

Contudo, a atual legislação da LCA, ressalvadas as cooperativas de crédito, não autoriza que operações de repasse interfinanceiro gerem lastro para emissão de LCA pelo BNDES ou qualquer outra instituição financeira. Significa que operações relacionadas à agropecuária — compra de equipamentos, produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos — são impossíveis de serem utilizadas como lastro para geração de LCA, ou seja, tem-se espécie de reserva regulatória aos direitos creditórios originários de negócios realizados no setor (art. 23, § 1º, da Lei nº 11.076, de 2004), o que não contribui para o desenvolvimento do mercado. Assim, ao invés de se fomentar as atividades, operações de crédito rural apoiadas pelo BNDES são esterilizadas, de modo que o banco e as instituições financeiras não podem utilizá-las para a geração de LCAs.

Por essas razões, é muito conveniente estender o tratamento já empregado às cooperativas de crédito para o BNDES e as instituições financeiras em geral, uma vez que, de acordo com o § 2º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 2004, bancos cooperativos já podem utilizar título de crédito representativo de repasse interfinanceiro para emissão de LCA.

Dessa forma, trata-se de harmonização do tratamento das operações de repasse interfinanceiro, que, coligada à conjuntura atual de restrição orçamentária, contribuirá para que o BNDES seja dotado de diversificadas fontes de recursos, inclusive o mecanismo de captação privada que se pretende. É ainda mais relevante quando se lembra de que os financiamentos do BNDES são destinados aos investimentos produtivos, aumentando a demanda agregada da economia, mobilizando melhores despesas de capital, propiciando eficiente alocação de recursos e contribuindo para o crescimento da produtividade.

Além disso, sabe-se que o BNDES é um dos principais provedores de crédito para o setor agropecuário, dado que, nos últimos 5 anos agrícolas, 31% do volume total de crédito de investimento para o setor percebeu o BNDES como fonte de recurso. Isso significa expansão de capacidade produtiva, empregos de tecnologia e diversificação dos meios de produção, com implementação de mecanismos produtivos sustentáveis.

Um exemplo adicional de oportunidade pouco explorada pela agricultura brasileira no âmbito da sustentabilidade encontra-se na área de recuperação de solos. Atualmente, a extensão agrícola mapeada no Brasil compreende cerca de 55 milhões de hectares. No entanto, estima-se que o País disponha de aproximadamente 160 milhões de hectares de terras degradadas, ou seja, regiões que sofreram impactos ambientais e, portanto, não têm mais capacidade produtiva nem contribuem para a estabilidade dos ecossistemas em que estão inseridas. Desses terrenos degradados, cerca de 40 milhões de hectares poderiam ser destinados à agricultura se fossem recuperados e estivessem aptos para o cultivo atual.

A revitalização dessas áreas degradadas não apenas faz sentido economicamente e pode impulsionar a produção agrícola do País, mas também traz benefícios socioambientais significativos. Isso inclui a criação de empregos, a promoção de tecnologia e inovação, a redução da pressão sobre as florestas nativas nas fronteiras agrícolas e a geração de impactos climáticos positivos. No entanto, a restauração dessas regiões demanda investimentos substanciais, estimados em pelo menos 10 mil reais por hectare, e é um processo de longo prazo, já que a reversão da degradação não é instantânea, e o retorno à produção leva em média mais de 3 anos.

Nesse contexto, a falta de instrumentos de incentivo pode limitar a capacidade de entidades como o BNDES e outros agentes financeiros semelhantes de apoiar efetivamente políticas agrícolas e ambientais cruciais. Isso engloba a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da adoção de tecnologias de baixo carbono, a recuperação de solos degradados e a promoção de objetivos socioeconômicos que minimizem os impactos ambientais na atividade agropecuária.

O propósito fundamental desta adição ao texto é agilizar e fortalecer o instrumento LCA — Letra de Crédito do Agronegócio para ampliar os investimentos na agricultura sustentável e posicionar o Brasil como protagonista global na pauta ambiental. Portanto, em vista de todas essas considerações, é prudente e oportuno que a legislação permita o uso das operações de repasse interfinanceiro como lastro para a emissão de LCAs e para cumprir direcionamentos. Caso contrário, um vasto conjunto de operações de crédito rural, particularmente a cargo do BNDES, ficará inerte, incapaz de ser empregado na emissão de títulos dessa natureza. Além disso, não há razão para a não extensão do tratamento regulatório empregado às instituições financeiras cooperativas, que já possuem a prerrogativa de gerar lastro para emissão de LCA por meio do repasse interfinanceiro.

Desse modo, é razoável, proporcional, conveniente e oportuno que se dote o BNDES e instituições financeiras no geral da capacidade de se emitir LCAs com base no lastro do repasse interfinanceiro, razão pela qual incorporaremos tal questão ao texto, a fim de, além de propiciar um novo instrumento financeiro ao BNDES, reequipar o banco com a capacidade de utilizar repasse interfinanceiro como lastro para operações de LCA, o que significa expansão do crédito. De outra sorte, considerando os debates que se desenvolveram ao longo da tramitação da proposta, esta relatoria aquiesceu-se quanto à necessidade de se possuir uma legislação mínima que discipline os fundos soberanos subnacionais, a fim de se agregar credibilidade e acreditação no mercado, fomentando maiores captações com atores nacionais e internacionais e, por óbvio, propiciando o crescimento regional. Nesses termos, agregaremos ao substitutivo breves disposições acerca dos fundos soberanos subnacionais. Por fim, acatando louvável e oportuna demanda de outros bancos de desenvolvimento, o substitutivo autoriza que o FGC possa figurar como garantidor das operações de LCD, a fim de que o instrumento seja efetivamente utilizado por outros bancos de desenvolvimento.

Dessa forma, no mérito, somos favoráveis à matéria.

Não foram apresentadas emendas de Plenário ao projeto.

Em relação à juridicidade da matéria, a proposição revela-se adequada. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido, possuindo seu conteúdo generalidade e harmonia com os princípios gerais do Direito.

A referida proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República. No tocante à técnica legislativa, a proposição amolda-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação de leis.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, e do substitutivo anexo.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos:

- pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, e do substitutivo anexo;
- no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, na forma do substitutivo.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, e do substitutivo.

É o voto, salvo melhor juízo."

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO SIDNEY LEITE.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Há requerimento de adiamento de discussão.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, X, combinado com o art. 177, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão do PL 6.235/2023, que "Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017", pelo prazo de 1 sessão.

ALTINEU CÔRTEZ (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. (*Pausa.*)

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas e PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não" ao adiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - E a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado, discussão de quê? Nós estamos votando requerimento de adiamento de discussão proposto pelo seu Líder.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação, Deputado Cabo Gilberto Silva, de João Pessoa, Paraíba.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "não" à retirada de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL como orienta?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta "não".

O PL está em obstrução devido à presença na pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que beneficia a Rede Globo, principalmente o *streaming* Globoplay. É um absurdo como está o relatório neste momento. Nós vamos obstruir as votações, com exceção do projeto que beneficia o Rio Grande do Sul. Nós já deixamos claro que o Partido Liberal será contra o PL 8.889/17.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT vota "não", Sr. Presidente.

A obstrução do PL está prejudicando o Rio Grande do Sul, porque, logo em seguida, nós vamos votar a suspensão da dívida do Estado. Então, a obstrução do PL está atrapalhando o povo do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB, Deputado Bandeira de Mello?

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "não" ao adiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE é contra esse adiamento. O projeto tem racionalidade, estimula a captação de recursos pelos bancos de desenvolvimento, com forte enfoque social, e não apenas no lucro.

O nosso voto, portanto, é contra o adiamento, "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho tentado, neste momento, não fazer críticas de forma a atrapalhar os trabalhos no Rio Grande do Sul e politizar o tema. Agora, o Governo vem aqui e diz que a Oposição, por estar pedindo o adiamento, está prejudicando o Rio Grande do Sul. Isso não é correto! O Governo tem uma responsabilidade muito maior do que a Oposição nisso. Se o Governo quisesse, de fato, votar logo a questão da dívida do Rio Grande do Sul, retiraria a urgência constitucional deste projeto, que é muito menos importante.

Então, vamos deixar a politização de lado. Nossa posição é a de votar o projeto sobre a dívida e outros projetos relevantes. V.Exa. tem sido muito sensível, Presidente Arthur Lira, ao tema do Rio Grande do Sul. Parabéns! V.Exa. está inclusive cobrando das autoridades, de todas, das federais, das estaduais, que ajam no sentido de ajudar o Rio Grande do Sul. Quero agradecer sua presença no Estado e sua disposição de sempre ouvir.

Neste momento, o NOVO orienta "sim" ao adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sem nenhum tipo de sobressalto, vamos enfrentar as votações que tivermos que enfrentar hoje, com obstrução, sem obstrução, no plenário, com ordem.

Eu só peço a todos que, em relação a esses temas de Governo e Oposição, tentem evitar comentários que vinculem o Rio Grande do Sul a essas discussões. Isso só aumentará o atrito a respeito de um assunto que, penso, são todos a favor.

Como orienta a Maioria?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Maioria orienta "não".

Como orienta a Minoria?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, foi o pessoal do Governo que atacou, que disse que estamos sobrestando aqui, como se a questão do Rio Grande do Sul estivesse pouco nos importando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Um falou, outro falou.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) - Se o Governo Bolsonaro estivesse enfrentando uma situação de calamidade como a que os gaúchos estão enfrentando agora... Há demora de 15 dias para a adoção de medidas concretas, 4 dias para o envio da Força Nacional para lá.

O SECOM, Paulo Pimenta, está me investigando. Ele mandou um ofício para o MJ. Eu estou sob investigação, um Deputado Federal, porque um Parlamentar desta Casa, o Deputado Paulo Pimenta, que hoje é SECOM, mandou um documento para o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, dito moderado, que o enviou ao STF. Eu, o Deputado Eduardo Bolsonaro, hoje sou investigado porque compartilhei matéria da *Folha de S.Paulo*.

E eles vêm nos acusar de estarmos travando a pauta. Pelo amor de Deus! Um pouco mais de coerência! Mandem para cá uma medida provisória sobre créditos extraordinários! Só pensam em aumentar tributos. Estão querendo regular a Netflix, aumentar a taxação. E, para o povo do Rio Grande do Sul, só empréstimo e antecipação de receita?

A Minoria libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu concordo plenamente com V.Exa. O momento é de dar 100% de atenção ao Estado do Rio Grande do Sul.

Agora, nossa bancada não pode ser atacada por um membro do Partido dos Trabalhadores, não pode ser acusada de estar obstruindo a pauta. O próprio Deputado Capitão Alberto Neto disse "não", Sr. Presidente.

Então, parem com *fake news*! Ajudem-se e ajudem o Plenário! Pelo amor de Deus!

A Oposição, como eu disse, está fazendo seu papel, Sr. Presidente. E o desgoverno Lula pode retirar a urgência constitucional. É simples, basta que o Líder autorize, como determina nosso Regimento, que, aqui, é a nossa Constituição. Já que alguns Poderes não cumprem a Constituição, nós aqui a respeitamos e a cumprimos fielmente.

A Oposição tem respeito, diferentemente do Governo, que não tem respeito pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A Oposição vai liberar a bancada, em respeito ao NOVO, partido aliado ao nosso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Governo como orienta?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "não". Queremos votar o projeto sobre o Rio Grande do Sul. Adiar isto é trancar a pauta. Na realidade, esse projeto sobre a dívida vai dar 23 bilhões a mais ao Rio Grande do Sul. O congelamento de 36 meses corresponde a 11 bilhões de reais. Em relação ao não pagamento de juros, são mais 12 bilhões.

Vale dizer, Sr. Presidente, que o Governo já fez uma medida provisória liberando 51 bilhões, depois um crédito extraordinário liberando 12 bilhões. Eu já cumprimentei V.Exa. Acho que a atuação conjunta do Governo Federal, do Poder Legislativo, de Estados e Prefeituras, neste momento, é decisiva.

O voto é "não", porque temos de priorizar a votação sobre o Rio Grande do Sul e sobre as dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 38;

NÃO: 378.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

Antes do início da discussão, o Líder André Figueiredo pede pela Liderança da Maioria a palavra, que a ele dou para que possa, inclusive, falar alguma coisa sobre o projeto, a fim de vermos se ameniza ou não a situação, para seguirmos com as obstruções, que são regimentais.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um esclarecimento àqueles Parlamentares que ocuparam a tribuna durante boa parte do tempo para falar sobre o PL 8.889/17. Muitos deles até o fizeram de boa-fé, porque é legítimo ser contra um PL quando não se tem conhecimento do seu verdadeiro conteúdo.

Algumas declarações feitas hoje, no entanto, não correspondem em nada ao conteúdo do PL 8.889, conforme o relatório que nós construímos. É um PL que prevê, acima de tudo, o desenvolvimento da indústria do audiovisual brasileiro. Pergunto isto como consumidor: quantos de nós não assistimos a seriados de provedores de *streaming* que são grandiosos? Aqui não podemos deixar de falar das maiores — Netflix, Amazon Prime, Warner, Disney. São grandes provedores internacionais de *streaming*. Gostamos de assistir a filmes, séries que divulgam.

Quem não gosta de assistir a um seriado espanhol, francês, coreano? Agora, quantos de nós conseguimos acessar um seriado brasileiro nessas plataformas? Por que isso acontece? Porque não há nenhum tipo de regulação. Há liberalidade dessas plataformas para exibirem um ou outro seriado ou filme de conteúdo nacional. Nós baseamos o relatório na diretiva de 2018 da União Europeia que versa sobre regulação de plataformas de *streaming*. Na França, o valor cobrado relativamente à CONDECINE de lá é bem maior, chega a ser quatro vezes maior do que o que estipulamos para o Brasil.

Então, o que nós queremos, Sras. e Srs. Deputados, é que nos atenhamos à discussão de um tema fundamental para uma indústria que gera milhares, milhões de empregos mundo afora, e que ainda está extremamente incipiente aqui.

Este projeto está tramitando na Casa desde 2017. Nós começamos a discutir o teor deste projeto ainda no decorrer da pandemia, inclusive por videoconferências. E a urgência deste projeto foi pautada em agosto do ano passado. Então, não podemos ser acusados de fazer uma discussão açodada. Estivemos reunidos com a indústria do audiovisual, com a radiodifusão, com as plataformas de *streaming*, com os provedores de compartilhamento de audiovisual, com os artistas, com vários Parlamentares desta Casa, e chegamos a um texto que talvez não seja efetivamente do conhecimento de todos. Muitos aqui talvez não saibam o que é VOD. Há Deputado que não sabia o que é VOD, e não é por outra coisa, não. Quantos termos não sabemos e discutimos nesta Casa?

Portanto, quero me colocar à disposição para discutir individualmente com os Parlamentares, individualmente com as bancadas, contanto que não fiquemos aqui apelidando, mais uma vez, de forma inverídica, este PL, dizendo que ele vai beneficiar uma emissora de televisão. Este PL beneficia, sim, a radiodifusão brasileira, e isso eu digo de peito aberto, porque a radiodifusão brasileira paga impostos, gera milhares de empregos. Ela é responsável pela divulgação da cultura do nosso País, de todas as regiões, tanto dentro do nosso País quanto lá fora. Este projeto não é para beneficiar apenas uma emissora. Foi discutido com todas as emissoras, com as entidades representativas dessas emissoras. Se essas plataformas internacionais quiserem que mais de 50% de suas obras sejam essencialmente brasileiras, também poderão ter os mesmos benefícios da radiodifusão. Deixamos aberto esse caminho. O que nós queremos é valorizar a cultura brasileira, senhoras e senhores.

Eu queria dizer aos companheiros de todos os partidos que estou completamente aberto à discussão. Estou aberto à discussão com o União Brasil, com o Progressistas, com o PSD, com o Republicanos, com o PL.

Vi que muitos Parlamentares, colegas nossos, apresentaram críticas, talvez até por desconhecimento ou por falta de oportunidade de discussão. Estou colocando-me à disposição para ir à bancada do PL e discutir o teor deste projeto, porque tenho absoluta certeza de que não há ninguém aqui que queira proteger os interesses internacionais em detrimento dos interesses nacionais.

Em relação às plataformas de compartilhamento, quero dizer que não é verdade que vamos taxar os usuários dessas plataformas, muito menos os influenciadores. Os influenciadores vão poder ser remunerados por essas plataformas de compartilhamento, por conta da redução de 50% do que será devido relativamente à CONDECINE, em cima do faturamento das propagandas deles.

Enfim, quero dizer isto, Sr. Presidente, aos Deputados do PL que aqui se utilizaram da tribuna, aos do NOVO, aos de outros partidos, aos do Centro, aos que são da base, mas também têm dúvidas em relação ao teor do projeto. Quero dizer que estou aberto à discussão e ao recebimento de sugestões.

Hoje à tarde, estive com o Deputado Eli, Presidente da Frente Evangélica. Algumas ponderações foram feitas. Eu as incorporei no relatório. Vou também incorporar ponderações de alguns Parlamentares da Região Sul, de Minas, do Espírito Santo.

Quem me conhece — estou, felizmente, no meu quinto mandato — sabe do meu perfil, sabe que sou duro em minhas posições, mas extremamente aberto ao diálogo. Sou extremamente aberto ao diálogo, contanto que tenhamos realmente uma fundamentação que não seja nem de um extremo nem de outro. Eu sou do PDT, um partido que tem a premissa de lutar incansavelmente pelo Brasil. Lutar pelo Brasil é lutar pela cultura brasileira, é lutar pela indústria brasileira, e o audiovisual é um componente importantíssimo.

Portanto, para não atrapalhar mais, já que existem aqui partidos que estão obstruindo esse projeto e os subsequentes em detrimento do avanço dos projetos sobre o Rio Grande do Sul, por conta do PL do *streaming*, eu peço, Sr. Presidente, que o retire da pauta de hoje. *(Manifestação no plenário.)*

Mas peço aos que verdadeiramente querem fazer bem ao Parlamento que não se furtem a discutir o teor da matéria, inclusive em suas respectivas bancadas, sob pena de se dizer... *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Muito bem, Deputado! Parabéns!)*

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE) - Estou aqui, mais uma vez, fazendo esse apelo. Eu quero discutir, em cada bancada dos partidos que têm dúvidas, o teor desse projeto, aceitando sugestões e mostrando claramente que esse não é um projeto ideológico de A ou de B, é um projeto de desenvolvimento da indústria do audiovisual brasileiro, para que possamos construir algo, num breve espaço de tempo, da forma como fizeram, por exemplo, os países da União Europeia. E lembro que a Coreia do Sul já o faz com maestria. O Brasil também tem essa condição.

Portanto, mais uma vez faço esse apelo. Amanhã estarei completamente à disposição. Reitero que, por favor, as bancadas me apresentem demandas. Estarei completamente à disposição amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Retiramos todo o *kit* obstrução, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto o Deputado Chico Alencar sobe à tribuna, eu queria dizer que é impossível que este projeto, da forma como está, seja aprovado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aprovado ou rejeitado, Deputado...

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Eu tenho enorme respeito pelo Deputado André Figueiredo. Eu só quero reiterar que ele aumenta imposto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Mendonça, Deputado Mendonça, este projeto não está em discussão hoje. Se ele vai ser aprovado ou rejeitado, isso é o Plenário que vai decidir. O Presidente garante que está

dando ao Deputado André mais 1 dia para que ele converse com as bancadas, e o projeto virá ao plenário. Este projeto está no Colégio de Líderes há 2 anos. O Líder André é responsável, competente, merece consideração. Se o projeto vai ser aprovado ou rejeitado, os votos é que vão dizer.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - É evidente, Presidente.

Eu tenho o maior respeito pelo Deputado Figueiredo, mas podem ter certeza de que o projeto, da forma como está, vai ser rejeitado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, para discutir a favor da matéria.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Lira, colegas de representação, todos os que acompanham esta sessão, servidores que a viabilizam, nós estamos discutindo agora um projeto muito meritório.

Aliás, parabéns pela atitude de grandeza democrática o Deputado André Figueiredo, que se dispõe a fazer o que o Parlamento tem que fazer como missão: debater as matérias com franqueza, sem *parti pris*, sem preconceito, na medida em que o interesse principal seja, conforme proclamado por ele aqui, o desenvolvimento, com critérios amplos, da indústria audiovisual brasileira, que é uma das mais importantes do mundo. Isso tem a ver com cultura, com informação, com cidadania.

Parabéns, Deputado André!

Eu acredito que o projeto vai merecer o nosso apoio, com exceção, talvez, do Partido Novo. Esse projeto trata simplesmente, através das Letras de Crédito do Desenvolvimento, de ampliar as possibilidades de captação de recursos dos bancos de desenvolvimento. Não é só o BNDES, não, é também o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; é o BRDE, da Região Sul; é o BANESTES, do Espírito Santo; é o BNB, do Nordeste; é o BASA, da Amazônia.

Este projeto, inclusive, tem um escopo que reitera a função desses bancos de desenvolvimento, que não é, precipuamente, prioritariamente, obter lucros, mas sim incentivar o desenvolvimento, tão necessário, do Brasil. Ele tem critérios e prioriza as micro, as pequenas e as médias empresas. Ele menciona a importância, aliás, urgente, premente, dramaticamente necessária, da transição energética. Nos dias de hoje, sobretudo no Brasil enlutado pelo que acontece no Rio Grande do Sul, temos que considerar a questão do meio ambiente e, vale dizer, a da transição energética, porque a energia fóssil é extremamente predatória e o planeta está sendo esgotado. O aquecimento dos oceanos produz chuvas e mais chuvas, em índices superiores aos do antigo normal. Tudo isso é fundamental.

Este projeto abarca esse escopo, não é meramente financista para captar recursos. Ele tem um escopo muito fortemente social. Entendo que devemos aprová-lo por unanimidade.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, diante da retirada do projeto sobre *streaming*, o PL retira o *kit* obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Bibó.

Para discutir contra a matéria, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. (*Pausa.*)

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 6.235, do Poder Executivo. Este PL vem justamente ajudar na volta da industrialização do nosso País. Ele cria ferramentas para que os bancos de fomento, os bancos de desenvolvimento, possam captar no mercado recursos para que o dinheiro seja mais barato para as indústrias, principalmente para as indústrias pequenas, para as médias e também as indústrias grandes do nosso País.

Existe um estudo do IPEA que diz que a financeirização prejudica a industrialização. Isso quer dizer que a financeirização estimula a desindustrialização do nosso País.

O que vem fazer este projeto de lei? Vem justamente criar uma ferramenta — essas letras de crédito — que vai facilitar a captação de recursos, porque vai ser isenta de tributos para as pessoas físicas, e o Imposto de Renda vai ser muito menor para as indústrias que queiram investir nessas letras. Essa é uma forma de reindustrializar o nosso País.

Tempos atrás, a indústria representava 35%, 36% do Produto Interno Bruto do Brasil. Hoje, a indústria representa apenas 11% do Produto Interno Bruto. É lógico que existe a questão da doença holandesa. Não vou dizer que o Brasil está fora de alcance da doença holandesa. Há também essa questão. Mas principalmente o dinheiro, o capital no Brasil ainda é muito

caro, e esta proposta visa exatamente diminuir o custo do dinheiro e incentivar a reindustrialização do nosso País. Isso vai permitir que o Brasil crie mais empregos, mais renda e propicie mais qualidade de vida para a população.

Sem dúvida nenhuma a desindustrialização achatou salários, diminuiu a oferta de empregos e piorou a vida do industrial. O que este projeto de lei pretende é dar mais uma oportunidade para que volte a industrialização e a criação de empregos no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva. *(Pausa.)*

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Bandeira de Mello.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos tratando hoje de um projeto que é extremamente importante para a continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro.

Não vou entrar nos detalhes técnicos de captação e aplicação, que já foram muito bem abordados aqui pelo Deputado Hildo Rocha, mas eu gostaria de dizer que este projeto é a chance de o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a principal ferramenta de estímulo ao desenvolvimento brasileiro — esse banco vai fazer 72 anos no mês que vem —, recuperar uma fonte de recursos que não é extorsiva e não é subsidiada, é uma fonte de recursos adequada à continuidade do processo de desenvolvimento.

Eu passei mais de 30 anos viajando por este País. Sou testemunha de quanto cada Estado da Federação evoluiu com as políticas operacionais, com os instrumentos de desenvolvimento proporcionados pelas linhas do BNDES. Isso vai poder ter continuidade.

Eu não vejo hora mais oportuna do que esta, em que nós estamos vivendo esse drama de proporções inimagináveis no Rio Grande do Sul. Eu tenho certeza de que a aprovação da LCD vai propiciar que o processo de reconstrução do Rio Grande do Sul seja muito mais rápido e muito mais efetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contra a matéria, tem a palavra a Deputada Julia Zanatta.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu ouvi vários discursos aqui de Parlamentares se mostrando preocupados com a situação no Rio Grande do Sul. Mas, como já dito pelo colega Deputado Marcel van Hattem, se o Governo realmente estivesse preocupado, de fato, com o problema do Rio Grande do Sul, votaríamos primeiro essa questão. Não é o que está acontecendo aqui.

Primeiro, antes de tudo, nós deveríamos tratar hoje aqui sobre a tragédia no Rio Grande do Sul. Esse, com certeza, é o assunto prioritário. Mas, não, em meio a uma tragédia, nós vemos outros assuntos aparecerem, como, por exemplo, o que foi agora levantado pelo Relator André Figueiredo. Segundo ele, o que nós estamos falando é mentira. Assim como, ao tratarmos de outras coisas, nos acusaram de falar mentiras. Disseram que a reforma tributária não ia aumentar tributos. E agora nós vemos o quê? Com a regulamentação, ela irá, sim, aumentar tributos.

Então, os assuntos que pipocam aqui nesta Casa precisam ser mais bem debatidos. Nesta semana, assim como na semana passada, a Casa deveria estar preocupada, única e exclusivamente, em ajudar os gaúchos que estão passando extrema necessidade. Não deveria haver outras pautas, senão essa pauta, Presidente.

É um absurdo, então, em meio a uma tragédia, o Governo tentar passar censura, perseguir seus adversários e não fazer o bem pelos irmãos gaúchos. É um completo absurdo. Nós não podemos admitir isso aqui.

Por isso, o PL tem que ficar em obstrução, para que essas pautas absurdas...

E, sim, esse projeto de que acabaram de falar aqui — o Relator é o Deputado André Figueiredo — beneficia, sim, a Rede Globo de Televisão. E é, sim, monopólio, aumento de impostos e censura.

Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Este projeto está sendo votado primeiro porque tranca a pauta, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Alencar Santana. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu abro mão da fala.

Agradecemos ao Relator por ter acatado a sugestão de destaque. Em que pese a nossa contrariedade ao projeto no mérito, o Relator foi gentil e compreensivo nesse ponto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todos nós temos muita urgência em votar o projeto que vai ajudar o Rio Grande do Sul. Aliás, esta tem sido a tônica do Governo Federal: ajudar o Rio Grande do Sul das mais variadas formas possíveis. Agora, eu não consigo entender como alguém quer votar o projeto do Rio Grande do Sul e faz obstrução para que a sessão não caminhe. É uma profunda incoerência fazer obstrução e dizer que quer votar o projeto, porque a obstrução atrasa o desenvolvimento da própria sessão.

A Deputada que me antecedeu falou que estava em obstrução. Eu sei que vários Deputados abriram mão desta obstrução. Mas é preciso que nós entendamos que não apenas temos urgência de votar o projeto do Rio Grande do Sul, mas também que este projeto ajuda o Rio Grande do Sul. Nós estamos aqui trabalhando com a Letra de Crédito do Desenvolvimento para projetos sustentáveis e de desenvolvimento. Portanto, está se possibilitando que títulos façam a captação de recursos para fomentar ou para estruturar projetos fundamentais para o desenvolvimento e para a sustentabilidade. Este projeto, esta Letra de Crédito do Desenvolvimento poderá ser utilizada por qualquer banco de desenvolvimento no País, inclusive pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que atende também o Rio Grande do Sul.

O projeto é fundamental para a sustentabilidade. O que nós estamos vivenciando no Rio Grande do Sul é consequência do negacionismo ambiental e do negacionismo climático, é achar que se pode açoitara natureza e que ela não vai reagir. Nós estamos aqui discutindo o fortalecimento do crédito para o desenvolvimento sustentável. Estamos aqui, diferentemente do que já falaram, trabalhando com a isenção de impostos dos rendimentos desses títulos. Aqui se diz que o Governo só quer arrecadar, arrecadar e arrecadar. O Governo está abrindo mão dos impostos, dos rendimentos do título que será negociado.

Nós estamos aqui discutindo crédito, e crédito é fundamental para o desenvolvimento de um país. Aliás, o crédito muda, inclusive, a cultura. No Banco de Bangladesh, o crédito destinado às mulheres fez com que as burcas fossem sendo retiradas.

Portanto, crédito para o desenvolvimento, e para o desenvolvimento sustentável, é fundamental para o País e para o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como último orador para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou abreviar a minha fala. Mas quero parabenizar o Relator e o autor desse projeto, que amplia o crédito para investimento de longo prazo feito pelo BNDES no País. O Brasil está precisando desse reforço, desse apoio.

Quero agradecer ao Relator, que também compreendeu a Agenda 2030, uma pauta extremamente perigosa não só para o Brasil, mas também para o mundo, que é a pauta da ONU.

Todavia, compreendendo a urgência da votação do projeto do Rio Grande do Sul, para onde destinei 1 milhão de reais, não para aparecer na fita, mas em um gesto humano de respeito aos irmãos do Rio Grande do Sul, eu não vou usar os 3 minutos de que disponho para chegarmos logo ao projeto dos irmãos do Rio Grande do Sul, a quem mando um abraço de solidariedade em meu nome e em nome da Frente Parlamentar Evangélica.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Todos são a favor, ou vai haver gente contra? (*Pausa.*)

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, ressalvado o destaque.

Orientação de bancada.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS) - Pedimos a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Já passamos à orientação de bancadas.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas e PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, Republicanos?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, digníssimo Presidente, orienta "não".

Aproveito para dizer o seguinte: nós teremos um destaque daqui a pouco. Nós queremos, neste destaque, que a dívida do Rio Grande do Sul seja toda anistiada. É o mínimo, porque nós gaúchos damos 57 bilhões de reais por ano para o Governo Federal e recebemos 13 bilhões de reais de volta. Ninguém está em pior situação do que o Rio Grande do Sul, 91% das empresas gaúchas hoje estão embaixo d'água. Então, queremos a isenção total durante 3 anos. Não vamos pagar e isso é justo, é justo para o Rio Grande do Sul, é justo!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT orienta "sim", Sr. Presidente.

É importante essa linha de crédito do BNDES. São 10 bilhões de reais por ano. Esse dinheiro será investido em infraestrutura, principalmente ligada à questão do controle ambiental. O BNDES tem uma política que está concatenada com o Governo Federal atual, no sentido de fazermos investimentos e obras neste País, no sentido de também pensarmos na questão ambiental.

Por isso a importância de haver esse aporte de recursos de 10 bilhões de reais por ano para o BNDES, para que o Brasil tenha mais investimento em infraestrutura. É por isso que o PT e a Federação orientam "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB, Deputado Bandeira de Mello?

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim", em nome da retomada da industrialização brasileira, da retomada do processo de desenvolvimento em novas bases, com qualificação nas áreas de inovação, transição energética e sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE, pelas razões que já apresentei na tribuna, defendendo o projeto, vota favoravelmente, mas temos um destaque para que a ideia do incentivo à indústria, sobretudo para pequenas, médias e microempresas, seja soberana. No momento oportuno vamos defender o destaque.

Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Junto com o PL, Sr. Presidente, o NOVO orienta "não".

Eu repito aqui o agradecimento ao Relator do projeto, Deputado Sidney Leite. Muito obrigado, Deputado Sidney, por ter aceitado a nossa sugestão, em que pese a nossa discordância quanto ao mérito, muito respeitosa. V.Exa. foi extremamente hábil, aceitou a sugestão por entender que era melhor realmente para o projeto.

Queremos fazer esse reconhecimento público ao seu trabalho. Agradeço-lhe, apesar de orientarmos contrariamente ao projeto quanto ao mérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria encaminha o voto "sim".

Este projeto é muito importante. Nós estamos falando de crédito, estamos falando de emprego. Os bancos públicos, o BNDES, em especial, têm um papel insubstituível, quando falamos de grandes investimentos de médio e longo prazo, com taxa de juros menores. Mas estamos falando aqui no Rio Grande do Sul. Vocês sabem que há um banco público que também vai ser beneficiado com isso. O BRDE é um banco de desenvolvimento dos Estados do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A crise que lá é grande. Para os produtores rurais — aqui há uma bancada grande —, vai ser importante haver crédito, vai ser importante haver crédito para a reconstrução do Estado.

Sr. Presidente, a Maioria encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria orienta o voto "não". Sabemos o que foi feito do BNDES no passado, durante os outros Governos do PT, em que somente os amigos do rei tinham acesso ao financiamento. Além disso, as mudanças na metodologia da TLP, que substituem a TJLP, podem reduzir sua eficácia e transparência — coisa de que o PT não gosta —, introduzindo complexidade e incertezas fiscais de longo prazo.

Por isso, a Minoria orienta o voto "não".

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

Na sequência, o Governo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, em especial população brasileira, o projeto tem a capa de bom, se não fosse mandado pelo desgoverno Lula, que não tem respeito com recursos públicos. Ou estou falando alguma besteira aqui? Vejam os escândalos que eles fizeram, vejam as estatais que foram saqueadas, em especial o BNDES. Países devem ao Brasil, os companheiros de Lula.

Eu tenho respeito pelo Relator, o Deputado Sidney Leite, que ouviu atentamente todos os nossos argumentos. Mas infelizmente ele está relatando um projeto que veio do desgoverno Lula, que não tem credibilidade nem internamente, nem internacionalmente, porque só fala besteira.

A Oposição tem responsabilidade com os recursos públicos e não em ajudar apenas os amigos do rei.

A Oposição é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. ALIEL MACHADO (Bloco/PV - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eles nem se preocupam em esconder mais. Acabaram de dizer que o projeto seria bom se não fosse feito pelo Lula.

Quem tem responsabilidade com o País, quem defende o patriotismo e a soberania nacional são aqueles que lutam contra a especulação de quem impõe juros altos para que o desenvolvimento possa acontecer. Este projeto faz o inverso. A liberação de crédito diz respeito ao desenvolvimento econômico, à geração de emprego e à produção nacional, independentemente de cor partidária ou de bandeira política. O que nós estamos falando aqui é sobre liberar crédito de um banco de desenvolvimento para o setor produtivo do nosso País, inclusive sobre o tema ambiental e a descarbonização, a tragédia no Rio Grande do Sul criada pela ganância.

Contra a especulação e a favor de juros mais baratos e do crédito, o Governo orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 339;

NÃO: 96;

ABSTENÇÃO: 1.

APROVADA A MATÉRIA.

Está prejudicada a proposição inicial.

Destaque de Bancada nº 2, do PSOL.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) Art. 9º do Substitutivo apresentado à(ao) PL 6235/2023.

Sala das Sessões

Erika Hilton - (Líder Federação PSOL/REDE)

PSOL/SP

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra a Deputada Erika Hilton. *(Pausa.)*

Não há outro inscrito, Deputado Chico.

Orientação de bancada. *(Pausa.)*

A SRA. SILVYE ALVES (Bloco/UNIÃO - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, por gentileza. Eu peço a atenção aqui.

Deputado Gustavo Gayer, ao senhor que ama esparramar *fake news*, eu vou dizer uma coisa muito sincera: você encontrou uma mulher à sua altura, meu filho.

Esse cara acabou de mentir para o todo o Estado de Goiás — perdão, Presidente —, dizendo que eu votei a favor de aumentar a Netflix. Isso não aconteceu! Isso é uma *fake news*!

Em agosto do ano passado, era um projeto totalmente diferente, Gustavo Gayer. Aprenda a dizer a verdade. Pare de gravar vídeos para sua comunidade, que acha que está falando a verdade. Você respeite quem trabalha em prol das pessoas. Eu não votei para aumentar nada, inclusive acabamos aqui, unidos, de gravar vídeo falando isso. Você respeite o Parlamentar desta Casa.

Ah, vá, moleque!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada, por favor, ele foi mencionado. Não vamos fazer esse tipo de coisa, Deputada Silvy. *(Palmas.)*

Tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Deputada Silvy está sendo aplaudida pelo PT, pessoal. A Deputada Silvy está sendo aplaudida pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Gayer, por favor, o senhor foi citado, e não vamos aumentar a polêmica. Responda à citação, e nós encerramos o assunto.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - Vou ser bem curto.

Votou a favor da urgência do PL da Globo. Está revoltada porque eu divulguei isso. Ela não gosta quando eu divulgo os votos dela. É só não votar dessa forma. É só não votar dessa forma.

Vir aqui me atacar, tudo bem. Ela já faz isso lá no meu Estado. Não importa. Ela já está reduzida a quase nada no Estado de Goiás. Eu sinto pena.

Ela veio, e até ofereci um abraço a ela.

A SRA. SILVYE ALVES (Bloco/UNIÃO - GO) - Mas foi do ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado e Deputada, por favor! Deputada Silvy, por favor! Senhoras e senhores, cada um já falou. Não vamos fazer isso no microfone aqui do plenário.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO) - Está bom, está bom! Morreu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obrigado.

Agora chegou a inscrição.

Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, para encaminhar a favor do requerimento.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos apresentando este destaque porque entendemos que o agro é *tech*, nem sempre sustentável; o agro talvez seja *pop* em algum sentido, o que é controverso, mas, o agro não é tudo, nem pode ser.

O Relator generosamente incorporou a demanda do Partido Liberal, mas este projeto está voltado para o desenvolvimento industrial, notadamente das médias, pequenas e microempresas. Se se remunera, se é dado esse incentivo às letras do crédito agrário, está-se minimizando o escopo do projeto, que é o incentivo de captação para a promoção de financiamento

para as médias, pequenas e microempresas, com o compromisso da sustentabilidade para a urgente e necessária transição energética.

Essa concessão que o Relator fez para aqueles que, aliás, estavam contra o projeto, mas de fato, como disse o Deputado Aliel, eram a favor... *"Como ele vem do Executivo e do Governo Lula, não podemos ser favor."* Reconhecem os méritos, mas tentam, inclusive, embutir algo que já é muito remunerado, muito facilitado, preche de isenções no Brasil, que é o agronegócio.

Portanto, nós estamos fazendo esse destaque para retirar esse art. 9º, colocado agora no projeto. Ele não vinha no excelente relatório que aprovamos aqui.

Então, a nossa posição é essa. Pedimos o voto e a atenção deste Plenário para o projeto voltar na sua integralidade e não acabar beneficiando aqueles que já são muito beneficiados, o que pode, inclusive, desvirtuar a finalidade do próprio projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do UNIÃO, Progressistas, PDT, PSDB?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "sim", Sr. Presidente, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pela manutenção do texto, contra o destaque.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que realizem os seus votos no Infoleg parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Sim".

Como orienta o PL?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "sim" ao texto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado.

Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT, Presidente, orienta contra essa emenda do PSOL, por entender que o BNDES é um banco múltiplo, que tem investido em várias áreas da economia — infraestrutura, indústria, agronegócio — e também no social. Como o próprio nome diz, o "s" do BNDES significa social.

Por isso não tem sentido ser favorável à exclusão dessa proposição do PSOL. Nós temos que fazer com que o BNDES tenha cada vez mais recursos, porque é verdade que o BNDES tem os juros mais baixos reconhecidos internacionalmente. Ele voltou a investir agora em infraestrutura. Voltou, inclusive, a abrir linhas de crédito. Nós acabamos de aprovar, inclusive, agora, linhas para fazer captação de créditos de 10 bilhões de reais por ano, que é justamente...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB?

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta "sim", porque entende que os 10 bilhões de reais previstos para captação via LCD pelo BNDES e pelos outros bancos estão garantidos. A LCA não compete por esses recursos.

O que existe agora, simplesmente, é a possibilidade de os bancos trabalharem também esses recursos de LCA em operações indiretas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE, proponente do destaque, reitera que esse favor, esse facilitário para as LCAs — Letras de Crédito do Agronegócio,

vai desequilibrar e prejudicar a própria captação para as Letras de Crédito de Desenvolvimento Industrial. Isso é muito negativo até para a dinâmica econômica.

É claro que o BNDES é para todos os setores da economia, mas ele tem prioridades, ele tem o seu aspecto em que valoriza mais esse desenvolvimento industrial para as micro, pequenas e médias empresas que estão no projeto.

Nós estamos atrapalhando o próprio sentido maior do projeto, que é até arrecadatário para a nossa economia.

Então, nós insistimos na importância do nosso destaque.

O agro não é tudo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Representação do NOVO orienta "sim", segundo o Líder Marcel. Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque do PSOL faz todo o sentido quanto ao mérito, mas nós achamos esse projeto tão importante que a posição do Governo é mantê-lo como veio.

Então, a Maioria orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, fiquemos atentos aos discursos. Aqueles que incutem o pânico climático das fundações e ONGs estrangeiras que usam a descarbonização como instrumento para destruir o desenvolvimento de países emergentes o fazem para destruir a concorrência, são aqueles que querem prejudicar as áreas produtivas, o campo, esmagando as pessoas em metrópoles e cidades de 15 minutos.

Não aceitem esse tipo de chantagem! Estaremos atuantes e vigilantes.

A Minoria orienta "sim" ao texto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Pela Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Notícia de última hora: o desgoverno Lula acaba de demitir o Presidente da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Virou porta-voz do Governo Lula?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Não, calma!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Era só o que faltava!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Estou no meu tempo.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Era só o que faltava, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado José Guimarães, por favor.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Pelo amor de Deus! Não aguenta a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado José Guimarães, cada um fala no seu tempo. Por favor.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Reponha o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu vou restabelecer o tempo de V.Exa.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa., como sempre, muito democrático. Primeiro, Sr. Presidente, quero me solidarizar com V.Exa. por ter sido vaiado no evento do descondenado Lula. V.Exa. foi lá, de boa vontade, fazendo um gesto ao descondenado, e a claqué dele vaiou V.Exa. Fica a minha solidariedade ao Presidente da Câmara dos Deputados, pela descortesia do descondenado Lula.

Estou dizendo, Líder do Governo, que ele demitiu o Presidente da PETROBRAS. O que isso quer dizer? Que o Governo está afundando, o Governo não tem crédito, não tem respeito. E vejam que o preço do combustível era para estar 10 reais. Estão sucateando a PETROBRAS novamente, saqueando a PETROBRAS novamente. Por isso, ele ficou desesperado. Eu não sou porta-voz do Governo, não! Eu sou Vice-Líder da Oposição.

Sr. Presidente, o texto é ruim; aí veio o PSOL e piorou o texto mais ainda. Nós respeitamos o destaque, mas a Oposição, obviamente, orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto "sim".

Eu estou achando incrível o pessoal aí... Nós estamos com uma herança maldita na PETROBRAS, que vem do Governo anterior. (*Manifestação no plenário.*)

Aliás, aliás...

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Aliás, Sr. Presidente, o Presidente deles demitiu o Presidente da PETROBRAS três vezes em 1 ano. Qual era o problema disso? Era gasolina a 10 reais, e por aí vai. Essa foi a herança de V.Exas. quando governaram a PETROBRAS, porque não tinha nem Presidente que durasse 1 ano. Foram 6 meses, 6 meses; tira um, bota outro.

Portanto, isso faz parte da rotina. O Presidente é que tem o poder de demitir ou nomear.

O nosso voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 402;

NÃO: 10.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que na votação eu acompanhei a bancada.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Sr. Presidente, peço o tempo de Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Um minuto.

Se V.Exas. me permitirem, quero dizer que o próximo item é o item do PLP.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Sr. Presidente, peço o tempo de Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Abilio Brunini, pelo tempo de Liderança do PL.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Sr. Presidente, há uma ordem dos Líderes inscritos. Por favor, eu estou inscrito também, como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se os Líderes quiserem falar antes do projeto, vamos conceder tempo de Liderança a todos os que quiserem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Eu estou só levantando a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. falou, eu fiz um apelo. Perguntei ao Deputado se ele poderia falar após. Ele quer falar agora, Deputado José Guimarães. Eu não tenho o que fazer, é regimental.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Eu sei! A vida é como ela é. As loucuras sempre se estabelecem aqui dentro. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vamos tentar manter a sessão num nível de mínima respeitabilidade, por favor, por favor.

Tem a palavra o Deputado Abilio Brunini, pela Liderança do PL.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quis utilizar o tempo de Líder agora porque o Plenário está cheio e é oportuno que eu fale neste momento. Após a próxima votação, é possível que o plenário se esvazie e não seja o momento certo de falar as palavras que desejo dizer.

Sr. Presidente, convivemos nesta Legislatura com a Deputada Federal Amália Barros, jornalista nascida em Mogi Mirim que foi para Mato Grosso, onde conheceu Thiago Boava e se casou com ele.

Ela conheceu Michelle Bolsonaro no meio de uma luta pelo direito das pessoas monolares. Amália deu o exemplo de que, como cidadã, quando se tem vontade e perseverança, consegue-se a vitória. Sabem esse discurso de hoje: "o povo pelo povo"? Amália começou assim, conversando com as pessoas, que lhes apresentaram Deputados e Senadores, e ela foi insistindo em aprovar uma lei para reconhecer as pessoas monolares — pessoas que têm um olho, uma visão — como pessoas com deficiência. A perseverança dela, a luta dela fez com que a lei fosse aprovada. Também fez com que ela conhecesse e se tornasse amiga de Michelle Bolsonaro. A lei aprovada se chama Lei Amália Barros.

A partir da aprovação dessa lei, Presidente, Michelle Bolsonaro pediu que Amália entrasse para a política, porque a política precisa de pessoas que não olham o seu próprio interesse, mas o interesse de todos. Pessoas assim fazem falta na política. Quando chegamos aqui, vemos que isso não é comum, isso é uma exceção. Essa pessoa veio com o interesse claro de se doar 100% para fazer alguma coisa pelas outras pessoas. Se isso fosse comum nos dias de hoje, o Rio Grande do Sul não estaria gritando "o povo pelo povo" nem "civil ajudando civil". Isso não é tão comum.

A Amália nem era tão conhecida assim em Mogi Mirim. Durante o velório, muitas pessoas perguntavam quem estava sendo velado ali. Respondiam que era filha da fulana de tal, que já foi Vereadora. A mãe dela é conhecida lá, mas Amália não era tão conhecida. Mas, embora não fosse tão conhecida na sua cidade, ela foi a primeira pessoa a ser velada na estação de trem, chamada Estação Educação, que foi inaugurada em 1875 por D. Pedro II. Ninguém naquela cidade teve o privilégio de ter a sua cerimônia naquele local, que é todo decorado por trens, simbolizando uma partida. Naquela cidade, todas as coroas de flores foram vendidas. As pessoas precisaram ir a cidades vizinhas comprar coroas de flores. A família quis que a cerimônia fosse em Mogi Mirim porque lá ela perdeu seu pai há 4 meses. Ela ficou junto do pai dela.

Por que eu insisto nisso, Presidente? Porque raras pessoas passam aqui, e em raras vezes nós temos a oportunidade de conhecer essas raras pessoas.

Hoje ela deixa um legado. Talvez hoje seja o último dia em que o nome dela esteja nesse painel. Observem, está ali: Amália Barros, em Mato Grosso. Talvez seja hoje o último dia disso.

Dois projetos dela estão em pauta: o Projeto de Lei nº 980, de 2024, e o nº 981, de 2024. Dos dois projetos dela, um trata sobre fazer o cadastro das pessoas com deficiência. É preciso um projeto, em 2024, para dizer que se tem que fazer isso? O segundo projeto fala que é preciso capacitar os profissionais do serviço público para atenderem com dignidade e respeito às pessoas com deficiência nas suas particularidades. É preciso um projeto para isso? Entre os inúmeros projetos, neste dia de memória, esses dois estão pautados.

Eu nunca ganhei dela no *ranking* político. Ela sempre está em primeiro lugar. Um dia eu empatei com ela, ficamos com a mesma pontuação, só que por ordem alfabética eu fiquei em primeiro. Comemorei tanto com ela!

A Amália vai fazer muita falta para nós; vai fazer muita falta para a Michelle Bolsonaro, que era sua grande amiga; vai fazer muita falta para o Thiago; vai fazer muita falta para a bancada do Estado de Mato Grosso — a Deputada Coronel Fernanda, a Deputada Gisela Simona, eu, o Deputado José Medeiros, o Deputado Coronel Assis, todos da bancada —; vai fazer muita falta para o PL, para o PL Mulher; vai fazer muita falta para este Parlamento.

Eu sei que já foi feito um minuto de silêncio, mas eu queria que fosse feito um gesto de despedida em duas partes: a primeira, que nós colocássemos a mão no nosso olho esquerdo e fizéssemos um minuto de silêncio com o gesto da Amália; a segunda, que, após esse minuto de silêncio, nós déssemos uma grande salva de palmas pela grande mulher que passou neste Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Faça-se um minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Requerimento de Urgência nº 1.587, de 2024.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 155 do Regimento Interno desta Casa, que o Projeto de Lei Complementar n. 85/2024 passe a tramitar sob o regime de urgência.

Sala das sessões, 14 de maio de 2024.

Dep. José Guimarães — PT/CE

Líder do Governo

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Sem revisão do orador.) - Encaminho "sim", Sr. Presidente, para agilizar a urgência deste PLP 85/24.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obrigado, Deputado José Guimarães.

Orientação de bancada.

Todos são a favor? (*Pausa.*)

Podemos fazer votação simbólica? (*Pausa.*)

Em votação o Requerimento de Urgência nº 1.587, de 2024.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO POR UNANIMIDADE.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP) - Presidente, posso usar o tempo de Liderança do PT neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Claro.

Tem a palavra, pelo tempo de Liderança da Federação do PT, o Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, este PLP 85/24, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, não trata apenas da questão específica do Rio Grande do Sul. Essa autorização é para os Estados e os Municípios em que houver calamidade pública, evidentemente, com todo o procedimento legal e jurídico, através de decretos, pois é assim que a lei determina. A União está autorizada a postergar a dívida por 36 meses.

Para os senhores terem ideia do que significa isso, aí, sim, do ponto de vista específico do Rio Grande do Sul, com essa calamidade, esse sofrimento pelo qual o povo gaúcho está passando, estamos falando de um aporte de 23 bilhões de reais nesse Estado. Esse dinheiro só pode ser usado para investimento em infraestrutura, para investimento naqueles locais onde aconteceu essa tragédia. É uma medida responsável, que não dá privilégio a um Estado apenas, mas leva a um entendimento que abrange todos os Estados, de forma que, quando isso acontecer, o Governo Federal esteja autorizado a postergar, por 36 meses, essa dívida.

Essa matéria é tão importante que acabamos de aprovar sua urgência por unanimidade. No momento de tragédia, de tristeza, de calamidade, de sofrimento, é evidente que aqueles Estados que têm dificuldade de fazer investimento precisam realmente ter a dilatação do prazo de pagamento dessa dívida. Alguns Estados, inclusive, têm problemas muito sérios em relação à dívida, como São Paulo, como Minas Gerais, como o próprio Rio Grande do Sul.

Dito isso, o Governo Federal, o Presidente Lula, está tendo uma ação exemplar em relação ao Rio Grande do Sul. A primeira coisa é que não está politizando a questão. Chamou todas as autoridades dos outros Poderes.

Está de parabéns aqui o Presidente Arthur Lira, que esteve lá. Está de parabéns o Presidente do STF, que esteve lá. Está de parabéns o Presidente do Senado, que esteve lá. Está de parabéns o Presidente do TCU, que esteve lá.

É um momento de união nacional. O próprio Governo Federal, todos os Ministros e empresas como Correios, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil estão tendo ações no sentido de fazer com que se amenize o sofrimento daquela população.

Quero parabenizar a Defesa Civil pelo trabalho exemplar que está fazendo, parabenizar o Consórcio do Nordeste, parabenizar toda a sociedade civil, todos os voluntários que estão realmente empenhados em fazer com que o Rio Grande do Sul saia dessa dor por que está passando neste momento.

Eu acho que é este o país que nós queremos construir, é esta a união que nós queremos construir, uma união na prática, com solidariedade de todos e todas.

O Governo Federal, o Presidente Lula, está dando exemplo indo lá. Já foi duas vezes. Já fez um chamamento aos seus auxiliares, aos seus Ministros para que vão lá, que determinem para todo seu escalão inferior que vá lá, que fique lá. E o próprio Presidente da República está anunciando novas medidas no sentido de fazer com que o Rio Grande do Sul se erga novamente, um Estado tão importante, de um povo trabalhador.

A minha origem, inclusive, é do Rio Grande do Sul. Meus pais são de lá, meus irmãos são de lá. Nasci no Paraná. Tenho parentes, inclusive, que sofreram com essa calamidade.

É exatamente dessa maneira que nós vamos fazer com que este Brasil se reerga, para que possamos realmente reconstruir este Brasil.

O Presidente está anunciando que amanhã volta ao Rio Grande do Sul. É importante a presença do chefe maior do nosso País, do Chefe de Estado, do Presidente da República, que, neste momento, não só libera recursos — e isso está fazendo —, não só determina que seus auxiliares vão lá dar assistência, junto com o Governador, junto com os Prefeitos, mas também dá o exemplo de que está solidário, que tem sentimento.

Ele vai lá, não fica andando de *jet ski*, não fica dando risada, não fica esnobando, não. É um Presidente com seriedade, com serenidade, que fala o seguinte: "*Nós vamos ser solidários. Eu, como Chefe de Estado, vou lá e vou determinar que não falte 1 centavo, que não falem recursos para que o Estado do Rio Grande do Sul possa se reerguer e que tenha esse afeto, esse conforto para toda a população. E bola para a frente!*" É assim que tem que agir um Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Próximo item da pauta.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 2024 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões de: Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para oferecer parecer ao projeto pelas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V.Exa. a sensibilidade e a oportunidade que concedeu a mim, como Parlamentar, e, muito mais do que isso, ao Rio Grande do Sul.

Cumprimento as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares e, de forma muito especial e respeitosa, a bancada gaúcha, a bancada do Estado do Rio Grande do Sul, os 31 Parlamentares que não têm medido esforços para amenizarmos, mitigarmos essa situação de tragédia, de sofrimento e de dor por que passa o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero fazer algumas observações que julgo importantes, antes de entrar no relatório propriamente dito.

Neste momento, temos 148 pessoas falecidas no Estado do Rio Grande do Sul. Há ainda 124 desaparecidos, 540 mil desalojados e mais de 2 milhões de pessoas afetadas — 89% da população de 497 Municípios estão, de alguma forma, afetados por essa circunstância.

Desde o primeiro momento, com a liderança do Presidente Arthur Lira no debate, compreendemos que era fundamental um conjunto de regulações para levar a bom termo as responsabilidades do Governo Federal, dos Poderes da República, do Estado do Rio Grande do Sul, das Sras. Prefeitas e dos Srs. Prefeitos, lá aonde tem que chegar a política pública e onde estão as pessoas.

No dia 7 de maio, começamos com a publicação da decisão do Congresso Nacional que reconheceu o Estado de calamidade pública. Depois, no dia 9 de maio, houve a edição da Medida Provisória nº 1.216, que autoriza o Poder Executivo Federal a conceder subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais. No mesmo dia, houve a edição da Medida Provisória nº 1.217, que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a importar arroz beneficiado ou em casca, e da Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

Neste momento, apreciamos o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, por meio do qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul recebe um benefício com relação ao pagamento das suas dívidas.

Cumpra ainda registrar, Sr. Presidente, o trabalho que vem sendo realizado pela Comissão Externa sobre danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, presidida pelo Deputado Marcel van Hattem, que está aqui à mesa, com a relatoria do Deputado Pompeo de Mattos, parceiro e companheiro de bancada.

Estão lá Comissão mais de 120 propostas de alterações legislativas, Deputado Marcel, inclusive propostas de alteração da Constituição, todas sendo apreciadas e, com certeza, preparadas para tramitação nesta Casa e no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, neste momento, eu deveria perguntar a V.Exa. se devo ir direto ao voto, mas o relatório do meu parecer é minúsculo, e, pela circunstância, pela natureza da proposta legislativa, talvez seja interessante eu fazer algumas considerações antes de ir ao voto.

"I - Relatório

O projeto de lei complementar em análise, do Poder Executivo, autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos" — isso já foi registrado pelo Parlamentar que me antecedeu — "afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo Federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF)" — estamos tratando muito aqui da questão da responsabilidade fiscal —, "e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências.

Mais especificamente, o art. 2º do presente PLP dispõe que, na ocorrência de eventos climáticos extremos, dos quais decorra estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, em parte ou na integralidade do território nacional, a União fica autorizada a postergar, parcial ou integralmente, os pagamentos devidos, incluídos o principal e o serviço da dívida, das parcelas vincendas com a União dos entes federados afetados pela calamidade pública, e a reduzir a 0% (zero por cento), nos contratos de dívida dos referidos entes com a União, a taxa de juros de que trata o inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2004, das referidas parcelas, pelo período de até 36 (trinta e seis) meses, nos termos de ato do Poder Executivo Federal. (...) "

Eu poderia continuar com o relatório, Presidente, mas vou agora direto ao voto. Era importante, Sras. e Srs. Parlamentares, fazer a distinção de que esta matéria, do ponto de vista formal, é uma proposta legislativa. Feita essa observação, eu me sinto à vontade para ir ao voto. Eu sei que um conjunto de Parlamentares gaúchos apresentou destaques, emendas, e eles têm todo o nosso respeito, têm a nossa referência, porque sabemos do momento dramático, da tragédia que todos estamos passando, e sabemos que todos querem contribuir com o máximo que for possível.

"II - Voto do Relator

II.1. Mérito

O referido PLP autoriza o postergamento, parcial ou integralmente, dos pagamentos devidos, incluídos o principal e o serviço da dívida, das parcelas vincendas com a União dos entes federados afetados pela calamidade pública, e a reduzir a 0%, nos contratos de dívida dos referidos entes com a União, a taxa de juros das referidas parcelas, pelo período de até 36 (trinta e seis) meses, nos termos de ato do Poder Executivo Federal.

Ressaltamos a importância da medida, em função da tragédia provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, e do reconhecimento do estado de calamidade pública no nosso Estado até 31 de dezembro de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 2024" — já tínhamos feito essa referência —, "e que faz parte de um amplo conjunto de medidas que têm sido tomadas por parte da União, que inclui ainda as Medidas Provisórias nºs 1.216", 1.217 "e 1.218, de 2024, além de outras que estão em elaboração."

É certo que nós ainda vamos ter aqui na Casa a apreciação de muitas outras regulações. O Governo Federal está falando num conjunto importante de deliberações que vão alcançar a população do Rio Grande do Sul.

"Informamos ainda que esse postergamento está condicionado à aplicação integral dos recursos que deixarão de ser pagos em plano de investimentos em ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências sociais e econômicas, por meio de fundo público específico a ser criado no âmbito do ente. Portanto, o objetivo principal da medida é auxiliar na mitigação dos efeitos adversos da calamidade pública na sociedade, buscando recuperar" — em parte, pelo menos — "os prejuízos causados por ela.

Ressaltamos ainda a importância do controle do Ministério da Fazenda e da sociedade sobre as ações a serem empregadas pelos Estados com os recursos que deixarão de ser pagos à União. O plano de investimentos deverá ser analisado pelo Ministério da Fazenda para validar a celebração do termo aditivo. E deverá ser dada ampla transparência, por parte dos entes federativos beneficiados, para toda a sociedade, da aplicação dos recursos do postergamento."

É evidente que o Estado do Rio Grande do Sul, que é o maior interessado, tem que cumprir determinadas formalidades. Isso é da essência deste projeto.

"Além disso, foram feitos os ajustes necessários na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e na Lei Complementar nº 159, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados e do Distrito Federal, de modo a adequá-

las para o cumprimento das finalidades previstas no presente PLP, dar um alívio temporário no pagamento das dívidas do ente federativo atingido pela calamidade pública, desde que os recursos que deixarão de ser pagos sejam empregados para a reconstrução e recuperação do Estado.

Quanto ao mérito, estamos de acordo com a proposta. A tragédia incalculável que se abateu sobre o Rio Grande do Sul prova sem sombra de dúvida que é necessário haver um dispositivo legal autorizando o Governo Federal a refinanciar as dívidas dos Estados eventualmente atingidos por calamidades públicas.

Contudo, foram solicitadas alterações no PLP, de modo a viabilizar a concessão da postergação do pagamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, e que serão incorporadas por meio do substitutivo anexo.

A primeira se refere à supressão do trecho 'no art. 9º-A' do § 1º do art. 2º, uma vez que o art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 2017, trata somente dos contratos de refinanciamento dos Estados que tiveram pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal aprovado. Embora o Rio Grande do Sul tenha solicitado adesão a esse regime, o pedido ainda não havia sido aprovado, o que se tornaria um impeditivo para concessão do refinanciamento.

A segunda alteração se refere a inclusão do § 13 ao art. 2º do PLP, de modo que, quanto aos valores com pagamento suspenso em decorrência da postergação da dívida, e que forem incorporados ao saldo devedor ao final dos 36 meses com os juros de 0%, e em relação aos contratos celebrados ao amparo do art. 49 do Decreto nº 10.681, de 2021 (que regulamenta o RRF), essa incorporação será efetivada no saldo devedor do contrato de refinanciamento de que trata o art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 2017. (...) "

É evidente que uma disposição como esta causa certo desconforto, mas é formalidade essencial do processo legislativo que nós já aprovamos aqui no Congresso Nacional.

"Desse modo, as alterações viabilizam a concessão de auxílio financeiro a todos os entes federativos que estiverem atingidos por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, independentemente de estarem ou não no Regime de Recuperação Fiscal."

A seguir, depois da nossa manifestação a favor do mérito, passo à adequação orçamentário-financeira. Foi feito um esforço por parte do Governo Federal para que essa aprovação de juro zero por 36 meses estivesse adequada financeiramente. Sem essa adequação, não haveria viabilidade para a execução deste projeto.

"II.2. Adequação orçamentário-financeira

Recentemente, foi declarado estado de calamidade pública por meio do Decreto Legislativo nº 36, de 2024, que reconheceu, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), a ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional, para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

Cumprir esclarecer que a postergação do pagamento de dívida do ente federado não é alcançada pelo art. 65 da LRF e do referido decreto legislativo, razão pela qual é cabível a análise da adequação orçamentária e financeira."

Vejam que se faz aqui também um esforço de argumentação para o atendimento desse pressuposto orçamentário.

"O RICD (arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação — NI/CFT definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual."

Quer dizer, é fundamental que esse pressuposto tenha essas referências, para que essa aprovação tenha efetividade.

"Tendo em vista tratar de postergação do pagamento da dívida de ente federado afetado por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, e de redução da taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, tal medida legislativa excepcional não constitui perdão de dívidas desses entes federados, ainda que indiretamente tenha efeitos fiscais, não há que se falar em renúncia de receita em especial à luz do art. 167-D da Constituição Federal".

Se nós fôssemos aqui tratar do perdão da dívida — e sei que é muito justa essa pretensão e que há destaques e emendas nesse sentido —, não haveria pressuposto orçamentário para o atendimento do projeto, o que não impede que, amanhã, nós façamos essa apreciação a partir de uma PEC, de uma nova proposição, de uma nova matéria legislativa. Mas aqui, no caso, repito, não estamos tratando de medida excepcional legislativa de perdão de dívida de entes federados. Ainda que, indiretamente, haja efeitos fiscais aqui, não há que se falar em renúncia de receita, em especial à luz do art. 167 da Constituição Federal. Para tal, teríamos que alterar o art. 167 da Constituição Federal, através de outra proposta legislativa. Isso é muito importante dizer, porque eu sei que os meus colegas da bancada gaúcha vão sempre fazer provocação, vão estar sempre tendo um olhar com relação às questões propositivas, mas é muito importante se ater a esse impedimento maior.

"Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do projeto de lei complementar.

II.3. Pressupostos de constitucionalidade e juridicidade da matéria

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, e do substitutivo anexo.

A proposição e seu substitutivo atendem aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos arts. 22, inciso I; 48; 59, inciso III; e 61; todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas e as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, o projeto e o substitutivo revelam-se adequados. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição e o substitutivo se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

II.4. Conclusão do voto

Diante do exposto, votamos da seguinte forma:

Na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024; na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, na forma do substitutivo anexo; e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, e do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação."

Quero finalizar dizendo que este é o meu voto, mas reiterando, Sr. Presidente, colegas da bancada gaúcha, o respeito e a compreensão necessária com relação à forma e ao conteúdo da matéria de que estamos aqui a tratar.

Recebi, nesse interregno de preparação do relatório, muitas contribuições, muitos telefonemas. Os Prefeitos do Rio Grande do Sul, com justiça, entraram em contato comigo, querendo que se incluísse aqui matéria de natureza previdenciária. Não é que eu não tenha encontrado justiça nos pleitos; apenas não encontrei identidade com o tema de que estamos tratando para o acolhimento deles, senão eu os teria acolhido no meu relatório. Houve várias proposições, veementes, pelo momento por que o Rio Grande do Sul está passando: proposições de anistia, proposições de amortização parcial do débito e outras proposições menos relevantes, mas todas muito respeitadas, de muita consideração, dos Parlamentares da bancada gaúcha, sobre alteração.

Aqui, estou me sentindo como alguém que cumpre uma missão, que tem uma determinação: alcançar este benefício, embora não seja aquele almejado por todos. Nós vamos continuar buscando esses benefícios, Líder Guimarães. Mas hoje cumpro uma missão. Houve um entendimento, um acordo com o Governo, que patrocina essa iniciativa.

Por isso, como um missionário, entrego este relatório, que é o meu voto, Sr. Presidente, para a consideração de V.Exa. e dos Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós vamos passar à discussão.

Acho que o Deputado Cabo Gilberto Silva deve ter se inscrito errado aqui.

É contra a matéria mesmo? (*Pausa.*)

Vamos lá, todos os outros são a favor.

Com ponderação, eu queria pedir a atenção de todos os Líderes. Temos um monte de destaques, que, apesar de meritórios por toda a dificuldade por que passa o Rio Grande do Sul... Eu penso que, num projeto como este, para discutir um assunto desses, se nós tivermos algum problema, a aprovação de um destaque pode complicar o PLP, que vai ter que ir para o Senado e ainda pode ter que voltar.

Então, enquanto nós estamos em discussão, eu faço um apelo aos Líderes, representantes dos partidos: tentem fazer o máximo de acordo possível para, até o final da discussão, podermos retirar os destaques que possam ser retirados, em nome de uma sensibilidade na votação deste texto.

Passa-se à discussão.

Para falar a favor do projeto, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

Para falar a favor do projeto, tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou ser o mais breve possível, enquanto os Líderes fazem o acordo, porque nós temos pressa.

Na verdade, eu tenho orgulho da atuação da Câmara neste momento. Falei isso ao Presidente. Votamos na segunda-feira o decreto de reconhecimento da calamidade no Rio Grande do Sul, Relator Afonso Motta. Agora, imediatamente, quando o Governo fala desse congelamento da dívida por 36 meses, nós o colocamos em votação. Estamos votando aqui. Tenho orgulho do posicionamento do Presidente Lula, que disse o seguinte: *"Nós vamos gastar o que for necessário para salvar vidas, para recuperar a economia, para reconstruir estradas, para reconstruir moradias"*.

A verdade é uma só: este projeto que nós estamos votando vai dar 23 bilhões de reais ao Estado do Rio Grande do Sul, sendo 11 bilhões de reais pelo congelamento em 36 meses e mais 12 bilhões de reais por não haver o efeito da cobrança dos juros. Eu vi alguns Deputados aqui fazerem um malabarismo retórico, dizendo: *"Isso não resolve, porque daqui a 3 anos a dívida vai subir de novo"*. Senhores, é uma dívida. O nome disso é sofisma.

Deputado Tarcísio, o filósofo alemão Schopenhauer escreveu o livro *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. É esse o caso.

Já que eles estão falando da dívida do futuro, eu quero dizer também que o Governo Federal, o Presidente Lula, o Ministro Haddad estão discutindo um plano para todas as dívidas de todos os Estados do Brasil, porque essas dívidas são insustentáveis, de fato. Eles estão discutindo, inclusive, abater a dívida para investir em educação.

Mas, Sr. Presidente, me incomodam muito as falas de ataque ao Estado, as *fake news*. *"Ah, os Governos não estão fazendo nada!"* E colocam todo mundo nisso: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Forças Armadas. Eu bato palmas para a solidariedade do trabalho de voluntariado, que é bonito, mas, sem Estado, sem a máquina das Prefeituras, sem as Forças Armadas, não teríamos como fazer esse processo.

A essa turma ultraneoliberal que fala aqui eu faço uma pergunta: quem vai reconstruir as estradas que foram destruídas? O Estado. Quem vai reconstruir moradias? O Estado. Quem vai amparar as pessoas desempregadas? O Estado. Falam tanto dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, dos pequenos, médios e grandes, e vai ter que ser o Estado, vai ter que ser PRONAF...

E a inspiração maior, nesse caso, é o New Deal. Temos que pensar em emprego, porque temos que pensar na vida das pessoas.

O Presidente Lula vai fazer um anúncio, Deputado Pompeo — V.Exa. é gaúcho — e Relator Afonso Motta, para as pessoas. Muita gente perdeu tudo. Eu não sei o que vai ser anunciado. Falaram em parcela única de 5 mil, falaram em aumento do Bolsa Família. O fato é que amanhã nós vamos ter mais um anúncio importante, porque nós precisamos de Estado neste momento para socorrer o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falando com o Relator, de forma muito respeitosa, solicitamos a retirada do seguinte inciso: *"financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão"*.

Isso nos incomoda muito, Sr. Presidente, porque o problema hoje é no Estado do Rio Grande do Sul. Se amanhã tivermos um problema como o do Rio Grande do Sul em qualquer outro ente da Federação brasileira, iremos, de pronto, aprovar a matéria que seja de interesse desse Estado, sem dúvida nenhuma. Eu sou favorável, obviamente, a que aprovemos todos os projetos que beneficiem diretamente a população.

Como falamos hoje na reunião de Líderes, o povo precisa sentir a ação do Estado na ponta, e isso não está acontecendo, infelizmente. O Governo Lula é lento. O Governo Lula está despreparado. O Governo Lula está desequilibrado. Vemos o Ministro Pimenta, que é lá do Estado do Rio Grande do Sul, ameaçando até Parlamentares, acionando a Polícia Federal,

o Ministério Público, a PGR, desrespeitando o art. 53 da nossa Constituição, ameaçando praticamente de morte, como ele falou, a quinta-coluna.

É um escárnio a forma lenta como o desgoverno Lula está agindo perante tudo o que está acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul. Hoje faz 15 dias, praticamente, da tragédia, da maior enchente da história, que quebrou o recorde de 1941, e somente agora nós estamos aprovando algo interessante para o Estado do Rio Grande do Sul. Aí o desgoverno Lula vem, manda um projeto, um PLP, com um jabutizinho, porque o Governo Lula adora jabutizinhos nos projetos de interesse da Nação brasileira, em especial do Estado do Rio Grande do Sul.

Nós estamos atentos. A nossa assessoria está atenta. E eu quero parabenizar aqui todos os colaboradores do PL e do Partido Novo, os dois partidos de oposição ao descondenado Lula, que trabalham, árdua e duramente, para orientar os Parlamentares dos respectivos partidos para tomarem as decisões corretas, terem coragem, terem disciplina e defenderem o que é correto.

Por conta disso, eu peço ao Relator que retire esse item.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Deputado Cabo Gilberto, desequilíbrio é andar de *jet ski* quando o povo está morrendo nas tragédias na Bahia, como infelizmente nós vimos acontecer no Governo negacionista do Bolsonaro. Desequilíbrio, para não dizer desumanidade, é dizer que não é coveiro quando as pessoas estão enfrentando a pior pandemia da nossa história, a da COVID-19. Entretanto, o povo resistiu, lutou, conquistou o Auxílio Emergencial, apesar do desgoverno Bolsonaro, que felizmente foi derrotado nas urnas.

A nossa situação é extremamente grave no Rio Grande do Sul. Em um discurso de 3 minutos não há como traduzir o desespero do povo gaúcho na atual situação: 450 dos 497 Municípios foram atingidos, mais de 600 mil pessoas estão desalojadas e 60 mil estão abrigadas nos abrigos públicos ou auto-organizados por movimentos sociais populares. As pessoas estão sem água em muitos lugares, e famílias estão separadas pelas águas que ainda não começaram a descer. O Guaíba hoje segue na sua marca histórica de 5,5 metros acima do seu nível, e o povo segue sofrendo. O Estado perdeu 148 vidas, e ainda há mais de uma centena de desaparecidos. O Estado viu cidades submersas. Ele tem sido polo da emergência climática que vive o País diante das mudanças do clima e, infelizmente, está sofrendo. Nós ainda precisamos de resgate, de salvamento, e, ao mesmo tempo, de recursos para a reconstrução.

É evidente que a suspensão da dívida é fundamental. Essa anistia dos juros durante 3 anos que o Governo Lula anunciou é positiva, mas também é evidente que seria necessário o perdão de uma dívida de 7 bilhões de reais, que já foi paga. Ela foi contraída lá na década de 90, no auge do neoliberalismo, e é paga ano a ano. Hoje, o estoque da dívida é de 92 bilhões de reais, e essa é uma dívida que só financia os banqueiros e os grandes parasitas do sistema financeiro, que, na verdade, garroteia o Estado do Rio Grande do Sul, obrigando-o a não ter concurso público, exigindo privatizações, o que inclusive dificultou os esforços para mitigar os impactos da enchente, porque, se tivéssemos mais trabalhadores da Defesa Civil, haveria mais gente resgatando vidas; se ainda tivéssemos as empresas públicas que foram privatizadas a preço de banana pelo Governo Bolsonaro, seja de energia elétrica, seja de água, a condição do serviço público seria outra.

E esse regime de recuperação fiscal, sem demagogia, quando foi proposto pelo Governo Bolsonaro, recebeu meu voto contrário. Eu disse: *"Esse regime de recuperação fiscal estrangula as finanças do Estado do Rio Grande do Sul"*. É preciso dizer que essa agenda de neoliberalismo é um escândalo.

Presidente, é evidente que este passo é muito importante. Queremos registrar a importância do envio do PLP, a importância da suspensão do pagamento, que nos dá 11 bilhões de reais e anistia outros 11 bilhões de reais, relativos aos juros, mas há necessidade de cancelar esse estoque da dívida. Tudo o que for usado para reconstruir o nosso Estado — e a reconstrução será necessária —, para construir escolas, para assegurar dinheiro ao povo por meio de um auxílio emergencial para aqueles que, na calamidade, perderam as suas casas, perderam os seus móveis...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento estamos debatendo o PLP 85. Esse projeto muda a regra da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outras leis complementares que dizem respeito às finanças públicas, para que Estados em situação de calamidade, como é o caso do Rio Grande do Sul, possam ter suspenso o pagamento de suas dívidas.

O Relator fez aqui a leitura do seu belíssimo relatório, pelo qual quero parabenizá-lo.

Esse PLP, ao suspender o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul, vai fazer com que o Estado tenha condições de economizar para o Tesouro, nos próximos 3 anos, período em que a dívida vai ficar suspensa, 23 bilhões de reais.

Contudo, não é só isso que o Governo do Presidente Lula fez em favor do Rio Grande do Sul. Há que se ver que o Governo socorreu o Estado do Rio Grande do Sul de forma correta, no prazo certo, sem titubear. E essa não foi a primeira vez que ele agiu assim. Ano passado também ocorreu uma catástrofe, muito menor que essa, mas o Governo do Presidente Lula lá esteve presente, inclusive fazendo transferência de recursos. Eu estava no Ministério das Cidades nesse período, como Secretário-Executivo, e destinamos recursos para a construção de casas no Rio Grande do Sul. Serão construídas agora, na hora em que parar a chuva, 600 casas do Minha Casa, Minha Vida nas áreas rurais, além de mais 1.200 casas nas áreas urbanas. O chamamento já está sendo realizado pelos Prefeitos, e o dinheiro está à disposição.

E isso não é tudo. A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre — TRENSURB, que é responsável pelo metrô de Porto Alegre e é administrada pelo Governo Federal, será totalmente restaurada. O Presidente já editou uma medida provisória, no sábado, destinando 12 bilhões de reais para essa restauração. Então, 100% do metrô de Porto Alegre será restaurado. Além disso, mais 1 bilhão e 400 milhões de reais serão destinados à restauração das rodovias federais. Há recursos suficientes para começar a melhorar a situação.

E o Ministério das Cidades, conforme me informou o Ministro Jader Barbalho, que amanhã irá ao Rio Grande do Sul, juntamente com o Presidente Lula, que mais uma vez irá àquele Estado, vai abrir um *link* por meio do qual todos os Municípios poderão informar a quantidade de casas que precisam ser feitas e de ruas e avenidas que precisam ser socorridas.

Então, o Governo está atento e está atuando muito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Joseildo Ramos. *(Pausa.)*

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas, é evidente que este projeto não tem a pretensão de resolver todos os imensos problemas do povo do Rio Grande do Sul, inundado, flagelado, com tantas mortes, com tantos feridos, com tantos ainda desaparecidos — é claro que não.

É evidente também que essa visão ortodoxa fiscalista está presente na medida em que não há de imediato uma redefinição do pacto federativo, uma discussão da dívida de todos os Estados, inclusive da questão dos juros dessa dívida. O Tesouro Nacional não é algo que deva operar com os critérios do mercado financeiro, dos juros crescentes.

Tudo isso é realidade, mas, como lembrou a nossa querida Deputada gaúcha Fernanda Melchionna, que está vivendo na carne a tragédia, o mais urgente é este passo imediato: suspender o pagamento da dívida, suspender os juros. É evidente que posteriormente se vai voltar àquela ideia torta do tal ajuste fiscal, que promove o endividamento permanente, mas isso podemos deixar para depois.

Eu rogo aos Líderes que tenham essa sensibilidade, porque este projeto ainda vai para o Senado. Depois a sanção presidencial virá rápido, mas nós precisamos de agilidade. É como se, enquanto uma pessoa estivesse morrendo, ficássemos discutindo qual a melhor forma de atendê-la. O socorro é imediato, o socorro é urgente. O povo gaúcho não pode esperar nem ficar à mercê das nossas discussões.

O PSOL tem um destaque, mas se dispõe a abrir mão dele se todos os outros fizerem isso também, para votarmos rapidamente essa decisão correta do Governo, ainda que na moldura da ortodoxia fiscal e financeira. Então, nós estamos dispostos a até abrir mão desse destaque, se todos o fizerem, para resolvermos logo essa "parada". Cada minuto que demoramos aqui pode significar vidas que se perdem.

Nós queremos parabenizar, pela sensibilidade, o Governo da União, que está agindo como nunca — Lula vai ao Rio Grande do Sul com o Ministro pela terceira vez —, o Governo Estadual e as Prefeituras Municipais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Gilson Daniel. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento muito delicado para o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e muito delicado para o Brasil.

Eu repito o que disse na minha manifestação da quarta-feira passada: eu agradeço cada manifestação de solidariedade dos nossos colegas diante da calamidade por que estamos passando no Rio Grande do Sul.

Vejo aqui o Deputado Pompeo de Mattos, que junto comigo está na Comissão Externa que acompanha os danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Falei há pouco também com o Deputado Marcon, que é do PT. V.Exas. podem ver que, só entre os nomes que eu mencionei, há Deputados de oposição, Deputados do Governo, Deputados independentes. Todos nós estamos juntos pelo Rio Grande do Sul neste momento.

E, Sr. Presidente, há destaques apresentados a esta matéria, como o que bem está defendendo aqui o meu colega Deputado Afonso Hamm. Estou orgulhoso da sua postura de gaúcho, porque nós estamos pedindo não apenas a suspensão do pagamento da dívida por 3 anos, que o Governo oferece ao Rio Grande do Sul, com pagamento do valor acumulado mais adiante, mas também que esse total seja anistiado.

Eu gostaria de fazer um apelo aos colegas, para que não precisássemos pagar esses 3 anos da dívida e simplesmente se esquecesse esse tempo. Outras vezes, no passado, defendi diferentemente disto, em virtude de contratação mal feita — mas havia contrato com o Estado. No passado, eu dizia que a dívida mal feita deveria ser paga, sim, afinal de contas contratos precisam ser cumpridos. Mas, neste momento, Sr. Presidente, diante da realidade que o Estado enfrenta e tendo em vista que nós mandamos muito mais dinheiro para a União, que somos generosos, solidários com o resto do Brasil há muitos anos, isto é, tendo em vista que recebemos muito menos em comparação com o que enviamos, eu entendo que é hora de nós discutirmos, com absoluta seriedade e serenidade, o cancelamento dessa dívida, a anistia para toda ela.

Podem achar que é muito dinheiro 100 bilhões de reais — chega hoje a 100 bilhões de reais o montante da dívida —, mas, para o tamanho da destruição do Estado, esse dinheiro ainda será insuficiente, acreditem em mim, para que o Rio Grande do Sul possa se reerguer. Só os primeiros cálculos já dão conta de mais de 20 bilhões de reais, e estamos falando só da parte pública — vejam também a destruição na área privada!

Portanto, caros colegas Parlamentares, votarei a favor deste projeto de qualquer maneira, mesmo que seja só pelo enviado pelo Governo. Mas quero pedir a reflexão de todos, porque o Rio Grande do Sul não pode ser prejudicado duas vezes: uma vez pela calamidade que nós vivemos, e outra pela injustiça de uma dívida que, neste momento, independentemente de contratos passados, já não se sustenta em discurso nenhum, na prática muito menos.

Peço a reflexão de todos os colegas Parlamentares.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Mauricio Marcon, que falará a favor. *(Pausa.)*

Para discutir, tem a palavra a Deputada Erika Kokay, que falará a favor.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - As imagens aqui lembradas pela Deputada Fernanda Melchionna da enchente na Bahia e do então Presidente da República andando de *jet ski* no litoral de Santa Catarina falam por si.

Alguns acham que não está havendo resposta do Governo Federal para o Rio Grande do Sul. É muito estranho que aqueles que se incentivaram o 8 de janeiro, aqueles que tentaram destruir o resultado das eleições, venham aqui falar em democracia, esses que se alimentam da própria mentira.

Hoje, por volta de 68 mil pessoas foram resgatadas pelo Exército. Mais de 300 embarcações do Exército estão no Estado. Diversos hospitais de campanha, sete hospitais, são bancados pelo Governo Federal. Deve estar sendo anunciado um auxílio para aquelas pessoas poderem recompor a sua vida.

É absolutamente inconcebível que, diante desse quadro de tragédia que vive o Rio Grande do Sul, alguns ainda busquem alimentar a mentira. Não conseguem se desgarrar dela. Utilizam a mentira como combustível para sua própria existência política. Nós acabamos de escutar isso na sessão sobre o BNDES, sobre a tal da "caixa-preta". O Governo do inelegível, do Bolsonaro, gastou na época 48 milhões para fazer uma auditoria. Contratou empresas estrangeiras para desvendar a "caixa-preta". Essa auditoria no BNDES constatou que não havia irregularidade nos empréstimos do banco.

O que nos cabe neste momento é dar respostas ao povo do Rio Grande do Sul, para que ele possa recompor, reconstruir sua vida. Grande parte desse povo é refugiada dentro do seu próprio chão, dentro do seu próprio local. Perderam sua casa, que não é apenas uma estrutura material, é também onde se consolidam os laços, as relações comunitárias.

Por isso, nós devemos e vamos aprovar este projeto, que, em verdade, assegura que o Rio Grande do Sul fique com 23 bilhões de reais em 3 anos, porque não terá que despender esses recursos da dívida e dos seus juros para a União. Portanto, ficarão com o Rio Grande do Sul 23 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta, que falará a favor.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, sem sombra de dúvidas, esta é a hora de uma manifestação clara, evidente e firme de solidariedade ao povo gaúcho. O projeto que aqui vamos aprovar, quero crer que por unanimidade, vai liberar para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul 23 bilhões de reais, para serem alocados em obras de reconstrução, de acolhimento e de atendimento das vítimas desta tragédia que tem comovido, emocionado e indignado muitos de nós.

Mas acho que precisamos aproveitar este debate para pensar em erros que não devemos cometer de novo, para que tragédias como esta não aconteçam. Esta, sem sombra de dúvidas, é a hora do acolhimento, da reconstrução, do atendimento das necessidades do povo gaúcho, mas, ao mesmo tempo, é importante que entendamos duas coisas essenciais. De um lado, os eventos climáticos extremos continuarão a acontecer, cada vez com mais frequência e com mais intensidade, portanto é preciso preparar o Estado brasileiro para enfrentar essas situações, para que não sejamos pegos tão desprevenidos novamente. Aí entra o debate sobre este projeto do ponto de vista de mais longo prazo. Essa perspectiva de austeridade fiscal extrema, essa lógica que hoje preside o Estado brasileiro, impede que o País faça os investimentos necessários para a prevenção dos desastres socioambientais.

O Estado do Rio Grande do Sul terá 23 bilhões de reais para a sua reconstrução. Deveria ter tido esses 23 bilhões de reais para fazer prevenção, porque prevenção é mais barato e mais eficiente. O que estamos passando tem que nos dizer algo sobre o futuro. Não podemos poupar esforços e recursos para preparar o nosso País para enfrentar eventos climáticos extremos, que, infelizmente, virão.

E eu me encho de esperança, porque, se até os mais liberais hoje percebem que o Estado precisa investir em prevenção, quem sabe entenderemos que a lógica fiscal é uma contratação de desastres para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Eli Borges, que falará a favor.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho discutido esta situação do Rio Grande do Sul, e alguns pontos eu considero interessantes.

Mas primeiro quero prestar minha solidariedade ao povo gaúcho, que está vivendo, segundo relatos, a maior catástrofe da sua história. Naturalmente, precisamos compreender o movimento dos irmãos gaúchos. Num gesto de solidariedade, e não para aparecer em vídeo, destinei 1 milhão de reais em recursos de emenda minha — venho dizendo isto há 15 dias — para o povo gaúcho, em respeito aos gaúchos que estão neste sofrimento e aos tantos gaúchos que vivem no meu Estado.

Sr. Presidente, essa proposta de anistia total é bem-vinda no Parlamento. A ideia do Governo é adiar o capital, e a expressão "poderá" me deixa preocupado com a questão dos juros, por duas razões. Não se trata apenas de o Governo do Estado resolver os problemas de infraestrutura e dar apoio à comunidade; trata-se também da situação da própria comunidade, que na sua individualidade estava produzindo soja, etc., e agora não pode produzir. Consequentemente, a produção do Rio Grande do Sul está comprometida, e, se ela está comprometida, os cidadãos que pagavam impostos e movimentavam a economia agora estão, naturalmente, em dificuldade. Então, eu compreendo que a anistia total é o melhor caminho, e um gesto de respeito ao Rio Grande do Sul.

A última coisa, Presidente, é que já está na hora de o Brasil ter no seu ordenamento jurídico regras claras acerca de episódios similares a este do Rio Grande do Sul.

Fica o registro deste Parlamentar, que outra vez reitera sua admiração e respeito ao povo gaúcho. Que Deus os abençoe! Que Deus os guarde! Que Deus, que está no controle de todas as coisas, com a sua infinita misericórdia leve àquele povo um consolo maior!

Nós estamos aqui praticando um gesto em prol do povo do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, que falará a favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este projeto de lei complementar nasce no Governo a partir da tragédia que está acontecendo no Rio Grande, em estado de calamidade. Mas, na essência, ele é para todo o País, ou seja, todo Estado brasileiro, ente federado, que estiver em estado de calamidade vai receber exatamente o mesmo tratamento que o Rio Grande do Sul está recebendo neste projeto de lei complementar.

O projeto prevê duas coisas. Primeiro, ele zera o juro da dívida do Rio Grande — ou de qualquer Estado em situação de calamidade — por 3 anos e permite que nesses 36 meses a dívida não seja paga, vá para o final da conta. Este é o projeto que nós estamos votando. É bom? É bom o projeto. Então, precisamos conhecer, reconhecer e agradecer. Quem agradece muito mais merece, e nós do Rio Grande do Sul agradecemos. Mas merecemos muito mais. Aliás, nós precisamos de muito mais.

Vejam bem, a dívida do Rio Grande com a União foi consolidada, contratualizada, em 1998, nos Governos Britto e Fernando Henrique Cardoso. Eu era Deputado Estadual. Fui contra aquela renegociação, porque ela usurpava o Rio Grande. A nossa dívida era de 9 bilhões de reais. Nesse período, por conta do contrato firmado, nós pagamos 46 bilhões de reais, e estamos devendo 96 bilhões. Sabem quando nós vamos pagar essa conta? No dia de São Nunca, no dia em que a galinha criar dente ou o Sargento Garcia prender o Zorro. Nunca nós vamos pagar essa conta! Ela é impagável. Por isso nós vamos continuar brigando para que esse valor de 11 bilhões de reais, que é o capital que nós vamos deixar de pagar nesses 3 anos, mas que vai ficar para o final da conta, ele seja zerado, fique para fundo perdido. Nós queremos que esse dinheiro forme um fundo soberano gaúcho, para que com esse dinheiro o Governo do Rio Grande possa recuperar o nosso Estado. É disso que nós precisamos.

Caiu a máscara. Em 3 anos, o valor da prestação dá 11 bilhões e o valor dos juros dá 12 bilhões, ou seja, mesmo que paguemos a conta regamente, ao fim dos 3 anos estaremos devendo mais do que devíamos.

Sr. Presidente, nós estamos agradecendo o que estamos recebendo, mas estamos lutando por muito mais. Eu mesmo tenho um projeto de lei para que, nesses 3 anos, essa parte da dívida seja zerada. Assim como foi zerado o juro, precisa ser zerado o capital. Ele fica no Estado, a fundo perdido, para formar um fundo de soberania do Rio Grande para recuperar o nosso Estado.

É disso que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Afonso Hamm, que falará a favor.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Lira, colegas Deputados e Deputadas, eu queria dizer da tragédia que vivemos no Rio Grande do Sul. Todos estão acompanhando a situação pelas mídias, pelas redes sociais, mas quem está lá e testemunha aquilo sabe que há muito mais do que está sendo visualizado. É muito triste, pessoal. Nós estamos diante da maior calamidade do País, do maior evento climático que já enfrentamos. Este evento cerceou vidas, até este momento 148 vidas, mais os desaparecidos, o que somado dá um número que se aproximam, minimamente, de 300 pessoas.

A agricultura do Estado está totalmente desestruturada. Regiões inteiras estão absurdamente comprometidas. Este é o momento de o País ajudar o Rio Grande do Sul. O que estamos a pedir é algo que o Governo oferece: 36 meses de alívio da dívida. Mas a correção dessa dívida chega a superar o capital em 36 meses. Que absurdo! Que dívida é essa? Isso é impagável!

Logicamente, nós concordamos com o texto, tal como ele está, mas apresentamos emenda, assinada juntamente com os meus colegas Deputado Covatti Filho e Deputado Pedro Westphalen. De uma dívida de 96 bilhões de reais, nós temos 3,5 bilhões por ano, o que redundaria em 11 bilhões de reais. A correção está calculada em algo próximo de 12 bilhões de reais. Nós queremos a extinção dessa dívida por apenas 36 meses. É o mínimo! O Estado do Rio Grande do Sul não tem como pagar isso, não tem como pagar essa dívida de 90 bilhões de reais, não tem como pagar 3,5 bilhões de reais por ano. De onde vão sair esses recursos?

Nós pedimos ao Brasil o gesto que é necessário fazer neste momento em favor dos gaúchos, em favor da vida dessas pessoas. Todos os recursos disponíveis ainda serão insuficientes.

Portanto, nós somos favoráveis ao projeto, mas queremos que a correção seja incluída no perdão da dívida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Heitor Schuch, que falará a favor.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Arthur Lira, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, venho aqui, em nome do nosso Partido Socialista Brasileiro, o PSB, dizer, mais uma vez, muito obrigado ao Brasil pelo apoio, pelas doações, muito obrigado aos homens e mulheres que largaram tudo e foram ao Rio Grande do Sul ajudar a salvar vidas, a procurar pessoas. Quando eu falo de vidas, falo de vidas humanas e de vidas de animais. Quem não tem pelo seu *pet* um amor extraordinário, como se tem por um membro da família?

Então, o Rio Grande do Sul mais uma vez agradece a solidariedade dos brasileiros e a solidariedade que veio de todos os cantos do mundo. O voluntariado brasileiro e mundial nos ajudou e continua ajudando.

Eu quero cumprimentar, de forma muito efusiva, o Deputado Afonso Motta, Relator deste PLP, que trabalhou para que pudéssemos avançar com agilidade. Parabéns, Deputado, pelo parecer claro, ativo, conforme a Constituição Federal. Isso vai nos dar tranquilidade sobre o que é possível fazer nesta hora tão difícil, que exige o esforço de todos, dos Municípios, dos Estados, do Estado do Rio Grande do Sul em especial, e também do Brasil.

O povo do Rio Grande do Sul é um povo trabalhador, guerreiro, bravo, firme nas suas convicções, tem a sua música, tem a sua cultura, a sua gastronomia. Os gaúchos estão esparramados pelo País inteiro, com sua garra e valentia. Mas nós somos também um Estado estratégico para a geopolítica do MERCOSUL, que faz a conexão com os países vizinhos. E somos um grande celeiro produtor de alimentos, não só de grãos, mas de industrializados que alimentam os brasileiros, e somos um grande exportador desses produtos, que alimentam o mundo e, logicamente, trazem divisas não só para o Estado, mas para o País.

O Rio Grande do Sul forjou muitos líderes políticos, Presidentes da República, lideranças nacionais, gente que fez bonito aqui nesta Casa e no Senado. Mas hoje estamos em estado de calamidade pública e precisamos do Estado brasileiro. Precisamos da aprovação deste projeto. Eu quero reiterar meu apelo para que retirem esses destaques que estão circulando por aí, porque não é hora de divisão, é hora de união, é hora de fortalecimento de todos e de todas pela reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, para o bem do Rio Grande e para o bem do Brasil.

Quero concluir dirigindo-me aos colegas Parlamentares que dizem aqui que temos que fazer agora tudo que não fizemos em 50 anos, e anistiar as contas, deixar de pagá-las, zerar as contas. Eu quero lembrar que há muito tempo nós falamos em auditoria da dívida pública. Quando o sol voltar, quando a chuva parar, talvez esta Casa encontre um bom momento para discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Afonso Motta, pergunto a V.Exa. se vai retificar o parecer com relação aos acordos que foram feitos.

Se puder, peço que o faça antes de encerrarmos a discussão, para termos tempo de construir os últimos ajustes no texto. Depois, nós iremos para a votação do mérito e dos destaques que sobrarem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o Relator falar, peço a atenção dos Srs. Líderes para quem sentou ou ficou de pé à Mesa Diretora em relação ao acordo que nós estávamos e estamos patrocinando.

Qual era o acordo? O acordo era que todos os destaques seriam retirados, e nós iríamos atender, em determinado artigo, à expressão "suspender os processos judiciais nos 3 anos". Este foi o acordo que nós pacificamos.

O que acontece, Deputado Cleber Verde, já que V.Exa. está respondendo pelo MDB? Quando nós fomos trazer o texto para o Relator, o Deputado Afonso Motta, inadmitir todas as emendas e acrescentar a sugestão que foi feita, veio o comunicado de que o PL não aceitava mais o acordo. Não é isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não é exatamente o PL. Eu não falo pelo PL.

Na verdade, os Deputados que já assinaram o recurso, em grande parte, da bancada gaúcha, e outros tantos não querem abrir mão de pedir a anistia dos 3 anos. Eu não posso ir contra esta vontade, legítima, dos Parlamentares. Então, parou aí. Temos também a questão da LRF, que não foi dita ao microfone, mas também estava pacificado que seria retirada, mas o Relator me informou há pouco que a manteria no relatório. Este é outro ponto de impasse.

Se não há acordo, os destaques estão aí.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Não, não!

Presidente, eu gostaria de terminar o esclarecimento. Se não houver acordo, não será por nós. O acordo não está saindo.

Portanto, eu quero dizer ao Relator, ao Deputado Marangoni e a outros que patrocinaram, que nós vamos manter o pré-acordo. O apelo que faço ao União Brasil, ao PP e ao PSOL é que retirem os destaques, para nós avançarmos em um texto que era para ser de todo mundo, mas que representa a maioria dos Líderes que estavam pacificando este acordo.

Não tem jeito! Não atenderam ao pré-acordo, mas nós vamos mantê-lo, para preservar a unidade dos demais partidos que estão a favor dele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como falta apenas o PSOL para decidirmos, pergunto ao partido se vai manter ou retirar o destaque.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Vamos retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PSOL retira o destaque. Os outros permanecem. Declaro encerrada a discussão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - O União Brasil retirou?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Retirou. Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - De qualquer maneira, Presidente, eu procedi às alterações.

No art. 2º, §§ 8º e 9º, a palavra que constava no sentido de obrigar a retirar os procedimentos foi substituída por "suspensão dos procedimentos". Portanto, esta alteração já foi efetivada aqui no texto.

Nós consideramos inadequadas as propostas das emendas e dos destaques, pelo desatendimento dos pressupostos financeiros e orçamentários.

Esta é a complementação do nosso parecer.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o União Brasil retira o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu agradeço ao Deputado Afonso Motta a complementação de voto. Passamos à votação do mérito do projeto. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, antes do mérito, nós temos um recurso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é preciso recurso, Deputado, porque nós vamos votar os destaques em relação aos quais não houve acordo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É porque houve a inadmissão de destaques, justamente os de emendas. Este é justamente o recurso que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deixe o Relator cumprir a parte regimental.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário, pelas Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Finanças e Tributação; Constituição, Justiça e de Cidadania, tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como já referido, por inadequação e por desatendimento dos pressupostos financeiros e orçamentários, nós consideramos inadequadas as propostas de emendas e de destaques. Por isso, votamos pelo não acolhimento.

É o nosso parecer.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à votação.

Orientação de bancadas.

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, ressaltados os destaques.

Como orienta o Bloco do União Brasil, PP, PDT e PSDB?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós estamos votando o mérito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, acho que o recurso é antes do mérito, não?

Há um recurso para votar, que é justamente o centro da celeuma. Foi apresentado um recurso à inadmissão das emendas.

(Pausa prolongada.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Presidente, que rebuliço é esse? E as assinaturas?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço um minuto, porque nós estamos levantando a possibilidade de votar o recurso. Mas, se o recurso for rejeitado, além da rejeição das emendas, ele derruba três destaques.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Quantos recursos foram apresentados?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Faço um esclarecimento ao Plenário, para que os Srs. Parlamentares tenham a exata situação.

Foi apresentado o Recurso nº 8, do Sr. Deputado Marcel van Hattem, com o apoio de 50 ou 60 Parlamentares, contra a inadequação dada pelo Relator.

Com fundamento na inadequação do Relator, se este recurso for rejeitado, caem o Destaque nº 6, do Podemos; o Destaque nº 3, do PL; e o Destaque nº 4, do PL. Permanecerá para ser votado apenas o único destaque de texto, o Destaque nº 2, do PL, na forma regimental.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Recurso contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação às emendas de Plenário oferecidas ao projeto de lei complementar.

Para encaminhar a favor do recurso, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, agradeço ao Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, que tentou um acordo. Conversamos muito e tentamos chegar a um texto de consenso.

Nestes momentos em que as diferenças ideológicas e as diferenças políticas precisam ser colocadas de lado — Oposição ou Governo, isso deve ser deixado num canto —, precisamos tratar da situação do Rio Grande do Sul, que, repito, é de calamidade, uma calamidade que nunca vi igual na minha vida e espero nunca voltar a ver. No entanto, apesar de precisarmos deixar de lado todas as diferenças, há impasses que se criam, porque os nervos estão à flor da pele, não há como negá-lo.

Eu quero, mais uma vez, fazer menção ao meu colega Deputado Afonso Hamm, que defendeu este tema até o fim. Aliás, entre todos os Parlamentares, apesar de muitos defenderem o mesmo tema, ele foi o que mais firmou pé no plenário.

Os gaúchos não querem apenas a suspensão da dívida: eles querem uma proposta, Deputado Pompeo, apresentada pelo Governo, para amenizar a situação durante os próximos 3 anos. Os gaúchos querem, mais do que a suspensão, a anistia. Eu mudei de opinião ao longo do tempo e agora, mais do que nunca, sou desta opinião, assim como, talvez, a maioria, se não todos os membros da nossa bancada, de que esta dívida deveria ser cancelada, em face da situação de calamidade em que se encontra o Rio Grande do Sul.

Há muitos outros motivos para defendermos este ponto de vista, mas não há motivo mais nobre e maior para socorrermos as vítimas das enchentes que abateram o Estado do Rio Grande do Sul senão o número de mortes que já se assoma. São mais de 140 famílias que choram. Pessoas perderam a vida. Sabe-se lá quantas mais chorarão, quando as águas baixarem, quando os resgates terminarem, quando tentarmos reiniciar nossas vidas.

Por isso, Sr. Presidente, este recurso não pode ser impedido.

Peço a todos os Parlamentares que querem ajudar o Rio Grande do Sul apoio. Se talvez entenderem que cancelar toda a dívida é ir longe demais — eu não acho isso; aliás, acho que deveria ser este o gesto apresentado pelo povo brasileiro, por meio de seus representantes no Parlamento —, que pelo menos considerem apoiar a proposta de anistiar durante os

próximos 3 anos o pagamento da dívida. Isso significa que o Estado não pagará, ao longo dos próximos 3 anos, a dívida, nem voltará a pagar o que deixarmos de pagar nesses 3 anos a partir de 2027.

Este é o apelo que faço aos colegas Parlamentares, no momento em que apresento um recurso com o apoio de mais de 60 Parlamentares, conseguido aqui em poucos minutos. Trata-se da solidariedade da Casa do Povo brasileiro devido à situação em que se encontra o Rio Grande do Sul.

Peço aos colegas, portanto, que apoiem este recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas, em se tratando do Recurso nº 8, de Plenário, pela inadmissão das emendas pelo Relator.

Como orienta o Bloco do União Brasil, PP e PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Contra o recurso, Sr. Presidente. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não."

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODEMOS?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco libera. O Podemos, porém, vota "sim".

É o maior absurdo derrubar as emendas destacadas, emendas importantes! Existe uma emenda, a Emenda nº 6, que beneficia os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Municípios que não foram incluídos pelo Relator. A derrubada das emendas e dos destaques é prejudicial aos Municípios do Rio Grande do Sul.

Portanto, eu peço aos Parlamentares que votem "sim", para que as emendas retornem, e nós façamos a discussão.

O bloco libera, mas o Podemos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Presidente, quero manifestar meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O bloco já orientou, Deputado Hamm. Eu já lhe dou o tempo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente e demais Parlamentares, estamos diante da votação, muito importante, deste recurso.

Eu peço, encarecidamente, aos dois blocões da Câmara dos Deputados, principalmente ao primeiro — o Relator se pronunciou, nós entendemos a situação —, que pelo menos liberem e deixem os Parlamentares votar de acordo com suas consciências.

Este é um tema muito delicado. O Estado do Rio Grande do Sul está passando por uma dificuldade jamais vista em sua história. Vidas foram perdidas, pessoas estão desaparecidas, o Estado precisa ser reconstruído. Eu tenho o maior respeito pelo povo gaúcho.

Com nossas emendas que caíram e diante deste recurso, é muito importante que o Plenário vote "sim".

Por isso, o PL orienta "sim" e pede aos dois blocões, que vão decidir, que pelo menos liberem a bancada.

Votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo Federal lança um olhar muito atento para as dificuldades e as reivindicações do Rio Grande do Sul.

O Ministro Haddad e o Presidente Lula, em reunião com o Governo do Rio Grande do Sul, chegaram exatamente ao entendimento de que, nos próximos 3 anos, nenhum pagamento será feito no Rio Grande do Sul. Onze bilhões de reais vão ficar no Rio Grande do Sul para ser investidos na reconstrução do Estado, tão necessária. Mais do que isso, o Governo Federal tirou os juros da dívida. Portanto, serão mais 12 bilhões, que, somados aos 11, serão 23 bilhões, que estarão à disposição do Estado do Rio Grande do Sul para sua reconstrução.

Mas não fica só nisso. O Governo Federal está ajudando o Rio Grande do Sul com outros tantos recursos. Já foram mais de 60 bilhões. Haverá novos anúncios para ajudar a reconstruir o Estado.

Este é o debate, esta é a construção que foi feita. Em nome desta construção e deste entendimento, nós somos contra o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE abriu mão do seu destaque, no sentido de agilizarmos esta votação e não gerarmos uma polêmica extensa, que tem a ver com a redefinição do pacto federativo, da dívida de todos os Estados, do modelo de cobrança da União com juros, dentro da operação da ortodoxia financeira.

Portanto, nós somos contra este recurso, até porque nós nos sentiríamos prejudicados. No entanto, ressaltamos o sentimento, a dedicação, o empenho e a dor na carne que tem nossa Deputada Fernanda Melchionna, do Rio Grande do Sul, e liberamos a bancada, porque ela votará a favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO também orienta "sim", Sr. Presidente, e pede o apoio desta Câmara dos Deputados neste momento tão dramático no Rio Grande do Sul.

Entendo que esta dívida já vem sendo discutida e pode ser mais discutida pelos outros Estados, e precisa ser rediscutida. Neste momento, o Rio Grande do Sul não tem mais tempo para discutir. O Rio Grande do Sul precisa do recurso para ser reconstruído. Este valor, repito, de 100 bilhões de reais, que hoje nós temos como dívida com a União, somado, não será suficiente para reconstruirmos o Estado. Isso está nítido, basta ver as imagens.

Portanto, pedimos aos colegas Parlamentares que votem pelo recurso, para que possamos apreciar as duas propostas: uma, 3 anos de anistia, e não de suspensão; a outra, cancelamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, que eu, pessoalmente, acho que seria, neste momento, a posição mais justa, moral e adequada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria vota contra o recurso.

Eu, sinceramente, com todo o respeito, acho uma temeridade o que V.Exas. estão fazendo. Nós estamos aqui às 22h51min. Parece uma tática de obstrução! Nós vamos votar uma lei complementar, por isso temos que ter quórum.

Isso é uma temeridade!

Falo mais. Vamos falar sério! Já foram anunciados 74 bilhões de reais pelo Presidente Lula. Neste caso concreto, são 23 bilhões de reais; mais uma MP que prevê 51 bilhões em créditos; e outra, 12 bilhões.

Vamos lá! Isso não é razoável.

Estão querendo fazer uma demarcação de campo neste momento. V.Exas. poderiam continuar com esta luta em outro momento, em outra negociação, apresentando outro projeto. Neste momento, sinceramente, eu acho uma irresponsabilidade.

A Maioria vota "não".

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD orienta "não" ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PSD vota "não"; a Maioria vota "não".

Como orienta a Minoria?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, como este tema é muito sensível, eu vou deixar o tempo para o Deputado Afonso Hamm, que é do Estado do Rio Grande do Sul, para ele fazer a orientação de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Deputado Afonso Hamm vai falar por ele mesmo. Muito bem, Deputado!

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não estou falando aqui, Presidente Lira, por mim, Afonso: estou falando em representação aos gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É claro, Deputado Afonso.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Eu queria dizer que uma coisa que aprendi em cinco mandatos como Deputado Federal e como suplente é que nós temos que ter a coragem e a determinação de fazer a defesa que cabe naquilo em que acreditamos e naquilo que é necessário.

Hoje é um absurdo nós pagarmos esta dívida. Nós encaminhamos uma emenda, mas, infelizmente, o Líder do meu partido a retirou. Eu entendo.

Eu gostaria de encaminhar a favor deste recurso apresentado pelo Deputado Marcel van Hattem, porque o recurso representa um apoio. Nós precisamos de votos para estabelecer a dignidade, a esperança e a oportunidade de milhares de gaúchos, que também são brasileiros.

Ajude-nos, Brasil! Ajude o Rio Grande, ajude os gaúchos! Nós somos irmãos, nós somos um só País.

Como é que um governo, como é que alguém, na linguagem campeira, vai se michar ante uma dívida que é absurda, inoportuna? Vejam os 90 bilhões! Nós só estamos pedindo que se retire a correção no período de 3 anos. Isso é o mínimo, diante deste momento, que requer o Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço que conste "sim", da Minoria, no painel.

Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, eu me dirijo aos Parlamentares que estão em casa e estão votando pelo Infoleg: o Rio Grande do Sul foi destruído de uma forma que jamais vimos na história. A cidade de Canoas ficou embaixo d'água. Metade da Capital, Porto Alegre, ficou embaixo d'água. Os estádios, o porto, várias cidades...

Para representar a Comissão de Integração Nacional, eu tive que ir ao Estado durante aquela enchente que, infelizmente, aconteceu no ano passado. Ela não foi igual a esta. Eu estive *in loco* e pude ver a destruição. Não se tem ideia do sofrimento estampado na cara do povo que está lá agora, numa situação ainda pior. O Estado está devastado. Por isso, não tem como o Rio Grande do Sul pagar esta dívida.

Eu concordo com os argumentos emocionados do Deputado Afonso Hamm, do Deputado Marcel van Hattem e de toda a bancada gaúcha. Neste momento, eu peço a todos discernimento. O assunto é muito sério.

Peço que votem "sim", a favor deste recurso.

Precisamos fazer este gesto ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, diferentemente da demagogia que, lamentavelmente, estão fazendo em cima do sofrimento do povo gaúcho neste momento, coragem está tendo o Governo do Presidente Lula, que já liberou mais de 70 bilhões de reais para acudir o povo gaúcho.

Aliás, até o Banco do BRICS atuou. A ex-Presidenta Dilma hoje anunciou a liberação de quase 6 bilhões de reais.

O País inteiro está ajudando o Rio Grande do Sul. Não me venham com essa irresponsabilidade, V.Exas. que tanto falam em responsabilidade fiscal, Deputado Marcelo! Não podemos aceitar essa irresponsabilidade.

Lamento, Presidente, que neste Plenário os Líderes, que negociam, não consigam honrar aquilo que conversamos para o bem do Parlamento. É lamentável! Há horas em que o Parlamento se impõe — vou concluir, Presidente — com diálogo, com construção coletiva.

Nós queremos dizer, neste momento, que nunca um Presidente fez tanto por um Estado que viva uma tragédia dessas como o Presidente Lula.

Aliás, V.Exa., Presidente Arthur Lira, vai amanhã, com o Presidente Lula, mais uma vez ao Rio Grande do Sul, para mostrar... O Presidente acaba de anunciar autoridade para cuidar do Rio Grande do Sul. Portanto, nós temos responsabilidade. Somos absolutamente solidários com o povo gaúcho neste momento. Todas as ações do nosso Governo têm feito a diferença. O Presidente Lula não aproveitou uma crise dessas para andar de *jet ski*. Ele foi para lá, ele foi para lá, ajudar, contribuir para socorro ao povo gaúcho, que, neste momento, precisa...

(Desligamento do microfone.)

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Presidente, quero fazer uma contradita. Nós estamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Afonso Hamm...

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Com todo o respeito ao Líder, mas não...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Afonso Hamm, Deputado Afonso Hamm... *(Manifestação no plenário.)*

Está encerrada a votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não, vou usar o tempo de Líder. Eu ia usar o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação, Deputado Hamm.

Deputado Hamm...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu vou usar o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Hamm, isso está "ótimo", está "lindo", está "muito bonito".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, queria usar o tempo de Líder. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está "muito bonito". Por isso é que eu penso... "Bonito". É de responsabilidade de todos.

Eu vou dar o tempo, mas não sou obrigado a esperar, não. Eu vou dar o tempo de Líder, mas não sou obrigado a não encerrar a votação, Deputado.

O Deputado Marcel vai falar.

Eu vou encerrar a votação.

Não sei o que V.Exa. está querendo com o tempo de Líder. Mas vamos ver lá!

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 219;

NÃO: 209.

O RECURSO FOI APROVADO.

A matéria retorna ao grupo a que pertenceu. *(Palmas. Manifestação no plenário.)*

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Viva o Brasil!

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - É qualificada, não é — 257 —, regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É maioria simples, Deputado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - É qualificada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É maioria simples. As votações do PLP é que exigem maioria absoluta, nas matérias de texto.

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, ressalvados os destaques.

Alguém vai querer fazer orientação? Podemos fazer votação simbólica? Já são 11 horas da noite. *(Pausa.)*

Se for por unanimidade...

Orientação de bancada.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Hamm, com todo o carinho que tenho por V.Exa...

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Eu quero encaminhar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. não é Líder nem Vice-Líder. Nós temos Líder do bloco presente.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Eu não sou nada aqui. Eu só represento o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é Líder nem Vice-Líder, Deputado. Então, o senhor representa o seu Estado, é do meu partido, é meu amigo...

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Eu posso lhe pedir?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não vai tumultuar a votação. Por favor, Deputado Hamm, peço ao senhor calma.

Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, PSD, Republicanos? *(Pausa.)*

Como orienta o Bloco do MDB, Deputado Gilson? V.Exa. vai orientar? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL tem responsabilidade e vai encaminhar "sim". Nem vai utilizar o resto do tempo, para adiantar a votação, já que são 23 horas, para que possamos dar esse gesto ao povo gaúcho.

De antemão, quero parabenizar o Plenário. Foi uma vitória apertada, mas vencemos democraticamente, ouvindo a todos os Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos.

Obrigado a todos os Parlamentares que votaram "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "sim" ao substitutivo apresentado, porque ele confirma o que foi combinado com o Governo Federal, com o Rio Grande do Sul, alocando recursos. O perdão da dívida, nos 3 anos, soma 11 bilhões, e retirando os juros são mais 12 bilhões.

Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB?

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Federação PSOL REDE vota "sim".

Evidentemente, é muito importante suspender esses 3 anos de pagamento da dívida e, ao mesmo tempo, não incidir uma taxa de juros exorbitante. Mas a verdade é que essa dívida já foi paga, foi contraída como 7 bilhões e, mesmo sendo paga com juros exorbitantes, chegamos a 90 bilhões.

O Rio Grande do Sul vai exigir um esforço de reconstrução que significa um conjunto de políticas públicas para garantir reconstrução de estradas, vias, rodovias, escolas, hospitais e, sobretudo, auxílio emergencial para as pessoas, para que o povo não pague a conta da crise. E é óbvio que seguir se endividando pode gerar uma bola de neve daqui a 3 anos que não garante o que o povo precisa, que é a anistia dessas dívidas que já foram pagas.

E aqui nós mantemos a nossa coerência. Há 20 anos nós fomos contra essa dívida, desde o auge do neoliberalismo que a instituiu. Nós votamos contra o regime de recuperação fiscal enviado pelo Bolsonaro. Nós fizemos essa crítica no ano passado de que a dívida já tinha sido paga.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta favoravelmente ao PLP, reconhecendo, mais uma vez, digo, que ele é um alívio para as contas públicas do Estado e ajuda o Rio Grande do Sul ao longo dos próximos 3 anos, porém no entendimento de que ele é insuficiente, porque ele joga a dívida para frente. Dá um fôlego agora, mas faz com que nós paguemos depois o principal. De qualquer maneira, vamos batalhar muito.

E agradecendo a todos os 219 que votaram a favor do recurso, vamos batalhar muito para que nos destaques nós possamos também ampliar o escopo desse projeto de lei complementar, Deputado Afonso Hamm, para que os próximos 3 anos sejam não de suspensão, mas de anistia da dívida para o Estado do Rio Grande do Sul.

Por isso, Sr. Presidente, o NOVO orienta assim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria orienta o voto "sim".

Nós estamos vivendo um dia histórico, porque houve uma ação organizada do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, do Presidente da República, junto com o Governo do Rio Grande do Sul, e foi tomada uma decisão política de fazer o que tivesse que ser feito para salvar o Rio Grande do Sul, para recuperar a economia.

Eu fico vendo: em outro momento, o Presidente da República fez o que o Lula fez na questão das dívidas? São 23 bilhões ao todo, Sr. Presidente. Vão ser 74 bilhões. Na verdade, são 74 bilhões até agora, porque amanhã o Presidente Lula vai anunciar o seu plano para ajudar as pessoas do Rio Grande do Sul. Eu tenho muito orgulho desse momento de unidade e parabeno o Governo Lula pela decisão de investir o que for necessário para salvar o Rio Grande do Sul.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - O Bloco do MDB, Podemos, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - O Bloco do MDB, Podemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL é o maior partido do Brasil. Nós sabemos que trabalhamos respeitando a Constituição Federal, respeitando a democracia, diferentemente do partido do descondenado Lula.

Foi uma votação apertada para salvar o nosso Estado coirmão, o Rio Grande do Sul.

A Minoria, respeitando a democracia, diferentemente dos partidecos do lado de lá, orienta "sim".

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos um país, não apenas um amontoado de pessoas. Sem dúvida, é um projeto importante, mas é muito pouco ainda para o tamanho do que o Rio Grande do Sul representa para a nossa Nação.

Então, a Oposição, em benefício do povo do Rio Grande do Sul, orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo, Deputado José Guimarães?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto ao mérito do projeto nós orientamos "sim".

Eu quero aqui parabenizar os 219 Deputados que votaram a favor do recurso. Peço a atenção dos Parlamentares, pois teremos agora a votação dos destaques. É importante que os Parlamentares acompanhem a votação dos destaques, porque eles são importantes para que possamos atender ao Rio Grande do Sul. Todos sabem o que aconteceu naquele Estado, o que está acontecendo e o que aquela população está sofrendo.

Portanto, é hora de o Parlamento brasileiro dar uma resposta ao Rio Grande do Sul. A oportunidade é agora, com os destaques que serão votados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 404;

NÃO: 2.

APROVADO O TEXTO.

Estão prejudicadas a proposição inicial e as emendas, ressalvados os destaques.

Destaque de Bancada nº 6, do Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para Emenda de Plenário nº5, apresentada ao PLP 85/2024.

Sala das Sessões

Romero Rodrigues - (Líder)

Para encaminhar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, gostaria de chamar a atenção para este destaque que beneficia os Municípios do Rio Grande do Sul.

Nós acabamos de votar o mérito do projeto que beneficia o Estado do Rio Grande do Sul. Este destaque traz os Municípios também para o benefício. Os Municípios afetados não possuem dívida fundada com a União, mas possuem dívida previdenciária. Esse destaque transfere essas dívidas para 36 meses após, da mesma forma que foi votada para o Rio Grande do Sul a dívida fundada.

Quero chamar a atenção dos Parlamentares. Nós aqui defendemos sempre — eu ouço os Parlamentares falando — a pauta municipalista. Este destaque é importante para falar para todos vocês que a Confederação Nacional de Municípios nos orientou para beneficiar os Municípios que também foram afetados, que não possuem dívida fundada com a União, mas existe a dívida previdenciária.

Esta emenda faz com que os Regimes Próprios de Previdência também — não há custo algum para a União — sejam transferidos para 36 meses após. Portanto, esse benefício é também para os Municípios que têm Regime Próprio de Previdência. Quem está no Regime Geral joga a dívida para frente; quem está no Regime Próprio também joga a dívida para frente. Então, beneficia todos os Municípios.

Chamo a atenção aqui dos Parlamentares do Rio Grande do Sul, chamo a atenção aqui dos Parlamentares brasileiros, que estão sensíveis à situação que o Rio Grande do Sul está passando. Peço a todos que votem favoravelmente a este destaque que beneficia também os Municípios. A vida acontece nos Municípios, é nos Municípios que vivemos, que moramos.

Chamo a atenção: Srs. Parlamentares, votem "sim" a este destaque e beneficiem os Municípios do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não" à emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não" à emenda.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco libera. Porém, o Podemos, que apresentou o destaque, vota "sim". Os demais orientaram "não". Mas devido a estarmos no bloco, estamos liberando os Parlamentares.

É mais uma votação importante para o Rio Grande do Sul. Chamo a atenção dos Parlamentares que não estão aqui, que estão em Casa votando pelo Infoleg, para que façam o mesmo quando votamos o recurso, que beneficiem os Municípios do Rio Grande do Sul. Os Municípios não estão no mérito que acabamos de votar, mas este destaque beneficia os Municípios.

Eu peço aos Srs. Parlamentares que votem favoravelmente, votem "sim" ao benefício para esses Municípios. A dívida previdenciária desses Municípios é alta, eles precisam desses 36 meses.

Peço o voto "sim" a todos, por favor.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento muito importante para o Estado do Rio Grande do Sul, como falei aqui anteriormente.

Mais uma vez, peço serenidade aos nossos Parlamentares, principalmente aos Deputados que estão em casa e vão votar pelo Infoleg, por diversas missões.

Eu já oriento o voto "sim" do PL, para que os assessores possam colocar nos grupos.

Peço àquele que está em Casa e aos Deputados que estão aqui, principalmente do primeiro bloco, que é o maior da Casa, que votem "sim". Isso é muito importante para os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Só quem tem ciência... Na maioria das vezes, o ser humano só aprende quando sente o problema. Eu senti na pele, Sr. Presidente, representando esta Câmara dos Deputados lá no Rio Grande do Sul, numa comitiva em que estavam o Deputado Marcel van Hattem e outros Parlamentares. Eu vi o desespero, que não chega nem aos pés do que está acontecendo agora. Imaginem como está lá agora o Rio Grande do Sul!

Então, peço discernimento aos Parlamentares para votarem "sim", em benefício dos Municípios atingidos do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos "não", porque compreendemos que de fato precisamos preservar o nosso modelo de seguridade social, pois seria comprometer o futuro desses trabalhadores e trabalhadoras.

As soluções que nós precisamos apresentar para a recuperação do Estado do Rio Grande do Sul, sob os pontos de vista da infraestrutura e das atividades econômicas, pois temos a tarefa de recuperar a infra e a tarefa de recuperar a economia, não podem comprometer, em hipótese alguma, a seguridade dos trabalhadores e das trabalhadoras, senão estaremos comprometendo o presente e o futuro dos trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Por isso, somos solidários e vamos encontrar outros caminhos para fortalecer os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB, Deputado Bandeira de Mello?

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PSOL REDE orienta "não", com a ressalva da Deputada Fernanda Melchionna.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, orienta favoravelmente, orienta "sim", e quer elogiar o Deputado Gilson Daniel, que apresentou esta emenda, e todos aqueles que estão apoiando a recuperação do Estado do Rio Grande do Sul, também por meio dos seus Municípios.

É fundamental darmos fôlego aos Municípios do Rio Grande do Sul. Isso significa buscar formas de amenizar as contabilidades desses Municípios, suas despesas, ao mesmo tempo, obviamente, em que enviamos recursos.

E quero aproveitar para aqui elogiar várias bancadas de Parlamentares que já anunciaram o envio de recursos, por meio de emendas parlamentares, ao Estado do Rio Grande do Sul. Isso demonstra solidariedade não apenas em palavras, mas também nos gestos, nos atos. Muito obrigado a todos os Parlamentares que estão nos apoiando.

O NOVO vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, digo novamente: já foram liberados 74 bilhões, e o Presidente Lula disse que vai ser liberado o que tiver que ser liberado. Mas aqui temos que ter responsabilidade.

Os senhores estão criando uma situação que, na verdade, deixará as pessoas hesitantes em mandar projetos para cá. Do jeito como está sendo feito, isso quebra a Previdência. É para outras situações de calamidade.

Veja, Sr. Presidente: naquele recurso anterior, V.Exa. sabe quanto de dinheiro vai entrar para o Estado do Rio Grande do Sul se for aprovado o destaque? Zero! Nenhum centavo em 3 anos! Lula e V.Exa. estão fazendo medidas que atingem agora 74 bilhões de reais. Se aquele destaque passar, será zero. Vai para o estoque da dívida, para daqui a 50 anos.

Querem demarcar politicamente uma coisa que não tem nenhum sentido para o povo do Rio Grande do Sul. É só demarcação política, atrapalhando a votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria, Deputado Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não."

Muito obrigado.

Como vota a Minoria?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "sim", sensibilizada com o gesto para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Esquerda, os petistas, os comunistas estão muito preocupados com a Previdência, mas votaram no maior bandido da República, elegendo Lula. Esse momento em que elegeram esse demônio foi o momento de destruição do Brasil.

V.Exas. não têm que estar preocupados com isso. Vão se preocupar com Lei Rouanet, que é de 16 bilhões de reais. Vão se preocupar com a cultura. Esse demônio está gastando horrores com cultura, com viagens. Vamos estender a mão para os nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Os comunistas querem destruir o Brasil. Agora é hora de salvá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição entende que quem vota contra este destaque está votando contra o Rio Grande do Sul. A vida acontece nos Municípios, e precisamos olhar pelos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Por isso, a Oposição vota "sim" a este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não", Sr. Presidente, até pelas razões que o Deputado Lindbergh Farias disse. Querem mexer na Previdência e quebrá-la. Quem vai ser atingido é o trabalhador, não é o Estado.

Por isso este destaque não pode ser aprovado, senão se desconstitui tudo aquilo que estamos fazendo com solidariedade ao povo gaúcho. Nós não estamos fazendo nada que não seja com solidariedade permanente, concreta, com o povo gaúcho. Portanto, o nosso apelo é para que todos votem "não", para que este destaque não prospere e continuemos a votação dos demais destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação:

SIM: 199

NÃO: 221;

ABSTENÇÃO: 2.

ESTÁ REJEITADA A EMENDA.

Destaque de Bancada nº 3, do Partido Liberal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao PLP 85/2024, que "Autoriza a União a postergar o

pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências."

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para fazer a defesa do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Subo a esta tribuna para fazer a defesa de todos aqueles brasileiros que têm acompanhado também o nosso drama e esperam ouvir nas minhas palavras, nas palavras dos Parlamentares aqui, alívio; alívio para quem hoje está desabrigado; alívio para quem hoje está desalentado e, pelo menos, também, de certa forma, solidariedade àqueles que perderam pessoas queridas e querem reconstruir as suas vidas.

Nós enfrentamos uma tragédia que não escolheu, até por ser da natureza, quem atingir: ricos, pobres, pessoas de todas as diferentes profissões, empreendedores, trabalhadores, pessoas que não têm mais onde ir para morar, nem para trabalhar, nem para estudar, nem para ficar doentes.

Estamos sem hospitais, estamos sem escolas, estamos sem postos de polícia, e agradecemos aos Estados que enviaram reforço na segurança pública, porque até neste momento de tragédia a coisa pode ficar pior: assaltos, saques, estupros. Vivemos uma calamidade em todos os graus imagináveis.

É por isso, Sr. Presidente, que pedimos, neste momento, ao Brasil, representado por esta Câmara dos Deputados, que seja solidário, sem observar limites, que, infelizmente, alguns talvez ainda enxerguem, mas que não são justificáveis diante da falta de limites da desgraça que hoje nós suportamos no Rio Grande do Sul.

Em vez de suspender a dívida por 3 anos, pedimos aos colegas que votem conosco, votem com o Rio Grande do Sul, para anistiar essa dívida pelos próximos 36 meses.

Não faz sentido passarmos reconstruindo este Estado com a sombra de uma dívida que será maior depois de passado este período. Precisamos ter a tranquilidade de passar estes próximos anos, e não diria apenas 3, serão muitos mais, pelo menos tendo a certeza da solidariedade do povo brasileiro, sem pedir nada em troca, incondicionalmente. Como eu tenho visto, incondicionais têm sido os abraços, as manifestações de afeto e de solidariedade que recebemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, PDT, Progressistas?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "não" à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O bloco orienta "não".

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Informo às Lideranças que nós temos quatro destaques, todos com votação de quórum de lei complementar para sua manutenção ou rejeição, a depender do tema da emenda. Então, eu peço que as assessorias reforcem aos Parlamentares que nós não estamos dando efeito administrativo, porque um tema dessa relevância eu penso que merece a atenção de todos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco libera. O Podemos vota favoravelmente. Os demais partidos pediram para que falássemos "não", por isso a divergência e a liberação.

Porém, é hora de todos nós Parlamentares — os que estão aqui e os que não estão aqui, que estão votando via Infoleg — darmos as mãos ao Rio Grande do Sul. Precisamos trabalhar a anistia dos 36 meses; não avançamos na liberação para os Municípios, mas é hora de nós Parlamentares darmos uma resposta à população do Rio Grande do Sul.

Peço aos Srs. Parlamentares que votem "sim", que votem favoravelmente a esse destaque, em apoio a todas aquelas famílias, para que o Governo possa dar atenção a essas famílias.

O voto é "sim".

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - Sr. Presidente, PL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota o PL? (*Pausa.*)

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, O PSD vota "não".

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso registrar que o Rio Grande do Sul está numa situação de calamidade, e as pessoas, que não estão produzindo, terão dificuldade de produzir por muitos anos.

Portanto, não adianta apenas adiar a dívida. No caso do Rio Grande do Sul tem que anistiar mesmo essa dívida. E esse destaque é para que o Rio Grande do Sul de fato não pague a dívida relacionada a 3 anos. O projeto visa o possível adiamento dos juros e da dívida. Ela tem que ser zerada, porque as pessoas não poderão produzir por um longo período. Então, é zerar mesmo; é anistiar mesmo. Este é o verdadeiro gesto.

Por isso, orientamos "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota a Federação do PT, PCdoB, PV?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha "não".

Eu quero explicar aos Deputados que estão nos escutando. Para mim, esse destaque é quase uma *fake news*. A pessoa diz assim: "*Eu quero ajudar mais o Rio Grande do Sul*". O impacto neste ano, no próximo ano e no outro será zero. Vai entrar 1 centavo em algum Município do Rio Grande do Sul se esse destaque for aprovado? Não. O impacto vai ser em 40 anos, 50 anos; vai ser para o estoque da dívida.

V.Exas. estão fazendo errado. Quem fez certo foi Lula e o Presidente da Câmara — que apoiou esse projeto —, porque tomaram a decisão de congelar. Isso são 11 bilhões. Tomaram a decisão de tirar os juros, são 12 bilhões.

Esse barulho todo que V.Exas. fizeram aqui, atrapalhando a tramitação do projeto, significa zero. Estou falando aqui tecnicamente. V.Exas. deveriam ter se preparado melhor para esse caso. Zero centavo este ano; zero centavo no próximo ano; zero centavo no terceiro ano!

O PT encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB?

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é nítido...

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS) - Se fosse no Rio de Janeiro, o Deputado ia votar diferente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Afonso... O PSB está orientando, Deputado Afonso Hamm.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Presidente, é nítido o seguinte: basta ligarmos a televisão para entender que há sintonia entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

Este é um momento que exige de nós responsabilidade e sensibilidade. Isto aqui não é um palco. É preciso que as coisas sejam tratadas com seriedade, cada coisa no seu momento. A prorrogação, o adiamento está dado por 3 anos. Daqui a 3 anos, o Presidente Lula, que é alguém sensível, alguém que tem história de vida, que chega, com a experiência que tem, ao seu terceiro mandato de Presidente da República, saberá tomar as medidas necessárias — e será no momento certo.

Neste momento, o correto para dar uma folga é o adiamento, entre outras medidas importantes que estão sendo adotadas pelo Parlamento, pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado.

Presidente, o PSB não poderia votar de outra forma que não fosse com a responsabilidade e a sensibilidade que o tema exige, votando "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PSOL REDE orienta "não".

O Rio Grande do Sul tem pressa. Esse projeto precisa ir logo ao Senado. Essa ajuda precisa chegar com urgência à população. Consideramos que esse destaque não vai trazer os benefícios imediatos que a população precisa.

Com ressalva do voto da Deputada Fernanda Melchionna, o PSOL orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO?

O Deputado Marcel van Hattem tem o tempo da orientação mais o tempo da Representação do NOVO.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, este é o momento mais importante da minha passagem pelo Parlamento, sem dúvida, no que diz respeito à defesa do meu Estado do Rio Grande do Sul.

Eu começo agradecendo o voto dos 219 Parlamentares, porque não podia ser mais surpreendente termos tanto apoio para que fosse pautada a anistia da dívida do Rio Grande do Sul pelos próximos 3 anos. Nós tivemos 219 votos na votação passada, e peço agora que todos os Parlamentares olhem para o painel, observem quem ainda não votou e façam contato com esses Parlamentares para que votem junto com o Estado do Rio Grande do Sul. Assim, votarão junto com os brasileiros que estão sofrendo neste momento por causa de uma tragédia que não temos mais palavras para descrever.

Eu ouço colegas Parlamentares dizerem que não conseguem mais ver os vídeos que lhes chegam pelas redes sociais. Eu ouço colegas Parlamentares relatarem que seus familiares também não têm mais condição de ver esses vídeos, pela dor que lhes causa assistir o sofrimento dos irmãos gaúchos. Se essa dor é sentida apenas por enxergar a situação, imaginem a dor sentida por quem está naquela situação.

Caros colegas Parlamentares, eu vi tantas vezes esta Casa votar aumentos, benefícios e até privilégios. Critiquei isso, e muitas vezes fui voto vencido. Tantas vezes o caixa do Tesouro da União foi aberto com grande facilidade para grupos que talvez até precisassem. Mas eu não consigo imaginar grupos que estejam precisando tanto quanto precisa uma família que não tem mais sua casa, que não tem mais nada dentro da sua casa. Além de não ter mais sua casa nem nada que estava dentro da sua casa, essa família não consegue ter sequer dignidade, porque não tem mais aonde ir trabalhar, já que a empresa onde trabalhava está debaixo d'água.

As famílias que estão em abrigos, buscando o mínimo de dignidade com voluntários que lá estão, dando tudo do seu coração para auxiliar, ao mesmo tempo — eu vi o Sr. Presidente hoje indignado também — estão tendo que compartilhar espaços em ginásios com pessoas que não têm a mesma índole daqueles que nada devem à Justiça.

Eu falei algo mais cedo, Sr. Presidente, que quero repetir nesta minha manifestação, pois vários Parlamentares não estavam presentes na minha fala anterior. Na sexta-feira, no Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública e a Justiça — faço questão de ressaltar que o Ministério Público tinha opinião contrária —, essas duas instituições lá representadas, disseram que era preconceito daqueles que achavam que tinham de ser segregados — e, sim, devem, é óbvio — aqueles que têm tornozela eletrônica, egressos do sistema prisional, e cidadãos que estão lá abrigados com suas famílias porque não têm para onde ir.

O Judiciário e a Defensoria Pública, Deputado Afonso Hamm, naquela reunião de sexta-feira — isso me confirmou o Secretário de Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Porto Alegre, o Cezar Schirmer —, acham que é preconceito pedir para que a população não esteja junto com bandidos na mesma área. É esse drama que o Rio Grande do Sul hoje enfrenta.

É por isso que eu peço a solidariedade deste Plenário, a solidariedade dos nossos colegas, para que o Estado do Rio Grande do Sul, pelo menos ao longo dos 3 anos que vêm, não precise se preocupar em pagar uma dívida injusta, mal contratada, mal feita, mas que a essas alturas já não é mais sequer justificável, nem sob o ponto de vista do respeito aos contratos, porque as circunstâncias se alteraram profundamente.

É hora de o Brasil fazer pelo Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul, como todos os demais Estados, muito faz pelo nosso País.

Peço esse gesto de solidariedade para que os próximos 3 anos, que serão duros, serão difíceis, serão quase intransponíveis, sejam pelo menos um pouco mais amenos com a suspensão da dívida, mas, mais do que isso, com a anistia, para que não precisemos nos preocupar em pagar os valores que deveriam ser pagos mês a mês até o ano de 2027. Deixem-nos respirar aliviados pelo menos quanto à dívida do Estado com a União nos próximos 3 anos, para que não precisemos nos preocupar com ela e que possamos, dentro de 3 anos, se Deus quiser — será difícil que em 3 anos seja assim —, começar vida nova de fato.

Peço apoio de todos os colegas para que votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro é necessário dizer que o Governo Lula tem tomado todas as providências — já são mais de 70 bilhões de reais — e que a ex-Presidenta Dilma, linchada por essa bancada que neste momento se levanta para tentar diminuir o apoio que o Brasil vem dando ao Rio Grande do Sul, efetivamente abre 6 bilhões de reais de crédito.

O Governo Federal tem se solidarizado de maneira integral. O Brasil tem se solidarizado. V.Exa., o Presidente Pacheco e todos os entes políticos deste País sobrepassaram as divergências.

Nesta noite, tenta-se construir artifícios matemáticos que prejudicarão, no futuro, a economia do Rio Grande do Sul e desconsidera-se a realidade de apoio concreto que está sendo realizado hoje. Este destaque é um artifício retórico e um prejuízo futuro.

Por isso, nós estamos defendendo o voto "não"!

Sim a todo o apoio que tem sido dado ao Rio Grande do Sul, e mais virá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, mais uma vez, em respeito ao povo gaúcho e ao Deputado Afonso Hamm, que é de lá, passo 1 minuto para S.Exa. falar no lugar da Minoria.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esta emenda é a razão de tudo que estamos fazendo em apoio ao Rio Grande do Sul. Já peço, de imediato, em nome da Minoria, o apoio, porque nós precisamos anistiar esses 36 meses. O que o Governo propõe é não cobrar o juro e o principal, mas cobra toda a correção, que equivale a um valor maior. Isso representa 11 bilhões de reais, não chega a 12 bilhões de reais.

Portanto, esse é o pedido, inclusive aos Deputados que não votaram. Não votar, neste momento, com todo o respeito, é uma omissão. Nós precisamos do voto "sim" para apoiar os gaúchos. Neste momento, isso é apoiar o Brasil, é apoiar os brasileiros e é o gesto que precisa ser feito pelos Parlamentares.

Esse é o nosso pedido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mais uma vez, venho pedir a atenção de todos os Parlamentares do Brasil. Sei que alguns já estão descansando, mas acordem, pelo amor de Deus! Vamos salvar o Estado do Rio Grande do Sul! Não caiam nas *fake news* que estão sendo propaladas pelos esquerdopatas, pelos comunistas, que estão dizendo que o pai da mentira, o Lula, vai salvar o Brasil com seu pacote de maldades.

Vamos votar "sim" e anistiar esses 3 anos para que o povo volte a tentar tocar a sua vida de forma normal.

O Lula, todos nós sabemos, vai transformar o Brasil em Venezuela, caso não seja impeachment. E está vindo aí.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Peço tempo de Liderança, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo orienta "não" ao destaque. Nunca é demais lembrar que a Extrema Direita, ou a Direita, desta Casa está muito preocupada em ficar se lembrando o tempo todo do Presidente Lula. Parece que é uma paixão irrecuperável. Nós temos que lembrar dos mais de 70 bilhões de reais que já foram encaminhados ao Rio Grande do Sul, do esforço hercúleo que o Presidente e V.Exa. têm feito em relação ao Rio Grande do Sul.

Mas eu queria também trazer à memória de quem está nos acompanhando ainda nesta sessão — já são mais de 11 horas da noite, quase meia-noite — algo que eu não sei se é leviano da parte de alguns ou se é falta de conhecimento.

O que esses Deputados estão aprovando aqui? Ao orientar "sim", na verdade, eles estão indo contra o Rio Grande do Sul. Aprovar esse destaque é detonar o Rio Grande do Sul.

Votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pelo tempo de Liderança da Oposição, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Encerre a votação, Presidente. Depois, dê o tempo de Líder. Eu estou inscrito faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Guimarães, deixe-os exercerem...

Deputado Cabo Gilberto Silva, V.Exa. tem a palavra pelo tempo de Liderança da Oposição. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Não havia uma ordem de inscritos, Presidente?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - De novo, Deputado Líder do Governo? Tenha calma, V.Exa. vai falar. Respeite o Regimento. Fique tranquilo. É meia-noite, está todo mundo cansado. Tenha calma. V.Exa. já me interrompeu duas vezes.

Sr. Presidente, como Líder da Oposição em exercício, agora, neste momento, eu peço a reflexão do Plenário. São 36 meses! São 36 meses! Qual é o problema disso? Não vamos politizar a questão neste momento. V.Exas. ficam falando, ficam acusando, tentando usar a psicologia para que possamos descer a esse nível, mas não iremos fazer isso. Iremos manter aqui a calma. Iremos manter a tranquilidade. Iremos manter o discernimento, Srs. Parlamentares, porque o momento assim o exige.

Eu tive a oportunidade, como representante da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, representando a Câmara dos Deputados, de ir aos três Estados da Região Sul, no ano passado, quando houve enchentes que não chegaram nem à metade do que está acontecendo agora.

Eu vi o desespero no rosto das pessoas. Eu vi lama nas empresas. Eu vi, Deputado Marcel van Hattem — e V.Exa. nos acompanhou naquele momento tão triste —, casas sem as pessoas poderem nelas morar. Eu vi tudo isso com os meus olhos. Eu estava lá. Dos três Estados, Deputado Marcel, Deputado Afonso Hamm, Deputado Afonso Motta e toda a bancada gaúcha, mais uma vez, o Estado do Rio Grande do Sul foi o mais prejudicado.

Eu pedi ao Presidente da Câmara o tempo de Líder neste momento — e agradeço a S.Exa. por tê-lo me concedido — porque o quórum é de quase 470 Deputados. Ainda faltam votar quase 30 Deputados. Podemos, sim, atingir o número de 257 votos "sim" — só cabe aos Parlamentares.

V.Exa. que está em casa e já votou "não", porque não viu a matéria, não sabe o que está votando pelo Infoleg, vote "sim". É o momento agora de darmos uma resposta ao povo gaúcho, que sofre, como nunca, na pior tragédia de sua história. Eu digo isso porque, lá no Rio Grande do Sul, várias cidades precisarão ser reconstruídas em outros lugares. Praticamente todas as empresas foram afetadas, bem como o porto, o aeroporto. A metade de Porto Alegre, cidade que tem mais de 1 milhão de habitantes, e quase todas as cidades do Rio Grande do Sul foram afetadas por enchentes nunca vistas na história.

Por que eu peço que V.Exas. votem "sim"? Para fazermos esse gesto ao povo gaúcho neste momento. O gaúcho lutou tanto para construir este Brasil, ajudou-o tanto. Vamos agora ter um discurso menos Brasília e mais Brasil. Se fosse lá no Estado da Paraíba, meu Estado natal, eu estaria defendendo-o da mesma forma, Presidente Deputado Arthur Lira. Se fosse no Estado de V.Exa., o Estado de Alagoas, eu estaria aqui defendendo da mesma forma. Se fosse no seu Estado, Deputado Duarte Jr., o Estado do Maranhão, eu estaria aqui defendendo da mesma forma. Se fosse no seu Estado, Deputado Delegado Caveira, o Estado do Pará, eu estaria aqui defendendo da mesma forma. Se fosse no seu Estado, Deputado Sargento Gonçalves, o Rio Grande do Norte, eu estaria aqui defendendo da mesma forma. Se fosse no Estado do Líder do Governo, Deputado José Guimarães, eu estaria aqui defendendo da mesma forma. Eu defenderia da mesma forma todos os 26 Estados da Federação brasileira e o Distrito Federal.

Então, eu peço ao senhor que está em casa, principalmente do bloco, um gesto ao povo gaúcho. É importante demais esta votação! Eu creio que este é o segundo destaque mais importante, porque o mais importante seria quitar todas as dívidas. O Rio Grande do Sul já contribuiu muito para a União, já contribuiu muito para o Brasil e precisa deste gesto neste momento.

Quem está votando "não" não tem ideia do que está acontecendo. Não vou generalizar, Presidente, obviamente, mas os senhores não têm ideia de como está o Estado do Rio Grande do Sul. Eu fui lá! O Deputado Marcel e a bancada gaúcha estão lá a todo momento. Eles estão fazendo uma viagem longa para pegar o avião e vir para cá, porque o Aeroporto Salgado Filho — não é isso, Deputado Marcel? — está parado, está embaixo d'água.

Como essas empresas vão poder pagar dívidas? Como essas empresas vão poder se reerguer? Como essas pessoas vão poder pagar suas contas? Como a população gaúcha vai reerguer o Estado dessa forma?

É importante que os Parlamentares votem "sim". O quórum já subiu mais um pouco. Hoje 466 Deputados registraram a digital no plenário da Câmara dos Deputados. Ainda faltam quase 30 votos. É importante que os senhores liguem para os Parlamentares. Peço isso aos senhores que acreditam neste nosso destaque, aos senhores que querem que o Estado do Rio Grande do Sul seja beneficiado de forma concreta.

Mais uma vez, eu vou dizer: não estou falando nem vou falar do Governo Lula. Não é o momento para isso, Deputado Lindbergh! O momento agora é de pedir aos senhores da base do Governo, aos senhores do Centrão, aos senhores da Oposição, aos senhores da Minoria, aos senhores da Maioria que votem "sim". O Estado do Rio Grande do Sul vai nos agradecer como nunca, pois vai saber que o Plenário da Câmara dos Deputados está se importando, de fato, com o povo gaúcho, que está sofrendo como nunca na sua história com a maior devastação já vista, provocada pelas chuvas.

Infelizmente, a geografia do Estado favoreceu o alagamento em áreas de baixa altitude. A Lagoa dos Patos, que é a saída da água para o mar, é muito curta. Se eu fosse o Governador daquele Estado, eu já teria mandado os tratores rasgarem a Lagoa dos Patos para escoar a água que está represada. Se eu fosse o Governador, eu já teria feito isso. Eu poderia ir para a cadeira elétrica, mas, mais importante do que as leis ambientais, é a população, é a vida humana. Se eu fosse o Governador Eduardo Leite, Deputado Marcel, eu já teria mandado os tratores irem lá rasgar a Lagoa dos Patos, para a água escoar no Estado do Rio Grande do Sul.

Eu faria como o Governador do Texas fez. Quando o irresponsável Joe Biden queria favorecer a imigração lá no Estado do Texas, o Governador, que é uma pessoa com deficiência e se locomove em uma cadeira de rodas, sentou-se, colocou suas tropas em forma e disse que não obedeceria a uma ordem ilegal como aquela, defendendo o Estado do Texas, que, como a história bem conta, foi o último Estado a se unir aos Estados Unidos.

Eu vou encerrar. Falta apenas 1 minuto. Temos 441 votos. Está subindo, Presidente! Está subindo! V.Exa. já está com o dedo aí, mas está subindo a votação. Faltam 25 votos.

Srs. Deputados, peçam esse voto. Pode ser o voto decisivo. Precisamos de 257 votos "sim".

Eu faço um apelo aos partidos do Centro — União Brasil, PP, Republicanos, Podemos, MDB. Faço um apelo também ao PT, ao PSOL, a todos os partidos que têm, na grande maioria, Parlamentares do Estado do Rio Grande do Sul. Mudem o voto para "sim". Vamos dar esse gesto ao povo gaúcho. Assim, todos nós dormiremos hoje com a consciência tranquila porque fizemos o dever de casa, fizemos o que o povo brasileiro espera desta Casa.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 215;

NÃO: 226.

ESTÁ REJEITADA A EMENDA.

Destaque de Bancada nº 4.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para emenda de plenário nº 4 apresentada à(ao) PLP 85/2024, que "Autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências."

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estava conversando com o Secretário-Geral da Mesa, que me disse o seguinte: se tivesse sido aprovado o primeiro destaque, a opção do Plenário seria pelos 36 meses, Deputado Afonso Hamm, e cairia este destaque, que é o da anistia da dívida.

Presidente Arthur Lira, isso significa que, se o Plenário se manifestou contra os 36 meses, é porque o Plenário tem vontade de se manifestar a favor da anistia total. Pelo menos é assim que podemos interpretar neste momento, com o otimismo que compete àqueles que querem o melhor para o povo do seu Estado, enfrentando as dificuldades, com a certeza de que as venceremos.

Neste momento, eu poderia lamentar o fato de termos perdido uma votação ao trocarmos uma suspensão por uma anistia de 3 anos, mas eu prefiro manter a altivez e o espírito guerreiro que nos caracterizam como gaúchos, Deputado Afonso Motta, para, mais uma vez — a esta hora, faltando 10 minutos para baterem as 12 badaladas da meia-noite —, pedir o apoio de todos os Deputados, para que haja o cancelamento, de uma vez por todas, dessa dívida do Estado.

Eu quero repetir aquilo que já disse outras vezes, mas talvez ainda não tenha sido o suficiente para sensibilizar os colegas. Dizem que é uma dívida enorme, impagável, passando dos 100 bilhões de reais, que seria muito dinheiro para, numa canetada só, cancelar. Se vocês acham que isso é muito dinheiro, imaginem o que vai ser necessário para reconstruir um

Estado como o Rio Grande do Sul, que está em larga medida sob a água. As áreas que não estão alagadas e não estão soterradas em razão dos deslizamentos dependem mutuamente entre si e dependem das demais áreas do Estado para terem uma economia renovada.

Eu quero, portanto, pedir o voto dos colegas Parlamentares para este nosso destaque.

São necessários 257 votos. Aqui 468 Parlamentares deram presença. Então, é possível!

Conto com todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PDT, Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não" à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não" à emenda.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, Podemos, PSD?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco libera a bancada, mas o PSD, o Republicanos e o MDB votam "não".

Hoje, chegando a esta última votação, nós vemos como é importante o Parlamentar estar aqui na Casa para ter sensibilidade, para sentir aquilo que nós estamos falando. O Parlamentar precisa estar aqui presente conosco em uma votação muito importante. Ao votar pelo Infoleg, fora da Casa, o Parlamentar não sente a energia daquilo que nós estamos aqui discutindo.

Em votações importantes, como a que fizemos agora, perdemos por seis votos, por cinco votos, por dez votos. É triste ver isso, pelo que o Rio Grande do Sul está passando, numa votação tão importante como essa.

Então, Sr. Presidente, o bloco libera.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos "sim".

Este é o destaque mais importante que eu vejo, mas, como perdemos no outro, nesse horário, dificilmente ganharemos neste. Não estou desistindo. Se fosse para desistir, eu já o teria tirado.

Mais uma vez, eu peço sensibilidade ao Plenário, Srs. Parlamentares, para que vote "sim". Este é o destaque mais importante de todos que estamos apreciando.

O Estado do Rio Grande do Sul não tem como pagar nada. O Estado está debaixo d'água. Como ele vai pagar alguma coisa? Tenham piedade do povo gaúcho.

Votem "sim". Votem "sim".

O Governo Lula gastou 18 bilhões de reais só com a Lei Rouanet. Por que ele não pode quitar essas dívidas do Rio Grande do Sul? Por que não pode?

O PL tem responsabilidade com o povo gaúcho e pede a todos que votem "sim".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha o voto "não". A Federação encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB?

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, parece brincadeira, mas veja bem: o Governador do Estado do Rio Grande do Sul precisa é do dinheiro que estava reservado todos os meses para o pagamento da dívida. O que o Governo Federal está dizendo? O Estado não pagará os juros e passará 3 anos sem pagar um centavo. Digamos que seja algo em torno de 700 milhões de reais por mês. Esse dinheiro que serviria para pagar a dívida todos os meses será destinado pelo Governador para as ações emergenciais. Não precisa ser formado em contabilidade para entender isso.

Esta é a parte mais importante: as ações efetivas adotadas pelo Governo Federal, em conjunto com o Governo do Estado e o Congresso Nacional, Sr. Presidente. Mais do que isso é demagogia. As ações efetivas estão sendo tomadas. O mais

importante é que o Governo do Rio Grande do Sul passará 3 anos sem pagar um único centavo, para permitir que esse dinheiro reservado para o pagamento mensal da dívida sirva para fazer os investimentos necessários para resolver os problemas que estão acontecendo no dia a dia da população tão atingida por esse desastre natural.

Portanto, Sr. Presidente, com muita responsabilidade, com senso daquilo que está sendo tratado aqui no Plenário...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD, alinhado com o Governo, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PSD vota "não".

O PSB vota "não".

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PSOL REDE orienta "não", ressalvado o voto da Deputada Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta favoravelmente, reforçando o pedido a todos os Parlamentares neste momento de sufoco do Rio Grande do Sul — mais do que de sufoco, de calamidade e até mesmo de dificuldade de respirar. Fazemos este apelo ao Plenário para que possa nos acompanhar na anistia da dívida.

A dívida dos outros Estados também pode ser discutida, Sr. Presidente. Esse é um tema sobre o qual a Casa vai se debruçar. Inclusive, em conversas com V.Exa., várias vezes já tratamos desse tema. Independentemente do resultado, isso precisa ser bem debatido.

É uma dívida que vai se somando e, mesmo com os 3 anos da suspensão, vai ser maior depois, quando voltarmos a pagar, inclusive com parcelas alargadas, mais volumosas, por causa do fim do pagamento da dívida prevista. Nós precisamos rediscutir isso. Não é possível o Rio Grande do Sul continuar sofrendo desse jeito.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o gaúcho usa a expressão "não está morto quem peleia". Nós estamos aqui brigando, no bom sentido, pelo convencimento.

Muitos não votaram e têm aí a oportunidade de votar e dar o suporte efetivo para que nós tenhamos a anistia total dessa dívida. Ela não é de responsabilidade apenas do Governo que está aí. Ela vem ao longo dos tempos, com muito mais correções e juros do que a dívida efetiva. Aliás, a dívida é impagável. As dívidas são impagáveis.

Por isso, defendemos essa proposição, essa emenda de autoria do Deputado Marcel van Hattem. Quero pedir o apoio de quem não votou. Está aí uma oportunidade de ajudar os gaúchos e de ajudar o Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição orienta "sim".

A anistia, neste momento, é o gesto mínimo que o Brasil poderia fazer para o povo gaúcho. O Estado quase todo foi varrido pelas chuvas. Cidades desapareceram literalmente do mapa.

Nós sabemos que o PT veio para destruir e varrer o Brasil, mas salvem os gaúchos neste momento. Vamos votar corretamente! Não façam com que o Brasil se torne uma Venezuela. Ainda não é o momento. Bolsonaro já dizia: *"Todas as vezes que tiver dúvida, veja como votaram o PT e o PSOL e vote o contrário"*.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 184;

NÃO: 223.

ESTÁ REJEITADA A EMENDA.

Vamos ao último destaque.

Destaque de Bancada nº 2.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) expressão "ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão", constante no inciso I do § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constante no artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, apresentado à(ao) PLP 85/2024, que "Autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e dá outras providências."

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi os apelos do Governo para que nós pudéssemos votar favoravelmente a esse texto.

Lembro que nós estávamos tentando construir um acordo, que por pouco não foi feito. No escopo do acordo, estava prevista a retirada desse trecho do projeto de lei complementar, uma vez que não diz respeito ao Estado do Rio Grande do Sul, exclusivamente, a alteração feita ou sugerida à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se fosse, no caso, para contratações no Rio Grande do Sul e esse texto estivesse limitado ao território sul-rio-grandense, poderíamos debater o assunto, porque de fato precisaremos, para reconstruir o Estado, de uma série de flexibilizações, inclusive para obras de infraestrutura, parcerias público-privadas, etc., etc., etc. Isso será fundamental. Aliás, temos sido muito contundentes na cobrança aos Governos Federal e Estadual para que façam o repasse dos recursos para os Municípios e também para as pessoas, para as empresas, de forma célere, desburocratizada.

Há muitas coisas na nossa legislação que nos atrapalham. Há também uma série de ações que serão necessárias, Deputado Caveira, para recuperar o Estado do Rio Grande do Sul e, mais do que isso, prevenir futuras enchentes. Essas ações dependerão de uma revisão das legislações que dizem ser ambientais, mas, no fundo, não o são, porque prejudicam o meio ambiente. Nós temos casos de rios que não podem ser dragados por impedimento de leis extremamente rígidas. Esses rios acumulam tantos detritos e tantas coisas no seu fundo que isso acaba prejudicando ainda mais no momento de uma cheia, de uma enchente, aumentando os níveis dos rios.

Nesse caso específico, Sr. Presidente, tratando-se de uma alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para todo o Brasil e não só para o Rio Grande do Sul, votaremos contra. Estamos abertos a discutir sobre desburocratização, inclusive neste ponto da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas aproveitar a tragédia que está acontecendo no Rio Grande do Sul para fazer uma alteração desse tipo na Lei de Responsabilidade Fiscal não é correto, não é oportuno e não contará com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero me dirigir, de forma muito especial, a cada colega Parlamentar. Eu falo como um gaúcho que está sofrendo enormemente com essa situação.

Se for aprovado este destaque — atenção! —, o Rio Grande do Sul vai perder, o nosso Estado vai perder. Por quê? No texto está escrito que será possível financiar a estruturação de projetos para garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão. Nós temos no Rio Grande do Sul um enorme problema de saneamento, de habitação, de estradas destruídas. Precisam ser contratadas empresas. É preciso inclusive pegar financiamentos internacionais. A Presidenta Dilma anunciou que o BRICS destinará 5,7 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul. Se nós votarmos este destaque, não poderão ser contratadas essas empresas, querido Relator, Deputado Afonso Motta, não poderão ser

contratadas empresas para fazer a reconstrução do Estado. Nem os Municípios poderão fazer isso, meu querido Líder Guimarães.

Nós estamos aqui ajudando o nosso Estado. Durante 3 anos, o Estado não vai precisar pagar nenhum centavo da dívida, não vai precisar pagar juros. Nós precisamos de investimentos na reconstrução. É isso que nós estamos fazendo. Nós estamos numa situação em que temos de salvar vidas no nosso Estado, estabelecer a volta à normalidade e reconstruir as perdas. É dessa reconstrução que nós precisamos.

Para concluir, Presidente Arthur Lira — V.Exa. tem ido ao Estado do Rio Grande do Sul e retornará amanhã com o Presidente Lula —, eu quero chamar a atenção de todos: nós precisamos de 257 votos para manter o texto. Quem quer ajudar o Rio Grande do Sul, quem quer permitir investimentos, quem quer a reconstrução do Estado, quem quer tirar as pessoas da tragédia que nós estamos vivendo precisa votar "sim". Se nós não tivermos 257 votos, a reconstrução do Rio Grande estará prejudicada.

Por isso, o meu apelo é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas e PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", pela manutenção do texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Sim", pela manutenção do texto.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente. O Bloco vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Bloco vota "sim".

Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PL, Minoria e Oposição orientam "não", Sr. Presidente.

Eu peço a todos: vamos manter a Lei de Responsabilidade Fiscal! Não podemos permitir que, numa tragédia, haja roubalheira. Então, PL, Minoria e Oposição orientam "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Presidente. A matéria é importante para o processo de recuperação das atividades econômicas e de convênio e para outras atividades relevantes na reconstrução de vidas e também para atividades econômicas do Estado e do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSB?

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Presidente, orienta "sim", ou seja, pela manutenção do texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação PSOL REDE orienta "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Até já votei "não", Sr. Presidente. Tenho pouco problema em orientar contrariamente. Afinal de contas, aproveitar a tragédia para incluir uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente, não me parece algo que dê para se explicar.

Portanto, o NOVO orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria encaminha o voto "sim".

Eu quero chamar a atenção dos Deputados que estão fora daqui. Na verdade, se o "não" ganha, quem perde é o Rio Grande do Sul e o Governador Eduardo Leite. Vamos restringir operações de crédito apenas a investimentos de capital, quando, numa crise como esta, você tem que ter permissão excepcional ir além, para ir em direção de despesas correntes.

Então, vejam, o Governo Federal fez a parte dele. Se o "não" ganhar, V.Exas. estarão dificultando a vida do Governador Eduardo Leite e do Governo do Rio Grande do Sul.

A Maioria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - O Governo solicita o tempo de Liderança, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem V.Exa. o tempo da Liderança do Governo, mais o da orientação, Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, brasileiros que ainda estão nos acompanhando a esta hora, vejam que nós patrocinamos um acordo que beneficiava o Rio Grande do Sul. Eles não quiseram fazer o acordo e terminaram por prejudicar o Estado.

Já derrotamos quatro destaques. Em todos eles, nós estávamos numa construção para ajudar cada vez mais o Rio Grande do Sul, e, por pura disputa, por pura birra, vamos dizer assim, romperam o acordo. E está aí o resultado. Estamos chegando ao último destaque desta votação.

Meus queridos Parlamentares, Líderes, e quero me dirigir especialmente aos principais Líderes dos partidos de Centro, ao Líder do União Brasil, ao Líder do MDB, ao Líder do PSD, ao Líder do Podemos, ao Líder do PSB, ao Líder dos Republicanos, ao Líder do PT, ao Líder do PDT, a todos os Líderes que, neste momento, assistem ao final desta sessão, que vai marcar, Presidente, fortemente a posição do nosso Governo de ser parceiro do Governador do Rio Grande do Sul, de estar presente no cotidiano, e não com discurso, mas ajudando a população do Rio Grande do Sul a pelo menos atenuar o seu sofrimento causado pela tragédia climática que se abateu sobre o Estado.

É muito importante dizermos isso aqui, porque todos os esforços estão sendo feitos. Aliás, hoje foi anunciada a autoridade do Governo Federal no Rio Grande do Sul, reivindicação essa do Colégio de Líderes em reunião que nós fizemos com o Presidente Arthur Lira — todos levantaram essa possibilidade. Está anunciado — pelo menos a imprensa está divulgando — que o Ministro Pimenta será o coordenador, o Ministro Extraordinário. Vejam a diferença: ele será o Ministro Extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul. É uma ação política das mais relevantes, que faz com que o nosso Governo seja integralmente solidário ao Estado do Rio Grande do Sul e esteja pronto para ajudar o Estado.

Portanto, nós estamos votando esta matéria hoje por conta de tudo aquilo que o nosso Governo vem fazendo e daquilo que foi enviado para esta Casa — um projeto extraordinário para o Rio Grande do Sul, que, por 3 anos, suspende o pagamento da dívida do Estado. Estamos fazendo isso para preservar as finanças do Rio Grande do Sul. É para preservar, Relator Deputado Afonso Motta, aquilo que é central para nós, que é a recuperação econômica e social do Estado do Rio Grande do Sul.

Será que por pura disputa política esta Casa vai dizer, com este destaque — como é que V.Exas. podem aceitar isso? —, que, se o Governo do Rio Grande do Sul, se um Prefeito de um Município do Rio Grande do Sul quiser fazer algum investimento para ajudar na recuperação do Estado, ele não poderá fazê-lo, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal? É disso que trata o destaque que eles estão apresentando. Por pura disputa com o nosso Governo, querem derrotá-lo. Arrumem outro jeito, mas não arruinem o povo do Rio Grande do Sul, obrigando-o a pagar a conta que não é culpa deles.

Sr. Presidente, nós precisamos deste destaque, que é importante. Só votaram até agora 412 Deputados. O apelo que faço neste momento é aos Líderes que têm compromisso com a reconstrução do Brasil; aos Deputados da minha bancada do PT que ainda não votaram; aos Deputados do PSB, Deputado Gervásio; aos Deputados do PDT; aos Deputados do PCdoB e aos Deputados das demais bancadas que eu já mencionei aqui. Nós precisamos, pelo menos, chegar aos 470 votos, para termos o quórum qualificado para derrotar esse destaque, porque ele contraria o interesse público do Estado do Rio Grande do Sul.

É por isso que nós estamos, Sr. Presidente, apelando para o bom senso, apelando para a construção coletiva, para que possamos aprovar a manutenção do texto tão bem construído pelo Deputado Afonso Motta, que é do Rio Grande do Sul, e tão bem defendido pelo Deputado Bohn Gass. Tudo isso é para preservar o texto, Deputados Bohn Gass e Afonso Motta,

que são da bancada gaúcha, que atuam, estão solidários e participando da força-tarefa de solidariedade ao povo gaúcho neste momento.

Portanto, nós precisamos, Presidente Arthur Lira, continuar com esse trabalho sem distinção política, unindo o País. Unir o País é criar as condições para que o Estado possa fazer os investimentos necessários para recuperar a economia e, assim, voltar a dar dignidade ao povo gaúcho.

Todo nós vimos fotos de todo jeito que traumatizaram o País. Nós temos sensibilidade com o Brasil. Não é somente o fato de o Deputado ser gaúcho que o faz ter a sensibilidade que nós precisamos ter. Toda esta Casa, assim como o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, agiu na hora certa para preservar o interesse republicano do Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, é um Estado pujante, é um Estado que tinha uma economia forte e precisa se recuperar. É por isso que está tendo a mão firme do Governo do Presidente Lula para a recuperação tão necessária nesses 3 anos.

Todo mundo está ajudando, os Governos estão ajudando. V.Exas. viram que o Banco do BRICS liberou, através da Presidenta Dilma, mais de 6 bilhões de reais. O nosso Governo já vai liberando mais de 80 bilhões para o Rio Grande do Sul. É assim que se manifesta solidariedade; não é com conversa fiada, não. É com gestos, é com ações como aquelas que o Presidente Lula vem fazendo ao longo desses 10 dias de tragédia que abalou o Rio Grande do Sul.

É neste momento que nós pedimos a esta Casa que derrotemos esse destaque. Faço aqui um apelo, já que estão falando muito em nome da bancada gaúcha: esse destaque prejudica o interesse do povo do gaúcho, prejudica o interesse do Governador gaúcho, prejudica o interesse dos Prefeitos, que não vão poder fazer nenhuma ação com os investimentos no Estado do Rio Grande do Sul. É por isso, Sr. Presidente, que eu faço este apelo para que nós todos possamos neste momento nos unir e colocar o interesse gaúcho, o interesse do Rio Grande do Sul acima dos interesses particulares deste ou daquele partido. O que está em jogo é o Brasil, é o povo gaúcho.

Viva o povo gaúcho!

Vamos manter o relatório do Deputado Afonso Motta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Afonso, como Relator, V.Exa. quer falar agora ou após o encerramento da votação?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Eu quero pedir o tempo de Liderança da Maioria, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vamos ouvir o Relator. Se o placar não se mexer, encerraremos a votação.

Na votação de V.Exa. houve mais de 440 votos. Ali só há 421. *(Risos.)*

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu pedi a palavra para falar especificamente sobre este destaque.

É claro que há o constrangimento natural de quem está ao lado do seu Estado, de quem compreende a dimensão de tudo o que está acontecendo lá e de quem quer constituir as melhores alternativas para beneficiar o nosso povo. Fizemos um belo debate, principalmente do ponto de vista formal. Na verdade, se tivéssemos prosperado na desejada anistia — quem não desejaria que o Estado não pagasse nada da dívida que tem, de aproximadamente 100 bilhões? —, provavelmente teríamos maculado o conteúdo da regulação que fizemos aqui, porque todos nós sabíamos que se trata de um projeto de lei complementar, e o projeto de lei complementar não permite avançar num conceito que não seja o de não pagamento da dívida temporariamente, abrindo mão de receitas, abrindo mão da questão financeira.

Portanto, quanto a este destaque, especificamente, se nós não obtivermos o resultado de 257 votos, evidentemente, vai prejudicar o Estado do Rio Grande do Sul, que não vai poder contratar todo esse conjunto de financiamentos, de recursos que vão ser necessários para o Estado nesta hora.

O apelo que se faz, pelo andamento dos trabalhos, por tudo o que foi decidido aqui, é para que possamos concluir esta votação com a derrubada deste destaque, votando pela manutenção do texto, porque isso é fundamental, depois de tudo o que aconteceu e do debate que realizamos aqui, para a continuidade desse processo de recuperação do Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Liderança da Maioria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu até lhe darei o tempo, porém o placar não vai alterar mais. Eu encerro a votação e lhe dou o tempo da Maioria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Não, não. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se quiser, pode usá-lo após o encerramento.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 277;

NÃO: 145;

TOTAL: 422.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO. *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)*

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Valeu! O Rio Grande do Sul agradece.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vocês não quiseram o acordo e perderam todos. Não quiseram o acordo, perderam tudo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputados. O Rio Grande do Sul agradece.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu vou deixar os requerimentos de urgência e demais itens da pauta para amanhã.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, 15 de maio, às 13h55min, com Ordem do Dia a ser divulgada ao Plenário, nos termos regimentais.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 00 horas e 24 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA MARIA ROSAS (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
IVAN VALENTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
RUBENS OTONI (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA
ANA PAULA LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**